

Sara Merlini

Género e Transgressão

Des/fazendo o masculino e o
feminino em Portugal
e no Reino Unido



ICS

Género e Transgressão

Des/fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido

Sara Merlini

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais — Catalogação na Publicação
MERLINI, Sara, 1985-
Género e Transgressão : des/fazendo o masculino e o feminino em Portugal
e no Reino Unido / Sara Merlini. - Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais,
2020. - 192 p. ; 23 cm
ISBN 978-972-671-599-3
ISBN EPUB 978-972-671-599-3
ISBN PDF 978-972-671-601-3
CDU 305



© Instituto de Ciências Sociais, 2020

Projecto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 471300720
1.^a edição: Julho de 2020

Índice

<i>Disclaimer</i>	12
Glossário.....	13
Introdução	19
Capítulo I	
A hétero-regulação do género e as transformações macrossociais .	27
A diversidade de género e a sua classificação	28
As categorias de género e transgénero na medicina.....	37
As categorias de género e transgénero na lei	44
As categorias de género e transgénero no ativismo e na política ..	54
Capítulo II	
O movimento não binário a partir do ciberespaço.....	69
Género, uma discussão ideológica?.....	70
A comunidade digital <i>Nonbinary wiki</i>	74
A identidade de género como sentimento de si	78
Entre a expressão e a interpretação de género	92
O corpo e o género.....	100
O nosso género e o dos outros	103
Capítulo III	
As vidas vividas e contadas.....	113
Aceitar a pertença.....	117
Encorpar o(s) género(s).....	148
Reconhecimento.....	181

Capítulo IV	
Gênero e transgressão	207
Dominantes/dominados.....	213
Incluídos/excluídos	216
Universal/particular	220
Conclusão	229
Os complexos de gênero e a sua complexidade	231
As diferentes leituras da alternativa.....	234
Anexo	237
Bibliografia	241
Índice remissivo	253

Índice de quadros

1.1	Estimativas da população transgénero	30
1.2	Países no Continente Europeu com leis de emancipação do género	49
1.3	Países noutros continentes com leis de emancipação do género	50
1.4	Marcos temporais nos movimentos LGBTQI português e britânico.	60
1.5	Datas das bandeiras do orgulho	63
2.1	Aumento de utilizadoras/es/ies no <i>Nonbinary wiki</i>	76
2.2	Reclassificação das categorias do <i>wiki</i> para análise temática	78
2.3	Sistematização dos descritivos identitários de género além do binário	81
2.4	Total de descritivos identitários por participante no <i>Gender Census</i>	91
2.5	Relação entre grupos identificados e a popularidade dos termos identitários no <i>Gender Census</i> à escala global e no Reino Unido	91
3.1	Posicionamentos das/os/es participantes face ao binário de género	116
3.2	Intervalo de tempo entre a diferença percebida de género e a descoberta de pertença alternativa	123
3.3	Mudanças na autoidentificação de género por ano de nascimento	134
3.4	Viragens na biografia corporal por ano de nascimento	158
3.5	Primeira revelação da pertença de género não binária por ano de nascimento	188

3.6	Envolvimento na comunidade e posicionamento no género ..	196
3.7	Sistematização dos instrumentos de mudança do binário nas narrativas	199
Anexo		
	Participantes do estudo	239

*Este livro é dedicado a
Isabel Merlini*

Disclaimer

Este livro reflete apenas as opiniões da autora e a União Europeia não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas. A investigação conducente a estes resultados foi realizada através de uma bolsa de doutoramento financiada pelo Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia (FP7/2007-2013)/ERC Grant Agreement n.º 615594.

A tese de doutoramento em que se baseia este livro realizou-se no âmbito do projeto «TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective», Principal Investigator: Sofia Isabel da Costa d’Aboim Inglez, Host Institution: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Glossário

Advertência quanto ao uso da linguagem inclusiva neutra (ou não binária) portuguesa: Pela reduzida familiaridade com esta linguagem na esfera pública e por poder dificultar a leitura usamos esta linguagem quando nos referimos a participantes do estudo e/ou a traduções de palavras originalmente neutras noutras línguas (como é o caso da língua inglesa), quando pertinente e respeitando as preferências solicitadas. A linguagem inclusiva neutra (ou não binária) é recente. Começou a ser usada na língua portuguesa a partir de 2013 e ainda se encontra em fase de estabilização. Optámos pelo sistema «Ile».¹

Exemplificação do uso da linguagem inclusiva:

O recurso ao sistema «Ile» implica regras gramaticais e formulações de frases sobretudo a nível dos pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, interrogativos, indefinidos) e adjetivos.

De forma a incluir as diferentes pertenças referimo-nos por exemplo: *as* ou *os* ou *les participantes do estudo*. *Todas*, *todos* e *todes* ou *outras*, *outros*, *outrés* são pronomes indefinidos usados para abranger as várias possibilidades.

¹ Para mais, consultar, por exemplo: http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem_não-binária_ou_neutra ou <https://orientando.org/conjuntos/>.

Como pronomes demonstrativos *aquelas, aqueles* ou *aquiles*, etc. A terceira pessoa fica no singular e no plural assim: *ela(s)*, *ele(s)* ou *ile(s)*. Usámos a linguagem inclusiva também nos substantivos referentes a pessoas como *transgressor*, *transgressora* ou *transgressorie*.

Foi respeitado o uso de pronomes da preferência das/os/es participantes. Utilizámos a dupla contração o/a, ele/ela, etc. para nos referirmos a participantes que recorrem às duas variantes. Nos casos em que as entrevistas foram realizadas em língua inglesa os termos neutros estão assinalados entre parênteses rectos [] e traduzimos para o pronome de preferência da/o/e entrevistada/o/e.

Como veremos na análise, a adoção pela linguagem inclusiva neutra encontra diversos obstáculos, sendo mais frequente por parte das/os/es participantes o uso pelos pronomes binários (mesmo na vertente cumulativa ele/ela). De modo a respeitar as preferências de tratamento solicitadas no momento de entrevista tivemos assim a preocupação de usar os pronomes adequados e, simultaneamente, de nos referirmos a todas/os/es considerando também o sistema «Ile» da linguagem portuguesa neutra. Apresentamos em anexo, para consulta, o quadro de participantes.

Disclaimer: Este glossário tem como único objetivo familiarizar as pessoas com a terminologia usada neste livro. Não visa engavetar e/ou reduzir práticas, identidades e processos complexos em rótulos categóricos. Esta lista não é exaustiva. Abarca apenas referências-base para consulta – o seu aprofundamento ao longo do nosso trabalho permitirá detalhar e abarcar a complexidade e a realidade das vidas não binárias. Seguimos as recomendações sobre como proceder e representar de forma respeitosa as pessoas transgénero e não binárias (Enke 2012, 16).

Lista de termos frequentemente usados

AGAB – acrónimo anglófono para designar o género atribuído à nascença – *Assigned Gender at Birth*; as letras podem variar sendo usado por vezes **GAAB**, **DGAB** (*designated*) ou **CAGAB** (*coercively*).

Agénero – refere-se à ausência de identificação com o género; pode ser usado como descritor identitário para expressar a neutralidade ou a negação do género.

Androginia – do grego *andrós* (homem) + *guné* ou *gunaikós* (mulher); categoria de autoidentificação e/ou expressão do género que se refere a ambos os géneros do sistema binário; por vezes recorre-se a outros termos como **Bigénero**, **Dual Gender**, **Intergender**.

Cisgénero – o prefixo *cis-* provém do latim e significa «deste lado» ou «para cá», traduzindo-se na ideia de correspondência ou concordância com o género e/ou sexo atribuído à nascença; usado para caracterizar as pessoas não transgénero, por vezes como **Cissexual**.

Condições Intersexo – existe um grande conjunto de variações cromossômicas, morfológicas e genéticas que afetam as características sexuais; atualmente já se conhecem cerca de 30 variantes de desenvolvimento sexual associadas às condições intersexo, erroneamente designadas por hermafroditismo até aos anos 1960; este termo pode ser usado como descritor de uma condição de saúde (diagnóstico médico) ou como categoria de identidade na prática.

Cross-dresser – como prática significa o ato de vestir roupas contrárias à moda atribuída à expressão de género reconhecida; como identidade de género na prática refere-se às pessoas que, com diferentes intensidades ou durabilidades, realizam esse(s) ato(s); No Reino Unido é usado como sinónimo de **transvestite**.

Disforia de Género – atual designação ou categoria médica de diagnóstico, que se refere à «incongruência» ou desconforto com o género atribuído à nascença; inicialmente considerada como perturbação ou transtorno de identidade – nomeadamente na sua introdução no DSM-3 em 1970 – a variação terminológica assinala mudanças nos critérios e acompanhamento da diversidade de género – *ver o capítulo 1, p. 15 para aprofundamento*.

Expressão de Género – refere-se ao modo como as pessoas expressam, desempenham e *performam* o género através de gestos, palavras, adornos, vestuário e corporalidade.

FTM – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do feminino para o masculino – *Female to Male*; refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade masculina; é usado como adjetivo, por vezes como *FtM* ou *F2M*.

FTX – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do feminino para o indeterminado – *Female to X*; usado como adjetivo, refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade andrógina, neutra, parcial ou múltipla.

Género – prática cultural de ordenação e organização das pessoas segundo corpos, performances e espaços; no domínio social remete para uma combinação entre as expectativas atribuídas à categoria identitária e o seu desempenho, para os parâmetros de reconhecimento das categorias, para os modos de fazer rotineiros, para os códigos simbólicos e materiais associados às classificações.

Género/Sexo atribuído à nascença – marcador registado na certidão de nascimento e noutros documentos de identificação, frequentemente binário (Masculino ou Feminino); em alguns países já existe a possibilidade de optar pelo marcador indeterminado (X, O ou «indeterminado») – ver *Quadros 1.2. e 1.3., no capítulo 1.*

Género Binário – sistema de classificação do género em duas categorias, conforme o *modelo dual* biomédico do corpo dimórfico; quando usado como adjetivo em pessoas, refere-se à correspondência entre homem=masculino/mulher=feminino; usa-se a expressão **Binarismo de Género** para designar uma forma de opressão e exclusão das práticas que não correspondem às expectativas definidas numa determinada época e lugar.

Género Não Binário – pode referir-se a 1. movimento social que contesta o sistema classificatório do género em duas categorias opostas, universais e discretas; 2. uma categoria de autoidentificação (na prática) que se distancia dos posicionamentos exclusivos e antagónicos entre as categorias homem/masculino e mulher/feminino; 3. termo

chapéu-de-chuva que abarca uma grande variedade de categorias identitárias e pessoas que nem sempre se autoidentificam com este termo; começou a ser usado a partir de 2012 por algumas comunidades e pessoas, podendo ser diferenciado ou agregado a outros termos ou expressões como *diversidade de género*, *transgénero*, *genderfluid* e/ou *genderqueer*; as pessoas que se autoidentificam como não binárias às vezes recorrem ao termo *enbie*.

Heteronormatividade – refere-se à legitimação e ao privilégio de relações conjugais e identidades que naturalizam (e normalizam) a heterossexualidade, o patriarcado e o binário de género (homem/mulher); este termo foi cunhado por Michael Warner (1993: xxi) e é frequentemente usado nas teorias e nos contextos *queer*.

Identidade de género – refere-se ao sentido subjetivo em relação ao género; uma pessoa pode corresponder ou não ao sexo atribuído à nascença, ao marcador legal de reconhecimento nos documentos de identificação, às expectativas e às convenções sociais e culturais atribuídas às feminilidades e às masculinidades e/ou aos seus corpos.

LGBTQI – acrónimo anglófono que inclui um conjunto de possibilidades em termos da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer & Intersex*; a ordem das letras pode variar e em diversos contextos tem-se vindo a recorrer a outras siglas, face à expansão de possibilidades e experiências; por exemplo, as Nações Unidas usam LGBTI para medir indicadores de inclusão – ver *SOGISC* ou *MOGII*.

MOGII – Sigla anglófona usada como alternativa da sigla LGBTQI – *Marginalized Orientations, Gender Identities, and Intersex*.

MTF – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do masculino (atribuição à nascença) para o feminino (descritivo) – *Male to Female*; refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade feminina; é usado como adjetivo, por vezes como *MtF* ou *M2F*.

MTX – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do masculino para o indeterminado – *Male to X*; usado como adjetivo, refere-se a um *continuum* transgénero que

pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade andrógina, neutra, parcial ou múltipla.

SOGISC – Sigla anglófona adotada pelas Nações Unidas no domínio dos direitos humanos – *Sexual Orientation, Gender Identity & Sex Characteristics* – esta sigla por vezes também surge como **SOGI-GESC** para incluir a expressão de género (GE).

Transgénero – pode referir-se a: 1. movimento social pelos direitos de liberdade, reconhecimento e proteção da identidade de género, expressão de género e integridade corporal; 2. uma categoria de autoidentificação (na prática) que pode incluir: a) uma identidade de género diferente do sexo atribuído à nascença, b) uma expressão de género que difere da convencionalmente esperada face ao seu corpo sexuado; e/ou c) o recurso à transformação dos marcadores corporais sexuados; 3. termo chapéu-de-chuva que abarca uma grande variedade de categorias identitárias de género não conformes e pessoas que nem sempre se autoidentificam com este termo; é usado em diversos contextos por vezes como *trans* ou *trans**, sendo considerado respeitoso por evitar as especificidades culturais (embora alguns rejeitem o seu carácter uniformizador e universalista).

Transsexual – categoria de diagnóstico médico, usada como identidade de género na prática para se referir a pessoas que não correspondem ao sexo atribuído à nascença e que podem transformar ou não os seus marcadores corporais sexuados (através de terapia hormonal e/ou transformação cirúrgica) e/ou o marcador legal de género nos documentos de identificação; este termo tem vindo a ser gradualmente substituído pelo termo **Transgénero**.

Introdução

Este livro é para todas as pessoas que desejam aprofundar o fenómeno não binário, as dinâmicas de permanência e transformação das práticas de género, os conceitos de identidade de género e de transgressão de género. Procuramos apresentar o movimento não binário tendo por base a investigação de doutoramento realizada¹. Discutimos principalmente as dimensões normativas e morais das práticas de género nos contextos português e britânico desde a segunda metade do século XX, ou seja, a partir do período em que se inicia a institucionalização da identidade de género como direito humano inalienável.

Discutir o que constitui o género e quais as suas consequências têm sido temas centrais nos debates teóricos, políticos e culturais contemporâneos. Por um lado, verifica-se proliferação académica e o aumento de medidas de promoção da igualdade, que pode ser visto como um efeito da centralidade deste conceito e da tentativa

¹ Desenvolvida no âmbito do projeto *TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective* – coordenado pela Doutora Sofia Aboim no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Este projeto de pesquisa de cinco anos (2014-2019) teve o financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) – *Consolidator Grant* n.º 615 594. Aconselha-se a consulta dos principais *outputs* do projeto TRANSRIGHTS em <https://transrightseurope.com/>. A nossa contribuição situa-se na linha de pesquisa «*Gender orders & trans-biographies*». As perspetivas adotadas nesta pesquisa, bem como o desenho de pesquisa colocado em prática, são um contributo particular entre vários possíveis. O percorrer conjunto e individualizado do processo de pesquisa beneficiou em muito o alcance de resultados passíveis de ampliar e completar sistematicamente as possibilidades de produção do conhecimento. Um privilégio assegurado e fomentado pela orientadora e investigadora principal, Doutora Sofia Aboim, que tornou esta tese possível e a quem estou profundamente grata.

de alcançar consensos a nível analítico. Por outro lado, a importância do género e dos seus significados tem sido legitimada ou contestada na esfera pública, criando batalhas culturais e definindo «lados», especialmente no plano das crenças e das ideologias. No contexto ocidental metropolitano, concretamente em Portugal e no Reino Unido, temos vindo a assistir ao aumento da mediação e do debate público em relação ao género – sobretudo quanto às suas consequências e na importância da igualdade entre homens e mulheres. A par disso, emergem movimentos de luta pelo reconhecimento da identidade de género que exigem o direito à autodeterminação e/ou a possibilidade de marcador indeterminado, bem como a separação efetiva das esferas biomédica e jurídico-legal na classificação do género.

Atualmente em Portugal e no Reino Unido os sistemas de classificação e os arranjos institucionais de género apoiam-se na divisão antagónica de dois grupos, homens e mulheres. Esta convenção social e modo de organização de pessoas é histórica e baseia-se fundamentalmente na sobreposição entre as características fisiológicas e biológicas (*sexo*) e as interpretações e práticas ordenadas segundo essa classificação (*género*). Uma sobreposição que não só confunde como tende a dar primazia ao modelo biomédico dominante que assenta numa divisão *pura* entre machos e fêmeas. Ainda que este paradigma compita com perspectivas concorrentes, que têm vindo crescentemente a provar que os critérios de definição antagónica reduzem a complexidade e a variabilidade dos marcadores sexuais², o senso comum e os modos como o género está instituído contribuem para o justificar. A par disso, os estudos científicos tendem a usar os conceitos de género e de sexo de forma indiferenciada, a salientar as diferenças ou as semelhanças (*inter* ou *intra*) dicotómicas e, implícita ou explicitamente, a reduzir a complexidade das relações sociais e das práticas a *atributos* ou *papéis funcionais*.

A variabilidade do que se entende por género, a par da necessidade de uma definição concreta (passível de analisar a realidade diversa e complexa de forma congruente) exigem que abordemos as práticas, os significados pessoais e sociais que essas categorias

² As descobertas em torno das condições intersexo são disso um exemplo, tendo sido atualmente identificadas pelo menos 30 variações cromossomáticas, morfológicas e genéticas que afetam as características sexuais (Montañez 2017; Callahan 2009; Fausto-Sterling 2000).

possuem e as lógicas de poder que as fundamentam. A aposta numa análise *supra – i. e.*, de uma investigação que vai além das diferenças *inter* ou *intra* grupais das categorias dominantes de masculino e feminino – permite-nos compreender melhor as variações existentes nos modos como se «faz» o género, bem como os processos de mudança e permanência que vão estruturando e demarcando as diferenças. Defendemos por isso que abordar o género como uma prática no seu todo contribui para perceber a autonomia na definição (demarcação e legitimação) das diferenças de género e que relação têm com a ordenação existente. Implica encararmos os processos que naturalizam e justificam a oposição entre dois grupos diametralmente antagónicos e assimétricos como um resultado estrutural e contingente das práticas de género instituídas.

A ordem social hegemónica que configura as relações de poder entre homens e mulheres e codifica as definições de masculinidade e feminilidade baseia-se na rejeição e repressão de alternativas e dos elementos que não contribuem para fundamentar a divisão antagónica e naturalizada da exclusividade. Ou seja, na especificação do que é transgressivo no género. As forças inerentes a esta purificação remetem, por um lado, para a importância que a transgressão tem na constituição do limite normativo e, por outro lado, para o universo normativo e ideológico em que se baseiam as convenções e classificações do género. Com efeito, já desde Garfinkel (1967) que estão identificadas as duas regras prevalecentes nos modos como identificamos, fazemos e organizamos o género: *só existem dois e só se pode ser de um ou de outro*. Duas normas enraizadas que definem o limite e são especificadas a partir da sua transgressão.

Nesse sentido, as transgressões de género estão subordinadas à ordem social e às práticas dominantes de fazer e reconhecer. A variação histórica e espacial nas normas de género permanece enquadrada por lógicas de demarcação e ordenação que são especificadas por essas diferenças estruturais. No contexto ocidental encontramos exigências e modos de legitimação variáveis consoante a época e o lugar em que se vive, mas estas mantêm-se parametrizadas socialmente a partir de formas de atribuição, apropriação e interpretação dicotómicas. Por exemplo, «tornar-se mulher» no Portugal de 1950 implicava expectativas e práticas muito distintas das que são exigidas em 2015. E a distância ou aproximação normativa é igualmente variável em função do momento da vida e dos diversos tipos

de interação estabelecida. Quer dizer, o significado e a importância da diferença de gênero esperada e reconhecida comportam diferentes especificações quando se é criança, jovem ou adulto.

O incumprimento normativo é, portanto, transversal e comum ao longo do tempo biográfico e socio-histórico. E as possibilidades de transformação e reconfiguração das expectativas e experiências legítimas no gênero são uma componente intrínseca da institucionalização e da regulação social. Mas uma coisa é não cumprir a expectativa de gênero (como por exemplo seguir uma carreira que é predominantemente «masculina» ou «feminina») outra coisa é *transpor* o lugar de gênero ocupado (afirmando-se como transgênero, não binário e/ou realizando transformações legais, corporais, etc.). Estas mudanças acarretam consequências muito diferentes, que são, sobretudo, reveladoras das fundações estruturais em que se apoiam as configurações de gênero.

Precisamente porque as referidas convenções se mantêm como estruturantes (e estruturadoras) dos modos de fazer e dos sentidos de pertença ao (posicionamento de) gênero, a alternativa *não binária* configura uma transgressão de primeira ordem. Quem não faz o gênero de forma exclusiva e antagônica lida permanentemente com os limites socialmente impostos e a sua especificação transgressiva. Nomeadamente, pela ausência de evidências claras e congruentes de que se é de um gênero ou de outro, que se pertence tal como é definido e esperado socialmente. As pessoas com expressões ou performances andróginas geram frequentemente confusões e intrusões percebidas no contexto da interação pela ambiguidade na definição e no reconhecimento dos seus gêneros. Ou, por exemplo, a coexistência na mesma pessoa de códigos marcadamente antagônicos (como bigode e batom) produz uma ambivalência face às convenções que é frequentemente alvo de sanção ou repúdio.

As lógicas de ordenação e demarcação das práticas de gênero e dos seus significados materiais, simbólicos e performativos baseiam-se, portanto, numa especificação da transgressão e na sua eventual rejeição. Em grande medida uma recusa baseada na identificação de uma ausência de correspondência ou de coerência com os padrões e codificações dicotômicos e opostos das práticas de gênero (e não tanto no reconhecimento de uma alternativa de pertença legítima). Como a pertença ao binário – ou seja, a exclusividade e o antagonismo no gênero – prevalece como o (único) modo legítimo e reconhecido,

subordina as alternativas e, através destas, pode inclusive reforçar-se³. Numa lógica retroativa, as transgressões constituem e dialogam com o limite, podem tanto deslocá-lo como intensificá-lo. Daí a utilidade de distinguir entre os diferentes processos de reconhecimento do género e os modos como estes estruturam as expectativas e os horizontes da experiência.

Em primeiro lugar, temos as práticas de *atribuição* de género que remetem para os arranjos e classificações formais em que se definem as categorias possíveis. Em Portugal e no Reino Unido as pessoas são homens ou mulheres nos documentos de identificação, frequentam espaços públicos com casas de banho (quase sempre) respetivamente divididas, consomem (ou não) vestuário, artigos e objetos especificamente designados para si, etc. Em segundo lugar, temos as práticas de *interpretação* de género que estabelecem e avaliam os critérios, segundo os parâmetros (simbólicos, materiais e performativos) socialmente determinados. Remetem para os sentidos «verdadeiros» e «genuínos» no género, cujos significados advêm dos mecanismos de legitimação e das convenções definidas. Por último, temos as práticas de *apropriação* de género que se referem aos graus (variáveis) de pertença, aos distanciamentos e aproximações dessas atribuições e interpretações, que se traduzem em diferenciações subjetivas e objetivas.

Ora, as práticas não binárias são um objeto de estudo central para compreendermos em que medida a exclusividade e o antagonismo no género estão a ser redefinidos. Ou seja, para aferirmos em que medida as práticas *divergentes* (R. W. Connell 1987) contribuem para transgredir a oposição (universal e discreta) entre o masculino *ou* o feminino. Para saber se: podemos transgredir a oposição binária? Em que medida é que o género pode ser captado além das experiências antagónicas? E o que é que isso nos diz sobre os processos de reconhecimento? Estamos perante uma transformação das expectativas e

³ Dispomos de um vasto conjunto de exemplos recentes (alguns referidos neste livro) que ilustram a intensificação e o reforço da legitimação binária e exclusiva que antagonizam masculino *ou* feminino. No contexto português, estão patentes nomeadamente nas polémicas e reações em torno das publicações de cadernos de exercícios para meninos e meninas (em agosto de 2017) ou em torno do despacho governativo (n.º 7247/2019) para a aplicação da Lei de Identidade de Género (Lei 38/2018, de 7 de agosto) nas escolas, particularmente a garantia de acesso diferenciado a casas de banho e balneários por estudantes transgénero (em agosto de 2019).

da estruturação do gênero? A tentativa de resposta a estas questões, baseada no aprofundamento dos modos como as normas de gênero podem ser (des)feitas e refeitas através da transgressão não binária, encontra-se sistematizada neste livro.

Mediante uma seleção dos principais resultados, apresentamos a investigação transversal (ou *cross-sectional*) que realizámos em torno dos discursos e das vidas não binárias, da sua história e construção social como prática transgressiva nos contextos português e britânico desde a segunda metade do século xx (Bryman 2012)⁴. Recorremos à transgressão como forma heurística para pensar as questões da ordem de gênero e demonstrar a sua presença e os seus efeitos nas vidas contemporâneas. Uma análise baseada no diálogo entre transgressões e limites de gênero a partir das diferenças *supra*, no seu todo. Deste modo esperamos não só demonstrar a relevância do conceito de transgressão para os estudos de gênero em particular e para a investigação sociológica em geral, como também apontar para a necessidade de mudança na abordagem científica de um conceito tão complexo como o gênero. Nesse sentido, dividimos a apresentação deste trabalho em quatro capítulos interligados.

No capítulo 1 abordamos os arranjos e sistemas de classificação institucional das categorias possíveis de gênero e as suas implicações. Começamos com a ligação entre a diversidade de gênero e a sua classificação e medição, para depois aprofundarmos que transformações têm ocorrido em três campos específicos do saber poder. O modo como as conceções sobre o gênero e o transgênero têm vindo a mudar na biomedicina, nas leis e na política tem implicado tanto os sistemas de classificação como as possibilidades regulatórias da diversidade de gênero. Uma tentativa de contextualização e aprofundamento que aponta para a eventual transformação paradigmática nos modos como o gênero é reconhecido e protegido, tanto no plano transnacional, como nos contextos português e britânico em particular.

No capítulo 2 centramo-nos especificamente no movimento não binário a partir da sua emergência no ciberespaço. Baseamo-nos concretamente no estudo de uma comunidade digital, nos conteúdos do

⁴ No início de cada capítulo resumimos as fontes e as técnicas de recolha e análise mobilizadas. A estratégia metodológica e o desenho de pesquisa encontram-se descritos com pormenor na dissertação de doutoramento, ver Merlini (2019).

arquivo *Nonbinary Wiki*, para discutir os processos de (des)legitimação do gênero. Tomando como exemplo este discurso específico, apresentamos os modos como o movimento não binário constrói os léxicos para se representar, como mobiliza e organiza as múltiplas categorias alternativas e quais os seus significados, valores e normas específicas. A construção de (novas) fronteiras de gênero e os processos que têm contribuído para transformar como vemos (e incluímos) as categorias de gênero e transgênero.

No terceiro capítulo apresentamos e discutimos uma parte dos resultados encontrados com o estudo qualitativo das vidas não binárias, através do método biográfico-interpretativo. Conjugando a vida vivida com a vida contada, incidimos sobre como os posicionamentos não binários de 19 pessoas portuguesas e britânicas implicam um confronto com as fronteiras de gênero legitimadas, validadas e reconhecidas. Abordamos de forma compreensiva as transgressões de gênero vividas e contadas por quem não pertence exclusivamente ao feminino ou ao masculino. Não descurando a especificidade de cada vida, nem a sua complexidade, centramo-nos sobretudo nas pistas encontradas sobre os efeitos latentes e manifestos dos posicionamentos não binários. Nesse sentido, a síntese dos resultados baseia-se numa seleção de episódios, trajetórias e narrativas do gênero transgredido. A extensão deste capítulo (face aos restantes) é atenuada por uma subdivisão em três temas principais e comuns experienciados por estas 19 pessoas.

Por último, o quarto capítulo centra-se na discussão teórica dos resultados empíricos desta investigação. Numa apresentação das explicações existentes sobre a (re)produção normativa do gênero e o seu confronto e reflexão à luz das evidências encontradas. Discutimos a relação dialógica entre transgressão e limite no gênero, avançando no debate sobre os mecanismos de ordenação e demarcação das diferenças e em que medida nos permitem repensar a ordem de gênero.

Não pretendendo ser a única fonte ou visão sobre a problemática da diversidade de gênero e do movimento não binário, importa contudo fazer uma última advertência. As várias possibilidades não binárias (discursivas, expressivas, corporais e legais) representam atualmente um «limbo» em discussão e que carece de maior aprofundamento, reconhecimento e institucionalização. A sua (futura) inclusão efetiva dificilmente retirará o peso ou eliminará a possibilidade

de exclusividade (*i. e.*, o binário de gênero e as suas pertenças, masculina e feminina). Prevenindo eventuais pânicos morais, basta por agora dizer que as existências não binárias coexistem com constrangimentos suficientes da «inevitabilidade binária». Práticas que aliás, pela sua continuidade ao longo do tempo histórico e biográfico, têm permanecido subordinadas ao predomínio (hegemónico) do mundo dividido em dois.

Capítulo I

A hétero-regulação do género e as transformações macrossociais¹

Neste capítulo centramo-nos na discussão de uma eventual transformação paradigmática na definição e na categorização do género. Tanto no plano transnacional, como nos contextos português e britânico em particular, as conceções sobre o género, o sexo e a sexualidade têm vindo a transformar-se. Estas mudanças enquadram-se num debate alargado que conta com a participação de diferentes ramos disciplinares (Montañez 2017; Hines e Sanger 2010; Callahan 2009; Hall 2006; Fausto-Sterling 2000) e no qual as problemáticas transgénero e não binária têm assumido um lugar de destaque, seja para ilustrar a diversidade, seja enquanto representantes legítimos de uma alternativa.

Sistemas de classificação oficiais, tais como os registos de nascimento e de identificação, permitem-nos analisar a um nível macroscópico os modos como as pessoas são ordenadas e hierarquizadas em relação ao género. Neste âmbito, tanto Portugal e como o Reino Unido dispõem de processos de reconhecimento oficial do género definidos a partir do sistema binário. Isto é, baseados numa divisão antagónica e exclusiva entre pessoas do sexo masculino *ou* feminino. Mas os mecanismos de hétero-regulação – *i. e.*, os meios coletivos

¹ Este capítulo é uma versão adaptada do capítulo III da dissertação de doutoramento *Género e Transgressão* (Merlini 2019), cuja análise se baseia em fontes documentais (físicas e digitais) entre 1950 e 2018.

pelos quais o género é regulado – estão globalmente a mudar. Para isso têm contribuído a separação entre as esferas jurídico-legais e biomédicas no reconhecimento identitário e a complexificação do que entendemos por sexo, género e sexualidade.

Assiste-se a uma visibilidade crescente de alternativas à conceção de que *o sexo vem primeiro do que o género* e à (auto/hétero) definição das pessoas como pertencendo exclusiva e essencialmente à masculinidade *ou* à feminilidade. Faz sentido retratá-las comparativamente, sem desconsiderar as dimensões históricas locais e globais de ambos os países, privilegiando as diferenças, as semelhanças e também as trocas existentes entre Portugal e Reino Unido. Para tal abordamos em primeiro lugar a classificação oficial do género e da diversidade de género, para depois apresentarmos as mudanças específicas nos modos de classificar e hétero-regular as categorias de género e transgénero na medicina, na lei e no ativismo.

A diversidade de género e a sua classificação

Em 2017, Portugal e Reino Unido ocupavam um lugar dianteiro tanto em matéria de igualdade de género como em matéria de direitos LGBTI, devido a diversos fatores de transformação a nível político, cultural e social. Uma maior abertura à diversidade e à democratização das relações de género,² identificada particularmente pela existência de medidas e leis e/ou da paridade de determinadas formas de caracterização – que dividem as pessoas, nomeadamente, por sexo,

² Segundo o *Gender Inequality Index* (GII) das Nações Unidas, em 2017 Portugal ocupava o 19.º lugar e o Reino Unido o 25.º de um total de 189 países classificados (UNDP 2018). Ambos fizeram progressos significativos nos últimos 30 anos (entre 1995 e 2017) apresentando taxas de desigualdade de género relativamente baixas. Segundo a classificação da ILGA quanto às leis e medidas de reconhecimento e proteção LGBTI – o índice *Rainbow-Europe* – Portugal e Reino Unido também estavam bem situados. Em 2017 o Reino Unido ocupava o 4.º lugar e Portugal o 7.º num conjunto de 49 países europeus classificados (ILGA-Europe 2018). Na avaliação dos progressos, ambos os países são considerados pela ILGA-Europe como exemplares e é reforçada a continuidade nas lutas pelo reconhecimento e proteção dos direitos. Recorremos a estes índices como indicadores do posicionamento dos países que adotaram leis de emancipação do género, de forma a permitir uma leitura mais nuançada dos diversos contextos nacionais. (ver adiante os quadros 1.2. e 1.3.). As dimensões medidas por estes índices estão explicitadas brevemente na nota de rodapé n.º 33 (p. 53).

identidade de género, orientação sexual, etc. – em todas as esferas da vida social.

Não descurando a sua importância, é pertinente, contudo, olhar primeiro para os processos de classificação a montante. Isto porque, mesmo a prática «universal» do registo civil é historicamente recente. Antes de 1875 no Reino Unido e de 1911 em Portugal, os registos de nascimento e os dados populacionais eram efetuados maioritariamente pelas paróquias para as pessoas batizadas. Uma prática religiosa que, por sua vez, foi instituída como obrigatória por causa do Concílio de Trento de 1563. Anteriormente só as pessoas economicamente privilegiadas eram alvo de registo. Isso significa que a nível demográfico mesmo os dados sobre quantas pessoas residiam num país – independentemente do seu sexo, idade, etc. – se baseavam em estimativas ou aproximações inconsistentes. É, por isso, significativo o facto de existir um conjunto de entidades nacionais e transnacionais – como as Comissões de Direitos Humanos da ONU e da UE, a Amnistia Internacional, entre outras – a apostar no reconhecimento de alternativas na identificação de género.

Em 2017, os respetivos organismos nacionais estatísticos oficiais estimavam haver mais mulheres do que homens a residir em Portugal (555 643 mil mulheres num total de 10,3 milhões) e no Reino Unido (mais de 880 000 mil mulheres num total de 66,2 milhões). Contudo, como muitos estudos têm vindo a mostrar, os posicionamentos de género, a variabilidade (crescente) de identificações e a multiplicação de categorias são indícios de uma outra realidade (Richards *et al.* 2016; Hines 2010; Ekins e King 2010). Nomeadamente, numa pesquisa em Israel, cerca de 35% das 2225 pessoas (cisgénero³) inquiridas afirmaram que se identificavam parcialmente com ambos (feminino e masculino), nenhum ou outras categorias além do binário (Richards *et al.* 2016). Num questionário mais específico da Scottish Alliance, a maioria das 895 pessoas não binárias inquiridas referiu que optaria pelo marcador de género indeterminado caso fosse disponibilizado (TGEU 2018). E a iniciativa cibernética de recenseamento das pessoas não binárias – que

³ *Cisgénero* é um neologismo que começou por ser usado em contextos *online* enquanto termo que caracteriza as pessoas que *não são transgénero* (Shotwell e Sangrey 2009). Provavelmente apropriado da biologia molecular, o prefixo *cis-* provém do latim e significa «deste lado» ou «para cá», traduzindo-se na ideia de correspondência ou concordância.

aprofundaremos com mais detalhe no próximo capítulo – recolheu em 2017 uma amostra de 9932 participantes. Ainda escasseiam, portanto, dados substantivos e extensivos em relação aos posicionamentos e às pertencas de gênero.

E saber exatamente quantas pessoas se *desidentificam* com o sexo/gênero atribuído à nascença faz parte de um projeto que só recentemente foi entendido como necessário (Lindqvist *et al.* 2018; GEO 2018; Magliozzi, Saperstein e Westbrook 2016; ONS 2016; Flores *et al.* 2016; Amnesty International 2014). Os desafios são inúmeros porque, além do estigma associado e de se tratar frequentemente de uma população escondida, há diversas ambiguidades sobre o que se está exatamente a medir e como sabê-lo. Pelo menos desde 2011 que têm vindo a crescer as tentativas oficiais de monitorizar a sua prevalência. Nomeadamente através da inclusão de questões específicas no recenseamento populacional indiano (2011), da construção de métricas estatísticas adequadas na Nova Zelândia (2015) e na Austrália (2016) e do índice de inclusão LGBTI pela ONU e pelo Banco Mundial (2018).

No Reino Unido está igualmente prevista a aferição da identidade de gênero no recenseamento de 2021. No caso de Portugal os estudos existentes são pouco representativos e não estão ainda previstas tentativas de aferir a sua dimensão populacional (Hines e Santos 2017; Saleiro 2013). Dispomos apenas de estimativas aproximadas da população transgênero, nomeadamente:

Quadro 1.1. Estimativas da população transgênero

Território	Frequência estimada	Proporção estimada	Ano	Fonte
<i>União Europeia</i>	1,5 milhões de pessoas	0,29%	2014	Amnistia Internacional
<i>Estados Unidos</i>	1,4 milhões de pessoas	0,58%	2016	<i>The Williams Institute</i>
<i>Reino Unido</i>	200 a 500 mil pessoas	0,30 a 0,76%	2018	Gabinete para a Igualdade (GEO)

Como veremos ao longo deste livro, as lutas pelo reconhecimento das categorias e dos direitos transgênero e não binários

intensificaram-se especialmente a partir dos anos 1950 (Singer 2013; Ekins e King 2010; Bryant 2009). Mas a existência de diversidade e de categorias de desidentificação com a exclusividade masculina/feminina têm sido parte persistente de muitas sociedades ao longo do tempo e dos espaços (Stryker 2008). A antiguidade destes posicionamentos e a presença de sistemas de classificação baseados noutros fatores e práticas de atribuição do gênero está, aliás, bastante documentada tanto em estudos antropológicos clássicos como na literatura científica mais recente (Boellstorff *et al.* 2014; Horvath 2009; Scott 2008; Stryker e Whittle 2006; Feinberg 1992; West e Zimmerman 1987; Kessler e McKenna 1978).

Estas dificuldades de aferir quantas pessoas se desidentificam com o sexo/gênero atribuído à nascença advêm de dois obstáculos principais. Primeiro, porque só com a crescente visibilidade das categorias e dos posicionamentos transgênero e não binários é que se começou a reconhecer de forma global a existência e a importância das alternativas, cuja valorização resultou de diversos fatores de transformação.⁴ Em segundo lugar, por causa dos desafios em captar de forma unívoca a diversidade e a complexidade das experiências de gênero. O reconhecimento é dificultado *a priori*, e simultaneamente, pela multiplicação (visível e afirmativa) das possibilidades de desidentificação e pela instabilidade de sentidos associados às categorias de identidade de gênero. Processos dinâmicos pautados pelas lutas internas da comunidade transgênero e pelas lutas ativistas em relação aos campos específicos do poder-saber (médico, jurídico-legal e político).

Apesar destes obstáculos, do desconhecimento e das tensões existentes na garantia de direitos, podemos contudo falar de modo global numa transformação potencialmente paradigmática quanto aos modos de nomear e interpretar a diversidade de gênero. Da conceção do sexo e do gênero como dimensões distintas e por isso diferentemente mensuráveis. São mudanças patentes, nomeadamente, nos investimentos transnacionais e nacionais para aferir as categorias de pertença ao gênero, na legislação de novas categorias indeterminadas nos documentos oficiais de identificação ou nas leis de reconhecimento autodeterminado da identidade de gênero. Em

⁴ Que sistematizamos adiante, tais como as principais convergências e divergências entre as pessoas que se desidentificam com o sexo/gênero atribuído à nascença e que, cumulativamente ou não, se identificam como transgênero e/ou não binárias.

particular, o desdobramento (formal e informal) das categorias de (auto)classificação do gênero acarreta principalmente uma representação distinta dos modos como reconhecemos e vivemos a pertença. É uma transformação concreta nos sistemas de classificação institucional das categorias que ainda está na sua infância e que contém diferentes possibilidades.

No plano macrossocial e transnacional identificamos pelo menos três tensões ou desafios emergentes neste âmbito. Uma primeira consiste na *tensão entre diferença e semelhança de gênero*. Dependendo dos modos como o gênero é interpretado, a diversidade pode ser medida a partir de critérios identitários (como a pertença subjetiva, o sentimento de gênero, etc.) ou a partir de outras modalidades de classificação da humanidade (concedendo autonomia para alterar a pertença, ampliando os sistemas – por exemplo, para três categorias – ou abolindo a categorização do gênero, etc.). Ou seja, a transferência dos debates sobre a identidade de gênero para uma linguagem de direitos humanos enquadra-se numa luta de reconhecimento que obriga a repensar as diferenças e as igualdades que mais contam. Neste âmbito, a sigla anglófona adotada pelas Nações Unidas para se referir aos direitos das «minorias» – *Sexual Orientation, Gender Identity, Sex Characteristics, Gender Expression* (SOGIS CGE) – revela precisamente a passagem para formas mais complexas de interpretar e referir as categorias. No fundo, o grande desafio que se coloca é definir quais os critérios, mais ou menos estáveis, que permitem captar a diversidade e, através disso, defender democraticamente os direitos humanos. É, aliás, esse o sentido do índice de inclusão LGBTI proposto pela iniciativa conjunta da ONU e do Banco Mundial (Badgett e Sell 2018).

Em segundo lugar, identificamos uma *tensão entre a continuidade e a descontinuidade geográfica*. As transformações têm ocorrido dispersamente em vários pontos globo, pondo em causa uma separação linear (heurística ou real) entre o Norte e o Sul globais (Chiam, Duffy e Gil 2017). A continuidade é notória, por exemplo, nos movimentos e nas iniciativas políticas transnacionais (como a campanha STP, «*Stop Trans Pathologization*»), nas mudanças jurídico-legais (Aboim 2020) ou no acesso a serviços médicos especializados (formais/ informais) que reconhecem e intervêm sobre as pessoas transgênero, etc. Já no plano da medição, os dados e os *rankings* de que dispomos a nível da igualdade e dos direitos de gênero e LGBTI

(ver a nota de rodapé 2) apontam para uma descontinuidade e, sobretudo, para uma maior hegemonia do Norte sobre o Sul. Hiatos que põem em causa as próprias medições existentes e apontam para eventuais hierarquias ou etnocentrismos epistemológicos. O principal desafio passará por conjugar as perspetivas nacionais e transnacionais de modo a captar mais realisticamente as diferentes pertenças de gênero e como estas se interligam com a desigualdade e a discriminação interseccional das pessoas.

Em terceiro e último, identificamos uma *tensão entre a transversalidade e a especificidade cultural*. A designação do(s) fenómeno(s) da diversidade de gênero em diferentes línguas e linguagens e os modos como as traduções e articulações têm ocorrido são ilustrativos dos desafios. Encontramos, por um lado, um movimento de aglutinação internacional sob os termos «transgênero», «*queer*» e «não binário». O recurso a termos comuns e reconhecidos pela maioria tem sido fundamental tanto na aceitação como na proteção das diversidades e multiplicidades genderizadas, informando e reconfigurando os campos. Formações discursivas transnacionais que são vistas por algumas comunidades como uma imposição anglófona e/ou imperialista que acarreta ideias e conceções distantes, independentemente do seu uso como *categoria da prática*⁵ nos diversos contextos (Pearce, Steinberg e Moon 2018; Espineira e Bourcier 2016). São as especificidades locais e os diálogos existentes sobre as possibilidades de nomeação do fenómeno que, por outro lado, têm resultado em diferentes processos. Um movimento que simultaneamente multiplica e transforma as possibilidades de nomeação. Estes processos resultam do confronto entre os diversos modos de conceber o gênero e de viver a experiência genderizada. Criando resistências e pertenças locais específicas, de que são exemplo a rejeição do termo *Hijra* pelas *Khawaja'saras* paquistanesas, considerado ofensivo; a substituição do termo *Queer* pelo termo *transfeminista* por alguns coletivos espanhóis e franceses – visto como uma forma de *ressignificar* (*i. e.*, dar outro significado) e reapropriar-se dos termos (Espineira e Bourcier 2016); ou através de processos de transformação e inovação linguísticos, ilustrados pelos termos «transveado» no Brasil, «bichas

⁵ Recorremos à distinção entre categoria da prática e categoria de análise referida por Brubaker e Cooper (2000, 4) em linha com Pierre Bourdieu. *Categorias da prática* são os termos quotidianos em uso nas experiências sociais. *Categorias de análise* são os termos aplicados ao estudo de um determinado objeto social.

cobardes» em Portugal, etc. Estes movimentos ganham significativamente mais importância, sobretudo quando a agenda da linguagem inclusiva e do tratamento neutro começa a ganhar força em muitos contextos em que essas possibilidades requerem expansão e adequação linguística. Logo, aferir a diversidade de gênero em termos globais implica um conhecimento aprofundado de cada cultura. Requer a compreensão e a desconstrução substantiva dos diversos elementos culturais que caracterizam – simbólica, material e performativamente – o gênero. E para isso é preciso considerar atentamente os diferentes usos das terminologias, os seus significados na prática, consoante os contextos e as épocas específicas em que se enquadram.

Neste âmbito, Portugal e Reino Unido são contextos próximos porque partilham um conjunto de fatores culturais, geográficos e sociais quanto à diversidade de gênero em geral e ao fenómeno transgênero em concreto. Entre 1950 e 2018, houve fatores globais que afetaram ambos os contextos a nível dos processos de reconhecimento e proteção das identidades de gênero. Nomeadamente a transição para a era cibernética, o desenvolvimento e a sofisticação de técnicas e procedimentos na medicina a nível cirúrgico e endócrino, o aumento de conhecimento e debate sobre o gênero, o sexo e a sexualidade, a visibilidade e o crescimento da comunidade transgênero, etc. Estas transformações foram especialmente frutíferas nos contextos anglo-americanos, face à conjuntura (*grosso modo*) mais favorável para os desenvolvimentos tecnológicos e científicos emergentes.⁶ Nesse sentido, em ambos os países é visível a maior influência e mediação hegemónica dos Estados Unidos da América (e por vezes do Canadá). Esta é evidente no recurso a termos anglo-americanos e nos modos de definição e organização dos aparatos institucionais para a mudança e o reconhecimento legal do gênero. Nas categorias de identificação alternativa oriundas do contexto norte-americano, como «*transgender*» (ou transgênero), «*genderqueer*» e «*non-binary*» (ou não binário), que são usadas amplamente pelas comunidades britânica e portuguesa. Nas causas e bandeiras ativistas que reivindicam

⁶ Patente, por exemplo, na migração de «cérebros» de vários países europeus em regimes fascistas para os Estados Unidos da América durante a primeira metade do século xx. A destruição dos arquivos do Instituto para o Estudo da Sexualidade de Magnus Hirschfeld em 1933 (uma das primeiras ações do regime nazi) ilustra bem o nível de tolerância vivido neste período. Como veremos adiante, esta convergência produziu consequências no modo como o fenómeno tem sido compreendido e (re)formulado.

o reconhecimento autodeterminado do gênero e recorrem também a essas categorias e aos enunciados norte-americanos (Pearce, Steinberg e Moon 2018; Espineira e Bourcier 2016). A influência norte-americana sobre Portugal e o Reino Unido manifesta-se ainda na emergência e organização dos procedimentos instituídos para as mudanças e o reconhecimento legal da identidade de gênero. Como veremos adiante, as diferenças em Portugal e no Reino Unido referem-se mais à antiguidade, quantidade e modalidade dos ativismos e comunidades que defendem os direitos de reconhecimento e proteção da identidade de gênero. A história e evolução do movimento transgênero em Portugal e no Reino Unido foram efetivamente distintas, mas nas esferas jurídico-legais e biomédicas encontramos maior convergência e semelhanças.

Para além de fronteiras nacionais, as diferenças na extensão e nos modos como foram ocorrendo as transformações sociais e os desenvolvimentos científicos e tecnológicos foram sobretudo visíveis a nível dos campos do poder-saber emergentes. E implicaram múltiplos diálogos com as especificidades e diversidades culturais de cada contexto. Nesse sentido, não podemos referir-nos propriamente a um movimento homogêneo ou linear quanto às transformações nos sistemas de classificação e no reconhecimento das identidades de gênero. Até mesmo a visibilidade dos fenómenos transgênero e não binário é recente, e a instabilidade categórica não tem contribuído para a sua compreensão generalizada. Estas dinâmicas concorrem frequentemente para uma reificação e uma aglutinação das diferentes experiências e posicionamentos face ao gênero (Cloud 2018; Xie 2015; Lane 2010). A par disso, houve diversos obstáculos que atrasaram a organização da comunidade, do ativismo e do campo de estudos transgênero. Nomeadamente a maior dispersão de pessoas, frequentemente desprovidas de informação; o acesso e a legitimidade da informação ou o estigma associado às pertenças alternativas.

As categorias de pertença alternativa têm variado e são, como dissemos, frequentemente um motivo de luta pela legitimidade. As pessoas transgênero e não binárias têm em comum a desidentificação com a categoria de gênero *atribuída à nascença*. Essa experiência de *não pertencer* é partilhada, mas os posicionamentos assumidos não. Ou seja, verificam-se diferentes formas de lidar, interpretar e afirmar as alternativas legítimas e ilegítimas de pertencer ao gênero. Tanto em Portugal como no Reino Unido, as pessoas transgênero

desidentificavam-se tradicionalmente com o género atribuído à nas-
cença afirmando a sua pertença ao «sexo oposto». Mas esta é uma
alternativa entre as diversas existentes. As pessoas não binárias diver-
gem no (des) fazer do género e nos modos como se relacionam com
as categorias porque contestam a existência de uma exclusividade e/
ou essência antagónica entre a masculinidade e a feminilidade. Vivem
o género de uma forma não antagónica, assumindo diferentes posi-
cionamentos e identificações. E precisamente por serem experiên-
cias de género complexas e nuancadas, as variações internas do não
binário serão aprofundadas nos próximos capítulos.

Face ao exposto até aqui, importa apresentar e discutir os modos
como o debate sobre o género, o sexo e a sexualidade se desenvol-
veu nos campos específicos do poder-saber em Portugal e no Reino
Unido. A referência (contínua ou descontínua) a pertenças alterna-
tivas de género e a conceção sobre a diversidade de género têm vindo
a transformar-se e, no processo, a mudar os sistemas de classifica-
ção. Neste âmbito, uma das principais mudanças em curso reside
na separação efetiva entre o poder-saber biomédico e o poder-saber
jurídico-legal na determinação do género. Mas são transformações
embrionárias, com distintos desenvolvimentos em cada campo.

Em Portugal e no Reino Unido a *atribuição* do género ainda é
feita à nascença e tem-se baseado nas características sexuadas visíveis
das pessoas, em particular na genitália (West e Zimmerman 1987,
2009; Kessler e McKenna 1978). Como referem Ekins e King (2006)
ou Stryker (2008) a construção *biométrica* do género iniciou-se
especialmente a partir da institucionalização do conhecimento sobre
a sexualidade e a medicina e dos *aparatus* legais e governamentais
das identidades e cidadanias. A emergência histórica do transgénero
remonta, portanto, em particular, à divisão cartesiana entre mente
e corpo. E o género compreende outras dicotomias que (apesar de
esforços no sentido contrário) prevalecem nos imaginários e nos
conhecimentos legítimos. Parte do produto dessa visão «biométrica»
tem implicado não só a replicação da divisão mente *vs.* corpo, como
de natureza *vs.* cultura, público *vs.* privado, etc.⁷ De facto, as próprias

⁷ Como veremos nos próximos capítulos, a riqueza e a pluralidade das experiên-
cias genderizadas (incorporadas e materializadas) *transgridem* em muito as visões e
as práticas dominantes do (des) fazer o género. E, como dissemos, este património
tem mais a ver com as posições, as trajetórias e os discursos transgénero (na sua
diversidade) do que com as possibilidades categóricas que os governam.

diferenças entre «sexos» são uma invenção do século XVIII. Antes desta época «moderna» era o *modelo único* de corpo sexuado que vigorava no saber ocidental.⁸ Foi, aliás, a partir do momento em que se começaram a considerar os corpos sexuados de homens e mulheres como distintos (o *modelo dual*) que a visão de antagonismo e oposição veio substituir a anterior, de *continuum*.⁹ Esta «evolução» dos modos inteligíveis da diferença corporal demarcou e ordenou claramente as hierarquias (possíveis) de entendimento do nexa entre sexo, gênero e sexualidade. É por isso pertinente começar pelas transformações nas concepções e categorias biomédicas e nas suas consequências para a classificação da diversidade de gênero.

As categorias de gênero e transgênero na medicina

A medicina não «inventou» o fenómeno transgênero mas teve um grande peso na sua formulação moderna. O conhecimento biomédico sobre a sexualidade começou a estabelecer-se a partir do século XIX (Foucault 1999 [1976]; Miskolci 2005) e teve consequências no entendimento sobre a diversidade de gênero.¹⁰ A categoria de transexual e a concepção sobre a transexualidade¹¹ emergem neste

⁸ Como demonstra o historiador Thomas Laqueur na sua obra *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, 1992 (McLaren 1993), a visão grega da diferença sexuada era em *grau* mas não em *tipo*. Ou seja, apesar de se tratar de uma sociedade patriarcal, as experiências (sexuais) de ambos eram vistas como similares. A anatomia feminina até à época do Iluminismo era, inclusive, concebida como um «macho incompleto», considerando-se a sua genitália uma inversão do órgão sexual masculino – análogo à narrativa bíblica da «costela de Adão», como sabemos, muito predominante no período medieval.

⁹ Mesmo a ideia de diferença e de diversidade é tributária do legado iluminista (McLennan 2011). Ainda que marginal ao pensamento da época, a imagem de *continuidade* tem sido resgatada para representar a diversidade de gênero – levando à reconsideração das propostas de Alfred Kinsey (1948), Magnus Hirschfeld (1910), entre outros.

¹⁰ Outras relações poderiam ser igualmente traçadas, entre a medicina e a reprodução ou como a medicina contribuiu para a hegemonia masculina (Aboim 2013). Para efeitos de síntese e face à relevância para o nosso objeto de estudo centramo-nos no fenómeno transgênero.

¹¹ Como dissemos, o fenómeno transgênero (recorrendo à sua categorização contemporânea) remete para a diversidade de práticas genderizadas e para diferentes pertenças que têm sido uma parte «persistente» de várias sociedades ao longo do tempo e do espaço (Stryker 2008). Enquanto fonte de conhecimento, o poder-saber

âmbito como a constituição de um «problema» que necessitava de cura. A sua narrativa clássica ou tradicional remonta à obra de Harry Benjamin, *The Transsexual Phenomenon*, de 1966. Este médico alemão, radicado nos EUA desde 1913, começa a tratar algumas pessoas no final dos anos 1950 através de hormonoterapia para alívio dos sintomas de rejeição corporal. Antes, nos anos 1930, já se verificavam algumas tentativas de intervenção cirúrgica na Alemanha.¹² Mas foi efetivamente a partir do período pós-II Guerra Mundial que se começou a estabelecer o aparato médico em torno do tratamento da transexualidade (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Nesta altura, John Money e Robert Stoler também vêm contribuir amplamente para a definição do que se entende por *identidade de género* no domínio psi- (psiquiátrico e psicológico).

A imagem que caracteriza estas primeiras formas de categorização e à qual se recorre com alguma frequência é a do «corpo errado». Um modo de narrar a experiência e o reconhecimento da alternativa, baseado na discordância entre o sexo (corpo) e a identidade de género (mente). A possibilidade de se ser «são» passava, portanto, pela harmonização mente-corpo através da cirurgia de reconstrução corporal e de hormonoterapia. Desde então, esta narrativa «migratória» tem sido predominante para quem não sente uma correspondência com a categoria que lhe foi atribuída à nascença, informando em grande medida os critérios de acesso e de acompanhamento médico (Saleiro 2013; Hines 2007). Mas, precisamente por ter sido coconstruída por especialistas e pacientes, encerra uma contradição. Até que ponto a indispensabilidade da medicina levou à produção de um discurso socialmente desejado?

As categorias e conceções clássicas de «transexual» e da «identidade de género» refletem sobretudo um reforço da divisão antagónica entre homens/masculino e mulheres/feminino e contribuiram para aumentar a visão de oposição (ou *modelo dual*) dos corpos sexuais. Foram os conhecimentos iniciais da biomedicina que permitiram o desenvolvimento de tecnologia específica de intervenção.

médico criou várias categorias para nomear este fenómeno, sendo a de transexualidade a mais conhecida.

¹² Nomeadamente Dora Richter e Lilly Elbe (retratada no *best-seller* de David Ebbershoff, 2000 *A Rapariga Dinamarquesa*, adaptado para filme em 2015) que são os primeiros casos conhecidos de cirurgias de transformação genital – acompanhadas na Alemanha por Magnus Hirschfeld e a sua equipa.

O aparato médico está, aliás, organizado para favorecer a sequencialidade, linearidade e (reduzida) temporalidade da *transição de género*. Claramente prescritos, existe um momento de «descoberta», seguido por um momento de «tratamento» que resulta numa mudança estável e efetiva – numa transição de género. Não obstante os benefícios e alívios gerados, o facto de estes arranjos implicarem obrigatoriamente uma «migração» são vistos muitas vezes com suspeição, por constituírem exatamente um mecanismo de ocultação da diversidade de género.

Podemos argumentar, como é frequente, que esta visão «migratória» era a única possível face ao *modelo dual* prevalecente no campo médico e nos imaginários e configurações sociais de quem foi parte ativa na construção da narrativa da transexualidade e da identidade de género. Não existindo outra alternativa para se ser *são* em termos genderizados senão incorporar exclusivamente o feminino (a mulher) *ou* o masculino (o homem), que outra forma de nomeação poderia ser possível ou legítima? Que «cura» iria responder ao «problema» de se *ser* alguém que não correspondia? Mesmo tendo coexistido com narrativas alternativas à dominante (Stryker 2008; Ekins e King 2006), o processo médico para tratamento e acompanhamento dos casos instituiu-se de facto em torno desses fundamentos, estabelecendo critérios bastante restritivos. E essas conceções iniciais ganham ampla visibilidade, estando patentes na proliferação da narrativa do «corpo errado» e na mediatização da transexualidade e/ou da transição corporal.¹³

As mudanças nas conceções, categorias e procedimentos médicos foram lentas, começando a institucionalizar-se mais fortemente a partir dos anos 1970 (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Nomeadamente com a criação das «Clínicas de Identidade de Género» (*Gender Identity Clinic*, doravante GIC) que definiram e têm vindo a concentrar boa parte dos procedimentos e protocolos no acesso e cuidados às pessoas transgénero. Nem sempre consensuais, a primeira GIC foi fundada em 1965 por John Money e sua equipa no

¹³ Não obstante o seu aumento, as representações mediáticas e as coberturas jornalísticas tendem a simplificar as complexidades das vidas transgénero e a encará-las de forma normativa (Capuzza 2016). Um dos exemplos mais célebres desta tendência foi a revelação «frenética» nos Estados Unidos da América do caso de Christine Jorgensen (com manchetes em torno da sua cirurgia de reatribuição sexual, em 1952).

Hospital Universitário Johns Hopkins em Baltimore (EUA).¹⁴ Para além das clínicas, é também fundada em 1979 a associação supranacional WPATH – sigla inglesa para Associação Profissional Mundial para a Saúde Transgénero – com o objetivo de criar um consenso em torno das práticas médicas e dos cuidados de saúde às pessoas transgénero.¹⁵

Tanto em Portugal como no Reino Unido foi sobretudo a partir dos anos 1990 que se verificou uma uniformização dos procedimentos relativos ao diagnóstico e acompanhamento médico da «disforia de género». Os serviços médicos especializados e as equipas destinadas ao «tratamento» das pessoas transexuais (termo adotado à época, atualmente usa-se transgénero) em ambos os países seguiram, *grosso modo*, as coordenadas estabelecidas pelo campo biomédico (Saleiro 2013; Ekins e King 2006). A par disso, houve também especificidades nas formas de organização e funcionamento dos respetivos sistemas nacionais de saúde. Nomeadamente a nível da relação entre sistema público e sistema privado de saúde e na distribuição estatal de recursos – mais centralizada em Portugal e mais autónoma no Reino Unido. A difusão e a disponibilidade de recursos a nível regional, bem como o número de especialistas no campo da saúde neste âmbito são comparativamente maiores no Reino Unido.

De uma forma global, a institucionalização desta especialidade na biomedicina resultou em condições mais favoráveis para o acompanhamento e o reconhecimento das identidades de género. Simultaneamente, veio reforçar uma conceção patológica das pessoas que não correspondem ao género atribuído à nascença. Para a historiadora Susan Stryker (2008), o desenvolvimento formal do tratamento biomédico nas décadas de 1970/1980 constituiu um retrocesso

¹⁴ Money presidiu esta clínica até 1979, ano em que o Dr. Paul R. McHugh a decide fechar por se opor ao tratamento («ineficaz») da transexualidade (que considera ser uma «desordem de suposição»). Este médico tem gerado diversas polémicas com as suas pesquisas e tentativas de refutar a «base neurobiológica» da identificação de género. O estudo mais recente do Dr. McHugh foi considerado uma afronta aos direitos humanos (Ennis 2016; McHugh e Meyer 2016).

¹⁵ Fundada pelo Dr. Paul A. Walker como Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association. Esta associação desenvolveu critérios internacionais, materializados nos «*Standards of Care*» (Coleman e AAVV 2012, 7.ª versão) que equivale a um código deontológico (não vinculativo) dos profissionais especializados neste âmbito. É neste documento que estão definidos os tratamentos adequados relativamente às transformações corporais consideradas necessárias.

porque estabeleceu e legitimou oficialmente a transexualidade como doença.¹⁶ Para além dos ataques feministas excludentes no contexto norte-americano que pautaram a década de 1970, a transexualidade passou a constar da lista de problemas de saúde mental desde essa época. Foi exatamente na edição seguinte à retirada da homossexualidade como doença mental que o *Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais* (ou na sigla inglesa DSM) da Associação Americana de Psiquiatria introduziu a nova categoria psicopatológica de «Desordem¹⁷ de Identidade de Gênero» (DSM-III 1980; Stryker 2008).

O DSM constitui um dos documentos de referência internacional em relação ao gênero na área da saúde,¹⁸ a par da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde (na sua 11.^a versão, com a sigla inglesa ICD-11 (World Health Organization 2018)). Foi, aliás, criado com o objetivo de uniformizar os sistemas de classificação na área da saúde no contexto norte-americano e garantir maior correspondência com o ICD. Tanto o DSM como o ICD representam, portanto, guias de orientação de diagnóstico. E ao longo das suas edições assistimos a uma transformação no modo como o gênero e a sexualidade têm sido referidos e definidos.

Tomando o DSM como objeto vemos como, nos 60 anos que decorreram entre a primeira edição (em 1952, DSM-I) e a última (em 2013, DSM-V), as questões de gênero foram adquirindo um lugar

¹⁶ Neste âmbito, é pertinente lembrar que é na década de 1980 que o vírus da SIDA/HIV (identificado em 1981) começa a assumir proporções de contágio muito elevadas, afetando fortemente as minorias mais desfavorecidas e clandestinas à escala global (Stryker 2008). Nomeadamente, as transexuais MtF negras que permanecem até hoje como o grupo com a taxa de infeção mais elevada em toda a população mundial (*ibid.*).

¹⁷ Enquanto termo recorrente para designar e classificar as doenças de saúde mental, encontra-se definido como uma síndrome que provoca um «distúrbio clinicamente significativo», uma disfunção individual causada por aflição (preocupação excessiva) e incapacidade de desempenhar o papel psicossocial (*impairment*); (DSM-V 2013: 20). Optámos por traduzir o termo *disorder* literalmente por «desordem» em vez dos sinónimos transtorno, perturbação ou distúrbio, por considerarmos que expressa melhor a ideia de *ordenação* (entre o «normal» e o «anormal»), particularmente das possibilidades práticas aceites e expectáveis.

¹⁸ O seu uso frequente pela classe médica, bem como pelas seguradoras e pelas empresas farmacêuticas, elevou o estatuto deste manual no campo da saúde (Cohen 2016).

próprio.¹⁹ No processo de reorganização destes manuais – que da primeira para a última versão aumentou em 861 páginas e 294 diagnósticos – as patologias relacionadas com a sexualidade e o género foram-se misturando e separando, ao sabor dos tempos. Todavia as conceções progrediram no sentido de uma maior abertura à variabilidade cultural e social.²⁰ Uma transformação que está muito patente nas mudanças e nos cuidados com a terminologia usada e que não é alheia aos desenvolvimentos nos outros campos de classificação e hétero-regulação das categorias género e transgénero.

É na última edição que se verifica um maior número de distinções e de diagnósticos que identificam e separam os casos de angústia efetiva e aqueles que podem não estar diretamente relacionados com o questionamento do género (DSM-V 2013: 458). A abordagem ao problema, antes concebido como perturbação ou transtorno de identidade, passa a ser compreendida como uma *disforia* – *i. e.*, como uma «incongruência» ou desconforto com o género (DSM-V 2013). Também o termo *sexo* é substituído pelo termo *género*. Esta preferência, apesar de justificada pelos especialistas pela abordagem mais nuançada aos casos transgénero e intersexo,²¹ abrange todos os diagnósticos do manual. No caso específico da disforia de género nas crianças, o «desejo repetidamente declarado de ser do *outro sexo*» passa a designar-se por «forte desejo de se ser de *outro género*»

¹⁹ A análise aprofundada das edições do DSM encontra-se na dissertação de doutoramento. Enquanto o ICD é de carácter global e contém definições gerais e compatíveis no contexto internacional, o DSM é especificamente direcionado para os problemas de saúde mental e contém procedimentos específicos para o acompanhamento de problemas de identidade de género.

²⁰ Um relatório intermédio sobre os progressos na revisão da Desordem de Identidade de Género para a nova edição do DSM-V refere que houve um cuidado de auscultar, através de um questionário, as organizações e as comunidades especificamente transgénero ou de suporte à escala internacional. Mas, mesmo havendo uma maioria contrária à inclusão da identidade de género neste manual e apenas uma minoria manifestar preocupação com o apoio estatal nas despesas com tratamentos (variável de país para país), o diagnóstico permaneceu na edição de 2013 (Narrow e Cohen-Kettenis 2010). A exclusão desta categoria do capítulo de saúde mental do ICD-11 em 2018 pela Organização Mundial de Saúde poderá influenciar uma futura edição do DSM.

²¹ Embora a substituição parcial do termo *sexo* pelo termo *género* tivesse sido iniciada em edições anteriores, só é justificada na edição de 2013. Os especialistas consideram que a referência a *sexo* é inadequada para designar as pessoas com a condição intersexo (DSM-V 2013: 814). A referência à intersexualidade é igualmente recente, surgindo nos manuais de diagnóstico a partir de 2000 (DSM-IV-TR 2000).

(DSM-V 2013). Mas a substituição também ocorre, por exemplo, nos rácios de diferenças entre sexos, iniciados em 1980 (DSM-I 1980), que na última edição se designam como «problemas de diagnóstico relacionados com o género» (DSM-V 2013).

Estas mudanças de categorização e abordagem traduzem a crescente inclusão da diversidade de género e de possibilidades alternativas e suas manifestações. Essa abertura tem efeitos benéficos na medida em que a variabilidade deixa de ser um critério de recusa ou de atrasos no acompanhamento e no tratamento clínicos. Contudo, tomando como exemplo a formação discursiva particular do DSM, vemos simultaneamente como este processo de classificação alargado concorre para maior legitimação e institucionalização do poder-saber médico (e medicalizado) neste domínio. Uma conceção que partiu da divisão entre mente e corpo para depois integrar a cultura, a tradição e a diversidade, a par da apropriação e substituição progressiva do termo *sexo* pelo termo *género*.

Mais do que pôr em causa a legitimidade narrativa que justificou a instituição biomédica do género ou, até, as (razoáveis) condições que levaram à criação de soluções para um «problema» médico, importa indagar em que medida estas biométricas validam uma determinada diferença dicotómica e reforçam como *deve ser* o género «saudável». Os imaginários dicotómicos (mente *vs.* corpo, natureza *vs.* cultura, sexo *vs.* género) sobre as corporalidades (dimórficas) e sobre as diferenças (antagónicas, binárias) continuam aliás a estabelecer a linha divisória entre o normal e o anormal. Em relação ao fenómeno transgénero em particular, esta separação tem sido alvo de contestação e controvérsia, estando inclusive na origem de movimentos ativistas. E, de facto, as categorias médicas têm vindo a perder força junto da comunidade transgénero. Contudo, o campo biomédico permanece como *gatekeeper* no acesso a transformações corporais. Nomeadamente através da inibição (formal ou informal) de acesso ou de mecanismos de exclusão dos sistemas públicos de saúde e de seguradoras.

Apesar disso, ocorrem mudanças que contribuem gradualmente para uma transformação paradigmática e poderão tornar obsoleto o *modelo dual* em que assenta a visão biomédica sobre o género. A infância dos estudos sobre a intersexualidade e as provas da complexidade biológica resultam, *grosso modo*, numa coexistência paradoxal entre o modelo baseado em dois opostos e a visão plural e

de continuidade do corpo sexuado. Malgrado as descobertas serem recentes e ainda não existirem dados substantivos, o conhecimento disponível sobre as condições intersexo questionam e complexificam algumas das premissas e convenções existentes sobre os marcadores sexuais e cromossômicos. Estas mudanças nas concepções, abordagem e categorização do género e do transgénero têm ocorrido em paralelo com as transformações paradigmáticas noutras instâncias de hétero-regulação. Particularmente revolucionária, a separação entre o campo biomédico e o campo jurídico-legal na classificação e regulação do género não só garante uma autonomia relativa entre as duas esferas, como coloca a segunda na dianteira das transformações.

As categorias de género e transgénero na lei

A mudança de abordagem nos modos como concebemos o género, o transgénero e as categorias alternativas depende em grande medida das opções disponíveis e dos processos formais de (auto/hétero) regulação existentes. Como referimos no início deste capítulo, mudanças legais, como desdobramento das categorias de pertença nos registos oficiais (o género indeterminado) ou a autoterminação do género sem necessidade de um diagnóstico médico, são relativamente recentes e começaram a ser adotadas já na década de 2010. Importa por isso determo-nos nas principais transformações que ocorreram no campo jurídico-legal e nos efeitos destas na hétero-regulação do género e do transgénero e respetivas concepções e abordagens.

À escala global, foi a partir da segunda metade da década de 1970 que começaram as transformações nos direitos de género e transgénero. Este período, apesar das crescentes tensões e pressões políticas, foi pautado por marcos importantes de reconhecimento por organizações supranacionais como a Organização das Nações Unidas e a União Europeia (R. W. Connell 1987).²² Tanto Portugal como o Reino Unido participaram ativamente nos trabalhos conduzidos por estas entidades em matéria de igualdade entre homens e

²² Face à quantidade e à especificidade de mudanças jurídico-legais que ocorreram particularmente nos últimos 40 anos, optámos por restringir a nossa análise aos contextos do estudo – Portugal e Reino Unido – considerando apenas as principais viragens à escala global.

mulheres. No final dos anos 1970 ambos os países formavam comissões para igualdade e preparavam leis que transpunham as diretivas comunitárias europeias. Foi, aliás, na viragem para os anos 1980 que começámos a ter mulheres a ocupar a posição de primeiras-ministras. O facto de tanto Portugal como o Reino Unido serem liderados pela primeira vez por mulheres foi talvez um sinal dos tempos – um reflexo da concretização efetiva da igualdade tanto no plano político como no plano social.²³

As medidas e os planos políticos desta época lançaram as bases do enquadramento legal dos direitos de género. Contudo, o crescente reconhecimento das desigualdades e dos mecanismos para combater as diferenças de género foram tratados de forma paralela no campo jurídico-legal, colocando de um lado as causas das mulheres e de outro as causas LGBTQI. Esta divisão produziu leis específicas para a inclusão das pessoas transgénero e leis abrangentes de igualdade de género (que se reportavam exclusivamente à inclusão de homens e mulheres).

De facto, foi também nos anos 1970 que começaram a implementar-se medidas de reconhecimento da identidade de género para incluir as pessoas transexuais (designação da época) em alguns países da Europa. A Suécia foi pioneira nesta matéria com o primeiro enquadramento legal em 1972, apesar dos critérios restritivos. Só no final de 1989 é que surgiu a primeira resolução do Parlamento Europeu sobre a «discriminação contra transexuais», levando mais de 20 anos para que as instituições europeias estabelecessem efetivamente o enquadramento legislativo dos «direitos transgénero». Antes deste reconhecimento e desta «admissão» foram precisos muitos processos judiciais e lutas pela justiça que frequentemente implicaram grandes investimentos por parte das pessoas transgénero. Não havia, aliás, nenhuma outra forma de ter o género legalmente reconhecido – *i. e.*,

²³ Portugal foi o terceiro país na Europa com uma mulher a exercer funções executivas, logo após a Croácia e o Reino Unido. Contudo, enquanto nesses dois países as respetivas líderes foram eleitas por sufrágio para o cargo, em Portugal, Maria de Lurdes Pintasilgo foi indigitada pelo Presidente da República António Ramalho Eanes para um governo provisório (V Governo Constitucional da III República) após a demissão de Carlos Alberto da Mota Pinto, também indigitado pelo Presidente. A primeira-ministra portuguesa governou o país durante cerca de meio ano, entre julho de 1979 e janeiro de 1980. No caso britânico, a baronesa Margaret Thatcher liderou durante toda a década de 1980. 36 Anos depois, o Reino Unido voltou a ser liderado no feminino por Theresa May, também da ala conservadora.

de mudar a documentação com os marcadores e o nome próprio requerido.

Em Portugal foi durante a década de 1980 que ocorreram as primeiras ações judiciais para a mudança legal de gênero. A primeira sentença favorável aconteceu em 1984, mas durante esse período muitas outras foram e serão negadas. Constituindo a única alternativa possível para o reconhecimento legal, o mecanismo de ação judicial manteve-se até 2011 e a proibição das cirurgias médicas até 1995. Até oito anos atrás, a mudança legal de gênero no contexto português era garantida a maiores de 18 anos, que não tivessem filhos (biológicos), que se tivessem submetido a cirurgias de mudança das características do sexo morfológico de forma irreversível e tivessem vivido pelo menos um ano no seu «gênero de preferência».

Por sua vez, no caso do Reino Unido foi preciso esperar até 2004 para que as leis de igualdade incluíssem as pessoas transgênero. As cirurgias de transformação corporal foram autorizadas a partir de 1999. Já desde 1970 que se registavam ações judiciais no Reino Unido e nas instâncias europeias para o reconhecimento legal do gênero (Whittle 2002). E foi precisamente a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre um caso (*Christine Goodwin & I vs. United Kingdom* [2002] 2 FCR 577) que criou condições para a mudança (*ibid*). Em resposta às decisões tomadas pelo tribunal europeu, o governo britânico foi forçado a criar uma legislação para cumprir a *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*.²⁴

A versão mais moderna dos processos de reconhecimento legal da identidade de gênero ocorreu, portanto, com a promulgação desta lei britânica de 2004. Ao desburocratizar os procedimentos legais e extinguir os requisitos de esterilização e cirurgia para a mudança legal de nome, esta lei alterou de forma pioneira o quadro penal que frequentemente bloqueava o acesso e o reconhecimento legal das pessoas transgênero. Uma mudança que teve reflexos no plano internacional, não só no campo legal como também no campo médico.²⁵

²⁴ A decisão foi favorável para os queixosos porque, ao não permitir que pessoas transgênero mudassem os seus documentos nem que se casassem, o governo britânico violou os artigos 8.º (*Direito ao respeito pela vida privada e familiar*) e 12.º (*Direito ao casamento*) (Hines e Santos 2017; Whittle 2002).

²⁵ Nomeadamente, com o estabelecimento de padrões e critérios (*standards*) básicos de proteção dos direitos humanos (Princípios de Yogyakarta, Corrêa e Muntarbhorn 2006, 2009; Grinspan *et al.* 2017) e na reformulação dos cuidados

A transformação no enquadramento dos direitos transgênero foi seguida por vários países que regulamentaram leis de reconhecimento da identidade de gênero sem requisitos prévios de esterilização, tratamento hormonal ou cirúrgico. Em contexto europeu, muitos países reformaram leis que estavam vigentes desde os anos 1970 de acordo com esta nova linha: Portugal (2011), Suécia (2012) e Holanda (2014) através de mudanças no sistema penal e Áustria (2009), Alemanha (2011) e Itália (2015) mediante a «doutrina do precedente judicial».²⁶

Este foi, na altura, um avanço em relação aos modos como as pessoas transgênero eram reconhecidas.²⁷ Não obstante, manteve-se o peso da intervenção médica através da necessidade de diagnóstico especializado para a obtenção do reconhecimento legal. Face à constatação de que era necessário separar as esferas médicas e legais neste âmbito, começaram a emergir avanços legislativos que abriram caminho para uma nova mudança relativamente à proteção e ao reconhecimento dos direitos transgênero.

de saúde (WPATH, Coleman e AAVV 2012 – 7.ª versão). A Convenção Europeia dos Direitos Humanos (assinada por 47 países, dos quais 28 são Estados-membros da União Europeia) e as diversas resoluções (2015; 2014; 2011; CE 2011) adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas têm vindo igualmente a promover a proteção e a tolerância das pessoas quanto à orientação sexual e à identidade de gênero, como também a criar mecanismos que permitam assegurar e monitorizar estas garantias.

²⁶ Prática que define que uma decisão sobre um caso no tribunal depende das decisões adotadas em casos anteriores e afeta o direito a ser aplicado a casos futuros (*ratio decidendi*). Não havendo um precedente, os juízes possuem a autoridade para criar o direito, estabelecendo um precedente «direito comum» (*common law*) – tradição jurídica que embora seja mais frequente nos países anglófonos, também é praticada nos países que adotam o direito civil (*civil law*).

²⁷ Importa referir que também foi a partir da viragem para o novo milénio que se começaram a legislar medidas de proteção e reconhecimento no âmbito da orientação sexual. Nesse âmbito, Portugal e o Reino Unido têm andado a par e passo, ocupando um lugar pioneiro. A aprovação da lei do casamento civil por Portugal em 2010 foi, inclusive, uma mudança muito relevante em matéria de reconhecimento, tanto no panorama nacional como no internacional. Foi neste ano que se aprovou no Reino Unido o *Equality Act*, um documento legal de convergência das leis britânicas antidiscriminação em matéria de igualdade. Esta lei seguiu *grossu modo* as diretivas da União Europeia, requerendo tratamento igual no acesso ao trabalho, serviços públicos e privados para todas as pessoas. Neste âmbito, é preciso não esquecer o compromisso feito pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas a partir de 2008 – entregue pela Argentina em nome de 66 Estados-membros signatários – no reconhecimento da orientação sexual e da identidade de gênero como direitos humanos.

Em 2012, a Argentina aprovou a primeira lei de autodeterminação da identidade de gênero, eliminando todos os requisitos prévios para a mudança de identidade civil. Desde então, começamos a assistir a mudanças substantivas nos campos legislativos de vários países. Como podemos ver nos quadros 1.2. e 1.3. abaixo, atualmente cerca de 27 países²⁸ dispõem de enquadramentos legais no sentido da emancipação e autonomia do gênero. Estes avanços podem ser divididos em três grandes linhas de reconhecimento: 1) *despatologização*; 2) *autodeterminação*; e 3) *marcador indeterminado*.

1) A *despatologização* das identidades transgênero na esfera legal foi aprovada por 18 países. Em consonância com as recomendações internacionais, estes avanços legislativos reconhecem que as pessoas transgênero podem alterar os seus marcadores de gênero e nomes sem necessitar de diagnóstico ou atestado médico (bem como de terapia, transformações corporais e/ou esterilização). Ou seja, consistem na adequação jurídico-legal à autonomia do gênero sem a conceção patológica. Não obstante, desses 18 apenas 12 dispõe de leis que reconhecem a autodeterminação da identidade de gênero. Quer dizer, mesmo reconhecendo que ser transgênero não é doença, alguns destes países – como França ou Equador – requerem uma intermediação ou um processo judicial para mudar o marcador legal de gênero. Frequentemente, isso conduz novamente a exigências de prova médica e/ou testemunhos de terceiros, protelando o reconhecimento jurídico-legal.

2) O reconhecimento *autodeterminado* do gênero implica, portanto, que o enquadramento legal da identidade de gênero seja realizado através de um processo administrativo simples, dispensando diagnósticos e acompanhamentos médicos mas também outros inter-

²⁸ Em alguns casos, como Espanha, México, Canadá e Estados Unidos da América, há uma grande variação regional na aprovação de leis, coexistindo diferentes paradigmas de reconhecimento dos direitos transgênero. Segundo a TGEU em 2018 (<https://transrespect.org>), face a 126 países identificados, cerca de 51 permitem a mudança legal do marcador de gênero sem pôr em risco as vidas das pessoas transgênero. Em alguns desses 51 países existem diferenças nas práticas (como é o caso da Rússia ou da África do Sul) ou variações regionais, mas já dispõem de enquadramentos legais específicos para mudar o registo de gênero. A passagem para o paradigma auto/indeterminado ainda é recente e em alguns dos países os avanços têm sido mais no sentido de abolir a esterilização e/ou a cirurgia de reatribuição sexual das pessoas transgênero – requisitos prévios que são encarados internacionalmente como um atentado aos direitos humanos.

mediários (oficiais ou não). Esse foi o caso da Argentina em 2012, a que se seguiram Dinamarca (2014), Noruega (2015), Colômbia (2015), Irlanda (2015), Malta (2015), Bélgica (2017), Luxemburgo (2018), Brasil (2018), Chile (2018), Costa Rica (2018) e Portugal (2018).

Quadro 1.2. Países no Continente Europeu com leis de emancipação do género

País	Ano de aprovação da Lei	Linhas de reconhecimento			Posições ocupadas em índices de igualdade	
		Despatologização do género	Autodeterminação do género	Marcador de género indeterminado	Rainbow-Europe (2017)	GII (2017)
Dinamarca	2014	Sim	Sim	Sim, Passaportes	8.º	2.º
Espanha*	2014-2017	variação regional	variação regional	Não	9.º	15.º
Noruega	2015	Sim	Sim	Não	3.º	5.º
Irlanda	2015	Sim	Sim	Em discussão	15.º	23.º
Malta	2015	Sim	Sim	Sim, Passaportes	1.º	45.º
França	2017	Sim	Não	Não	6.º	16.º
Bélgica	2017	Sim	Sim	Não	2.º	5.º
Grécia	2017	Sim	Não	Não	14.º	26.º
Luxemburgo	2018	Sim	Sim	Não	19.º	11.º
Alemanha	2018	Sim	Não	Sim, Doc. Id.**	12.º	14.º
Áustria	2018	Sim	Não	Em discussão	13.º	13.º
Holanda	2018	Não	Não	Sim, Passaportes**	11.º	3.º
Portugal	2018	Sim	Sim	Não	7.º	19.º
Reino Unido	2004 (nova proposta em discussão desde 2015)	Não	Não	Em discussão	4.º	25.º

* Leis regionais de Andaluzia (2014), Madrid (2015), Ilhas Baleares (2016), Múrcia (2016) e Valência (2017). ** Para pessoas com uma condição intersexo.

Fontes: Chiam, Duffy e Gil 2017; TGEU 2018; ILGA-Europe 2018; UNDP 2018.

Quadro 1.3. Países noutros continentes com leis de emancipação do género

Continente	País	Ano de aprovação da Lei	Linhas de reconhecimento			Posição no índice GII (2017)
			Despatologização do género	Autodeterminação do género	Marcador de género indeterminado	
América Central e do Sul	Argentina	2012	Varição regional	Sim	Não	81.º
	México (cidade)	2014	Varição regional	Sim	Não	76.º
	Colômbia	2015	Varição regional	Sim	Não	87.º
	Equador	2016	Varição regional	Parcial, intermediação	Não	88.º
	Brasil	2018	Varição regional	Sim	Não	94.º
	Chile	2018	Varição regional	Sim	Não	72.º
	Costa Rica	2018	Varição regional	Sim	Não	64.º
América do Norte	Canadá	2018	Varição regional	Varição regional	Sim, Passaportes	20.º
	EUA	2017-19	Varição regional	Varição regional	Sim, Doc. Id., Cert. Nascimento e Cartas de Condução na Califórnia, Colorado, Nova Iorque, Washington, Maine, Massachusetts, Oregon e District of Columbia	41.º
Ásia	Nepal	2015	mudança legal exclusivamente para o género indeterminado		Sim, Passaportes e Certificado Nascimento	118.º
	Índia	2014	Incerto	Não	Sim, Doc. Id.	127.º
	Paquistão	2018	mudança legal exclusivamente para o género indeterminado, requisitos médicos		Sim, Doc. Id.	133.º
Oceânia	Nova Zelândia	2012	Não	Não	Sim, Passaportes	34.º
	Austrália	2016	Varição regional	Não	Sim, Passaportes	23.º

* Países com mudanças legais relacionadas com tradições culturais específicas e outras formas de identificação com o género (e os seus sistemas classificatórios). Fontes: Chiam, Duffy e Gil 2017; TGEU 2018; UNDP 2018.

Em Portugal, a separação entre a esfera médica e a esfera legal efetivou-se com a Lei 38/2018 de 7 de Agosto – que estabelece o «*direito à autodeterminação de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*». Reconhecendo a identidade de género como um direito autodeterminado e emancipado do domínio médico, a lei portuguesa constitui neste momento um dos enquadramentos jurídicos mais avançados no plano internacional. Atualmente, nos 12 países que aprovaram a autodeterminação, é possível obter novo nome e identidade nos documentos de identificação através de uma solicitação (autodeclarada) aos serviços de registos e notariados. Havendo variações a nível das idades permitidas, a possibilidade autodeterminada do género começa a generalizar-se.

Estas transformações beneficiaram da pressão de campanhas ativas mais dinâmicas e do apoio internacional (nomeadamente por parte da Transgender Europe/TGEU), como também num esforço para cumprir os compromissos das instituições de direitos humanos.²⁹ Neste âmbito, outros países, como Espanha, Reino Unido³⁰ ou México discutem e reconsideram a revisão da lei. Nessas discussões debate-se o reconhecimento autodeterminado da identidade de género e a sua desclassificação na lei como patologia médica, bem como a existência de um marcador indeterminado. Com efeito, no conjunto dos 27 países com leis promotoras da emancipação de

²⁹ A recomendação 2048 (2015) de 22 de abril da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu incentiva, aliás, todos os Estados-membros a estabelecerem procedimentos de reconhecimento da identidade de género baseados na autodeterminação e na abolição de requisitos médicos para o seu acesso. O reconhecimento da Organização Mundial de Saúde com a retirada, em 2018, da identidade de género do sistema de classificação de doenças mentais (ICD) – passando a considerar-se uma condição relacionada com a saúde sexual – contribuiu igualmente para agilizar as mudanças legais, face aos compromissos estabelecidos por diversos países a nível supranacional. As mudanças aqui consideradas vão, portanto até janeiro de 2019. A par das recomendações internacionais, o crescente dinamismo e as rápidas transformações no campo jurídico-legal levam a crer que vários países adotarão este paradigma em breve (Reed 2018; Chiam, Duffy e Gil 2017).

³⁰ No caso britânico importa referir que o título neutro «Mx» e outras formas de tratamento inclusivas – como o uso do singular *they* e possibilidades institucionais de reconhecimento do género além do binário (M ou F) – já se encontram bastante disseminadas. Nomeadamente a nível do preenchimento de formulários em diversos organismos públicos e empresas e em termos do protocolo e etiqueta social oficial. Aprofundamos estas questões no próximo capítulo.

género, Dinamarca (2014) e Malta (2015) já dispõem de legislação nas três grandes linhas de reconhecimento.

3) A possibilidade de *marcador indeterminado* nos documentos de identificação, cartas de condução e/ou passaportes começou por ser legislada pela Nova Zelândia em 2012. Tanto nesse país como no caso da Índia (2014), do Nepal (2015) e do Paquistão (2018) a inclusão de uma «terceira opção» – indeterminada – de género esteve sobretudo relacionada com o reconhecimento de culturas locais com outras convenções. Ou seja, pautou-se por um processo de reconhecimento jurídico-legal da diversidade de género existente, a partir de sistemas culturais que dispõem de outras formas de identificação e experiências ancestrais.³¹ Neste âmbito, a designação usada pelos sistemas de identificação nacional varia, sendo frequente o recurso ao «X», «O» (de *outro*) ou ao descritor «indeterminado» como opção de género para além dos dicotómicos «M» e «F». Por sua vez, no caso da Alemanha, em 2013 a opção indeterminada começou por ser direcionada somente para as pessoas intersexo, optando-se por deixar em branco os marcadores dicotómicos. Mas em 2018 uma nova diretiva veio estender o marcador indeterminado aos documentos de identificação a todas as pessoas que o requererem. Ao todo, contam-se atualmente 11 países com a possibilidade de marcador indeterminado de género em passaportes, cartas de condução, certidões de nascimento e/ou documentos de identificação.

Estas conquistas, celebradas por uns e repudiadas por outros, são demasiado recentes para podermos antecipar o seu impacto no campo jurídico-legal. As mudanças no reconhecimento do género, tanto na igualdade de acesso (e oportunidades) como na autonomia para o definir, coexistem com um enquadramento legal e internacional disperso e pouco coerente. Por exemplo, normas jurídicas como a constituição portuguesa não reconhecem o género e a identidade de género no princípio da igualdade (artigo 13.º). Além da

³¹ Relacionadas com as tradições culturais *hindus* (as pessoas conhecidas como *Hijras* na Índia e no Nepal; e como *Khawaja'saras* no Paquistão) e *Maori* (na Polinésia, existem diversas identificações, nomeadamente as *Fa'afafine*; na Nova Zelândia são conhecidas como *Whakarwahine*). No caso das leis de identidade de género estes países ainda não dispõem de um enquadramento jurídico que reconheça a autodeterminação e/ou a despatologização. No Paquistão e na Índia as leis existentes só permitem, inclusive, a mudança para indeterminado – restringindo-a às pessoas que se identificam dessa forma e exigindo critérios de acesso.

regulamentação legal da identidade de género, relativa aos procedimentos (médicos e administrativos), o reconhecimento transgénero consta apenas (e gradualmente) nas leis e referências de proteção contra a discriminação. Seja em termos de condições, seja a nível das práticas, as conquistas legais – tanto em Portugal como no Reino Unido – ainda não têm um impacto efetivo (Hines e Santos 2017).

Certamente, os limites sociais para o reconhecimento da multiplicidade de género não são garante nem equivalem aos limites legais admitidos. Contudo, a legislação sobre as identidades de género (e a sua possibilidade de autonomização) abrem um precedente jurídico em sentido lato.³² Esta abertura poderá permanecer somente reconhecida nos domínios especializados do poder-saber legislativo ou então expandir o enquadramento jurídico sobre o género. Considerando os países que avançaram para a autonomia e a emancipação do género como direito não podemos falar exatamente de uma correlação entre práticas de género inclusivas e leis inovadoras.

Face às posições assumidas em 2017 por este conjunto de países tanto no índice de desigualdade de género (GII) das Nações Unidas como, no contexto europeu, no índice *Rainbow-Europe* da ILGA verificamos sobretudo uma distribuição inconsistente.³³ No entanto, mesmo nos países em que estão contempladas no registo civil as duas

³² Stanley (2014) adverte sobre os perigos e potencialidades da adesão à autodeterminação como forma de emancipação das práticas de género que não expressam o antagonismo (fluidas, *queer*, ou que não reforçam a oposição e a exclusividade). Admitindo o risco de recorrer ao «*self*» no período neoliberal contemporâneo, considera que através de uma abordagem relacional e dialética forjada na alteridade é possível conceber uma política de libertação coletiva (e não mimética) que ultrapasse a estratégia das políticas de identidade. Para este autor, a coletivização de múltiplas incorporações e expressões poderá ser uma forma de defesa não prescritiva face às violências interpessoais e estatais, mediante a autonomia individual.

³³ Estes índices medem obviamente aspetos diferentes, ainda que inter-relacionados, da igualdade e das práticas inclusivas de género. No caso do GII – iniciado em 2010 no âmbito do UNDP – a desigualdade de género no mundo é medida através de um conjunto de indicadores referentes a três dimensões: saúde reprodutiva (das mulheres); *empowerment* (escolaridade e representação política) e mercado de trabalho (participação e acesso). Baseando-se nos dados disponíveis, procura aferir a igualdade (= 0) entre homens e mulheres a partir de rácios. Inclui também uma medição das discrepâncias de género ao longo da vida em termos de escolhas e oportunidades na educação, mercado de trabalho e emprego, usos do tempo, proteção social e representação política. Já o índice *Rainbow-Europe* – iniciado pela ILGA em 2014 – classifica os países europeus em termos dos avanços legais na proteção e reconhecimento da SOGISC como direitos humanos.

categorias discretas «feminino» ou «masculino», a mudança autodefinida é especialmente relevante porque introduz a possibilidade de autonomia entre a identidade, a expressão e a performance de género. Tendo em conta as estimativas de que cerca de um terço das pessoas transgénero não se identificam com o binário discreto e universal, que divide a população em dois grupos opostos (masculino ou feminino), começam assim a criar-se condições para o reconhecimento legal e político de outras possibilidades genderizadas ou alternativas de pertença (Titman 2014).

Em termos globais, o campo jurídico-legal tem sido marcado por transformações efetivas na classificação e no reconhecimento do fenómeno transgénero que, apesar das reviravoltas e de potenciais retrocessos, passou muito claramente de bloqueios restritivos para uma lógica de autonomização. Estas mudanças têm sido frequentemente mediatizadas. A elevação da categoria transgénero a um direito humano tem adquirido visibilidade, especialmente a partir das notícias de mortes e discriminações vividas por estas pessoas. Contudo, as tensões e as diferentes lutas por direitos permanecem, interligando-se com os campos biomédico e político. São relações de força e de sentido que se mantêm em debate e cujos desenvolvimentos ainda estão por conhecer. Em complemento, revisitamos a história do movimento político e das reivindicações e lutas pelo respeito e reconhecimento da diversidade de género. Um conjunto de desenvolvimentos que em muito contribuíram para as mudanças paradigmáticas iniciadas no campo jurídico-legal.

As categorias de género e transgénero no ativismo e na política

Nem desconstrução neutra, nem (re)construção realista: foi assim que Riley (1995, 3 [1988]) contestou e reivindicou *para si* a categoria de mulheres – com inicial minúscula e no plural – como instrumento do ativismo feminista. Na mesma linha, muitos foram os movimentos de contestação que eclodiram e reclamaram *para si* os conteúdos nomeados pelos termos «mulher», «homossexual», «transgénero», etc. Numa entrevista, Linn da Quebrada (P. M. Santos 2018) referiu precisamente as possibilidades de se ser *para si mesma*, ao invés das «funções dependentes» de um outro – de uma alteridade universal que

exclui o acesso válido e legítimo de se ser. É preciso por isso distinguir entre o nome *em si* e o nome *para si*. Neste intervalo encontram-se diferentes possibilidades e relações com os nomes ou categorias, variáveis consoante a época, a trajetória biográfica e o contexto. A quantidade de pessoas que se desidentificam com o sexo/género atribuído à nascença não é equivalente, aliás, aos movimentos de resistência existentes. Tal como acontece nos feminismos, não se trata de pertencer ou não a uma categoria, mas sim de resistir e contestar, através dessa categoria, por um espaço e uma existência a que se tem direito e que é frequentemente subalternizada.

No campo político estas diferenças estão numa tensão constante, podendo ser ilustradas através da metáfora vulcânica. Em linha com Offen (2008, 39 [2000]), optamos por essa em detrimento da metáfora oceânica (de ondas ou vagas) porque explica melhor as diferentes contestações. Precisamente porque as lutas pela justiça e pela igualdade no domínio do género, do sexo e da sexualidade permanecem em aberto e porque não podemos falar claramente em vitórias e em derrotas. Neste contexto faz mais sentido reportarmo-nos às crostas, fissuras, fluxos, erupções e solidificações das forças dinâmicas em jogo. Os nomes vão envolvendo núcleos com várias camadas. É preciso descascar os seus múltiplos revestimentos para chegarmos ao «centro» – ao que define e relaciona as categorias flutuantes que usamos para nos reportar à «humanidade» e aos seus direitos. Este subponto incide, portanto, sobre os processos pelos quais muitas das autoidentificações e práticas reservadas à clandestinidade e ao controlo coercivo passaram a ser reconhecidas como direitos humanos, inalienáveis – *i. e.*, independentes de culturas e governos particulares. Nos processos emancipatórios sociais e políticos que foram eclodindo com diferentes intensidades e visibilidades.

O reconhecimento da diversidade produziu transformações na categorização e na conceção do género e do transgénero. Uma resistência e uma crítica que contribuíram para expandir as noções clássicas de objetividade e reflexividade na academia e, antes e depois, para questionar e problematizar os modos como o género, o sexo e a sexualidade são abordados (Hines 2010; Aboim 2010; Hall 2006; McCall 1992; Stone 1991 [1987]). O lema «o pessoal é político» congrega de certa forma as várias camadas de magma por debaixo de movimentos de emancipação pelos direitos de cidadania. Erupções por vezes intensas e em convulsão que marcaram os alicerces

fundados em diversos coletivos que, especialmente a partir dos anos 1950-1960, lutavam pela libertação de lógicas essencialistas e binárias promovidas pelo poder-saber (político, científico, económico e cultural). Muitas vezes com agendas distintas, os contingentes “minoritários” (porque subordinados e inferiorizados) (A. C. Santos 2004) convergiam no mesmo projeto de reconfiguração (radical ou não) dos imaginários sociais e políticos.

Foi, aliás, na frequentemente designada década da «revolução sexual» que se constituíram e aumentaram os movimentos reivindicativos, cada vez mais visíveis, em torno da democratização da sexualidade (Aboim 2013). A famosa revolta de Stonewall no final desta década, num café nova-iorquino em 1969, foi um dos epicentros da emancipação LGBTQI. Mas foram precisos alguns anos para reconhecer a representatividade das várias «minorias» presentes naquele dia e incluí-las nas marchas do orgulho, como veremos em seguida (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Parte das interseções entre estes movimentos de direitos civis estavam relacionadas com uma conceção aglutinadora da sexualidade e do género.³⁴ Como refere Miguel Vale de Almeida (2009) foram as energias da contracultura e o pensamento revolucionário semeados nos anos 1960 que conferiram sentido ao paradigma de libertação em que se fundavam inicialmente os diversos coletivos LGBTQI.

Foi, precisamente, pela afirmação da diferença como modo cultural, pelas designadas «políticas de identidade», que se começaram a reivindicar *para si* os nomes antes reservados à clandestinidade e ao

³⁴ Importa referir que a sigla LGBT só começa a ser usada de modo generalizado a partir dos anos 1990, fruto de alianças e reconhecimentos posteriores – mais direcionados à visibilidade das agendas do que propriamente aos seus objetivos. Atualmente vemos diversas variações desta sigla, com variantes nas designações de cada letra. As Nações Unidas adotam a sigla LGBTI (*Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender & Intersex*) para medir indicadores de inclusão e a sigla SOGISC (Sexual Orientation, Gender Identity & Sex Characteristics) no plano dos direitos humanos. A última sigla inclui por vezes a expressão de género (em inglês GE) para além das características sexuais. As variações e alterações destas siglas ilustram não só as lutas e tentativas de definição dos termos como a crescente abrangência das diversas dimensões. Importa igualmente referir a existência de muitos impasses nas Nações Unidas para aprovar e reconhecer os SOGI como direitos humanos. Inicialmente focados na orientação sexual, só a partir da segunda metade dos anos 1990 é que diversos Estados-membros começam a propor e a alertar para a necessidade de reconhecimento e proteção das pessoas LGBTI, comprometendo-se formalmente a partir de dezembro de 2008.

repúdio. Malgrado a «identidade» ser cara às pessoas transexuais e ser o motivo de exclusões efetivas junto de espaços ativistas e comunitários nessa época, a sua maior dispersão e o desconhecimento (a par da discriminação que sofriam) contribuíram em muito para protelar o silêncio e o fraco dinamismo inicial (Horvath 2009; Stryker 2008). Um período em que, efetivamente, a transexualidade era entendida mais como doença e, tal como nomeada pelo poder-saber biomédico, um desvio de personalidade, sociopatológico. Havia, portanto, diversos obstáculos ao reconhecimento e à compreensão da diversidade de gênero e transgênero no campo político.

O período que decorreu entre os anos 1970 e os anos 1980 caracterizou-se por uma profunda transformação nos modos de conceber e reivindicar os direitos de gênero. Como vimos antes, foi pautado pelo crescente reconhecimento da identidade de gênero nos campos jurídico-legal e biomédico, assim como pela institucionalização dos meios para o acompanhamento especializado. Foi igualmente a partir desta época que o mercado, serviços e locais para a prática de *cross-dressing* se difundiram amplamente (Ekins e King 2006). E o início do advento neoliberal, patente na reconfiguração geopolítica e económica começada nos anos 1970, constituiu também um gatilho relevante no recrudescimento das questões da identidade. Nomeadamente através do enaltecimento da «escolha individual» e da visão utilitarista da ação humana, baseada no «interesse próprio» (Foster 2018; Hall 2006). Uma transformação muito visível nas representações culturais e artísticas mais populares, em que emergiam redefinições e desafios aos ideais de masculinidade e de feminilidade.³⁵ Mudanças que, podendo passar despercebidas na sua relação com o fenómeno transgênero (Saleiro 2013; Aboim 2010), foram significativas da abertura mediática à diversidade de gênero e suas expressões alternativas.³⁶ Até à década de 1980, aliás, as identidades divulgadas por alguns meios de comunicação social eram as de «transexual», «travesti» e «*drag queen* homossexual» (Capuzza 2016; Ekins e King 2010, 2006).

³⁵ Constam por exemplo como representantes desta tendência David Bowie, Mick Jagger (*The Rolling Stones*), Steve Tyler (*Aerosmith*), Freddie Mercury (*Queen*), Boy George ou Prince – cujas performances da época evidenciavam outras referências sobre as identidades e expressões de gênero.

³⁶ A aparição de Holly Woodland, uma das três musas transgênero de Andy Warhol, no filme *Trash* de 1970 inspirou, por exemplo a música de Lou Read – “*Walk on the Wild Side*” (1972).

A maior invisibilidade da comunidade transgênero deveu-se a diversos fatores, destacando-se especialmente a tensão com os movimentos feministas e *gays*/lésbicos. As relações comunitárias não eram (e ainda não são sempre) pacíficas. Particularmente nas fações mais radicais, as pessoas transgênero eram vistas como uma ameaça ou bloqueio aos projetos políticos, precisamente por problematizarem e questionarem categorias identitárias aparentemente estáveis e unitárias (Hines 2010). O deslocamento para uma lógica idiossincrática e de autorresponsabilização que pautou este período teve consequências, anos depois, nos modos como o movimento LGBTQI tem vindo a organizar-se. A década de 1980 foi marcada por uma fragmentação da esquerda política e dos movimentos de libertação (R. W. Connell 2009b, 42). Além da perda de coerência e da crescente resistência ao feminismo, os movimentos religiosos pró-vida e contra as liberdades sexuais emergiram mais fortemente neste período (*ibid.*). A par disso, o aumento de contágios de HIV/SIDA favoreceu discursos públicos e políticos explicitamente discriminatórios. Estes anos foram marcados por diversas tentativas de controlo explícitas – não muito distintas das que se têm observado mais recentemente com a emergência do populismo e a negação explícita de direitos³⁷ – que procuravam abafar e se encontravam claramente em tensão com os diversos movimentos LGBTQI.

Concretamente nos casos português e britânico essas configurações assumiram particularidades específicas. Em termos gerais, muito influenciado pelos movimentos norte-americanos, os ativismos britânicos têm vindo a replicar, *grosso modo*, a divisão entre assimilação *vs.* radicalismo das agendas associativas (Santos 2013). Ou seja, entre os projetos (liberais) de inclusão democrática e os projetos (abolicionistas) de contestação das desigualdades e opressões. Por sua vez, o ativismo LGBTQI português começou a dar os primeiros

³⁷ Com a ressalva de que cada época tem circunstâncias específicas que configuram variavelmente o contexto geopolítico e histórico vivido. Podemos no entanto encontrar alguns paralelos entre o designado *backlash* (repercussão) político generalizado do final dos anos 1970-1980 – que simultaneamente implicou uma maior produção académica feminista (Offen 2008 [2000]; Gardner 2006) – e aquele que tem ocorrido no período contemporâneo. Não se tratando de relações de causa-efeito, as erupções vulcânicas que vão ocorrendo englobam processos de difícil aceitação que, apesar de maiores ou menores retrocessos (e das intensidades variáveis com que vão sendo localmente vividos e percebidos), vão abrindo caminho no plano da emancipação dos direitos e na garantia de liberdades.

passos precisamente a partir dos anos 1980. Sendo em grande medida tributário das organizações direcionadas ao combate ao HIV/SIDA, foi especialmente a partir desses coletivos que o movimento se começou a estruturar (Cascais 2006).³⁸ Com características históricas muito específicas e singularidades distintivas no contexto internacional, o ativismo «sincrético» LGBTQI português tem sido composto por alianças sucessivas e em constante tensão – mais focadas na concretização de objetivos previamente negociados (Santos 2013).

Para Miguel Vale de Almeida (2009), a tensão entre o radicalismo transformador (de crítica, de desconstrução e de recusa dos termos da categorização) e o projeto igualitário (de garantir liberdade e diversidade através de direitos democráticos) esteve sempre presente no contexto português. Considerando-as um falso dilema, aponta sobretudo para a importância da distinção entre a política concreta (ou *lobbying* político) e a crítica cultural radical (de ação direta, antidiscriminação) que – não sendo incompatíveis – implicam diferentes posicionamentos por parte dos movimentos sociais. No caso do movimento LGBTQI português, a dimensão e o início tardio foram elementos que conduziram a uma frequente sobreposição destes dois níveis no seio dos coletivos ativistas. Tal não ocorreu no contexto britânico, onde o contingente de associações e de ativismos se desdobrou desde cedo. Comparando as diferenças em ambos os contextos, vejamos a distância temporal de alguns marcos relevantes:

Os hiatos de cerca de 10 ou 20 anos que separam cada um destes marcos dos movimentos LGBTQI em Portugal e no Reino Unido são ilustrativos das diferenças no estabelecimento de coletivos investidos na mudança. Estão, aliás, documentadas as diferentes temporalidades de institucionalização dos movimentos ativistas

³⁸ No rescaldo da revolução de 1974, a afirmação «revolucionária» baseava-se quase exclusivamente na luta de classes descurando ou rejeitando outros «conflitos sociais» (Cascais 2006). Tanto o MHAR – Movimento Homossexual de Ação Revolucionária (fundado em 1974) – como o CHOR – Coletivo de Homossexuais Revolucionários (1980) procuraram incluir a teoria e na ação LGBT na teoria e ação da Revolução Permanente (Cascais 2006; Almeida 2009). Mas apesar das tentativas de inclusão, só em 1991 é que se constituiu o Grupo de Trabalho Homossexual no Partido Socialista Revolucionário (de pendor trotskista) – que mais tarde se subdividiu em grupo LGBT do Bloco de Esquerda (2004) e coletivo Panteras Rosa (2004) – (Almeida 2010). A par da epidemia do HIV/Sida, a união da esquerda contra o «cavaquismo» e a entrada na União Europeia na segunda metade dos anos 1980 foram fatores que beneficiaram a constituição efetiva do movimento LGBT português (Cascais 2006).

Quadro 1.4. Marcos temporais nos movimentos LGBTQI português e britânico

	Reino Unido	Portugal
1.º Coletivo LGBTQI	1958	1974
Fim da proibição legal da homossexualidade	1967	1982
1.ª Comemoração da Comunidade LGBTQI	1972	1995
1.º outing político ³⁹	1976	2009
1.ª Referência Transgénero na Marcha do Orgulho LGBTQI	1997	2006

Fontes: Mann 2015; Saleiro 2013; Almeida 2010; Maia, Louçã e Vitorino 2007; Ekins e King 2006.

LGBTQI em Portugal e no Reino Unido (Hines e Santos, 2017). O «atraso» resultante do controlo e da ditadura em Portugal não correspondeu, porém, a menos avanços no plano da obtenção de direitos e conquistas políticas graduais. Como vimos, o «sincretismo» (Santos 2013) do ativismo LGBTQI português foi eficaz para alcançar resultados no campo jurídico-legal.

Em termos globais, os coletivos T já começavam a organizar-se desde os anos 1950, mas só a partir da década de 1990 é que alcançaram força como movimento político independente (Horvath 2009; Stryker 2008; Ekins e King 2006). Foi, aliás, nos anos 1990 que se constituíram os campos de estudos transgénero a partir de uma voz própria e floresceram os ativismos e estudos *queer* (Saleiro 2013; Almeida 2010; Green 2007). Aprofundamentos que contribuíram e marcaram os movimentos de resistência, criando alianças e tensões nas diversas agendas ativistas e políticas.⁴⁰ Tanto em Portugal como no Reino Unido, a causa transgénero demorou a ser aceite. No caso português, o assassinato de Gisberta em 2006 foi um gatilho muito

³⁹ O número de parlamentaristas e decisores publicamente assumidos é uma das variáveis previstas nos indicadores de participação cívica e política do índice de inclusão LGBTI da ONU e do Banco Mundial, atualmente em fase de apuramento (Badgett e Sell 2018).

⁴⁰ Como refere Miguel Vale de Almeida (2009), a afirmação do individualismo característica do paradigma *queer* torna-o compatível com o modelo neoliberal e utilitarista do «*decisor racional em busca do autointeresse*». Considerando as suas provocações saudáveis e necessárias, o autor adverte no entanto que o paradigma da igualdade é o que mais garante liberdade e diversidade tanto a nível político como a nível ético.

relevante para acordar e levantar o movimento.⁴¹ No caso britânico, a existência de coletivos T organizados de modo independente – como no caso da Press For Change (fundada em 1992) – e de um maior contingente de ativistas e comunidades transgénero contribuiu fortemente para reconfigurar o movimento LGBTQI. Neste âmbito, a história do reconhecimento e da visibilidade transgénero e não binária têm um passado mais estável e, talvez por isso, mais conhecido no Reino Unido do que em Portugal. Para melhor compreender algumas destas dinâmicas importa retornar ao contexto mais amplo de categorização da diversidade de género no campo político e ativista.

Ora, mesmo a categoria «transgénero»⁴² enquanto termo aglutinador ou chapéu de chuva, só começou a ser usada pela comunidade no final da década de 1980. Ultrapassando a definição inicial, este nome expandiu-se para abarcar outras opções de identificação de género das pessoas que gradualmente se organizavam em comunidades de apoio e ativismos especificamente «T» (Hines 2007; Ekins e King 2006). A transição para os anos 1990 marcou uma nova fase de categorização do fenómeno e de expansão do movimento, muito relacionada com o desenvolvimento do campo de estudos transgénero e em reação ao discurso biomédico (e o seu *gatekeeping*). Neste âmbito, juntamente com as definições de transgénero como «*transformação*» e de transgénero como «*travessia*», emerge um novo significado de transgénero como «*ir além*» (Kessler e McKenna 1978; Ekins e King 2006, 14). Foi neste período que as abordagens à «transcendência» de género foram conceptualizadas e tornadas acessíveis (Ekins e King 2006, 36).⁴³ Uma narrativa politizada,

⁴¹ Um pouco à semelhança de 1986, com a morte de António Variações, o primeiro caso público conhecido de infeção pelo HIV/SIDA (Cascais 2006), o que sugere que as tragédias têm sido alavancas importantes para agilizar o movimento LGBTI português e, simultaneamente, ampliar o eco e a aceitação junto do debate público e mediatizado.

⁴² Esta palavra foi cunhada primeiramente pela ativista norte-americana *cross-dresser* Virginia Prince, em 1969, num artigo da sua revista *Transvestia* e tinha o duplo sentido de *travessia* e/ou *transformação* (Ekins e King 2006, 14). O termo é resgatado no manifesto de Leslie Feinberg (1992) em que incita à libertação e à constituição do movimento, sendo considerado um dos seus fundadores (Stryker e Whittle 2006).

⁴³ Ekins e King atribuem mesmo a «explosão» da crítica ao binário de género e da teoria *queer*, no final dos anos 1990, à aliança entre a teoria literária, o pós-modernismo e as políticas transgénero (Ekins e King 2006, 21).

promotora da diversidade e da fluidez do género (não binário) que tem vindo a consolidar-se e que se baseia na conceção e na imagem do género como um *continuum* ou uma pauta musical.

Foi, portanto, no período de transição entre milénios que se tornaram gradualmente mais visíveis as possibilidades de *redefinição* do género face ao sistema de classificação binário (Singer 2013; Stryker e Aizura 2013; Ekins e King 2010; Stryker e Whittle 2006).⁴⁴ Estas mudanças estão patentes na emergência de (novas) categorizações como «*genderqueer*» ou «*trans*», da crescente proliferação da produção cultural transgénero – inspirada nas «ecologias micro *média*» de cenas artísticas e musicais «alternativas» (Pearce, Steinberg e Moon 2018) – na contestação da visão biomédica sobre o fenómeno transgénero e a diversidade de género ou na defesa dos direitos de autodeterminação do corpo e da identidade (Hines 2010; Ekins e King 2010). Um conjunto de transformações nas quais as novas tecnologias de informação e comunicação teve um papel fundamental.

Como salientam Ekins e King (2010, 27) nos dias de hoje a internet é cada vez mais «*o principal meio pelo qual as histórias de todos os tipos são contadas*», permitindo tanto um alcance mais extenso das histórias de vida como manter os narradores em anonimato. A natureza abrangente e ubíqua desta tecnologia, que se generalizou em meados dos anos 1990, pôs a descoberto experiências de género antes escondidas e/ou silenciadas. Possibilidades que influenciaram positivamente os grupos minoritários, porque permitiram a criação de um sentido de pertença e o estabelecimento de uma nova fonte de apoio (informativo, social, emocional). Como referem, aliás, diversos estudos e autores (Saleiro 2013; Hines 2010; Stryker 2008; Ekins e King 2010), a emergência desta tecnologia possibilitou uma das viragens mais significativas no movimento transgénero, impulsionando-o.

Além de aproximar pessoas frequentemente isoladas e estigmatizadas, os novos meios de comunicação e informação contribuíram para transformar os modos como as comunidades transgénero se organiza-

⁴⁴ Tanto Ekins e King (2010) como Stryker e Whittle (2006) atribuem grande relevância às primeiras respostas da comunidade transgénero aos reptos e acusações de que foram alvo, particularmente a partir da década de 1970. Leslie Feinberg (1992), Sandy Stone (1991 [1987]), Kate Bornstein (1994), Susan Stryker (1994) e Rikki Anne Wilchins (1997) compõem algumas das primeiras linhas de constituição do movimento politizado no contexto norte-americano.

vam, marcando profundamente a sua expansão. Este empoderamento – partilhado com outros grupos minoritários – foi particularmente importante para as pessoas transgénero, com o ciberespaço a tornar-se o meio privilegiado para a formação de relações comunitárias a uma escala transnacional. Assessorando a mudança paradigmática que marcou a fase mais recente do desenvolvimento das comunidades transgénero, foi na *web* que emergiu uma nova massa crítica apta a falar e viver o género sem fronteiras (Merlini 2016; Shapiro 2004, 2015; Marciano 2014; Ekins e King 2010; Stryker 2008).

O ciberespaço constituiu o espaço por excelência de multiplicação de categorias e de inovações identitárias. As possibilidades de categorizar e nomear as experiências de género refinaram-se e o seu acesso e o seu conhecimento foram ampliados. Para as pessoas transgénero, cujos conhecimentos só mais recentemente se começaram a disseminar, a existência de uma linguagem para designar o sentido subjetivo de ajustamento ao género que experimentam foi crucial (Shapiro 2004, 2015).⁴⁵ Paradoxalmente, esta multiplicação teve um efeito de alargamento que fragmentou as autoidentificações e as possibilidades de resistência. Uma breve incursão à história das bandeiras para as marchas do orgulho no movimento (LGB)TQI é ilustrativa da ordem de chegada dos termos à comunidade transgénero à escala transnacional:

Quadro 1.5. Datas das bandeiras do orgulho⁴⁶

1978	1999	2009	2011	2012	2014	2014
<i>Gay</i>	Transgénero	Intersexo	<i>Genderqueer</i>	<i>Genderfluid</i>	Não binário	Agénero

Fonte: *Gender Wiki* (http://gender.wikia.com/wiki/Pride_Flags).

Os termos (identitários) presentes no quadro 1.5. só tiveram uma expressão figurativa (ou bandeira) em datas posteriores à sua emergência como causas e categorias. Estas datas revelam, portanto,

⁴⁵ Os impactos desta disseminação são obviamente variáveis consoante os contextos e a predominância da narrativa veiculada. Como veremos ao longo deste livro, quem vive o género de forma não exclusiva ou não binária ainda encontra diversos obstáculos de acesso e descoberta de informação compatível com as suas experiências, bem como o contacto e a partilha com pessoas em situação semelhante.

⁴⁶ Para uma breve descrição dos termos, consultar o glossário.

o momento em que as identificações se materializaram em símbolo de orgulho. E muitas outras categorias poderiam ser adicionadas entretanto porque as bandeiras e os termos continuam a aumentar. Mas estes exemplos são suficientes para demonstrar as transformações que têm vindo a ocorrer nos últimos anos.

Foi a partir dos anos 2010 que assistimos à expansão do reconhecimento de categorias alternativas de pertença de género. A difusão do termo e do léxico *não binário* começou a partir de 2014 – o ano em que adquire uma bandeira própria e, paralelamente, o ano em que a revista *Time Magazine* denomina «*transgender tipping point*» nos Estados Unidos da América (Shapiro 2015, 27). Neste ano torna-se mais visível a proliferação de descritivos identitários e novas formas de nomear o género, distintas e singulares, que se distanciam de uma visão antagónica e binária das categorias (exclusivas) de feminino ou masculino.⁴⁷ O seu reconhecimento sinaliza a revelação de novas possibilidades e posicionamentos de género (Ekins e King 2010), sugerindo que a diversidade tem vindo a ganhar terreno. Uma explosão categórica que materializou, portanto, os reptos e as posições de defesa da «transcendência» das dicotomias que (hétero)regulam os modos como o *self* genderizado se constitui (Hines 2007). E que está patente nas reconfigurações culturais e artísticas *pop* mais recentes, nomeadamente com a crescente visibilidade de *bio queens* como Lady Gaga; artistas *queer*;⁴⁸ séries e filmes populares;⁴⁹ e modelos versáteis.⁵⁰

⁴⁷ Em fevereiro desse ano, o *Facebook*® norte-americano disponibilizou 50 novas categorias de género além de masculino ou feminino. Nesse mesmo mês, a comunidade não binária da rede social norte-americana *Tumblr*® realizou um apelo generalizado à representação das pessoas não binárias e criou um conjunto de pronomes personalizados (*Nounself pronouns*). É também em fevereiro de 2014 que a bandeira do orgulho não binário é criada – da autoria de Kye Rowan, utilizador do *Tumblr*® de 17 anos, com o objetivo de representar as pessoas que não se identificavam com a bandeira *genderqueer*, antes criada por Marilyn Roxie em 2011 (enquanto representação paralela e não em sua substituição: <http://thejasmineelf.tumblr.com/flagfaq>).

⁴⁸ Como Miley Cyrus (*genderfluid, pansexual*), Angel Haze (*agender; pansexual*) ou Conchita Wurst (*drag queen*).

⁴⁹ *I Am Jazz* (2015), *Orange is the new Black* (2013), *Boys don't cry* (1999), *Transamerica* (2005), *The Danish Girl* (2015), etc.

⁵⁰ Entre outros *Andreja Pejic*, *Lea T* e *Ayedian Dowling*. Várias marcas de moda têm inclusive apostado numa nova tendência (*sexless* ou neutro – substituindo a moda unissexo e questionando a abordagem binária ao género) e em diferentes

As categorias *genderqueer*, não binário, *genderfluid* e agénero não dizem só respeito a descritivos identitários e/ou termos aglutinadores de experiências de género alternativas. Referem-se também a causas políticas cujo ativismo é variável consoante os contextos (e as condições para o fazer). Há, portanto, diversos posicionamentos quanto aos direitos de género e transgénero. As reivindicações não binárias são específicas e, no caso concreto de Portugal e do Reino Unido, encontramos muitas sintonias nas agendas direcionadas à autonomia do género e à emancipação do movimento não binário. Como aprofundamos no próximo capítulo, desde 2012 que o movimento não binário tem vindo a consolidar-se e a agregar as agendas de emancipação do género. Em ritmos distintos, os activismos orgânicos (ou reformistas) e inorgânicos (ou radicais) especificamente portugueses e britânicos acompanharam e participaram na transformação legal a que começamos a assistir no campo jurídico.

Como dissemos, comparativamente a Portugal, o Reino Unido tem uma tradição histórica de institucionalização do ativismo LGBTQI mais extensa e um maior número de organizações e serviços especializados (Hines e Santos 2017). No caso específico do apoio a pessoas não exclusivamente binárias – *i. e.*, a pessoas que se autoidentificam de forma variável com o feminino ou o masculino, com nenhum ou com uma conceção alternativa do género – a primeira associação no contexto britânico data de 1966. A Beaumont Society – em homenagem ao *Chevalier d'Eon de Beaumont* – formou-se como secção de uma organização norte-americana, visando apoiar secretamente as pessoas que praticavam *cross-dressing* e respetivas/os cônjuges. Desde então, muitas outras organizações emergiram no Reino Unido. Segundo o diretório da GIRES em 2018, 60% das 394 associações e organizações transgénero contemplavam o apoio específico para pessoas não binárias.

No contexto português, o total de associações foi substantivamente menor, geralmente abrangendo todo o espectro LGBTQI e com uma inclusão recente da terminologia não binária. Têm sido, aliás, poucas as organizações focadas especificamente no apoio e na defesa dos direitos transgénero. No ano da morte de Gisberta, em 2006, foi fundada a primeira associação especificamente transgénero

formas de apresentação (nomeadamente desfiles de coleções por homens e mulheres em conjunto, por exemplo pela *Gucci*).

em Portugal, a ^at. No ano seguinte foi fundado o GRIT (Grupo de Reflexão e Intervenção sobre a Transexualidade da ILGA-Portugal), 27 anos depois do seu equivalente britânico – o grupo SHAFT (Self Help Association for Transsexuals), fundado em 1980. Atualmente a API (2015) – Ação pela Identidade – e a TransMissão (2017) são as associações mais direcionadas para as causas não binárias.⁵¹

Com efeito, o crescimento e a manutenção dos movimentos ativistas nestes dois países sustentou-se em raízes históricas e locais específicas. Malgrado as diferentes antiguidades e mobilizações coletivas, as demandas são similares em ambos os contextos. Articulando-se frequentemente com outras organizações supranacionais – como a Transgender Europe/TGEU – os movimentos e organizações ativistas britânicos e portugueses exigem o reconhecimento da autodeterminação de género. E o direito autodeterminado foi recentemente conquistado em Portugal, sendo encarado pelos movimentos como um começo.

Em ambos os países apela-se a uma mudança efetiva das «*convenções sociais binárias opressivas*» (Reed 2018, GIRES) – *i. e.*, à abertura das possibilidades de identificação legal, transformação corporal e expressão de género além da oposição binária em vários domínios. A despatologização das identidades de género é vista como o primeiro passo para a maior inclusão da diversidade. Não abdicando dos serviços médicos especializados de acompanhamento às pessoas transgénero, exige-se igualmente a autodeterminação das transformações corporais. Reivindica-se o estatuto de condição médica em detrimento do estatuto de doente mental.⁵² Neste âmbito, os

⁵¹ Especialmente a partir do ciberespaço, encontramos diversos coletivos portugueses que se posicionam de forma radical quanto a um conjunto de temáticas e que referem a causa não binária. Nomeadamente, as Panteras Rosa, o Clítoris da Razão, a Lóbula ou as Bichas Cobardes, entre outros. Tem havido também um trabalho de apoio importante na promoção dos direitos transgénero por parte de organizações LGBTQI e coletivos transversais como a ILGA-Portugal e a AMPLOS.

⁵² Como dissemos, a WPATH é igualmente favorável à separação das esferas médica e legal considerando não ser necessária evidência médica para reconhecer legalmente uma identidade de género. Neste âmbito encontramos frequentemente uma subdivisão entre as pessoas que necessitam e as que não necessitam de realizar transformações corporais. Uma separação que por vezes tem resultado na interpretação diferenciada dos termos não binário e transgénero como paralelos. Estas subdivisões são variáveis de contexto para contexto e mais visíveis nas tensões ativistas de luta pelos direitos de cidadania de género.

ativismos associam-se à defesa dos direitos das pessoas intersexo, requerendo autonomia pessoal e integridade corporal. Um direito que está igualmente previsto na nova lei portuguesa com a proibição de intervenções cirúrgicas em recém-nascidos.

Entre outras coisas, apela-se também a uma linguagem inclusiva e ao respeito por formas de tratamento neutras – associando-se em parte às reivindicações feministas. Posicionando-se frequentemente de forma paralela a outros ativismos, existem contudo alguns atritos que têm vindo a dividir potenciais alianças. Nomeadamente no que se refere ao uso de espaços partilhados ou da consequente perda de espaços exclusivamente femininos. Não só a defesa de casas de banho mistas como também a recolocação de pessoas transgénero em casas-abrigo e em presídios femininos tem suscitado controvérsias e desconfianças de parte a parte no ativismo. Por parte de alguns feminismos receia-se nomeadamente a menor proteção das mulheres ou o uso instrumental de identidades de género para cometer violações, resultando numa grande suspeição sobre as causas não binárias. Apesar de infundados – porque o reconhecimento da identidade de género não precede, não defende nem oculta quem agride ou a agressão – estes e outros «pânicos morais» têm contribuído para travar os movimentos de autonomização do género.⁵³

De facto, a maior parte destas reivindicações são paralelas e potencialmente promotoras da igualdade de género. No entanto, o horizonte da autodeterminação de género (ou a emancipação de *géneros*) é frequentemente interpretado na esfera pública como o princípio do fim ou um presságio do caos. Como veremos no próximo capítulo, os debates continuam fundados na divisão entre normalidade e diferença, entre «nós»/«outros». Tanto as visões distópicas como as utópicas da autonomia do género (e a sua consequente abolição ou não) enfatizam a(s) identidade(s) e a esfera pessoal. O caminho para uma legislação que reconheça o género como um direito humano tem

⁵³ Circunscrevemo-nos aos principais atritos suscitados nos movimentos ativistas, especialmente nos contextos português e britânico. Existem obviamente outros obstáculos e fundamentalismos, como a refutação de que existe um género além do masculino *ou* do feminino, a defesa da transexualidade como doença mental, acusações de imposição ideológica ou da privação de liberdades e identidades individuais e coletivas, etc. Os frequentes alvoroços em torno destes temas são, aliás, muito demonstrativos do poder estruturante da oposição dicotómica nas relações de género.

sido fortemente baseado na autenticidade e na democratização da diferença individual. Não só entre Portugal e o Reino Unido como noutros contextos, estes posicionamentos têm sido contestados e são frequentemente um alvo instantâneo de controvérsias públicas.

A época contemporânea tem sido, portanto, pautada por muitos turbilhões vulcânicos que vão transformando os posicionamentos e as agendas ativistas. Os alinhamentos e os desalinhamentos políticos vão emergindo em cada contexto, com avanços mas também com retrocessos. Não existe uma narrativa linear (ou única) sobre a democratização da multiplicidade de género, nem uma tendência crescente de igualdade e superação do antagonismo entre diferentes pertenças. Tão-pouco existiu um único caminho na categorização da diversidade desde a defesa de um direito cívico ao reconhecimento da pluralidade de experiências de género. A história destas mudanças na conceção e categorização do género no campo político e ativista caracteriza-se sobretudo pela proliferação de reivindicações e contestações em nome das pessoas transgénero, especialmente em Portugal e no Reino Unido. Refere-se aos momentos mais manifestos, às erupções mais fortes. O questionamento e a desconstrução das relações de poder neste campo produziram um reconhecimento expandido e aprofundado dos seus significados e implicações. Debates que permanecem atualmente, afetando e sendo afetados pelas transformações nos campos jurídico-legal e biomédico (Aboim 2020). Neste âmbito, o reconhecimento do não binário apresenta desafios próprios que poderão conduzir a uma transformação substantiva dos modos como o género é vivido, (hétero/auto) regulado e concebido.

Capítulo II

O movimento não binário a partir do ciberespaço¹

Como vimos no capítulo anterior, a viragem para o novo milénio marcou um período de explosão categorial das experiências de género alternativas. Estas multiplicações estão relacionadas com posicionamentos específicos de género que, desde 2012, se começaram a (auto)designar por *não binário*. Este movimento está implicado no alargamento categorial e na defesa de mudanças substantivas quanto à regulação do género. Precisamos, por isso, de aprofundar o que está implícito nesta causa e as suas diferentes vertentes face às normas de género dominantes.

Neste capítulo, tomando como exemplo o discurso da comunidade *Nonbinary wiki*, apresentamos os modos como o movimento não binário constrói o léxico com que procura ser representado e nomeado. E como tem vindo a autorregular o alargamento das categorias alternativas, conferindo-lhes significados, valores e normas específicas. Damos conta dos processos que contribuem para transformar o que está incluído nas categorias de género e transgénero e

¹ Este capítulo é uma versão adaptada do capítulo v da dissertação de doutoramento *Género e Transgressão* (Merlini 2019), em que realizámos uma análise documental e mediática da plataforma *Nonbinary wiki* (https://nonbinary.miraheze.org/wiki/Main_Page). Seleccionámos este caso como exemplo ilustrativo do discurso e movimento não binário que, pelo seu carácter colaborativo, específico e atual, constitui uma coletânea relevante do sentido contestado e das múltiplas interpretações da temática não binária.

cujas lutas têm suscitando muitas controvérsias. As mudanças paradigmáticas no reconhecimento legal e na compreensão científica do género na última década têm sido acompanhadas de guerras culturais (ou *gender wars*) particularmente acesas no ciberespaço e que se inter-relacionam, como veremos em seguida, com a emergência do movimento não binário.

Género, uma discussão ideológica?

Uma ideologia é, por definição, um conjunto de ideias, convicções e princípios que caracterizam o pensamento individual ou coletivo, em dada época e contexto. E, como salientou Michel Foucault (1981, 52 [1970]), o que *pode* e o que *deve ser* dito depende das conjunturas socio-históricas em que se inscrevem as formações discursivas. Há uma «ordem do discurso» que determina ideologicamente os modos como sabemos e podemos saber, sendo mantida e/ou reforçada pelas dinâmicas de poder distribuídas por várias instâncias. O modo como os discursos – ou as práticas discursivas – são ordenados em termos ideológicos circunscreve, portanto, com diferentes graus de variabilidade, as prescrições e as descrições contidas na realidade enunciada.

Historicamente, a dimensão ideológica das práticas de género tem sido representada predominantemente pela visão de correspondência e pela naturalização e divisão dicotómica entre masculino e feminino. O processo de «purificação cognitiva», que naturaliza a oposição binária e faz corresponder sexo a género, não tem concedido outras possibilidades interpretativas para além destas (Connell 1987; Scott 2008 [1988]). A formação discursiva binária, apoiada no *modelo dual* da biomedicina e no sistema classificatório dicotómico que comporta e representa o género em duas classes distintas, tem prevalecido e fundamentado as possibilidades de interpretar as práticas. Mas esta realidade, como vimos antes, está em mudança. Muito visível nas «guerras culturais» contemporâneas, são precisamente estes parâmetros que se encontram no centro de uma discussão intensa e de dinâmicas transformadoras.

Só para ilustrar as controvérsias geradas, entre muitas das que têm ocorrido, olhemos rapidamente para uma discussão nos jornais portugueses sobre a linguagem inclusiva neutra. Em fevereiro de 2018 o comediante Ricardo Araújo Pereira (2018) satiriza o uso da

linguagem inclusiva na língua portuguesa na sua crónica semanal da revista *Visão*. Descartando a legitimidade do seu uso, ilustra nomeadamente a dificuldade de traduzir as formas de tratamento inclusivas adotadas recentemente pelo Metro de Londres – «*good morning everyone*» – que em português permanecem binárias. Depois refere o uso da linguagem neutra por uma filósofa brasileira (que adotou o sistema «Ile») insistindo na caricatura e vaticinando que no futuro se falará como no «Algarve». Na semana seguinte Gonçalo Venâncio (2018) vem juntar-se à crítica numa crónica intitulada «Da Igreja Universal da Neutralidade de Género» em que se opõe à censura da «Patrulha do Politicamente Correto». Este refere também o exemplo do Metro de Londres mas acrescenta muitos outros de forma pejorativa. O cronista informa sobre a adoção da linguagem neutra pela Igreja da Suécia, por um movimento francês e sobre as diversas mudanças no Canadá – desde o hino nacional aos protocolos oficiais que recorrem ao tratamento neutro, estando o desrespeito pelo pronome desejado consagrado na lei como crime de ódio. Com um tom mais sério e profundamente reativo, Venâncio (2018) vem advertir para o perigo desse caminho que priva a liberdade de expressão e é contrário «àquilo que a ciência confirma como “traços biológicos objetivos binários”», acusando de «charlatões» quem defende o uso da linguagem inclusiva. Classifica essa luta como inútil por considerar que não é na linguagem que se jogam a integração, a igualdade e a tolerância e que esse movimento conduzirá invariavelmente a menos direitos e menos liberdades individuais. Vem inclusive equiparar a invenção de novas palavras e a ressignificação de palavras existentes a uma prática normativa «totalitária». Tanto um cronista como o outro – independentemente do tom dos seus comentários – demonstram claramente o pânico moral implícito na ideia de que adotar a linguagem inclusiva neutra indica uma perda essencial de identidades e tradições socialmente enraizadas.

Já no início de março, a socióloga Ana Cristina Santos (2018) vem responder diretamente à «controvérsia gerada por Ricardo Araújo Pereira» demonstrando os equívocos em que se baseia. Classificando a sátira em questão como constrangedora e mecânica, desmonta cada um dos argumentos explicando que «um dos maiores obstáculos ao senso comum é o pendor autoritário do senso comum». Recorrendo ao Direito e à Sociologia, Ana Cristina Santos (2018) mostra como a velha técnica de «deslegitimar para manter» o que é legítimo não é

mais do que uma tentativa de apagar a inclusão de todas as pessoas e revela cumplicidade com a «*agenda patriarcal*». Recorrendo à obra do pintor surrealista René Magritte *Isto não é um cachimbo* vem precisamente centrar o debate na relação entre objeto e sua representação. Mostra a importância de defender o direito à representação e relembra o regime dominante que determina o modo como comunicamos. Assumindo que é um desafio, refere no entanto a necessidade de termos um modelo de comunicação que inclua «*mulheres, homens e pessoas não binárias*».

Este é um dos muitos exemplos que poderiam ser dados sobre as guerras culturais que têm ocorrido em nome do «género». Muito visíveis no ciberespaço, estas discussões intensas são, não só, fruto das (novas) possibilidades tecnológicas de confronto e visibilidade de mundivisões (em anonimato ou não) como também dos processos de transformação nas relações de género e nos modos como o concebemos. As descobertas sobre a complexidade e a heterogeneidade do sexo e do género, das ciências biomédicas e às ciências sociais (Montañez 2017; Hines e Sanger 2010; Callahan 2009; Fausto-Sterling 2000), permitem-nos avançar nos paradigmas de explicação e compreensão. A par disso, aumenta a contestação e a reivindicação (em várias frentes) de que não podemos fixar os sistemas classificatórios em duas categorias discretas, universais e opostas. E a maior visibilidade do fenómeno e das alternativas para categorizar o género e o transgénero têm tido diversos efeitos. Como vimos antes, a institucionalização e heterolegitimação do marcador indeterminado e da emancipação do género acarreta uma nova ordem jurídica pública.

Porém, como está bem patente nas guerras culturais, as transformações na ordenação das relações de género e das possibilidades discursivas abalam as fundações em que se baseiam as suas principais premissas. Nomeadamente as regras de que *o sexo precede o género*, de que *só existem dois géneros/sexos* e de que *só se pode ser de um ou de outro*. Convenções sociais que naturalizam e justificam as diferenças baseadas num sistema classificatório binário e antagónico. A aceitação deste sistema e dos modelos nele baseado está cultural e socialmente enraizada, dificultando a visibilidade e o consentimento de outras formações discursivas e grelhas interpretativas.

Na recém-nomeada «era da pós-verdade» – em que factos e descobertas passam a ser vistos como opiniões ou juízos de valor,

i. e., em que as *condições de definição* do que pode ser verdade estão em causa – há também margem para reforçar e contrariar as transformações em curso. A mudança de paradigma e os diversos estudos que contrariam a oposição binária «essencial» podem ser facilmente descartados. Isso é visível nas crescentes forças conservadoras e/ou religiosas quando se opõem àquilo que designam como «ideologia de género». Esta expressão é usada para referir o «ultraje», e a procura de «*inculcação*» em tenras idades dessa estranha ideia de que o sexo e o género não significam uma só e a mesma coisa (Butler 2017). Uma inscrição discursiva que resgata o termo «género» para o recusar e reforçar a classificação binária e as suas regras. A compreensão da realidade genderizada *deve ser e só pode ser* compreendida segundo as convenções já prescritas – sendo a sua contestação e o seu questionamento meros frutos de uma agenda (política) radical com objetivos duvidosos, conspirativos ou incompreensíveis.

Paralelamente, encontramos uma crescente aceitação e proteção das pessoas transgénero a partir das medidas e políticas de reconhecimento da identidade de género. O fenómeno transgénero tem contribuído para alargar os horizontes de significado e demonstrar a diversidade e a variabilidade genderizadas. Esta formação discursiva concorre na representação do género como sendo relativamente autónoma dos marcadores sexuais e encerra a possibilidade de transitar e/ou de uma prática distintiva. Abarcando diferentes tipos de trajetórias, a conceção migratória – de um oposto para o outro – permanece como a mais visível e aceite. As justificações da necessidade de «ajuste» a uma das duas categorias de género disponíveis, bem como a distinção mente-corpo em que se baseiam, são ilustrativas do poder das convenções de reconhecimento e de classificação binária. A sua convivência é, portanto, parcial. Apesar de muitas leis ainda só reconhecerem a mudança entre duas possibilidades, as transformações em curso no campo médico, político e legal têm vindo a garantir maior liberdade e autodeterminação. Na sua diversidade e pluralidade, as vidas e lutas transgénero têm mostrado e permitido transformar o paradigma do género binário – tornando-o mais obsoleto e infundado.

Por sua vez, a emergência da categoria não binária – em paralelo ou autonomizada do fenómeno transgénero – apesar de recente, tem vindo a agregar comunidades e lutas ativistas que se opõem claramente ao sistema classificatório e ao reconhecimento social

dicotômico. Enquanto formação discursiva apoia-se na representação da pluralidade e fluidez do gênero, um *continuum* que pode conter múltiplas possibilidades. Existem várias vertentes do não binário, como veremos adiante. Em termos globais, os gêneros não binários distanciam-se de posicionamentos exclusivos e antagônicos entre as categorias mulher/feminino e homem/masculino. Ao evidenciarem a complementaridade entre ambos e/ou a pluralidade das diferenças genderizadas confrontam de uma só vez as três convenções reconhecidas. Esse distanciamento crítico resulta em menor incompreensão e legitimidade pública. A ausência de quórum (exemplificada acima) quanto à introdução da linguagem inclusiva nos protocolos de tratamento é apenas um exemplo dos obstáculos enfrentados.

Mas a transformação na ordem jurídica em curso, a par do crescente reconhecimento da autodeterminação do gênero e da integridade corporal como direitos humanos inalienáveis, legitimam a sua existência. A ilegitimidade da formação discursiva não binária advém sobretudo do reativo e menor reconhecimento público e da ausência de legitimação das massas. Para as 19 pessoas que participaram neste estudo, cujas vidas abordamos no próximo capítulo, o acesso à informação e às grelhas interpretativas não binárias esteve frequentemente dificultado, sendo a sua visibilidade recente e posterior às vivências do gênero e autoidentificações não exclusivas. E, como referimos no glossário, o termo não binário pode ser usado pelo menos de três formas diferentes: como movimento ativista, como forma de autoidentificação e/ou como termo aglutinador ou chapéu de chuva (*umbrella term*) para designar um conjunto de identidades de gênero.

É por isso pertinente aprofundar os domínios e os processos que esta formação discursiva encerra sobre o que *pode* e o que *deve ser* o gênero além do binário, tomando como referência o arquivo digital *Nonbinary wiki*.

A comunidade digital *Nonbinary wiki*

O *Nonbinary wiki* é uma plataforma de edição colaborativa (ou comunidade digital) que começou a ser construída em 2012, mesmo antes da sua maior disseminação e de a bandeira do orgulho «não binário» ter uma representação simbólica nas marchas LGBTQI.

Esta coletânea é um exemplo situado e muito pertinente sobre os modos como se tem procurado estabilizar a formação discursiva não binária. Para além da antiguidade, algumas pistas no período de acompanhamento e recolha sugerem que representa uma importante fonte de informação e plataforma de partilha e construção mútua para a comunidade não binária.² As estatísticas de utilização não nos permitiram averiguar quantas pessoas recorrem a este arquivo, uma vez que só dispomos de informação sobre membros/es registados/es.³ Os diversos conteúdos são dirigidos a todas as pessoas, mas a sua edição sugere que a «*imagined network audience*» (o público em rede imaginado) é principalmente a comunidade não binária. Apesar do enigma da visibilidade (o «*connundrum of visibility*»), o número de entradas com conteúdos neste arquivo e os vários empreendimentos realizados por um grupo ativo de membros/es na recolha de recursos e informações (enciclopédicas) específicas sobre este tema, permitem-nos tomá-lo como um caso ilustrativo da formação discursiva não binária.

Tanto quanto nos foi dado saber, esta comunidade foi fundada por um pequeno grupo de pessoas e era liderada por uma ativista britânica que tem tido extensa participação em várias comunidades (*online e offline*) no Reino Unido.⁴ Com a mudança de servidor, a plataforma passou a ser coliderada por 2 ativistas, com origens distintas e, presumivelmente, também a residir na Europa. Do total de 71 membros/es ativos/es em fevereiro de 2018, 5 desempenhavam funções além das básicas (poder editar e participar em conversas) –

² O período de acompanhamento e recolha dos conteúdos do *wiki* ocorreu entre outubro de 2016 e fevereiro de 2018. O desaparecimento temporário do arquivo (entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017) no ciberespaço foi rapidamente detetado e resolvido. A importação dos conteúdos do arquivo do domínio em que se encontrava inicialmente (cuja licença expirou) acarretou mudanças na sua gestão e administração a partir de 2017. Apesar da mudança de servidor e algumas perdas de dados sobre as primeiras edições, foi possível construir um retrato específico no tempo de construção desta comunidade digital. Esta breve apresentação não dispensa obviamente a consulta do arquivo para aprofundamento e atualização, uma vez que se trata de um conjunto de recursos dinâmicos que são frequentemente alvo de edição.

³ Recorremos ao sistema «Ile» quando nos referimos a participantes do estudo e/ou a traduções de palavras originalmente neutras noutras. Consultar glossário para exemplificação.

⁴ O que explica o maior número de entradas com informações sobre o Reino Unido, comparativamente a outros países incluídos neste arquivo digital.

nomeadamente os cargos de administradores (2), burocratas (2), *uploader* (1) e *autopatrolled* (3).⁵

O aumento médio de utilizadoras/os/ies registadas/os/es nesta comunidade, expectável num *wiki* jovem, levanta a hipótese de que tem vindo a crescer e a acompanhar a maior visibilidade das questões não binárias como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 2.1. Aumento de utilizadoras/es/ies no *Nonbinary wiki*

Período	Datas	Total de registos de utilizadoras/es/ies	Média de registos por mês
<i>Transferência do wiki</i>	1.º semestre 2017 (21 fev. a 22 jun.)	22	4
<i>Expansão do wiki</i>	2.º semestre 2017 (3 jul. a 29 dez.)	37	6
<i>Difusão do wiki</i>	Início de 2018 (2 de jan. a 16 fev.)	15	8

Fonte: *NonBinary Wiki* 2018.

No conjunto, membros/es com funções de gestão e utilizadoras/os/ies mais ativas/os/es na edição e manutenção do *wiki* investiam na sensibilização para o tema não binário, apelavam à colaboração da comunidade em diversas redes sociais (como a *Reddit*® e o *Twitter*®) e planeavam a expansão deste projeto para outras línguas. Comprometiam-se com o seguinte:

Nonbinary Wiki é um *wiki* dedicado à visibilidade, educação e defesa [*advocacy*] do não binário, argumentando [*arguing*] pelo acesso igual a emprego, serviços e tratamento médico para aqueles/elas/iles que não se encaixam [*don't fit*] no binário de género (*Nonbinary Wiki Contributors* 2018).⁶

⁵ As duas pessoas que lideravam a plataforma em 2018 acumulavam funções de administrador e burocrata (e num dos casos também de *uploader*). Enquanto as outras três podiam patrulhar automaticamente todas as edições realizadas na plataforma. O restante grupo de membros/es participava ativamente na introdução e revisão dos conteúdos.

⁶ Tradução própria do original em inglês. As expressões assinaladas entre aspas [] referem-se à contextualização ou aos termos usados, para revelar a opção de tradução feita. Procurei traduzir o sentido mais próximo do significado contextual quando não existe um termo equivalente direto na língua portuguesa.

Como aprofundamos adiante, este *wiki* constitui-se como fonte de informação e apoio específico do movimento e das causas não binárias. Na medida em que representa um espaço construído por referência aos poderes dominantes, podemos dizer que o arquivo digital *Nonbinary* representa um lugar *heterotópico*.⁷ Uma plataforma em que os significados do não binário são construídos colaborativamente, cujo formato, para além dos conteúdos, dá acesso às discussões, ferramentas e classificações sobre a manutenção e a estruturação do arquivo digital.

A nossa análise baseia-se, portanto, nas entradas com conteúdo e numa seleção de *talks*, históricos, estatísticas e listagens das entradas deste *wiki*. Baseámo-nos nos *rankings* disponíveis para compreender a dimensão, utilização, antiguidade e importância que as categorias e as páginas assumiam no arquivo. E os conteúdos recolhidos foram alvo de uma reclassificação⁸ que orientou a análise temática que realizámos, resultando em quatro grandes categorias e 14 subcategorias:

Como podemos ver no quadro 2.2, as entradas com maior número de conteúdos são as dedicadas à linguagem inclusiva (43), às identidades não binárias (35), ao apoio em rede (30) e aos conceitos de género (28). Realizámos uma análise detalhada das 237 entradas na dissertação que inspirou este livro (Merlini 2019). Neste capítulo sintetizamos os resultados encontrados sobre o processo de construção de fronteiras discursivas alternativas. Em particular, nos modos como esta comunidade tem vindo a autorregular a multiplicação de categorias de identidade de género, mais visível a partir dos anos 2010. E também o que é que as tensões e os alinhamentos grupais do movimento não binário nos dizem sobre as convenções sociais dominantes das relações de género.

Todas as citações subsequentes foram traduzidas. As ênfases são minhas. Os pronomes pessoais usados pelas/os/es participantes foram respeitados.

⁷ *Hetero* (outro) + *topia* (espaço) provém do grego e foi conceptualizado sobretudo por Foucault e pela geografia humana para definir os espaços que funcionam em condições não hegemónicas, constituindo-se como lugares de alteridade. Existem vários tipos de heterotopias, nomeadamente a «heterotopia de crise»: locais destinados à expressão de comportamentos socialmente indesejados (Foucault 2009 [1984]).

⁸ Das 69 categorias listadas no arquivo, 36 correspondiam a conteúdos e 33 remetiam para a sua manutenção e utilização. Pela sua inconsistência (com múltiplas categorias relacionadas) e por haver um conjunto de categorias em desuso ou isoladas, optámos por uma nova classificação das 237 páginas de conteúdo.

Quadro 2.2. Reclassificação das categorias do *wiki* para análise temática

Categorias	Subcategorias	Total de Páginas
I - Conceções e símbolos	Definições e conceitos de gênero	28
	Glossários	12
	Bandeiras e simbologia	9
II - Identidades e expressões	Identidades de gênero	7
	Variantes não binárias	35
	Expressões e apresentação de gênero	8
	Discriminação	10
III - Reconhecimento e visibilidade	Causas e conquistas	11
	Visibilidade mediática	7
	Celebridades	14
IV - Recursos práticos	Transformações corporais	14
	Grupos de apoio, redes e instituições	30
	Linguagem inclusiva	43
	Dicas para não binárias/os/es e aliadas/os/es	9
<i>Total</i>		237

Fonte: *NonBinary Wiki* 2018.

A identidade de gênero como sentimento de si

O número crescente de identidades de gênero alternativas tornou-se mais visível com a emergência do ciberespaço. E esta multiplicação está implicada na definição que a expressão – *identidade de gênero* – tem vindo a assumir na descrição das experiências e pertencas de gênero. Na comunidade não binária do arquivo, a definição adotada (e aceite geralmente como comum) descreve a identidade de gênero a partir da *esfera pessoal*. Subscrevendo a divisão entre indivíduo/sociedade, a identidade de gênero é definida em função da *perceção* da pertença (por si ou pelos outros) e das expectativas que acarreta.⁹ Nesta aceção, por ser um sentimento particular e privado,

⁹ Especialmente no sentido cunhado pelo psiquiatra Robert Stoller, que isolou a identidade de gênero como *sentimento* separado (intuitivo) e que confronta (racionaliza sobre) o lugar ocupado num dado sexo/gênero (Saleiro 2013; Stryker 2008).

não precisa, necessariamente, de ser visível. Há uma autonomia da *expressão de gênero* (os seus elementos visíveis) e das possibilidades discursivas (se desejáveis ou necessárias) na partilha da experiência e da pertença. Nas entradas sobre estes temas distingue-se ainda a personalidade como não correspondência entre a identidade (sentimento) e expressão (forma de comunicação e visibilidade). Distançando-se de uma conceção do gênero como convenção – ou seja, como uma identidade socialmente construída e partilhada – a personalidade é definida enquanto uma conduta (autónoma e) assumida, que se pode conformar ou não com as expectativas – variáveis no tempo e no espaço – sobre pertenças particulares de gênero.

Porém, como apontam diversos estudos, o grande dinamismo e a transformação no que é expectável fazer-se a nível do gênero está interligado com os horizontes pré-configurados cujos parâmetros limitam as possibilidades de reconhecimento. A *esfera social* da identidade de gênero remete precisamente para os «quadros de referência» que, em diferentes graus e intensidades, estruturam o lugar de gênero ocupado (Hines e Sanger 2010; Shotwell e Sangrey 2009; Goffman 1988 [1963]). Quer dizer, para os sistemas de categorização ou classificação e os códigos que constroem as expectativas. Nesse sentido, o gênero *em si* (ou como resultado) implica processos de reconhecimento (hétero-regulados) que, independentemente do gênero *para si* (ou como dado) , comprometem e restringem as possibilidades transgressivas.

Mas para esta comunidade digital, é no *papel de gênero* que encontramos a vertente social da identidade de gênero, definida como uma forma de imposição a partir de um sistema classificatório dicotómico. É, portanto, a identidade a partir da esfera pessoal que emerge como um valor em si mesmo, como um conceito – baseado no sentimento de si – que é enfatizado acima de outros conceitos e termos (como a expressão, a personalidade, o papel, etc.). Ao longo do arquivo, vemos nas definições dadas o estabelecimento de uma hierarquia que eleva a identidade de gênero a divisa explicativa central. A sua importância advém da capacidade que este conceito tem para explicar e ordenar os significados das diversas noções a ele associadas. Ao assumir a identidade como um aspeto privado e pessoal, os elementos estruturantes e coletivos das práticas de gênero são secundarizados e ancorados na perceção subjetiva ou em sentimentos individuais face às «imposições».

Não é, por isso, uma coincidência que cerca de 20% do total de entradas do arquivo remeta para conteúdos específicos sobre as identidades de género e as variantes não binárias. A identidade de género assume um valor triplo: o de dar um significado (decifrável ou não) ao sentido de pertença; o de mostrar o posicionamento face ao binário; e como instrumento de construção da autenticidade. Nesse sentido, a identidade de género no arquivo pode referir-se a uma descrição identitária, a um termo aglutinador (chapéu de chuva ou *umbrella term*) ou representar simultaneamente um «chapéu» e uma «categoria» de identificação em uso. Ou seja, o mesmo termo pode referir-se a uma identidade de género não binária na prática ou a um rótulo que engloba um conjunto de diversas nomeações identitárias, que por sua vez se associam ao movimento não binário. Por exemplo, *nonbinary*, *genderqueer*, *trans* e/ou *transgender*. E o que está implícito nestas variações semânticas é, não só a instabilidade patente no processo de (re)configuração da pertença não binária, como também as lutas categóricas na definição da identidade de género e as diferentes vertentes da construção das alternativas ao binário.

A nossa sistematização das 166 categorias e/ou chapéus presentes no arquivo digital considerou as descrições, características e sobreposições existentes.¹⁰ Um exercício que, em conformidade com o objetivo principal da investigação, permitiu compreender melhor os diferentes posicionamentos do não binário e a sua relação com a ordem de género dominante. Ou seja, por um lado temos uma divisão geral entre *binário* e *não binário*, que contém significados, valores e normas distintos. O género enquanto binário acarreta um significado antagónico, uma valorização da exclusividade, e rege-se pela naturalização da diferença. O género não binário, como um todo, acarreta um significado contínuo, uma valorização da complexidade, e rege-se em grande medida pelo sentimento de si, de conforto e de autenticidade. Esta construção comunitária do «não binário» toma, aliás, como pontos de partida a distinção entre

¹⁰ Considerámos os vários agrupamentos de descritivos no arquivo digital que eram alvo de entradas autónomas – como *Xenogender*, *Neurogender*, *Agender*, etc. O investimento desta comunidade na ordenação e classificação das diferentes pertenças será abordado mais adiante. A síntese que propomos baseia-se nestes processos, visando exclusivamente compreender e revelar os posicionamentos existentes face ao binário dicotómico dominante.

género e sexo e a maleabilidade que o género enquanto construção social acarreta. Por outro lado, as múltiplas pertenças e instabilidades patentes na definição da alternativa não binária subdividem os seus significados, valores e normas. São essas diferentes vertentes que salientamos no quadro 2.3. As designações propostas são nossas e resultaram numa classificação em três grandes grupos:

Quadro 2.3. – Sistematização dos descritivos identitários de género além do binário

Tipo de descritivos identitários	Cumulativo	Negativo	Separatista
Total de descritivos	16	18	117
Significado dos descritivos	Entre os polos masculino-feminino (« <i>In-between</i> »); aproximação a um ou ambos	Entre a presença e a ausência de género; oposição ou negação do género	Independentes e/ou «externas» à classificação dicotómica
Características destacadas	Parcialidade e/ou multiplicidade	Neutralidade ou renúncia	Abstração e/ou externalização
Processo de redefinição do «género»	Através da afirmação (parcial ou total) de ambos (masculino e feminino)	Através da negação ou anulação da feminilidade ou da masculinidade	Através da afirmação da presença de um género distintivo e/ou «indecifrável»
Relação com o binário	Híbrida: diversificação a partir do binário	Abolicionista: universalização do humano	Divergente: destabilização através da expansão criativa e alternativa ao binário
Exemplos de descritivos	<i>Demigender</i> , <i>Intergender</i> , <i>Bi-gender</i> , <i>Genderflux</i> , etc.	<i>Agender</i> , <i>Genderfree</i> , <i>Antigender</i> , <i>Gendernull</i> , <i>Neutrois</i> , etc.	<i>Maverique</i> , <i>Aporagender</i> , <i>Other gender</i> , <i>Xenogender</i> , <i>Neurogender</i> , etc.

Fonte: *NonBinary Wiki* 2018.

As tendências apresentadas neste quadro referem-se, portanto, às diferentes vertentes de posicionamento no não binário e à sua relação com o binário – *i. e.*, com a divisão dicotômica e exclusiva entre feminino *ou* masculino. Em traços gerais, podem ser de:

Tipo cumulativo

As categorias de identidade de género enquadradas neste tipo compreendem descritivos «entre», «parciais» ou «múltiplos» que partem da classificação binária (masculino/feminino) para a diversificar. Ao conceber o género como «fluido» ou «estático», «mais» ou «menos» intenso, este grupo de categorias identitárias enfatiza dualidades e possibilidades, considerando sempre a maior ou menor aproximação à masculinidade e/ou feminilidade. A lógica cumulativa reforça a definição do género como «estado interior», variável conforme os dias/momentos da vida. Simultaneamente sugere que o género (seja por razões de segurança, seja por razões de circunscrição/restricção) não necessita de prestação de contas e/ou pode ser expresso da maneira que for mais conveniente, quase como um «estilo» (*genre*). Tornar-se, por exemplo, *demigender* implica afirmar e viver o género como parcial, havendo espaço para recriar ou valorizar tanto os momentos de cumprimento como de incumprimento à ordem de género dominante. O efeito da separação rigorosa e enfatizada entre *identidade* – uso de *pronomes* pessoais – e *expressão* de género permite assim conceber o género como «adaptável», quase «camaleónico» e extremamente individualizado, podendo não depender do reconhecimento social. Neste leque de possibilidades (relativamente aberto) as categorias partilham um ideal de androginia (masculino + feminino)¹¹ através da combinação de marcadores estereotípicos. O género é representado a partir do sistema binário e em associação à dimensão corporal, verificando-se uma maior aceitação do «corpo genderizado». A ênfase

¹¹ Por androginia (do grego *andrós*:- homem e *-gunaikós*: mulher) entendemos aqui a pertença a ambos. O recurso a este termo pode assumir diferentes significados para a comunidade não binária, dependendo da vertente em que é assumida. Neste arquivo digital, a entrada relativa a este tema reencaminha, aliás, para um duplo sentido do termo. Como reconhecem as/os/les editoras/es/ies, há uma ausência de entendimento comunitário quanto a a androginia significar ausência ou mistura dos códigos e marcadores de género. Tendo por base os diversos descritivos, bem como a etimologia (ou origem) da palavra, adotamos o segundo sentido.

é na diversidade e na expansão do gênero através do não conformismo a estereótipos e convenções dominantes, multiplicando as possibilidades a partir da ambiguidade ou versatilidade.

Tipo negativo

As categorias de identidade de gênero enquadradas neste tipo compreendem descritivos i) «neutros» ou ii) «opositivos». O que distingue este grupo de categorias das restantes é a anulação do gênero através de um descritivo que se constitui em si mesmo como uma identidade representativa. Os descritivos neutros enfatizam a neutralidade ou a falta de distinção de gênero (como *agender*, *gender-free*, etc.). Esta representação identitária neutra anula o gênero através da *indefinição*. Os descritivos opositivos contestam o gênero binário através da sua negação (como *anti-woman*, *antigender*, ou *unboy*, etc.), anulando-o pela *rejeição*. À semelhança do grupo *cumulativo*, a tendência para definir o gênero como inexistente ou repudiá-lo também se enquadra numa conceção identitária de «estado interior». O gênero, além de variável, pode ser negado ou anulado. Este grupo categórico tem como principal referência le ativista britânico *Christie Elan-Cane*, considerada por esta comunidade digital como uma das promotorias do não binário mesmo antes de o termo surgir. Não havendo indicações claras quanto ao uso de pronomes e/ou expressões de gênero, os descritivos deste grupo apontam para a anulação de marcadores genderizados pela sua ausência e/ou negação. Este processo de redefinição do gênero é pautado pela universalização do «humano» ou da «espécie humana», em detrimento de uma elevação das diferenças sexuadas. Prevalecendo a semelhança, as principais causas são a abolição do marcador legal de gênero e/ou a possibilidade de não ser reconhecido nenhum gênero.

Tipo separatista

As categorias enquadradas neste tipo compreendem o maior número de descritivos, que se podem classificar como i) «independentes», ii) «*xenogenders*» e iii) «*neurogenders*». Tanto os «*xenogenders*» como os «*neurogenders*» são termos chapéu de chuva usados pela própria comunidade não binária no *wiki* e descrevem identidades que procuram sair completamente da representação e classificação

do gênero binário. Através do processo de abstração e/ou externalização do gênero (como diferença antagônica entre o masculino e o feminino) afirmam a sua ininteligibilidade e referem elementos dissociativos. Desestabilizam o sentido dominante do binário pela conjugação com elementos da natureza, personagens fictícias, fantasia, «*otherkin*», patologias/neurodivergências, formas geométricas, matemática, etc. Com estes descritivos procuram-se alternativas ao sistema binário e à expansão do gênero não binário através da criatividade.¹² As possibilidades discursivas e estilizadas oferecidas pelo ciberespaço tornam-no, portanto, um local de eleição para a multiplicação deste tipo de descrições identitárias. Por exemplo, no caso dos descritivos agrupados no termo «*xenogender*» (*xeno* – estrangeiro), encontramos a seguinte justificação:

Quando as pessoas falam em gênero não binário, frequentemente descobrem que não há palavras para as suas experiências. A isto chama-se uma lacuna [*gap*] lexical. De modo a preencher a lacuna lexical este *wiki* assume «*xenogender*» como um termo chapéu de chuva para uma categoria inteira de gêneros não binários que são definidos por características que não têm qualquer [*whatsoever*] relação com «feminino» ou «masculino» [*Nonbinary Wiki Contributors* 2018].

Esta necessidade «lexical» para decifrar o gênero além do binário concede-lhe um primado linguístico (que aprofundamos adiante) e permite agregar uma grande variedade de possibilidades discursivas. Nesse sentido, os descritivos enquadrados no tipo *separatista* assemelham-se no modo como procuram «preencher lacunas» e gerar alternativas criativas às categorias «binárias». Subdividem-se a nível da sua representação. Os 76 descritivos não binários classificados como «*xenogenders*» têm um alcance mais «lato» do que os 37 classificados como «*neurogenders*», que se associam a uma neurodivergência específica (como *genderanxious*). No caso destes dois subtipos de descritivos identitários (criativos e/ou sentimentais) há uma recusa explícita do essencialismo biológico e cultural, a par de uma fundamentação na «materialidade dos sentimentos» que concebe o gênero como indecifrável e/ou pessoal/ autêntico. Já no caso dos

¹² Este processo está também relacionado com as redefinições linguísticas e expressões semióticas e simbólicas abordadas no próximo subponto.

descritivos «independentes» o posicionamento «fora» do binário de género faz-se através da definição de categorias identitárias autónomas e como positivities (ao contrário dos descritivos agrupados no tipo *negativo*). Ou seja, em vez de uma nomeação entre o masculino e o feminino (tipo *cumulativo*), por oposição ao feminino e ao masculino ou neutra (tipo *negativo*), neste subtipo da vertente separatista a identidade posiciona-se de fora: «*um género presente mas separado/diferente*». ¹³ No caso destas quatro categorias específicas existem instruções claras quanto ao uso autodeterminado da identidade de género, prevenindo uma «apropriação» indevida por parte de quem consulta o arquivo à procura de se definir. E também sugerem um carácter mais atomizado ou idiossincrático da vertente *separatista*, baseado em modalidades abstratas de categorização do género.

Como refere Xie (2015) a intenção de conceber o género como ilegível tem diferentes motivações políticas. A autora enquadra este tipo de descritivos entre a procura, contextual e temporária, de captar aspetos ilusórios do género e a manifestação da frustração com a narrativa de género dominante. Uma forma de resistência que reivindica o direito de recusar o acesso ao género e a necessidade percebida de ter um género legível. ¹⁴ A negociação do grau em que o

¹³ Este subtipo de descritivos, os géneros independentes, engloba as categorias *Maverique*, *Aporagender*, *Aliagender* e *Other Gender* cujas definições sugerem que seja usado em substituição dos termos «terceiro género» por ser considerado inapropriado e colonialista. Estas questões de apropriação cultural atravessam todo o arquivo digital e remetem sobretudo para os processos de legitimação interna. Contudo importa referir que as leis do marcador indeterminado e as opções de registo de dados em formulários e outros documentos por vezes recorrem a estes termos. Segundo esta comunidade digital, a categoria «*other gender*» é um descritivo genérico preferível para os formulários de registo. Encontram-se diversas referências no arquivo sobre as instituições que utilizam outras opções de género e títulos neutros, com informações sobre os pedidos (feitos pelos/íles membros/es) e as respetivas respostas.

¹⁴ Em grande medida refutando os processos de atribuição e prestação de contas que estão implícitos nos modos quotidianos de (des)fazer o género (West e Zimmerman 1987, 2009). Uma vez que a maioria desta centena de categorias identitárias e suas respetivas bandeiras foi elaborada por cibernautas, não se comprometendo com pronomes ou formas de exteriorização específicas além dos descritivos, o contexto do ciberespaço parece configurar-se como mais propício a uma idealização do género «à medida», que pouco se refere às conhecidas desigualdades de género ou à sua politização. Nesse sentido, e como veremos ao longo deste livro, na medida em que os processos de abstração se baseiem estritamente na dimensão pessoal da *identidade de género* e na sua componente discursiva, as suas potencialidades serão menores.

género afeta a identidade através da abstração implica possibilidades discursivas «ilimitadas», particularmente férteis no contexto do ciberespaço e, para a autora, mais orientadas pelas discussões internas da comunidade *online*.

A associação do género a características particulares dignas de «celebração» (como ter um género «musical», «celestial», «ansioso» ou «numérico») parece, aliás, apontar para uma prática frequente no ciberespaço: a da «estilização» de aspetos pessoais como forma de identificação e demonstração de pertença a um ou mais grupos identitários. A par disso, o contexto cibernético também facilita o aprofundamento da «fluidez», um aspeto da identidade de género que remete para a mudança e a variabilidade no tempo.¹⁵ Face à quantidade de identidades de género disponíveis (pouco representativas, tendo em conta as demografias no *wiki*¹⁶) e à sua origem francamente cibernética, a vertente *separatista* do «não binário» procura de alguma forma ultrapassar o género (binário) mediante mecanismos individualizados e pertenças difusas estabelecidas nas redes sociais. Não obstante, existem também aspetos de convergência entre estes vários tipos e subtipos de descrição e posicionamento relativamente à noção identitária de oposição entre o masculino e o feminino.

A nosso ver, a principal consequência (manifesta ou latente) dos processos de abstração e multiplicação das identidades de género é a desestabilização do sistema de classificação e de categorização

¹⁵ Segundo este *wiki*, o termo «*Genderfluid*» começou a ser usado a partir dos anos 1990, estando anteriormente incluído no termo chapéu de chuva «*Crossdresser*», depois nos termos «*Bigénero*» e «*Genderqueer*», tendo-se autonomizado enquanto descritivo identitário mais recentemente (2010's). Enquanto aspeto da identidade de género, a sua definição é muito variável consoante as pessoas que o usam: pode ser cíclica; imprevisível; autocontrolada ou não; influenciada ou não por fatores internos e/ou externos. Já o termo «*Crossdressing*» neste arquivo digital remete para uma prática de expressão de género, não sendo considerada uma identidade de género particular. Além da fluidez – que se refere ao facto de uma identidade poder variar ao longo do espectro ou *continuum* de género – outro aspeto distinguido é o fluxo. O fluxo está subordinado à fluidez e refere-se à presença ou força do género, *i. e.*, à intensidade com que o género é sentido ou percebido como pertença (confortável), podendo ser considerado enquanto variação percentual de uma ou mais identidades de género (por exemplo 10% feminina e 90% masculina ou 10% agénero, 40% andrógina e 50% masculina) ou a variação entre a ausência de género e a presença de uma ou mais identidades de género.

¹⁶ Baseadas no *Gender Census* (Lodge 2018), que abordamos adiante.

do género (binário ou não). O facto de partilharem uma conceção subjetiva do género como um «estado interior» – um autoconceito que é privado e que pode ser reformulado de forma individualizada – implica tanto o questionamento do sentido de pertença dominante como uma maior fragmentação das possibilidades de descrever a experiência de género percebida e sentida. As diversas distinções presentes neste arquivo vêm, no fundo, enfatizar a maior ou menor importância concedida ao género, bem como o seu carácter plástico e variável. E que o caminho para ir além do género é, portanto, possibilitado pela ligação idiossincrática e em grande medida estilizada que as novas tecnologias de comunicação e informação proporcionam. Isto traduz a primazia da *experiência* de género como *dado* em detrimento da experiência como *resultado*. Importa, por isso, saber como a comunidade do arquivo digital se autorregula e legitima internamente, ou seja, como confere sentido e ordem às descrições identitárias do género não binário.

Identidades válidas e «recenseadas»

Precisamente por causa da proliferação (cibernética) de descritivos identitários não binários vemos um esfoço desta comunidade digital para incluir e fazer sentido dessas categorias. Por um lado, o arquivo contém uma listagem exaustiva de todos os descritivos identitários não binários, com as datas e as autorias, frequência de utilização, etc. Estas recolhas mostram a diversidade existente e são, ao mesmo tempo, fontes de pertença em que as pessoas se podem basear para encontrarem a sua ou as suas definições de género. Por outro lado, dada a variedade de termos e as suas diferentes vertentes, existem também regras. As instruções encontradas em diversas entradas devem-se sobretudo à procura de construção conjunta de uma plataforma (discursiva) séria e informada, passível de disseminação generalizada sobre o tema não binário. E compreendem orientações acerca da validade e/ou popularidade destes descritivos identitários, de quem os utiliza e da sua utilização adequada.

Uma das formas de hierarquização desta comunidade digital foi separar os descritivos identitários em duas listas distintas. A introdução feita na entrada «*List of poorly-attested nonbinary identities*» é bastante esclarecedora e posiciona-se relativamente ao efeito expansivo

dos descritivos identitários de gênero. Como referem, a lista contém todos os descritivos que foram alvo de citação mas «*ainda não têm notabilidade suficiente para passar para a lista principal de artigos de identidades não binárias*». Justificando a separação, por se tratar de descritivos com «*fontes pobres*» e/ou faltarem «*evidências de que as pessoas alguma vez usaram estas identidades*», segue-se a seguinte lista de critérios de «*notabilidade*»:

- 1) Existem pesquisas ou evidências fortes que mostram números significativos de pessoas (em qualquer parte do mundo) que mantêm a identidade ou já a usaram [*have done it*] no passado;
- 2) Pelo menos 10 pessoas identificaram-se com esse gênero num grande questionário da comunidade [*large community survey*];
- 3) É notável por estar associada a uma figura pública, a uma grande reportagem, a uma publicação significativa, a um documentário, etc.;
- 4) É notável porque uma rede social ou *website* permite que les utilizadores [*users*] escolham ou escrevam a identidade e fizeram-no em grandes números (de preferência com dados demográficos);
- 5) É notável porque uma comunidade considerável se organizou em torno da identidade, ou existiu uma no passado [*Nonbinary Wiki Contributors 2018*].

Estes critérios são depois reforçados nas diversas entradas dos descritivos identitários sublinhando-se novamente a questão demográfica e a necessidade de citação de fontes, de preferência múltiplas. O reagrupamento de descritivos identitários similares ou do mesmo tipo é referido como provável:

Identities semelhantes ou classes de identities provavelmente também deveriam ser agrupadas: algumas que poderiam ser excluídas poderão ser dadas como sinónimos alternativos (ou propostos) para o mesmo conceito. Para adicionar essas fontes e evidências, crie um tópico sobre essa identidade na página de discussão deste artigo, para a consideração dos administradores [*administrators*]. Entradas nesta lista que não possuem fontes satisfatórias acabarão por ser removidas completamente [*Nonbinary Wiki Contributors 2018*].

À data da recolha e análise, a página de discussão ainda não tinha sido editada, nem tinha nenhum tópico com propostas de

agregação.¹⁷ Mas, na entrada em que se contemplam as 44 identidades de gênero validadas¹⁸ há uma «*nota para les editories* [editors]» que mais uma vez salienta a necessidade de fontes e demonstração da validade, caso contrário será eliminada. Constata-se, portanto, a necessidade explícita por parte desta comunidade de se fundamentar em critérios, fontes, evidências e estatísticas para organizar a multiplicação de identidades não binárias. Considerando todos os descritivos «*válidos independentemente da sua popularidade*», orientam-se, contudo, para um processo de triagem e refinamento face ao seu significado não binário. As posições face ao binário que identificamos atrás – *cumulativas*, *negativas* ou *separatistas* – englobam efetivamente diferentes significados, valores e expectativas normativas.

Nos descritivos de tipo *cumulativo* há uma definição de continuidade no gênero que valoriza a diversidade e a multiplicidade, regendo-se pelo reconhecimento da ambivalência e/ou ambiguidade. Nos descritivos de tipo *negativo* há um significado de renúncia que valoriza a universalidade e a neutralidade, regendo-se pelo reconhecimento da pessoa humana (*personhood*). Nos descritivos de tipo *separatista* há uma definição de independência e abstração que valoriza o singular, o privado e o indecifrável, regendo-se por um reconhecimento autoatribuído. Os três podem ser vistos como facetas do gênero não binário que se sobrepõem ou o evidenciam de forma intermitente, concorrendo de maneiras diferentes para o que é aceite e expectável por parte de quem não se posiciona exclusivamente nas conhecidas categorias antagônicas – homem/masculino ou mulher/feminino. Implicam diferentes expectativas de reconhecimento, podendo por isso ser compreendidas como tradições normativas alternativas de re/configuração do gênero.

O não binário envolve, portanto, diferentes possibilidades e significados. Representa um movimento social, uma categoria de autoidentificação e um termo aglutinador que agrega outras possibilidades discursivas das experiências de gênero. E, considerando os dados recolhidos anualmente pelo *Gender Census* (Lodge 2018) por uma ativista britânica no ciberespaço desde 2013, verifica-se que o termo não binário tem vindo a crescer nos últimos cinco anos – passando

¹⁷ Não temos como verificar a existência de algum tópico proposto antes de agosto de 2017, porque esta entrada foi importada do arquivo original e o histórico desse arquivo não permite aceder às páginas antigas de discussão.

¹⁸ Que contém descritivos das três vertentes identificadas.

de 40% para 80% em 2018. Nesse ano, mais de metade consideraram importante ter um termo agregador de identidades para incluir todas/os/es aquelas/eles/íles que não são completamente femininas/es e/ou masculinas/es. Este recenseamento tem um pequeno conjunto de questões em inglês dirigidas «*a todos/as/es cujo gênero não se encaixa perfeitamente [tidily fit] no binário feminino/masculino*» e tem vindo a aumentar o número de participantes ao longo dos anos.¹⁹

Do total de 11 278 participantes no *Gender Census* em 2018, 1535 (≈ 14%) residiam no Reino Unido. Nas questões relativas aos descritivos identitários, mais de metade das/os/es participantes usam 1 a 4 termos diferentes para autodescrever o seu gênero:

Estes dados permitem-nos perceber o recurso, variável e múltiplo, a diferentes descritivos para especificar o gênero não binário. E muitos destes termos têm um uso singular ou reduzido, ficando abaixo de 0,1% (≈ 12 pessoas). Considerando os termos que eram mais populares em 2018, além dos específicos ao léxico não binário (*Nonbinary* e *Enby*),²⁰ houve 12 referidos por mais de 10% (≈ 1128 pessoas). A distribuição das respostas, globais e britânicas não variou muito.

E relacionando os dados recolhidos neste questionário com as três vertentes ou posicionamentos identificados atrás, verifica-se uma multiplicidade e sobreposição. Ou seja, a popularidade dos termos usados e a grande variedade de autoidentificações possíveis aponta para usos (ou recursos) específicos e tensões latentes na procura de (re)definição do gênero.²¹ Pelo carácter mais individualizado

¹⁹ Não foram solicitados dados sociográficos para além da residência no Reino Unido. Este questionário não tem sido consistente ao longo dos anos, mas face à sua crescente popularidade e à disponibilidade dos dados na íntegra permite-nos aceder a informação pertinente – mesmo não sendo representativo de toda a comunidade. É um projeto que visa conhecer as principais categorias identitárias e pronomes pessoais com que as pessoas não binárias se identificam, informando por exemplo o *Nonbinary wiki* sobre as frequências de utilização. Em 2017 registaram-se 9932 participantes, dos quais 1357 eram do Reino Unido. Nesse ano as/os/les participantes pertenciam a gerações mais jovens (especialmente entre os 14 e 26 anos, cerca de 81%) e tomaram conhecimento do *survey* a partir de canais específicos de referência como o *Tumblr*© (73%), o *Twitter*© e o *Facebook*© (ambos com 9%). Para mais ver <http://gendercensus.com/>.

²⁰ *Enby* é um termo usado como substantivo para designar a pessoa de gênero não binário.

²¹ Os termos que identificamos no quadro 2.5 como «paralelos» e «provisórios» referem-se a descritivos identitários igualmente agregadores e que se relacionam

Quadro 2.4. Total de descritivos identitários por participante no Gender Census

Total de descritivos identitários por participante	Frequência	%
1	1669	14,8%
2	1601	14,2%
3	1984	17,6%
4	1740	15,4%
5	1427	12,7%
6	1100	9,8%
7 a 20	1757	15,6%
<i>Total</i>	<i>11.278</i>	<i>100%</i>

Fonte: Gender Census 2018.

Quadro 2.5. Relação entre grupos identificados e a popularidade dos termos identitários no Gender Census à escala global e no Reino Unido

Relação com os grupos identificados	Tipo de nomeação	Termos identitários mais populares	Global		Reino Unido	
			Freq. ^a	%	Freq. ^a	%
Central	Chapéu e/ou descritivo	<i>Nonbinary</i>	6832	61%	874	57%
		<i>Enby</i>	2763	24%	346	23%
Paralela	Chapéu e/ou descritivo	<i>Trans</i>	3923	35%	520	34%
		<i>Transgender</i>	3152	28%	437	28%
	Chapéu e/ou descritivo	<i>Genderqueer</i>	3471	31%	433	28%
Provisória	Descritivo	<i>Questioning or unknown</i>	2065	18%	244	16%
		<i>Genderfluid/ Fluid gender</i>	2770	25%	323	21%
Cumulativa	Descritivo	<i>Androgyne</i>	1192	11%	114	7%
		<i>Demigender</i>	1234	11%	116	8%
		<i>Transmasculine</i>	2117	19%	243	16%
		<i>Man or boy</i>	1279	11%	152	10%
		<i>Woman or girl</i>	1638	15%	226	15%
Negativo	Descritivo	<i>Agender</i>	2938	26%	350	23%
		<i>Neutral</i>	1698	15%	168	11%

Fonte: Gender Census 2018.

e difuso dos descritivos identitários de tipo *separatista*, são as pertencas associadas ao tipo *cumulativo* e ao tipo *negativo* que surgem com maior número de representantes, como se verifica no quadro 2.5.

A popularidade dos termos em uso não invalida o facto de haver diversas pessoas a autoidentificarem-se variavelmente com as diferentes categorias existentes. Os processos de demarcação e ordenação dos diversos descritivos identitários não binários encerram, aliás, um conjunto de tensões na procura de estabilização e definição (cautelosa) dos seus sentidos. Consequentemente, a preocupação com a inclusão de todas as possibilidades de representação, a par da necessidade de questionamento (cuidadoso e informado) sobre as pertencas de cada um/a/e, são regras muito importantes nesta comunidade digital. A maior variação dos termos descritivos conjuga-se assim com a estruturação de noções partilhadas sobre o que contém o não binário e como se deve proceder. Práticas que enfatizam um cuidado especial com a linguagem e a simbologia de representação das identidades de género e do movimento não binário.

Entre a expressão e a interpretação de género

A atenção à natureza polissémica das palavras, a par de uma procura de rigor dos sentidos e da sua utilização, são tendências estruturantes e estruturadoras neste *wiki*. Enquanto projeto que cumpre um papel informativo (e enciclopédico), cujo formato encoraja precisamente a comunicação (e tradução) do tema, seria previsível que as questões linguísticas assumissem importância. Porém, o primado linguístico patente neste arquivo vai além do objetivo de «dar voz» e chegar a um «consenso» terminológico na comunidade não binária. É um dos seus pontos cardeais, porque é a partir dos códigos linguísticos e das suas possibilidades discursivas que se propõe uma reconfiguração da pertença de género. Ou seja, do sentido subjetivo de si e do grau de conforto com a divisão antagónica dominante. A autonomia concedida à *identidade de género* – definida na vertente

com outras dimensões e ativismos. Quer dizer, nem todas as pessoas não binárias assumem estas categorias identitárias, ainda que do ponto de vista comunitário isso possa ser entendido como um movimento comum e partilhado. As tensões existentes na construção das fronteiras do género não binário são abordadas adiante.

pessoal e enfatizada sobretudo pelas suas possibilidades semânticas – confere, portanto, à linguagem um lugar precedente. Muito mais do que ao corpo ou à expressão.

Neste âmbito, a linguagem inclusiva neutra tem um grande peso. Em consonância com movimentos feministas, o seu uso é entendido como uma forma de nivelar as desigualdades de género que estão patentes no recurso ao neutro masculino. De alcançar a representatividade e o reconhecimento de e para todas as pessoas.²² Apesar dos esforços desde os anos 1970 na adoção da linguagem inclusiva, as divergências quanto aos termos mais adequados mantêm-se, havendo espaço para outras propostas. E por defenderem (e necessitarem de) uma linguagem neutra, as pessoas não binárias encontram-se bem posicionadas para sustentar e orientar o debate nesse sentido. Mas essa é uma entre outras motivações. A preocupação linguística provém também das dificuldades que estas pessoas têm com o tratamento pelo pronome (ou título) errado (*misgendering*),²³ com a mudança legal para um nome próprio neutro, com o recurso a substantivos e adjetivos genderizados, etc. A par disso, verifica-se também a preocupação com uma definição rigorosa (e cautelosa) das novas terminologias usadas sobretudo pelas pessoas transgénero e/ou não binárias e simultaneamente a sua tradução (parcial) para outras línguas.

A centralidade conferida à linguagem como meio de inclusão é visível na proporção de entradas dedicadas a este tema – correspondendo a cerca de 23% de todos os conteúdos do arquivo. Os diversos recursos linguísticos disponibilizados incluem glossários e inventários do uso da linguagem neutra, de nomes próprios, títulos e pronomes neutros, bem como sobre o léxico do género e do sexo.

²² Incluindo as pessoas não binárias. A linguagem inclusiva implica a variação de género na referência a pessoas e não a objetos e/ou animais. Ou seja, as mudanças não afetam o género gramatical das palavras em geral mas sim a sua variação na qualificação ou enunciação de pessoas (por exemplo atriz, ator, etc.). Desde 2013 que se têm disseminado outros sistemas mais inclusivos na língua portuguesa, enquanto na língua inglesa essa adequação é mais fácil, por ser tendencialmente mais neutra. Não obstante também está sujeita a propostas de alteração, havendo um crescente número de instituições britânicas a adotá-la (como referimos no início deste capítulo).

²³ Os efeitos de *misgendering*, ou seja, da *atribuição equivocada de género* para as pessoas não binárias serão abordados no próximo capítulo.

Neste arquivo digital recorre-se principalmente à língua inglesa. Mas esse recurso estende-se também a outros terrenos linguísticos de modo suprir as principais dificuldades levantadas no uso específico da linguagem inclusiva. Por exemplo, a entrada principal «*Gender Neutral Language*» inclui 14 línguas diferentes e tem ligação aos vários glossários do *wiki* (ao todo 12). Apesar dessa variedade linguística, esta entrada mantém a língua inglesa como a mais aprofundada e detalhada. E mesmo nas entradas que reúnem inventários de termos, pronomes e títulos em línguas específicas (como a alemã e a espanhola), a definição e a explicação está em inglês, assim como os restantes conteúdos. A par destas entradas, encontramos outras dedicadas especificamente à escrita de cartas-modelo e um guia para jornalistas.

Os pronomes e os títulos neutros assumem um lugar de destaque no arquivo, havendo um cuidado com a demonstração do seu uso na prática,²⁴ nomeadamente por parte de celebridades e também na ficção. A entrada dedicada especificamente ao pronome «*Singular They*» resume as recentes controvérsias levantadas e a crescente utilização deste pronome pela comunidade não binária anglófona. As listas de «*Neopronouns*» – novos pronomes em substituição do *singular they* – e de «*Nounself pronouns*» – novos pronomes usados sobretudo para consumo interno da comunidade – remetem para as identidades de género *Xenogender* (uma das vertentes do grupo *separatista*). Referem-se ao uso criativo e individualizado de pronomes que «*podem ser temáticos em torno de conceitos que não têm nada a ver com género, como natureza, tecnologia ou conceitos abstratos.*» Dadas as dificuldades de utilização deste tipo de pronomes fora do contexto *online*, é referido como norma de etiqueta a utilização de um conjunto secundário de pronomes mais popular.

São, portanto, várias as razões que enfatizam a importância do tratamento inclusivo para esta comunidade não binária. E a preocupação subjacente à correta utilização dos termos e suas origens, a par de uma coleção de linguagem inclusiva disponível para todas/os/es usarem, também se estende ao domínio prescritivo. Nomeadamente,

²⁴ Encontramos uma extensa lista sobre como utilizar os pronomes, onde e quem os utiliza e um encaminhamento para o *website Pronoun Island* que fornece exemplos sobre a aplicação do pronome escolhido. Este *website* permite também adicionar um «*virtual badge*» com o pronome associado aos vários perfis pessoais no ciberespaço, como o *Facebook*© ou a *Wikipédia*©.

a recomendação do uso generalizado do «*singular they*» como regra-padrão de etiqueta para todas as interações sociais, de modo a que o tratamento possa abranger todas as pessoas e, caso solicitado, corrigido *a posteriori*.

O que *pode* e o que *deve ser* dito vai sendo explicitamente declarado nas diversas entradas desta coleção. A introdução aos termos adequados e inadequados é realizada particularmente pelo glossário de terminologia de gênero e de sexo em língua inglesa, que dispõe de diversas referências e *links* (para *sites* da comunidade, etc.) e exemplos para ilustrar as definições. Vários termos contêm, nas suas definições (rigorosas), recomendações quanto à legitimidade e à necessidade da sua utilização. Por exemplo, as siglas variantes de AGAB (*Assigned Gender at Birth*) incluem uma definição precisa, indicações sobre o modo de tratamento mais respeitoso e qual o termo correto.²⁵ Além disso, é também sugerida uma redefinição *parcial* dos termos e categorias de modo a abarcar as diversas possibilidades transformativas e posicionamentos de gênero. Nomeadamente, «*phallus*» surge como a terminologia usada para descrever tanto «pénis» como «clítoris». Ou, em vez de se designarem as características biológicas sexuadas, a referência é feita a: pessoas intersexo; pessoas no espectro *transmasculino* ou *transfeminino*; ou pessoas com o gênero feminino ou masculino atribuído à nascença (AFAB ou AMAB).²⁶ Por sua vez, é fornecida uma listagem de nomes próprios neutros em que são dadas orientações sobre como deve ser mudado o nome. A mudança (formal ou informal) de nome próprio é entendida como um processo de tentativa e erro, que deve respeitar as origens

²⁵ Considera-se que a sigla CAGAB (*Coercively Assigned Gender At Birth*) é mais nuançada do que AGAB ou GAAB ou DGAB (*Designated Gender Assigned at Birth*). Entre as razões apontadas para a preferência pela sigla CAGAB está a ênfase na atribuição de gênero contra vontade própria e, em certas circunstâncias, também a implicação de «abuso na infância». São também referidos os diferentes sentidos que podem estar incluídos no termo «coerção» como as cirurgias a recém-nascidos e as terapias de conversão.

²⁶ Importa ressaltar que, ao contrário dos pronomes, estas sugestões de redefinição linguística vão no sentido de partilhar/construir uma alternativa ao seu uso dominante e não tanto uma imposição apriorística. Para além disso, referem-se especificamente à distinção por gênero e não aos marcadores biológicos sobre os quais tende a ser construída socialmente a diferença (e pertença) genderizada. Para o não binário a redefinição é um instrumento de inclusão, interpretação e reconhecimento. Abordamos adiante os desenvolvimentos relativos à semiótica.

étnicas e culturais e, caso desejado, ser compatível com as possibilidades legais.

Como podemos ver por este breve resumo, o primado linguístico atravessa o ideário não binário em várias direções e acarreta consigo diversas transgressões dos sentidos e da inteligibilidade do gênero. As implicações transgressivas destas grelhas interpretativas podem, contudo, ficar aquém do desejado precisamente porque o gênero – enquanto princípio organizador da vida social (estruturante e encoberto nas fundações estruturais) – ultrapassa a esfera discursiva.

Como referimos anteriormente, parte das potencialidades discursivas de transformação do gênero (especialmente na vertente *separatista*) foram proporcionadas pelas oportunidades abertas pelo ciberespaço para a redefinição de si. A comunicação pela palavra escrita e a coconstrução partilhada dos sentidos do gênero através de narrativas criativas e de termos inovadores (neologismos) por parte de um conjunto de pessoas *online* sustentam em grande medida estas novas interpretações. O que estes dados sugerem, portanto, é a emergência de um novo *script* para (re) fazer o gênero. O ciberespaço afigura-se assim como um local de eleição que proporciona um sentido de pertença, atenua os sentimentos negativos associados ao incumprimento das expectativas dominantes e preenche necessidades importantes de empoderamento e concretização satisfatória das experiências vividas.²⁷ Contudo, é também um «universo» que permanece determinado pelas estruturas hierárquicas elementares da vida social (*offline*) e limita as suas possibilidades para agir. Como refere Marciano (2014, 832), os diversos tipos de inter-relação mantidos para expressar as identidades de gênero são permeados por um conjunto de opções «possíveis» e não de opções «ideais». Num certo sentido, o ideário não binário toma este campo dos possíveis como a base de negociação das representações coconstruídas. Mas a concessão de um primado linguístico nas questões de gênero (seja para a igualdade, seja para a sua interpretação) acarreta implicações que sugerem um boicote à expansão das possibilidades. Permanecem, portanto, hiatos entre as alternativas interpretativas inauguradas por esta formação discursiva e a materialidade do reconhecimento social do gênero.

²⁷ Neste âmbito ver o estudo de Avi Marciano (2014) sobre a inter-relação entre a vida «conectada» e «desconectada» da comunidade transgênero israelita e também o nosso aprofundamento em Merlini (2016).

Com efeito, é nas entradas que referem a *expressão de género* que encontramos uma redução significativa dos parâmetros interpretativos de reconhecimento e visibilidade social. Este lado «visível» ou mais imediato do género atribuído, à nascença ou ao longo da vida, é apresentado no arquivo de modo tripartido. A entrada específica (apesar de incompleta) sobre a expressão de género diz o seguinte na introdução:

Dentro [*Within*] do binário de género, as duas principais categorias de expressão de género são feminina (feminilidade) e masculina (masculinidade). Adicionalmente, uma expressão de género pode ser andrógina (androginia), embora não haja acordo sobre se a androginia significa uma falta de marcadores de género, ou uma mistura de marcadores de género femininos e masculinos. Uma pessoa feminina não é necessariamente fêmea [*female*], uma pessoa masculina não é necessariamente macho [*male*] e uma pessoa andrógina não é necessariamente uma andrógine ou não-binária [*Nonbinary Wiki Contributors* 2018].

Como vemos, em contraste com a multiplicidade de descritivos identitários analisados, a expressão (visível) do género apresenta três possibilidades: feminilidade, masculinidade e androginia (nas suas variantes, *cumulativa* ou *negativa*). Algumas das categorias consideradas ao longo do arquivo são referidas como «identidades de género» para algumas pessoas, mas salientado que no contexto «não binário» são entendidas como paralelas ou como expressões particulares. Entre elas estão «*crossdressing*», «*butch*», «*femme*», «*gender nonconforming*» e «*gender punk/fuck*» remetendo para formas de expressão e/ou identidades emergentes na cultura comunitária LGBTQI. Através destas diferenciações vai-se recortando o âmbito e as possibilidades de se tornar não binária/o/e no arquivo digital.²⁸

²⁸ Do conjunto de modalidades definidas como expressões de género neste arquivo apenas o «*crossdressing*» é definido exclusivamente como uma prática. Uma pessoa que pratica *cross-dressing* «*não tem de ser transgénero*» e este termo não é definido no arquivo como uma identidade de género. A breve entrada dedicada a esta expressão de género menciona que se trata de uma questão de mimetizar a conduta do «género oposto» e que se refere a questões de indumentária e apresentação. Na nossa investigação em concreto, contudo, dispomos de dados biográficos sobre o recurso a «*cross-dresser*» como uma categoria de autoidentificação na prática. E, na medida em que o (des) fazer do género inclui a vertente *cumulativa* – fazer ambos – também poderá contribuir para uma construção alternativa da diferença.

Tanto as entradas sobre roupa («*Clothing*») como sobre voz e fala («*Voice and speech*») estão estruturadas segundo as divisões enunciadas para a «expressão de gênero». Não há tanta margem para uma interpretação social (visível e reconhecível) do gênero para além dos diversos graus de masculinidade, feminilidade e androginia – que pode expressar um reconhecimento da mistura (ambos) ou da neutralidade (anulação). Por exemplo, a entrada sobre o uso de indumentária contém conselhos sobre o investimento necessário para uma expressão bem-sucedida e uma referência à sobreposição entre a moda «*gender-neutral*» (ou unissexo) e a moda masculina:

Porque a cultura ocidental vê em grau significativo o macho [*male*] e o masculino como padrão ou sem identificação [*unmarked*], e porque as regras do vestuário masculino são possivelmente mais rígidas do que as das mulheres, a roupa dos homens tende inevitavelmente a ser usada como neutro em termos de gênero. No entanto, ainda é possível evitar alguns marcadores masculinos explícitos enquanto se procura uma aparência neutra em termos de gênero [*Nonbinary Wiki Contributors* 2018].

Esta comunidade digital sugere as cores «neutras» (preto, branco, cinzento e castanho) como elementos da moda «*gender-neutral*» e um questionamento sobre cada peça de vestuário: tem de sugerir a anulação e não a mistura dos símbolos associados à feminilidade e à masculinidade. A dificuldade está, portanto, nos limites restritivos da indumentária masculina (por exemplo, não usar vestidos ou saias), porque o reconhecimento dominante da diferença estabelece hierarquicamente o masculino como a norma neutra e o feminino como específico. Nesse sentido, os símbolos de gênero assumem especial relevância no arquivo, existindo coleções sobre novos símbolos e bandeiras que sugerem a superação da semiótica tradicionalmente associada ao binário (♀♂).

Tanto nos conselhos que acompanham os tópicos sobre roupa como nas entradas sobre a simbologia de representação não binária verificam-se duas grandes representações. A primeira representação parte precisamente dos símbolos de gênero tradicionais (e da oposição M/F) para a reconstrução de novos símbolos e bandeiras.²⁹

²⁹ Por exemplo, a cor lavanda resulta da mistura de rosa e azul, e a cor verde é o oposto de lavanda.

Nesta variante a simbologia segue uma lógica cumulativa ou agregadora (*splicing*): a combinação de lógicas para a criação de novos sistemas que as aprofundam (algo como *Masculino + Feminino + «X»*). Já a segunda procura distanciar-se completamente da semiótica tradicional de género através da criação de outras simbologias e bandeiras. A inovação destas representações do género (e também da sexualidade) é situar-se fora do sistema classificatório dicotómico.³⁰ Nesta variante a simbologia segue uma lógica divisória ou decomposta (*splitting*): a decomposição de um dado sistema lógico em outros sistemas (algo como *Género* _[Não Binário] = *Y ou K ou @ ou 0 ou...*). São representações semióticas que acompanham os movimentos de multiplicação identitária e que ocupam um lugar distintivo no arquivo digital – com um *link* direto no lado esquerdo do *layout* do *wiki*. As «*Pride Flags*» reenviam-nos para 1067 bandeiras de representação dos termos comunitários, identidades de género, orientações sexuais ou românticas – algumas com mais do que uma variante simbólica.³¹

Mas a ênfase conferida à inclusão da diversidade e à sua representação (quase infinita) colide de certa forma com os conteúdos sobre a expressão (visível) do género, em que as linhas interpretativas são substantivamente mais estreitas. Retomando as entradas relativas à roupa, existem por exemplo observações prévias quanto à necessidade de usar linguagem «mais binária» por causa do modo como a roupa é classificada. Nas referências à voz são apresentados dados

³⁰ Por exemplo, a cor amarela é uma das cores primárias (subtrativas) dos pigmentos, para além do azul e do rosa, e por isso usada para representar o não binário. O preto e branco são cores que tanto representam *todos* os géneros como *nenhum/ausente*, enquanto o cinzento é usado para representar a «parcialidade».

³¹ Esta quantidade substantiva de representações foi estimulada por um concurso no ciberespaço pela empresa *online* norte-americana Deviant Art© em Junho de 2017. É deste *website* que provêm as 1067 bandeiras coletadas no *wiki* não binário. A crescente atenção por parte de algumas empresas *online* às causas LGBTQI é encarada no arquivo como uma importante ferramenta de mudança pela maior abertura (mesmo que simbólica) ao movimento não binário. A disponibilização de categorias alternativas de pertença nas redes sociais, os grupos de apoio no ciberespaço, as mudanças nas formas de tratamento institucionais e as conquistas no reconhecimento jurídico-legal também são alvo de acompanhamento por esta comunidade digital. Constituindo uma *fonte para a ação*, o arquivo congrega diversas sugestões práticas e de resistência, incentivando a representação não binária especialmente através da «palavra» (escrita e/ou oral). Neste âmbito, a comunidade digital encara a revelação como crucial na representação do movimento, referindo o desconhecimento generalizado e a potencial rejeição enquanto «identidade de género real».

da média de *pitch* (tom) feminino, masculino e gênero ambíguo (em Hz). As divisões em três ou em quatro vão, assim, organizando as entradas relativas à expressão, apontando para uma maior restrição das possibilidades de comunicação do sentimento de si. Alternativas visíveis e tangíveis de reconhecimento social do gênero que, também no caso das transformações corporais, se subjugam mais diretamente aos processos de prestação de contas.

O corpo e o gênero

Tal como a expressão de gênero, neste arquivo o corpo (e de certa forma o que é tangível e visível) está subordinado à *identidade de gênero*. Na medida em que se apoia em dicotomias que se autorreforçam, a hierarquia estabelecida pela *fronteira* identitária das pertencas de gênero coloca problemas a nível do diálogo e das possibilidades de reconhecimento social. As distinções entre sexo *vs.* gênero ou, noutra variante, entre corpo *vs.* identidade de gênero, são abordadas nas diversas entradas sobre a corporalidade. O arquivo vai sendo atravessado, aliás, por dualidades como indivíduo/sociedade (ou eu/outros), mente/corpo, identidade/expressão, gênero/sexo, etc., que contribuem para elevar a identidade de gênero a divisa explicativa. Uma hierarquização que confere autonomia ao não binário face a outras narrativas do fenómeno transgênero e cria condições para uma expansão categórica. Mas como vimos antes, o movimento de individualização (ou mesmo estilização) da identidade de gênero tem-se expandido sobretudo através do ciberespaço, estando menos comprometido com a corporalidade.

Efetivamente, é quando a comunidade digital refere a corporalidade que a independência concedida à expressão, aos pronomes e à identidade de gênero se torna ainda mais dissipada. Enfatizam a diversidade existente mas as referências ao corpo são genéricas ou subordinadas à sua (inter)dependência ao sentimento do gênero *para si*. Em termos globais, o corpo e a corporalidade surgem no arquivo digital como *meios*, se necessário, de transformação da posição de gênero reconhecida. Por exemplo, a *linguagem corporal* é definida no arquivo como um instrumento (mutável e aprendido) que pode ser usado para evitar a transfobia e/ou aproximar a um dos opostos do binário de gênero. Ancorada na definição comunitária da expressão

de género (como forma de comunicação e visibilidade), referem que a linguagem do corpo pode ser interpretada alternativamente como «feminina, masculina, ambos ou nenhum», dependendo de se a pessoa é socialmente atribuída como «mulher, homem ou andrógina». Há, portanto, uma assunção da necessidade (mínima) de «adequação» aos géneros coletivamente reconhecidos para que a interpretação e/ou inclusão seja possível, apesar da autonomia estabelecida entre a expressão e a identidade. No fundo, para que a abertura à diversidade e à inclusão (multiplicada) de possibilidades não binárias seja viável, para que haja um reconhecimento social mais vasto, é necessário dialogar com o sistema de classificação existente e com os parâmetros dicotómicos que encerra. Esta comunidade torna explícitas as necessidades de atribuição social, documentação legal ou tratamento no género desejado.

Os conteúdos no arquivo sobre o corpo apontam para uma componente pragmática da transformação corporal e para o maior ou menor investimento considerado (individualmente) necessário. Vemos neste arquivo uma conjugação entre a postura crítica face ao binário e os objetivos de reconhecimento de um conjunto mais reduzido de identidades de género. Os diversos recursos disponibilizados vão alertando para a variedade e a diversidade existentes, sempre referidos como uma possibilidade, entre outras, que pode ou não ser útil para as pessoas não binárias. Por exemplo, a extensa entrada «*Saving up for transition expenses*» reúne muitas indicações de poupança «básica» e ensina a procurar trabalho, começar um negócio, evitar despesas «desnecessárias» ou «arriscadas», aplicar o conceito de «frugalidade», etc. A comunidade esclarece na introdução que este tipo de recurso se dirige especificamente a quem «optou» pela cirurgia, mas está também implícito que este tipo de despesas terá de ser previsto pela própria pessoa. Seja pela dificuldade de acesso a cirurgias, seja pela dificuldade de obtenção de um diagnóstico, ou por outra razão, procuram defender e preparar as pessoas com este recurso para alcançar os seus objetivos. E são, efetivamente, muitas as entradas ocupadas com praticabilidades e mecanismos de resposta mais eficientes para o alcance de um posicionamento não binário mais facilitado e/ou bem-sucedido.

Os vários conselhos patentes neste arquivo digital orientam-se, no fundo, pela regra de que (re)fazer o género é um caminho privado e particular, cabendo à pessoa informar-se sobre o leque

de alternativas possíveis e providenciar os meios para as alcançar. O vasto conjunto de recursos práticos – que vão desde as relações pessoais aos espaços genderizados – tendem a ser introduzidos como uma utilidade potencial, que é apresentada como facultativa. No fundo, é a «*diversidade do comportamento não binário*» que prevalece na estruturação dos conteúdos.

As entradas específicas sobre a transformação corporal referem-se pragmaticamente à terapia hormonal, tipos de cirurgia, práticas complementares de transformação, etc. Por exemplo, para esta comunidade as mulheres transgênero podem (ou não) investir no treino da voz, na reconstrução facial, em terapia hormonal correspondente, vaginoplastia e/ou técnicas de remoção de pelos, etc. No entanto, apesar de serem consideradas outras possibilidades de transformação além da *migratória* (para o «gênero oposto»), é através da noção de «disforia física» que a comunidade aborda a eventual transformação e/ou adequação da apresentação e de si.³² Associando-se aos recursos usados habitualmente pelas pessoas transgênero, o arquivo remete para as transformações médicas e os procedimentos de mudança de nome, de apresentação (e de voz) e de identidade (legal). No caso das terapias hormonais são resumidas as várias possibilidades existentes e fornecidas muitas ligações externas. É sugerida a possibilidade de aceder a serviços médicos «binários» como estratégia inicial para depois, consoante a necessidade, eventualmente se fazer uma «*de-transition*» (des-transição) ou «*re-transition*» (re-transição). Esta abordagem visa contornar o processo médico, mais restritivo, da transição *migratória* de gênero. Caso se opte por esta via, existem também instrumentos de resistência como soluções de resposta a médicos (respostas «certeiras» a questões «bingo»).

De um modo geral, as entradas de transformação corporal têm implícita uma questão de fundo. Questiona-se diversas vezes quan-

³² Neste *wiki*, a «disforia física» aproxima-se da conceção biomédica de «transição». Ou seja, refere-se a um desconforto que requer um ou mais tipos de tratamento médicos de alteração das características corporais sexuadas. Difere, contudo, nas motivações e resultados identificados com a transformação corporal. Na entrada «*Intimacy*» há um reenaminhamento para um fórum de discussão *online* dedicado ao corpo e à sexualidade de pessoas que «*transcendem a anatomia*», em que é permitido conversar sobre disforia mas não sobre transformação corporal (<http://transcending-anatomy.tumblr.com/about>). Como veremos adiante, o cuidado com as suscetibilidades (em particular no domínio da corporalidade) e a inclusão das alternativas são uma preocupação constante desta comunidade digital.

tos destes desejos de transformação corporal (lidos como «transição» ou «disforia» física) se referem a uma questão «inata» (*inborn*) ou à convergência do sexo e do gênero nas grelhas interpretativas da «sociedade ocidental». Este dilema é, aliás, parametrizado pela dicotomia indivíduo/sociedade na qual a comunidade se baseia. Se a disforia for inata refere-se exclusivamente à esfera individual, isolada ou atomizada. Se a disforia for aprendida, a sua gênese é o sistema classificatório contestado, a construção social imposta. De modo a ultrapassar este impasse, seria mais pertinente questionarmos: quanto desta rejeição corporal seria atenuado através de outros sistemas classificatórios? Ou com a promoção de outras corporalidades, distintas da dicotômica? Como vemos, as potenciais interpretações e o reconhecimento social do «gênero» a nível da expressão e da transformação corporal desdobram moderadamente as alternativas possíveis. Mesmo sendo entendido quase como «acessório», o corpo ocupa um lugar específico no processo de transformação e de chegada a um gênero além do binário – independentemente de essa pertença estar latente desde que se nasce. Patente neste arquivo estão, portanto, preocupações com a representação efetiva das identidades e do movimento que resultam das dificuldades de transmitir o posicionamento de gênero além do binário. As fronteiras legítimas do gênero – os seus códigos, símbolos, arranjos, materializações e incorporações – encerram as possibilidades transgressivas em lutas e tensões, forçando a sua adequação (mínima). A ausência de diálogo com os critérios existentes impede, aliás, que estes se ampliem e transformem para incluir as alternativas.

O nosso gênero e o dos outros

Os conteúdos partilhados por esta comunidade digital revelam uma das facetas do debate e dos processos de (des)legitimação que têm vindo a ocorrer. Como referimos no início deste capítulo, o «gênero» e os seus parâmetros de nomeação e reconhecimento encontram-se no centro de uma discussão intensa e de dinâmicas transformadoras. No primeiro capítulo vimos também como a ordem jurídica atual tem vindo a legitimar a indeterminação do gênero, reconhecendo (pelo menos) uma possibilidade alternativa ao binário.

Precisamente por se referir ao «não binário» este (novo) *script* para (re) fazer o género toma o «binário» como ponto de partida para o questionamento e a afirmação de uma posição distintiva e crítica. E as distinções e definições presentes no arquivo são pertinentes porque explicitam um posicionamento específico e uma forma particular de inclusão. A crítica ao paradigma binário (e heteronormativo) é realizada em grande medida através de uma ênfase da liberdade individual e do direito à privacidade. Há uma construção partilhada de um vocabulário comum, que confere sentidos e interpretações alternativas às posições e às práticas, incluindo as pertenças exclusivas. Ou seja, mesmo a apresentação das identidades binárias – vistas como válidas pela comunidade, desde que não sejam consideradas as únicas existentes – contribui para ampliar o significado do género. Por exemplo, Mulher é definida como sendo uma das identidades binárias reconhecidas (tal como Rapariga ou Senhora) que geralmente suscita o uso de pronomes femininos (ela/dela). No entanto, refere-se também que não é necessário ser-se cisgénero para se ser mulher e pode-se ser parcialmente mulher (*demi*). Alertam ainda para o facto de nem todas as pessoas que adotam pronomes femininos (por exemplo não binárias) se identificarem com esta categoria. Ou seja, que nem todas as pessoas que usam «ela» se identificam como «mulheres». Por sua vez, as *PPW* (*People Perceived as Woman*) também nem sempre se identificam como mulheres. Como vemos nesta definição, a auto-identificação mantém-se como o critério crucial para a atribuição de género correta como mulher. Ao alargarem o conceito incluem-no na prática normativa de reconhecimento do género não binário. Para se (re) fazer o género para lá do binário é preciso reconhecê-lo (na sua multiplicidade e/ou particularidade) a partir de uma atribuição informada e baseada no modo como cada pessoa se autodefine.

É com base nesse *ethos* que a comunidade procura dialogar com o público generalizado. O código de conduta moral atravessa, aliás, todo o arquivo e pressupõe que a inclusão efetiva do não binário requer uma mudança de paradigma por parte de todas as pessoas. As dicas de etiqueta e conselhos para «aliadas/os/es» não só informam como orientam sobre a interpretação adequada do género. Por exemplo, as quatro regras-chave para o respeito das pessoas não binárias na entrada «*Allies*» são:

- 1) Use linguagem e pronomes adequados;

- 2) Não dê conselhos não solicitados;
- 3) Respeite a privacidade das pessoas não binárias;
- 4) Assuma ações de género inclusivas.

[*Nonbinary Wiki Contributors* 2018].

Estas regras são justificadas pelo facto de a não atribuição de género não binário ser ofensiva para as pessoas não binárias. Admitindo que as pessoas em geral desconhecem o tema ou estão desprovidas de uma «*consciência de género*»,³³ a comunidade sugere que as pessoas não binárias «*eduquem*» legitimamente quem não sabe, segundo as regras de etiqueta «*corretas*». Este conjunto de regras ultrapassa o tratamento pelo pronome solicitado, exigindo-se o respeito pelas pessoas não binárias e principalmente pela sua privacidade. O género só pode ser tratado como privado e individualmente porque se trata de um tema «sensível» e que é passível de ferir susceptibilidades. Em grande medida, a garantia do *género para si* (o seu reconhecimento como identidade privada) requer que este passe a ser tratado como um assunto íntimo e se reduza o processo de prestação de contas baseado nas atribuições indesejadas ou não solicitadas. Uma «imposição» que concorre no reforço do estigma por se sobrepôr à interação e não contribuir para uma transformação dos parâmetros em que se baseia o género *em si*.

A par do respeito da particularidade de cada pessoa, os conteúdos do arquivo também sugerem uma integração específica na comunidade LGBTQI. Em diferentes entradas do *wiki* verifica-se uma tensão entre a autonomia relativa (explicitada e desejada) do movimento não binário e o seu entrecruzamento com diferentes causas. Em geral, as reivindicações transgénero são consideradas mais abrangentes, as *queer* mais políticas e as intersexo paralelas mas demonstrativas. O distanciamento em relação ao binário é também construído através de outras formações discursivas que o contestam parcialmente ou que são recombinações para enfatizar o movimento não binário. Verifica-se um duplo movimento: de alargamento à(s) comunidade(s) para o acesso a recursos e críticas e de particularização das pessoas não binárias para representação e revelação pública.

³³ Nomeadamente, por não se terem questionado sobre os seus géneros ou por saberem «instintivamente» que são «homens» ou «mulheres» (<https://nonbinary.wiki/wiki/Allies>).

Estas tensões são visíveis na referência que a comunidade faz às controvérsias no uso dos termos e das possíveis agendas englobadas por estes movimentos. Por exemplo, na entrada «*Genderqueer*» referem que a contemporaneidade do termo não binário pode explicar parcialmente a maior autoidentificação (inicial) das pessoas não binárias com este descritivo identitário, podendo ser vistos como sinónimos. A antiguidade do termo *genderqueer*³⁴ e o facto de derivar de uma estratégia de orgulho num termo calão são vistas como razões para a existência/necessidade do termo não binário. Por não ter uma afiliação política específica o termo não binário é definido por esta comunidade digital como mais inclusivo. É também referido que a maioria das pessoas não binárias tendem a adotar a linguagem do movimento transgénero por se reverem na promoção dos direitos e proteções legais. O não binário é definido como estando mais atento à ausência e/ou intensidade da identidade de género e a sua distância face ao sistema de classificação dicotómico. A ausência de consenso sobre os léxicos existentes e as lutas particulares de cada movimento justificam, portanto, a necessidade de questionamento cuidadoso das pertenças de cada pessoa.

Neste *wiki*, as alianças estruturam-se sobretudo pelo recurso aos mesmos mecanismos e formas de resistência, mas a identidade comunitária e o que esta contém depende tanto dos contextos específicos como das diferentes reivindicações. O carácter mais difuso e recente da visibilidade não binária, a par da abrangência da diversidade de alternativas e trajetórias de género além do binário, vão sustentando os encaminhamentos para posicionamentos específicos no contexto comunitário. E, à semelhança do que ocorre com as identidades binárias, a definição de descritivos identitários «paralelos» à noção de não exclusividade do feminino e do masculino (como *gender questioning*, *perygender* ou *odysseogender*), também concorre para a promoção e a autonomização do não binário. As diversas pertenças alternativas vão sendo alinhadas e enquadradas pela noção de minoria oprimida, havendo uma grande sensibilidade para com os estigmas e as suscetibilidades. Optando pela sigla mais inclusiva MOGII – *Marginalized Orientations, Gender Identities and Intersex*,

³⁴ Cunhado por Riki Anne Wilchins em 1995, precede o termo «*Nonbinary*» em pelo menos 10 anos. A tradução literal de *queer* é «esquisito» ou «estranho» e era usado como pejorativo para designar a homossexualidade, na gíria informal remete para outros termos usados na língua portuguesa como «maricas» ou «pâneleiro».

esta comunidade alinha-se com todas/os/es aquelas/eles/íles que são marginalizados. E o cuidado com as suscetibilidades está presente nos diversos alertas que introduzem conteúdos suscetíveis de ofender ou impressionar. As listas de identidades não binárias contêm por exemplo esse tipo de alertas, referindo logo ao início: Atenção, este artigo contêm «insultos reclamados» [*reclaimed slurs*], se não está confortável com isso recomendamos que não o leia.

A construção do sentido de pertença (intra)grupual desta comunidade faz-se, em grande medida, através do reconhecimento partilhado das opressões e discriminações sofridas por se ser não binário que, simultaneamente, deslegitimam a fronteira binária (ou *exo-grupo*). Um processo de deslegitimação que está presente no arquivo de várias maneiras e implica uma dicotomia (e nivelamento) entre o binário e o não binário. Nomeadamente pelo questionar da capacidade de representação legítima pelo paradigma de género binário (o cânone). Ou na interrogação sobre a real legitimidade do binário de género e os seus mecanismos de «branqueamento» (por exemplo, nas entradas *Etnia e Cultura e Binarismo*). Na atenção aos processos de apropriação cultural que eliminaram sistemas diferentes da vivência e da atribuição do género. No fundo, na construção de um discurso que nomeia a relação assimétrica entre nós-outros. E esse distanciamento em relação ao discurso binário, às suas práticas classificatórias e aos seus modos exclusivos e antagónicos, vai sendo enquadrado por diferentes lutas. Em grande medida, verifica-se neste arquivo a construção dessa fronteira antagónica bem definida entre nós/outros, que designa um inimigo comum e uma estratégia de resistência. Porque a exclusividade apaga a existência de outras possibilidades de género, é a norma da qual se retiram as linhas de demarcação. A resistência passa pela sua inversão, tratando as alternativas como a norma e a exclusividade como marginal. Contrariar a relação assimétrica de poder, especificando a exclusividade binária como a transgressão e assim negociar os posicionamentos de género existentes.

O desalinhamento passa, portanto, pela maior tomada de consciência e sensibilidade histórica e cultural face às experiências de género alternativas. Pela afirmação de uma posição dianteira, explicitada no arquivo, que se distancia do binário e confere superioridade ao não binário na determinação do género. Constitui-se, em termos globais, como uma tradição normativa que procura incluir todas as

pessoas a partir unicamente da autoatribuição discursiva, se necessária, do género não binário (privado, sentimento de si). Um *ethos* que é construído tanto para fora como para dentro da comunidade e que estabelece a fronteira entre o binário e a sua superação.

Contudo, como também vimos, a ênfase na responsabilização individual dificulta o estabelecimento efetivo destas normas. Mais do que existirem pessoas informadas sobre «como proceder», os efeitos de manobras individuais são dispersos e podem-se desvanecer rapidamente, boicotando em parte o resultado coletivo característico das normas sociais. O género é complexo, contém tanto aspetos da esfera pessoal como da esfera social, não podendo por isso basear-se exclusivamente numa pertença privada que só é reconhecível no plano discursivo. E, de facto, o que estes processos de legitimação nos permitem compreender melhor é que a transformação do género – para incluir todes, todas e todos – terá de passar por uma maior amplitude nos critérios de reconhecimento. O género comporta uma dimensão privada mas esta é comunicada e informada também por parâmetros sociais de reconhecimento. A tradição normativa de género baseada estritamente no critério do autorreconhecimento ou da autoatribuição dificulta a sua inclusão e a transformação e o alargamento do próprio sistema em que se apoia a classificação. Não basta simplesmente a recusa em ser-se classificada/o/e. Esse reconhecimento vai ser feito, por isso é preferível que seja feito de modo inclusivo, considerando critérios mais amplos. Para isso é preciso que a semiótica, a expressão, outras corporalidades e materialidades sejam visíveis e, sobretudo, tornadas mais inteligíveis. As possibilidades de reconhecimento social baseadas nas evidências performadas ainda são estreitas e permanecem ancoradas em parâmetros interpretativos binários.

A dialética existente nas relações de género antecede-as, por ser o princípio ontológico que confere a realidade. De facto, a prestação de contas sobre o género mantém-se na vida em sociedade como princípio e exige convenções, mesmo que redefinidas ou refeitas. (Des) fazer ou (Re) fazer o género de uma forma diferente (ou alternativa) não anula a necessidade de reconhecimento e de grelhas interpretativas que permitam identificá-lo. Inclusive, como nos tem mostrado a história do género, as suas transgressões (latentes e manifestas) vão sendo absorvidas pelas forças que estruturam o sentido. Para dar apenas um exemplo, tendo sido ultrapassada a controvérsia gerada

na época, o uso de calças pelas mulheres (que hoje poderia ser o uso de saias pelos homens) acabou por ser normalizado e passou a convenção socialmente aceite. O mesmo se poderá aplicar aos modos como interpretamos o corpo (transformado ou não) ou ao uso de pronomes pessoais. Este movimento configura(r)-se(-á) portanto num *script* para (re)fazer o género, cujo primado linguístico proporciona outras possibilidades interpretativas que transgridem o binário de género.

Os limites genderizados. estão, aliás, a conter e a reformar as transgressões, avançando para um sistema de reconhecimento legal dividido em três. Principalmente no plano dos direitos humanos, a eventual recodificação do género em compasso ternário ao invés de binário assume-se agora como uma fronteira a nível global e supranacional, como vimos no capítulo anterior. É neste âmbito que a noção de ternário ganha relevância. A sua definição remete frequentemente para noção de «terceiro», «intermédio» e/ou que este é parte resultante de um binário.³⁵ Também no domínio da lógica encontramos um axioma que diz «se duas ideias convêm a um terceiro convêm entre si». É por isso pertinente retomar aqui outra polémica, entre o teórico laciano Slavoj Žižek e a comunidade LGBTQI, a propósito do «terceiro elemento». No seu artigo de opinião «The sexual is political» – muito contestado e gerador de controvérsias – Žižek (2016) insiste na ideia de que o «terceiro elemento» não é senão a materialização da diferença antagónica entre dois elementos, desde que este antagonismo preceda os termos que se diferenciam. Ou seja, que o excesso representa aquilo que faz do antagonismo uma realidade e não uma oposição simbólica. Enquadrando a questão da oposição binária no contexto das minorias sexuais, Žižek argumenta:

A fórmula do antagonismo sexual não é M ou F (a clara oposição entre masculino e feminino), mas MF+, onde o + representa o elemento excessivo que transforma a oposição simbólica num antagonismo real [Žižek 2016].

Aquilo que nos diz Žižek (e também o léxico) é que a alternativa ao binário (antagónico) é sempre uma combinação ou comunalidade

³⁵ «ternário», in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/tern%C3%A1rio> [consultado em 22-03-2018].

que o justifica e fortalece. E, mesmo pondo de parte esta abordagem mais polêmica e potencialmente uniformizadora, a análise deste estudo de caso aponta também nesse sentido. Não só porque este exemplo de formação discursiva não binária se encontra entrelaçado nas várias lógicas de dominação do gênero (e a ele subordinadas), a dialética antagônica é de facto a motivação e a principal causa de contestação deste movimento.

A oportunidade criada pelo ciberespaço para uma multiplicação descritiva (e dissociada) de identificações de gênero não encontra equivalente nas possibilidades identificadas para a expressão e o reconhecimento tangível do gênero – mais apoiadas na combinação ou anulação dos marcadores da diferença. Porque precisamente ser «não mulher» não equivale a ser «homem», mesmo o processo de anulação ou negação reitera aquilo que distingue e demarca (conformemente) a oposição antagônica. Ao invés de uma transcendência, verifica-se assim a multiplicação no interior ou a partir de formações discursivas que (mesmo implicitamente) estruturam e constroem as alternativas possíveis. Por mais diversas e ricas que possam ser as práticas de gênero – baseando-se ou não na dialética antagônica e em diferentes intensidades –, os seus parâmetros de reconhecimento ainda se fundamentam em grande medida pelas classificações binárias. Estas alternativas simbólicas, performativas e discursivas, vêm diversificar as possibilidades *a partir do* binário, do diálogo com o referente dominante.

Como sabemos, o gênero é coconstruído de um modo dinâmico através de práticas concretas baseadas em diferentes tipos de reconhecimento das transgressões. Tendo por base este arquivo, vemos como o gênero *para si* e a sua experiência como *dado* não gera um diálogo claro com o gênero *em si* e com a experiência como *resultado*. Não permite reconhecer as possibilidades porque se baseia num único critério – do gênero privado. A diversidade e a riqueza das experiências de gênero não podem equivaler à autoidentidade na atribuição, porque o gênero não é um atributo individual. A sua transformação passa muito mais pelo contexto relacional e pela criação de dinâmicas transformadoras que permitam parametrizá-lo e interpretá-lo de uma forma plural, diversa, dialógica e menos baseada em oposições antagônicas.

A estabilização dos significados de gênero (sempre provisória, suscetível a usos diferenciados e a potenciais deslocamentos) carece

invariavelmente dos seus limites. De contornos que designem o que é e o que não é. Face ao que analisámos neste capítulo, parece haver várias tentativas de traçar esse caminho. Se tivermos em linha de conta também as respostas institucionais e legais que têm sido avançadas, o trilho enveredado parece ser, como dissemos, o da passagem do género em compasso binário para o género em compasso ternário. Esta mudança contribuirá não só para «normalizar» o género não binário – nas suas diversas variantes – como também poderá desenvolver os paradigmas em que se baseiam os esquemas de referência sobre o género. Uma mudança muito relevante nas vidas das pessoas não binárias em que o *peso* do género, como referem nesta comunidade digital, «*sente-se nos ossos*».

Capítulo III

As vidas vividas e contadas

A oposição binária (masculino *ou* feminino) que limita o reconhecimento do gênero tem vindo a ser contestada e reconfigurada, seja pelas mudanças nos sistemas de classificação, seja pela visibilidade e construção partilhada de pertenças alternativas. Para investigar os processos dinâmicos de transformação em curso ou compreendermos e repensarmos a ordem de gênero necessitamos também de considerar as vidas, *vividas* e *contadas*, a partir da mundivisão não binária. Pensarmos nas práticas de gênero como um todo (*i. e.*, a nível *supra*) implicou aprofundar o que é que contribui autonomamente para as diferenças e qual a sua relação com a ordem social existente. Focar os processos de (des)legitimação das práticas, das lógicas e dos modos prescritos da masculinidade e da feminilidade; as tensões entre a semelhança e a diferença.

Como vimos no capítulo anterior, a construção alternativa de pertença baseada no gênero como *sentimento de si* enfraquece o diálogo necessário com o gênero *em si* – *i. e.*, os processos de reconhecimento que comprometem e restringem as possibilidades transgressivas. Quando uma transgressão é reconhecida são acionadas as grelhas interpretativas que definem como se (des)faz o gênero em determinado espaço e momento. A mesma performance de gênero pode ter significados muito diferentes para quem a testemunha e, em maior ou menor grau, reiterar a sua significância transgressiva ou não. As possibilidades transgressivas são tanto cíclicas, como variáveis no tempo e no espaço. Uma variabilidade que não está somente rela-

cionada com uma dada época em que, por exemplo, as mulheres não podiam usar calças, frequentar determinados espaços para homens ou mesmo votar. Ou de um tempo em que um homem a chorar era sinónimo de fraqueza. Diz também respeito à variação interpretativa da diferença (binária, antagónica) e do peso que o género pode assumir como parâmetro de reconhecimento da realidade social. Nesse sentido, as alternativas patentes nas transgressões de género têm sobretudo a capacidade de realçar os mecanismos de poder e a sua cumplicidade, dialogando através de lógicas de reconhecimento.

A nível coletivo, é sobretudo nos elementos visíveis que o género simboliza que se reconhecem e interpretam as diferenças. Como as mudanças nos códigos sociais e institucionais não ocorrem ao mesmo ritmo, pode inclusive não haver transformações significativas nos modos como se estruturam os limites e as transgressões. Ou seja, os significados simbólicos ou expressivos das transgressões de género podem não ter efeitos de transformação concretos, mantendo inalterada a ordem de género – *i. e.*, o jogo de forças sociais que produz e legitima as diferenças. Qualquer transgressão de género requer, portanto, uma pressuposição e um reconhecimento do que está a ser transgredido (Foust 2010).

Em Portugal e no Reino Unido, o predomínio da divisão dicotómica e antagónica do género em feminino *ou* masculino tem vindo a estruturar os seus limites e, simultaneamente, a determinar a transgressão. O leque de disposições e repertórios (apesar de negociáveis) em que baseamos a compreensão do género constriange as interpretações possíveis. Por outras palavras, a interpretação de uma transgressão de género implica o reconhecimento de um limite (imediate ou mediado) considerado inviolável. Como referimos na introdução deste livro, assumir uma pertença ou posição de género *não binária* constitui uma transgressão de primeira ordem porque implica uma *transposição* efetiva da legitimidade, distinta de um incumprimento pontual. Não pertencer exclusivamente ao feminino *ou* ao masculino tem outras consequências.

Para quem sente desconforto com as expectativas de exclusividade, com a classificação do género em duas categorias discretas e opostas, com o reconhecimento numa atribuição indesejada, etc., as experiências são vividas num permanente limbo. Importa por isso aprofundar os modos como as transgressões de género foram vividas e contadas por 19 pessoas que não pertencem exclusivamente

ao feminino *ou* ao masculino.¹ A experiência não binária revelada pelas trajetórias, narrativas e episódios ilustrados por Nelle, Xuxa, Noa, Grace, Sandy, Samuel, Lou, Lake, Jim, Ash, Domingas, Micha, Alex, Dinis, Denis, António, Selma, Lé e Ana. Mais do que pontos de chegada, os respetivos posicionamentos não binários implicaram o confronto (direto e indireto) ao longo da vida com as fronteiras de género legitimadas, validadas e reconhecidas.

Qual a ligação destas pessoas aos grupos, valores e (não) pertencas identificadas antes? Tomando como referência as configurações normativas do arquivo digital, anteriormente apresentadas, considerámos pertinente relacioná-las com as modalidades existentes nas biografias, tanto para o seu enquadramento como para compreender globalmente o nosso objeto de estudo.² Em complemento ao

¹ A lista de participantes do estudo está em Anexo para consulta. Esta subamostra foi extraída de 65 casos de pessoas a viver em Portugal e no Reino Unido que se reconhecem como transgénero, recolhidos no âmbito do projeto TRANSRIGHTS entre 2015 e 2017. Para a seleção foi considerada a *autonomeação* (identificação não exclusiva com o binário), a *performance* (autoapresentação alternativa para expressar o género) e a *relação com o género* (posicionamentos face ao binário). Os 46 casos de pessoas que ao longo da vida se posicionam de modo exclusivo com as categorias «mulher» ou «homem» forneceram um contraponto importante à análise dos 19 casos selecionados. Adotámos o método biográfico interpretativo (BIM) e a distinção entre a *vida contada* – o texto, testemunhos individuais subjetivos e retrospectivos – e a *vida vivida* – os dados factuais e sequenciados cronologicamente ao longo do curso de vida (Wengraf 2000, 145; Cohler e Hostetler 2003). Neste capítulo apresentamos uma síntese dos resultados, cujo aprofundamento pode ser consultado em Merlini (2019).

² A condição de alteridade (inevitável) como investigadora «não trans» (ou cisgénero) e, portanto, de uma perspetiva *outsider-within* exigiu autorreflexão substantiva sobre «o estudo do Outro» (Smith 2005) ao longo de todo o processo de pesquisa (detalhada em Merlini 2019). Apesar de esta investigação constituir, necessariamente, um contributo particular (e sempre passível de melhoria), regeu-se pela objetividade científica e não pela retórica ou enviesamento de argumentos na defesa de uma causa (seja ela qual for). Nesse sentido, procurámos salvaguardar o processo de «transferência» gradual das descobertas do particular para o global, pegando nas pequenas evidências e enquadrando-as no seu panorama social mais amplo – aquilo que se pode designar como *generalização por entre os casos* (e não através destes) (Burawoy 2000). Preocupou-nos questionar principalmente as relações de género em sentido lato e tornar visível a problemática da permanência e da mudança binária através dos múltiplos pontos de vista encontrados e protagonizados pelas/os/iles participantes. Contribuir ativamente para a formação de um *diálogo* não binário e trans/feminista, que consideramos imprescindível para avançar nos conhecimentos de que dispomos sobre a igualdade de género(s).

quadro 2.3. (p. 81), resumimos os três grandes modos de posicionamento das pessoas que participaram no estudo, referindo entre parênteses o ano de nascimento:

Quadro 3.1. Posicionamentos das/os/es participantes face ao binário de gênero

Modalidades	Descrição	Participantes	Relação com os grupos do <i>wiki</i>
Oscilação	Ênfase na complementaridade; alternância entre os polos masculino-feminino, conferindo-lhes o mesmo peso	Nelle (1943); Xuxa (1956); Grace (1962); Domingas (1982); Selma (1992);	
Aproximação	Ênfase na multiplicidade; aproximação a um dos dois gêneros reconhecidos e manutenção parcial do gênero atribuído à nascença	Sandy (1966); Samuel (1967); Jim (1976); Alex (1987); Dinis (1988); Denis (1989); António (1989); Lé (1993);	Cumulativo
Negação/ /transcendência	Ênfase na indeterminação; distância do binário de gênero através da neutralidade e/ou separatismo da pertença genderizada	Noa (1957); Lou (1972); Lake (1975); Ash (1982); Micha (1986); Ana (1997).	Negativo ou separatista

Fontes: Entrevistas a participantes, adaptação da tipologia de Ekins e King (1999, 2006) e *Nonbinary wiki* 2018.

Sendo útil apenas para identificar modos de posicionamento, ressaltamos ainda que esta caracterização heurística representa somente um ponto de partida compreensivo. Precisamente porque as vidas não se moldam puramente a uma tipificação, convergindo e divergindo em diferentes dimensões, este enquadramento permite-nos apenas situá-las no seu contexto mais vasto de determinação (neste caso, relativamente aos grupos do arquivo) e considerar de forma global as diferenças de posicionamento.

Na medida em que existe um maior número de casos associados à vertente *cumulativa*, os posicionamentos não binários presentes nas biografias deste estudo são tendencialmente menos heterogêneos dos que os identificados no arquivo digital. Por outro lado, a presença de diferentes modalidades no (des)fazer do gênero – oscilação, apro-

ximação, negação ou transcendência – permite-nos considerar outras subdivisões com base na vida contada e vivida. Enquanto a identificação das vertentes existentes nos grupos do *wiki* se baseou nos descritivos categóricos – os seus significados e valores normativos –, nas modalidades de posicionamento estão consideradas as práticas e conceções de género alternativas. Que interpretações têm as/os/les participantes das experiências transgressivas? Qual o seu contributo na (re)definição da oposição? Quais os principais efeitos (latentes e manifestos) das práticas e dos posicionamentos transgressivos ao longo das suas vidas? Não descurando a especificidade de cada vida, nem a sua complexidade, resumimos neste capítulo o peso e a particularidade das experiências não binárias. O seu contributo para compreender o género como mais do que uma oposição entre masculino ou feminino. Vidas vividas e contadas a partir da transgressão, de pertenças não exclusivas, cujos caminhos e labirintos percorremos. Posições que, como dissemos, implicaram confrontos e reconhecimentos das expectativas legítimas e ilegítimas de pertença ao género ao longo da vida. Através de três temas comuns e por entre episódios ilustrativos narrados pelas/os/iles próprias/os/es (e com os quais dialogamos), vamos reconstituindo as 19 trajetórias vividas na diferença de género e procurando mostrar a riqueza dos seus relatos distintivos.

Aceitar a pertença

Aceitar que se pertence de modo não exclusivo ao binário é uma dimensão central na interpretação que as 19 pessoas deste estudo fazem sobre a *transposição* de género ao longo das suas vidas.³ Essa transposição do género, atribuído à nascença como masculino ou

³ Em linha com May (2011, 368) *pertencer* corresponde à «sensação de conforto consigo mesmo e com o meio envolvente». Nesse sentido, não *pertencer* equivale a um sentido de distância para com os outros e o meio. A não pertença baseia-se frequentemente em formas subtis de demarcação, pautadas por diferenças de interesse ou comportamento – os designados «colégios invisíveis» – não sendo tão comuns relatos de não pertença a «grupos estruturais» (May 2016). Segundo a autora, estes grupos (ou posições socialmente ocupadas) como o género, a nacionalidade ou a etnia, tendem a não ser tomados como objeto de «escolha» ou de distanciamento. No caso da (não) pertença ao género emergem, porém, outras dinâmicas, patentes nos relatos que se apresentam em seguida. Como referimos no capítulo 1, ainda não dispomos de dados extensivos suficientes sobre a desidentificação e não pertença exclusiva ao masculino/feminino.

feminino, passa pela *aceitação* de uma necessidade e continuidade percebida (por si e pelos outros). Um exemplo claro desse processo é ilustrado no episódio contado por Selma (1992, PT). Numa trajetória de aceitação da sua diferença de gênero relativamente recente, para esta participante a fluidez foi uma constante ao longo da vida. Contudo, o seu reconhecimento foi um processo gradual e está bem ilustrado no seu relato *da feminilidade insuficiente*.

A feminilidade insuficiente

[...] elas maquilhavam-me e faziam... e eu até percebia que estavam a gozar comigo mas naquela altura eram, era...

Selma é pressionada durante a adolescência por colegas da escola para corresponder à feminilidade. Esta pressão é para Selma ilustrativa da desidentificação com a feminilidade (ênfatisada) e da percepção de não pertença. Mas este distanciamento não a levou naquele momento imediato a pôr em causa a pré-configuração do gênero – estruturado em torno da oposição binária – nem a questionar a configuração dos modos «adequados» (dominantes) para fazer a feminilidade. Selma reflete sobre uma procura de conformação, um esforço de inclusão no grupo e de «pertença» ao gênero:

[...] eu sei agora que era *bullying*. Naquela altura eu estava sempre com a esperança de que se calhar: «ok, elas estão-me a dar atenção, se calhar agora, tipo, vou-me integrar, se calhar vai ser mais, se calhar se eu for com elas e deixar maquilhar-me e vestir-me». Durante aquele dia depois realmente diziam «ah, estás muito gira, estás muito coiso, é assim que as raparigas se devem vestir, é assim que não sei quê», e realmente aquilo trazia-me um sentimento um bocado de integração. Hoje em dia eu sei que... eu sei que não era isso...

A descoincidência entre os significados de gênero disponíveis e a sua articulação pessoal tiveram um efeito de culpabilização de si e de inerente autorresponsabilização pelo sucesso da «adequação». A transgressão do gênero «esperado»

só podia para Selma ser pessoal, «interna», porque as várias tentativas de conformação falharam. Comum a muitas das vidas contadas pelas/os/es participantes, este episódio ilustra claramente que a pressão para corresponder à feminilidade, mesmo quando mal-sucedida, acarreta frequentemente consigo uma crença de que o resultado tem de ser «perfeito». Não basta um esforço. Tem de haver um investimento efetivo e comprometido com o «que deve ser». Os horizontes de expectativa constrangeram Selma e marginalizaram-na. Não era «suficientemente feminina». Sente-se incapaz de fazer o género de acordo com a configuração disponível – a única que conhecia. Nesse período, a ausência de outros horizontes e espaços de experiência para reconfigurar as estruturas de significado limitaram a sua contestação e o aprofundamento de outras possibilidades de *apropriação* do género. A rigidez do horizonte esperado tornava invisível o seu limite:

Só que éramos miúdos e... e naquela altura eu não tinha isto bem processado ou bem entendido sequer ao ponto de eu achar que isso podia ser uma discriminação por parte do género, eu acho que era mesmo só... por parte de mim mesma, de quem eu era. [...] Ali, naquele contexto, não [me defendia]. Eu evitava o confronto ao máximo.

A exclusão e conseqüente distanciamento (resignado) de Selma por não desempenhar a feminilidade «esperada» também resulta no seu isolamento por um longo período de tempo. Como nos diz, fazia parte do grupo de rejeitados sociais da escola, dos que tinham fraca reputação. Apesar de na adolescência já ter sinais de «não pertença» generalizada, só aos 20 anos é que começou a aprofundar os seus problemas pessoais. Através de um acompanhamento psicoterapêutico toma consciência da sua variabilidade na expressão de género. Passou a identificar-se como *genderfluid*, a afirmar positivamente a pertença não binária. Contudo, naquela época, a pressão que sentiu reforçou sobretudo a hierarquização das práticas dominantes da feminilidade enfatizada. Ou fazia a feminilidade enfatizada ou estava fora.

Bem ilustrado por este episódio da vida de Selma, o processo de aceitação da pertença não binária ao gênero remete tanto para a capacidade de aquiescer com aquilo que sempre se foi, como para uma emancipação dos modos de expressão e compreensão de si. O «antes» refere-se ao que foi recusado e contrariado – ao sentimento de diferença, de não pertença. O «depois» é descrito como compreendido, libertador e facilitador – a capacidade de adaptar-se e viver de acordo ou de modo coerente com esse modo de ser/tornar-se.

Estas mudanças (contadas e vividas) não ocorrem, porém, através de percursos lineares, como frequentemente induz a interpretação do termo biomédico de «transição de gênero». Nesta investigação adotamos, por isso, a noção de *trajetória de gênero*. Uma noção mais abrangente, que usamos neste estudo para nos referirmos a todos os percursos que, ao longo da vida, incluem diferentes processos de transformação e variabilidade de posicionamentos de gênero. E por transição ou *transposição* referimo-nos à permissão (positiva) da diferença e à capacidade adaptativa de viver em concordância com a mesma.

Nos 19 relatos analisados encontramos várias possibilidades de adaptação decorrentes do processo de aceitação (para si e de si) e de uma maior compreensão da pertença a um gênero alternativo. Em termos globais, o problema da apresentação de si e do reforço ou distanciamento face às expectativas e horizontes que constroem as práticas de gênero foi vivido por todas as pessoas deste estudo (em graus variáveis) como uma *inadequação*. Foram vidas pautadas por contrastes e demarcações, por percepções de diferenças na pertença como as que resumimos em seguida.

Trajelórias de diferença

Muitas/os/es participantes relatam sentimentos de desadequação desde a infância, explorações cautelosas ou encobertas, vivências da diferença isoladas e tentativas (falhadas) de conformidade. Uma procura ativa de correspondência ao paradigma heteronormativo ou mesmo na identificação com outras orientações sexuais que não resulta em pertença efetiva, validada por si e por quem está à sua volta. A insularidade experimentada nas diversas interações e «colégios invisíveis» é uma constante ao longo do curso de vida destas 19 pessoas. No plano das emoções, são relatadas sensações

de *alheamento* (Lake aos 16 anos/1991), *estranheza* (Selma aos 7 anos/1999; Noa aos 43 anos/2000; Lé aos 16 anos/2009), *tristeza profunda* (Samuel aos 12 anos/1979), *confusão e perplexidade* (Jim aos 25 anos/2001; Denis aos 16 anos/2005; Ana aos 14 anos/2011 e aos 18 anos/2015).

Independentemente da época em que nasceram, as diferenças, sentidas a partir das rejeições e dos desejos, são vividas desde tenra idade.⁴ Em termos globais, a desadequação ou desconforto com as expectativas de género atribuídas é experienciada por estas 19 pessoas através de processos de pertença não binária. Processos que estão sobretudo relacionados com as transformações e mudanças na posição de género (os seus resultados) e que ocorrem vagarosamente ao longo do curso de vida destas pessoas. Uma aceitação (para si e de si) da pertença alternativa ao masculino *ou* feminino que se pautou por diversos redireccionamentos e processos de afirmação categórica.

O acesso (tardio) à informação e aos léxicos aptos a descrever as experiências de diferença é apontado em todas as trajetórias como um dos principais obstáculos à (des)identificação de género não binária (Merlini 2016). Para estas 19 pessoas, a «tomada de consciência» ao longo da vida de uma não pertença ao género atribuído à nascença levou muitos anos para se repercutir num posicionamento afirmado. Este atraso temporal não é, aliás, específico de quem se posiciona de uma forma alternativa face à ordem de género. Como vimos no capítulo I, as últimas décadas pautaram-se por um conjunto muito significativo de mudanças no âmbito da igualdade e do reconhecimento e autodeterminação das identidades de género. E os indícios destas transformações estão muito presentes nas trajetórias das 19 pessoas que participam na nossa análise.

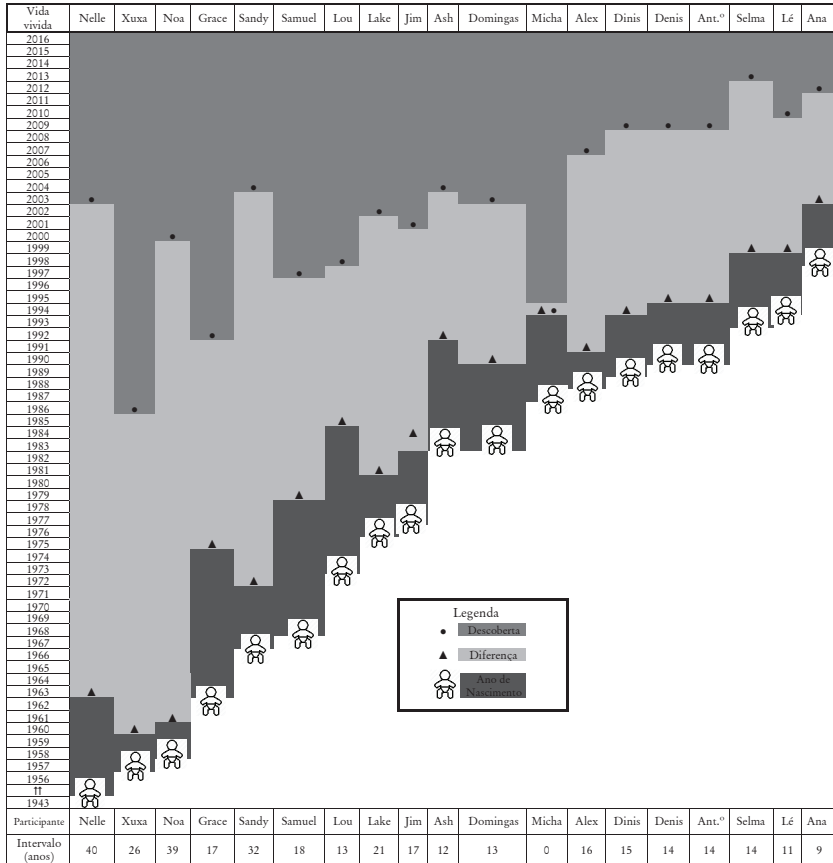
⁴ Os sentimentos de diferença como razões para a exclusão são centrais na análise destas trajetórias de género e para compreender os posicionamentos assumidos. Como veremos adiante, esta diferença também é narrada enquanto positividade e afirmação. A maior parte das pessoas deste estudo desenvolveu uma conceção de si ancorada na afirmação dessas diferenças. Para isso foi no entanto necessário todo um percurso que partiu de processos de diferenciação pela negativa, sobre os quais nos debruçamos primeiro. Em termos gerais, as diferenças de não pertencer ao longo da vida a um dos polos reconhecidos implicaram uma privatização do (des) fazer do feminino e uma indiferença do (des)fazer do masculino. Ver Merlini (2019) para aprofundamento sobre as variações na expectativa e os processos de hierarquização da masculinidade e da feminilidade.

O que é característico nestas trajetórias de gênero é a ocorrência de vários inícios e descobertas – a descoberta de si, da linguagem, da comunidade, do ativismo. De processos inter-relacionados de transformação biográfica que se vão sucedendo através de vários episódios. Se tomarmos como referência a primeira vez em que cada participante se sentiu diferente no gênero e a primeira descoberta de pertença podemos ver os efeitos das mudanças socio-históricas nestas 19 trajetórias transgressivas. O primeiro relato da diferença remete para o momento de inadequação do gênero; para o início do questionamento (latente ou manifesto). Já a primeira descoberta da existência de pertenças além do binário ou de que o gênero pode ser (des)feito de forma não antagônica refere-se ao momento da apreensão, à primeira epifania sobre a pertença e que dialoga com esse questionamento. Estes tipos de episódios, sucessivos ao longo da vida, estão sobretudo relacionados com a aceitação (para si e de si) do posicionamento no gênero e concorrem em grande medida para a chegada a uma pertença não binária. Considerando a história da nomeação do gênero e do transgênero em relação aos campos particulares do poder-saber, o tempo decorrido entre a primeira diferença percebida e a primeira descoberta é ilustrativo das mudanças socio-históricas que têm vindo a ocorrer nos contextos portugueses e britânicos. Senão vejamos:

Como podemos ver no quadro 3.2., há uma compressão do tempo nos cursos de vida, sendo sobretudo mais significativa para quem nasceu a partir dos anos 1980. O tempo decorrido entre a primeira diferença de gênero percebida e a descoberta da existência de pertenças alternativas e do tema transgênero⁵ foi antecipado. Não sendo uma tendência específica das pessoas que se posicionam de modo alternativo ao binário de gênero, esta é todavia bastante significativa porque demonstra uma abertura de caminho para maior discussão e tolerância a um novo paradigma de gênero. Face à conjuntura socio-histórica e às transformações políticas que aprofundámos antes, a divisão entre quem nasceu antes e depois dos anos 1980 não é uma coincidência. Tanto no Reino Unido como em Portugal, os anos 1980 representam um marco de viragem no acesso à informação e na ante-

⁵ Apesar de nem sempre serem considerados em conjunto, o fenómeno transgênero (também por ser mais disseminado, especialmente a partir do campo biomédico) foi frequentemente uma porta de entrada para o conhecimento sobre o fenómeno não binário nas 19 vidas vividas.

Quadro 3.2. Intervalo de tempo entre a diferença percebida de género e a descoberta de pertença alternativa



cipação dos eventos de mudança (as transições) ao longo do curso de vida. Estas 19 trajetórias de género refletem, portanto, as transformações iniciadas na segunda metade do século xx. Como vimos, para a comunidade transgénero foi muito relevante o surgimento e a expansão de serviços, *sites* e redes sociais cada vez mais especializados e focados na coconstrução de sentidos de pertença.⁶

Neste estudo das vidas, a internet foi claramente uma das fontes mais populares para quem procurou intencionalmente o porquê das

⁶ Do qual o *wiki NonBinary*, analisado no capítulo anterior, é um exemplo.

suas diferenças de gênero. Excetuando Xuxa e Micha, foi a partir da segunda metade dos anos 1990 que as/os/les participantes começaram a descobrir, em primeiro lugar, o significado de transgênero. Seguindo a tendência identificada anteriormente (Shapiro 2015; Marciano 2014; Stryker 2008; Ekins e King 2006, 2010) para a maioria das pessoas aqui consideradas foi através do ciberespaço que efetivamente muitos questionamentos e descobertas ocorreram. Os *media* ocupam, aliás, um lugar de destaque enquanto fonte de descoberta. E se a internet foi (e é) o lugar de busca deliberada para a compreensão de si (a par do recurso ao apoio terapêutico), outras fontes mediáticas como documentários televisivos e revistas surgem como «fontes inesperadas» (Sandy aos 38 anos/2004; Samuel aos 30 anos/1997; Micha aos 8 anos/1994). Igualmente imprevisível, encontrar outras pessoas com expressões e identificações alternativas de gênero ao longo do curso de vida constituiu para muitas/os/es uma descoberta e uma viragem de trajetória (Noa aos 48 anos/2005; Lou aos 26 anos/1998; Micha aos 27 anos/2013; Denis aos 20 anos/2009; Dinis aos 25 anos/2013; Selma aos 21 anos/2013; Lé aos 19 anos/2012; Ana aos 15 anos/2012). A revelação para si mesmas/os/es (do sentido de pertença não binário) foi marcada pelos momentos particulares em que as experiências de diferença assumiram um significado e uma definição que antes eram ignorados. Como nos diz Ana:

Também é difícil para uma pessoa catalogada como masculina ser feminina na sociedade em que vivemos. E eu na altura, a coisa que eu me dizia a mim mesma era: «Sou um rapaz que gosta de vestir vestidos, pronto!» E houve um dia, em que eu estava com um grupo de amigas e uma delas encontrou uma pessoa que conhece, cumprimenta-a... E essa pessoa chamava-se [Lé]. E passámos a tarde toda com essa pessoa... E eu na altura, com a mentalidade que eu tinha na altura – e tudo o que eu vou dizer agora são coisas que já não digo hoje mas era a minha mentalidade na altura para se perceber bem – eu passei a tarde toda a pensar – porque nem tinha a ideia de que podia ser uma pessoa trans – passei a tarde toda a pensar: «É um rapaz muito feminino? Ou uma rapariga muito masculina?» E não conseguia perceber, nem tinha razão para tentar perceber... Mas na altura nem sabia isso! E então passei a tarde toda, sempre que me referia a ele, sem nunca utilizar pronomes de gênero, porque não queria ofender a pessoa. Até que por acaso acidentalmente saiu-me um nome qualquer, saiu-me por exemplo ela e eu disse: «Ele?»

E ele respondeu: «Ele» E eu disse: «Ok.» E passei... Mas a partir do momento em que ele disse aquilo na minha cabeça categorizei-o como rapaz cis, era a minha lógica. Até que alguém – que não o devia ter feito, mas fê-lo – me explicou: «Ah, o [Lé] é trans, é não binário... Não sei quê...» Foi aí que eu aprendi... Tive logo assim uma descarga de [risos] informação! [Ana, 1997, PT].

Esta transferência abrupta de informação, nos termos de Ana uma «descarga», configura-se como o reconhecimento de uma alternativa antes ignorada. De facto, em vários casos a «tomada de consciência» das diferenças de género ocorreu através do «confronto com o desconhecido». Uma descoberta não solicitada que levou a uma nova autoconceção e a um redireccionamento da trajetória de género. Um encontro que reconfigurou os horizontes de expectativa e os espaços da experiência para (des)fazer o género.

Estes (des)encontros não são, contudo, momentos de «instanciação direta». Apesar de conterem para muitas/os/es o significado de epifania, os seus efeitos nas trajetórias biográficas de género exigiram uma perlaboração – *i. e.*, uma ponderação ou elaboração mais substantiva sobre os seus sentidos. Muitos destes confrontos levam a longos períodos de autoquestionamento e incerteza. A transgressão do binário de género teve, aliás, custos elevados em muitas destas vidas. A assunção da pertença ou de um posicionamento efetivo relacionada com a «aceitação» foi um processo de profunda transformação nestas 19 trajetórias de género transgressivas. Em muitos casos, as descobertas significaram uma espécie de superação de medos e fobias internalizadas, ilustrados pelo relato de Lake:

Eu era bastante jovem quando li este livro. E ela é uma lésbica «machona» [*butch*] e... Acho que ela até apareceu algumas vezes na televisão, não foi? E eu talvez... Acho que me senti um pouco... encolhido... Talvez em reconhecimento de algum tipo de «queerness»... E, sim... Eu acabei por ultrapassar isso... [*got over that*] [...] Eu realmente comecei a superar o meu tipo de... Um tipo inicial de evolução ou tipo de ligação talvez e um pouco... A sentir uma leve vergonha... E eu acabei por ultrapassar isso e foi... Isso foi realmente... [...] Uma espécie de... Conexão real e emocional sabe? Os elementos *queer*... E ajudou-me a superar! Talvez, um bocado... Eu acho que tinha um pouco... Porque eu fui criado... Uma espécie de uma fobia estranha

em relação a... a qualquer pessoa! Quando eu me vi levemente refletido numa espécie de modo não conforme de género... [Lake, 1975, UK].

Como revela Lake, a aceitação de si e para si foi sendo assumida lentamente através do reconhecimento da não pertença. Mas, enquanto para muitas/os/es esta aceitação de uma posição de género à margem do binário é relatada como um processo doloroso e de superação, para outras/os/es como Micha, é entendida como um processo de libertação. A partir do momento em que a experiência de género e os sentimentos de diferença são decifrados, o seu desconforto dilui-se:

TV, jornais... A sociedade não fala muito sobre trans, mas quando o faz é de uma maneira muito binária. Então eu não tinha ideia de que havia pessoas não binárias. E um dia eu encontrei um artigo na internet, uma pessoa que se identificava como FtX e estava descrevendo o que ele achava que era FtX e depois «O quê?? Isto sou eu! Isto é como eu. Isto existe, a sério?» E a pessoa na foto era tão intensa [*hard*] também [risos] foi incrível. Ile [*they*] parecia... podés ver a mulher e podés ver o homem na mesma pessoa e ile [*they*] parecia tão intenso [*hard*] e eu disse «Uau, isto é fixe!» Algumas pessoas existem e até têm uma palavra para isso: FtX. Incrível! E depois tentei encontrar mais na internet e não encontrei muito. [Micha, 1986, PT].⁷

Como podemos ver por estas descrições da descoberta, as pertenças categóricas e as possibilidades alternativas para se nomear o que se é/tornou são marcadas sobretudo pela época em que se iniciou a trajetória de género. As chegadas a posicionamentos e afirmações da pertença de género não binária ou não exclusiva conjugaram-se por entre muitos episódios de constrangimento ao longo da vida. E o demorado processo de tomada de «consciência» e de afirmação da não pertença ao género esperado foi uma constante em todos os casos. No entanto, as pessoas que nasceram antes deste tempo de

⁷ Como está assinalado no texto em aspas [], recorro a «ile» como forma aproximada do uso do pronome neutro «they», a partir desse sistema da língua portuguesa neutra. «FtX» como indicamos no glossário refere-se ao movimento de transição do feminino para o indeterminado.

«viragem» tiveram maior dificuldade e levaram mais anos a descobrir porque se sentiam tão diferentes e desconfortáveis. Precisamente porque esta afirmação dependeu das possibilidades categóricas que a definem, as oportunidades de identificação e de sentido de pertença estavam substantivamente mais inacessíveis para quem nasceu entre 1943 e 1976. As pertenças a outras categorias de género estiveram pois fortemente dependentes do contexto socio-histórico e político em que se desenrolaram estas 19 trajetórias. Mesmo nos casos de autoexploração e de questionamento pessoal do género, não dispomos nesta subamostra de nenhum relato de descoberta antes dos anos 1980.

Foi exatamente pela autodescoberta que as pessoas mais velhas começaram por definir para si o (des)conforto de género que sentiam. Ambas com 30 anos, Xuxa (em 1986) e Grace (em 1992) descobriram em privado a sensação de satisfação com o *cross-dressing*, levando muitos anos até o começarem a fazer publicamente (aos 50 e 46 anos, respetivamente). Esse «salto» foi acompanhado de uma procura intencional de informação e do contacto crescente com pessoas em situação semelhante. Para Nelle (1943, UK) esta descoberta foi adiada até aos 60 anos (2003) quando, após se ter divorciado e reformado, ganhou «coragem» para procurar na internet o significado da sua «não pertença». Neste caso, a afirmação da identidade de género coincidiu com a descoberta. «Finalmente» encontrara a explicação para quem era:

Uma das minhas falhas foi eu nunca ter sido particularmente adequada/o [*adequate*]. Não fazia o papel masculino. Eu não conseguia fazer certas coisas muito bem. Eu estava sempre muito retraída/o [*retiring*] e bastante tímida/o [*shy*]... E nunca tive muita autoconfiança em muitas coisas, particularmente em público. Assim que eu saí como [Nelle], de repente foi muito fácil, porque eu poderia fazê-lo como «mulher», se quiseres [Nelle, 1943, UK].

Nelle não se sentia particularmente adequada/o, procurava cumprir as expectativas mas não conseguia. A sua descoberta traduziu-se em confiança, facilidade. Para Nelle, Xuxa e Grace, a procura de «conformação» às expectativas de género implicou, aliás, uma trajetória «heteronormativa» bastante estandardizada: casaram (N. aos 30 anos/1974; X. aos 19 anos/1975; e G. aos 24 anos/1986)

pouco depois do início da vida adulta ou da entrada para o mercado de trabalho e foram «pais» (N. 3 filhos; X. 4; e G. 2). O mesmo aconteceu na trajetória de vida de Noa (1957, PT), que deu à luz aos 23 (1980) e aos 33 anos (1990), viveu em união de facto e casou, justificando o seu curso estandardizado como a única possibilidade legível:

Não havia escolha, não havia questionamentos sobre género e há um momento... Em que não tinha informações sobre o que é trans. E, de facto, nos últimos quatro anos antes de começar a transição, identifiquei-me como um homem, mas diga-me: eu sou louco? Se eu confessasse a alguém seria [risos] internado num asilo psiquiátrico e vão-me dizer que tenho de ser uma mulher e blá-blá-blá. Então era superdesesperante porque não havia muita informação. As únicas trans na altura, e agora é um bocado igual, trans visíveis, eram as mulheres trans, femininas. [...] Na verdade, não me sentia como uma mulher [risos], com todos os papéis de género implicados nisso. Não acredito no homem e na mulher, acredito na interação humana e em papéis de género impostos [Noa, 1957, PT].⁸

Foi através do recurso ao sistema médico que Noa (aos 43 anos/2000) começou por descobrir as razões da sua diferença de género. Este não foi, porém, o único momento de descoberta ao longo da sua trajetória. Depois do diagnóstico e das transformações corporais realizadas, aos 48 anos (2005) Noa descobre o ativismo através de uma das primeiras fundadoras do movimento dos direitos transgénero em Portugal. Esta segunda descoberta teve implicações decisivas na sua trajetória de género. O encontro com novos léxicos e outras visões e formas de compreender as experiências de género levam-no a envolver-se intensamente no ativismo e a redirecionar os seus modos de identificação e posicionamento face ao género.

A descoberta a duas fases – primeiro no consultório médico e depois através da comunidade e ativismo transgénero – também ocorreu na trajetória de Jim (1976). No entanto, os 19 anos que separam o nascimento de Noa (1957) e de Jim (1976) correspondem

⁸ Tradução própria do original em espanhol. Todas as citações subsequentes foram traduzidas. Os pronomes pessoais usados pelas/os/es participantes foram respeitados.

a um hiato de 18 anos para o início do apoio terapêutico e de 22 anos para o envolvimento no ativismo ao longo do curso de vida. Esta diferença temporal não é aleatória nem circunstancial. Efetivamente, nos casos em que houve uma procura intencional das razões para a inadequação no (des)fazer de género – fosse através de autoquestionamentos, fosse através da procura de resolução para o desconforto sentido –, verifica-se um decréscimo progressivo e significativo do momento da descoberta à medida que a idade das/os/es participantes diminui. No conjunto dos 19 casos considerados, 7 pessoas tiveram mais do que um momento de descoberta, com implicações no (re)direcionamento das suas formas de identificação, expressão e relação corporal. Tal como nos casos de Noa e Jim, Grace (aos 30/1992 e 46/2008), Lake (aos 27/2004 e 28/2003), Micha (aos 8/1994, 16/2002 e 27/2013), Dinis (aos 21/2009 e 25/2013) e Lé (aos 17/2010 e 19/2012) relatam vários momentos importantes em que aprofundaram e expressaram mais minuciosa e justamente os modos como se sentiam e posicionavam no género.

Por sua vez, e de forma a controlar os efeitos de determinados eventos nas trajetórias de género, tivemos também em consideração outros indicadores mais associados à standardização do curso de vida. Nomeadamente os momentos de conclusão da escola, de entrada no mercado de trabalho, de mudança de casa (e de país), de início e fim de relações conjugais, do nascimento de filhos, de mudanças na orientação sexual,⁹ etc. Deste modo foi possível compreender melhor a inter-relação entre determinados pontos de viragem mais «típicos» e aqueles que se associam especificamente aos trajetos de género alternativos. Para além da tendência de sujeição ao ideal «heteronormativo» no caso das pessoas mais velhas (espelho da pressão social para a heterossexualidade compulsória), foi possível verificar outras. Em diversas trajetórias, a conclusão da escola, o final de determinadas relações conjugais e a saída de casa dos pais (ou da cidade) constituem momentos de «libertação» da expectativa de conformidade. Emergindo nas narrativas como eventos que bloquearam em grande medida as suas afirmações e os seus posicionamentos

⁹ Os eventos de mudança na orientação sexual e/ou conjugalidades alternativas foram tratados de forma paralela na análise das trajetórias de género também para compreender melhor os seus efeitos. No entanto, reportamos na análise quando estes episódios se sobrepõem ou associam ao processo específico da formação identitária de género e a sua transformação.

alternativos de género, é frequentemente após estes acontecimentos que as descobertas, revelações e decisões ocorrem. Sobretudo para o contingente mais jovem, o fim da escola representou a possibilidade de adoção de outras formas de identificação e expressão de género. Como refere Ana, já não teria de «lidar» com o desconforto percebido num contexto conhecido:

Eu sou uma pessoa completamente diferente e cresci imenso mas... Eu comecei-me a assumir mais... Deixar de aturar as coisas do dia a dia: «Não, este é o meu género... Não, este é o meu nome» por volta do 12.º ano... Mas nunca em termos... Ou seja, com os meus amigos sim, mas na escola nunca o fiz: não tinha paciência e também o ano letivo ia acabar e já não ia estar ali, já não tinha que lidar com aquilo. E entretanto fui para a faculdade o ano passado [...] com a mentalidade de «vou-me assumir desde início» e é um sítio onde também ninguém me conhece e em que posso estar à vontade... [Ana, 1997, PT].

No caso de Ana, como noutros, as oportunidades geradas pela chegada a um novo contexto educativo são perspetivadas como uma abertura de horizontes para a afirmação de si. Para muitas destas pessoas, a mudança de casa, especialmente quando implicou uma saída da «tutela» dos pais, também significou um aumento das possibilidades para expressar e questionar o género. Em várias trajetórias surgem possibilidades antes inexploradas. Para Domingas, a saída de casa dos pais aos 18 anos representou precisamente essa liberdade para aprofundar quem era:

(...) o problema de liberdade económica, aceitação por parte da família, ou seja, todas aquelas que vivem sozinhas rapidamente conseguem fazer aquilo que querem. Porque o único obstáculo está fora da casa, ou seja, está nos vizinhos, na vizinhança, na sociedade. [...] mais rapidamente conseguem sair, e expressarem-se da forma que querem, do que quem vive com os pais... E compreendo que isso tenha sido para mim uma ferramenta boa, ou seja, foi uma forma de como eu estava mais liberta [Domingas, 1982, PT].

Para Domingas, é quando os obstáculos passam a estar «fora da casa» que aumenta a liberdade para (des)fazer o género de modo alternativo. Por último, em alguns casos, a permanência de relações

conjugais em que a expressão de género não binária é vista como proibitiva ou não aceite comprometeu/atrasou o desenvolvimento de trajetórias de género transgressivas. Alex, por exemplo, interrompeu durante cerca de 2 anos a sua exploração alternativa de género por causa de uma namorada «superconservadora»:

[...] eu era loucamente apaixonada por ela... Ela já sabia desde o princípio só que lá em casa era tabu, era uma coisa que ela não aceitava de todo. [...] o tempo que tive com ela não houve, não havia qualquer hipótese. [...] Não havia muita volta a dar na nossa relação [risos]. Começámos a namorar, só que... o assunto era tabu. Era completamente tabu. Não se fala disto. Porque ela achava sempre que eu estava a meter completamente em causa o facto de ela ser rapariga, a feminilidade dela [Alex, 1987, PT].

A «ameaça» ao binário estruturante da relação conjugal heteronormativa está muito presente no relato de Alex. Ter um desempenho mais feminino punha em causa uma relação baseada de forma estrita na oposição antagónica. Estes riscos e os términos de namoro são, contudo, igualmente reportados nos casos em que houve variação da orientação sexual ao longo da vida. Mais do que uma ameaça à heteronormatividade, o não binário representa sobretudo uma transgressão de primeira ordem ao sentido de pertença a um dos dois géneros reconhecidos (e desejáveis). O fim de uma relação conjugal significou, aliás, para várias/os/es participantes uma oportunidade para alargar e/ou enriquecer as experiências no domínio do género e no domínio da sexualidade. As alternativas que daí emergem resultam da possibilidade de experimentar limites que antes não podiam e não foram explorados. No que respeita às trajetórias de género não binárias, o final de uma relação tende a preceder viragens substantivas no desenvolvimento e (re)direcionamento para outras fronteiras de pertença e compreensão de si. Isso foi particularmente visível nas trajetórias de Alex, Grace, Selma, Micha, Noa, Xuxa e Nelle. A partir do momento em que se sentiram «livres», confrontaram-se com novas categorias e possibilidades de expressar (afirmativamente) a experiência de alteridade genderizada – *i. e.*, a qualidade de pertencer a outro género – redefinindo mais claramente o *self* além do binário.

As experiências (complexas e intensas) relatadas pelas 19 pessoas cujas trajetórias analisamos relacionam-se, aliás, de forma intrínseca

com a aceitação por si e de si enquanto pertencendo e praticando o género alternativamente. Estes aprofundamentos foram necessariamente variáveis e estiveram em grande medida dependentes dos constrangimentos que experimentaram. Fosse pelas discriminações/rejeições – as hetero/autorregulações e o peso das normas de género – fosse por questões familiares ou económicas, as trajetórias de género foram-se desenrolando num labirinto de (des)identificações. Face aos limbos de reconhecimento, mesmo a afirmação destas (des)identificações pode ser e é variável consoante o contexto de interação.

As interseções entre as mudanças de identificação e as categorias disponíveis no tempo biográfico e no tempo socio-histórico são, contudo, objetivamente identificáveis. A possibilidade de aprofundar e/ou de designar a experiência e de a afirmar implicou, em grande medida, uma «liberdade regulada» que intersecta os tempos (biográfico e socio-histórico) a nível das condições e da visibilidade da nomeação genderizada. Especialmente para quem nasceu depois dos anos 1980, a emergência e a visibilidade de outros posicionamentos relativamente ao género abriu o leque de alternativas passíveis de descrever e decifrar as experiências vividas.

Foi já no século XXI que algumas das pessoas que participam neste estudo se começaram a identificar com outras categorias além das disseminadas *Travesti/Cross-dresser* e *Transexual*. Se em 2001 alguns/mas/mes já começavam a recorrer à expressão «transgénero» como forma de identificação, a familiaridade e a autorreivindicação do termo «não binário» só surge uma década depois. Tal não é um acaso tendo em conta a cronologia destas categorias. Como vimos antes, a ordem de chegada e a multiplicação dos descritivos identitários no contexto LGBTQI permitem compreender melhor estes processos. As variações nas pertenças categóricas destas 19 pessoas acompanham as mudanças nas possibilidades de afirmação identitária no domínio da sexualidade e do género. Do conjunto total de 39 mudanças de identificação, apenas quatro ocorreram antes dos anos 2000 e consistiram em adoções de «conhecidas» categorias («*cross-dresser*»; «*travesti*» e «*transexual*»). A afirmação de descritivos alternativos da identidade de género só se verifica a partir do século XXI. O cruzamento entre o ano de nascimento e os anos em que as/os/les participantes se autoidentificam com um descritivo de género é revelador do acesso e da crescente visibilidade dos novos termos.

O quadro abaixo (3.3) mostra o aumento das mudanças de identificação depois da viragem para o novo milénio:

Como referem Ekins e King (2006, 162) «*as autoidentificações são variavelmente influenciadas pelas “definições da situação” disponíveis*». Entre 2013 e 2014, quase um terço das pessoas deste estudo adotaram como termos de identificação «não binário», «*genderfluid*» e «*gender-queer*». Foram adesões simultâneas (sincrónicas) de várias pessoas em momentos diferentes das suas trajetórias de género. Além disso, estes posicionamentos simbolizam mudanças nos modos como (des) fazem o género. Em muitos casos estas identificações coincidem com um maior envolvimento nas iniciativas da comunidade transgénero ou em movimentos ativistas, como aprofundaremos adiante. A afirmação de categorias de género não binárias implicou para estas pessoas um novo sentido de (não) pertença, cujo processo de aceitação se vai fazendo ao longo da vida. Isso está muito claro no testemunho de Lé (1993) quando refere o medo de não ser amado por «ser transgénero»: [...] *tem a ver com a sociedade ser transfóbica o que nos faz odiarmo-nos a nós mesmos e pensar que toda a gente nos vai odiar. Mesmo que isso não seja verdade. Pronto, para mim é daquelas coisas: se tivesse ouvido isto antes de alguém a dizer tipo «Não tu vais ser amado de qualquer das formas!» Era tipo «Yah! Eu vou ser amado!» Tive de aprender por mim mesmo* [Lé, 1993, PT].

Esta aprendizagem de Lé remete sobretudo para os processos de aceitação, por si e de si, da pertença ao género não binário. Os termos categóricos na sua variedade (e por vezes idiossincrasia) permitiram-lhes definir melhor (ou mais rigorosamente) a situação e partilhar interesses. Não sintetizando na íntegra as experiências vividas, estas (auto)identificações implicaram uma transposição no posicionamento assumido, assim como uma estruturação narrativa baseada na afirmação da diferença como autenticidade.

Narrativas de diferença

A diferença no (des)fazer de género é contada pelas pessoas deste estudo numa perspetiva de aceitação. Convergem na afirmação narrativa da não pertença exclusiva ao masculino *ou* feminino. Compatibilidades que revelam a existência de mais do que dois géneros e que as posiciona de forma distintiva face ao binário. Os processos de demarcação das expectativas de género ao longo da vida implicaram,

Quadro 3.3. Mudanças na autoidentificação de género por ano de nascimento

Participante	Ano de Nascimento	1.ª Mudança		
		Idade	Ano	Categorias
Nelle	1943	61	2004	<i>Dual Gender</i>
Xuxa	1956	30	1986	<i>Cross-Dresser</i>
Noa	1957	43	2000	<i>Homem Trans</i>
Grace	1962	13	1975	<i>Admirador de Travesti</i>
Sandy	1966	42	2008	<i>Gender Ambivalent</i>
Samuel	1967	30	1997	<i>Transexual</i>
Lou	1972	40	2012	<i>Trans</i>
Lake	1975	31	2006	<i>Trans Man</i>
Jim	1976	25	2001	<i>Trans Man</i>
Ash	1982	22	2004	<i>Genderqueer, Transgender</i>
Domingas	1982	21	2003	«Personalidades feminina e masculina»
Micha	1986	16	2002	«Híbrido»
Alex	1987	21	2008	<i>Cross-dresser</i>
Denis	1989	21	2010	<i>Trans man</i>
Dinis	1988	21	2009	<i>Genderqueer</i>
António	1989	20	2009	<i>Transexual</i>
Selma	1992	23	2015	<i>Genderfluid, Transgénero</i>
Lé	1993	17	2010	<i>Genderfluid</i>
Ana	1997	16	2013	<i>Genderqueer Trans Feminina</i>
Participante	Ano de Nascimento	2.ª Mudança		
		Idade	Ano	Categorias
Nelle	1943			
Xuxa	1956			
Noa	1957	48	2005	<i>Trans</i>
Grace	1962	30	1992	<i>Travesti</i>
Sandy	1966	43	2009	<i>Trans Man</i>
Samuel	1967	42	2009	<i>Trans-man, FtM, Masculine</i>
Lou	1972	42	2014	<i>Non-binary</i>
Lake	1975	39	2014	<i>Non-binary</i>
Jim	1976	40	2016	<i>Trans masculine, non-binary masculine</i>
Ash	1982	29	2011	<i>Non-binary</i>
Domingas	1982	26	2008	<i>Bigénero, Transgénero (contextual)</i>
Micha	1986	27	2013	<i>Trans, Não binário, FtX, Genderqueer, Queer</i>
Alex	1987	27	2014	<i>Genderqueer, Andrógina, Rapariga, Misto</i>
Denis	1989	25	2014	<i>Trans man non binary</i>
Dinis	1988	24	2012	<i>Homem Trans</i>
António	1989	21	2010	«Livre»
Selma	1992	24	2016	<i>Two-spirit</i>
Lé	1993	19	2012	<i>FtM Homem Trans</i>
Ana	1997			

Participante	Ano de Nascimento	3.ª Mudança		
		Idade	Ano	Categorias
Nelle	1943			
Xuxa	1956			
Noa	1957			
Grace	1962	42	2004	<i>Cross-Dresser</i>
Sandy	1966			
Samuel	1967			
Lou	1972			
Lake	1975			
Jim	1976			
Ash	1982			
Domingas	1982			
Micha	1986			
Alex	1987			
Denis	1989			
Dinis	1988	25	2013	<i>FtM não binário</i>
António	1989	24	2013	<i>Masculino</i>
Selma	1992			
Lé	1993			
Ana	1997			

Participante	Ano de Nascimento	4.ª Mudança		
		Idade	Ano	Categorias
Nelle	1943			
Xuxa	1956			
Noa	1957			
Grace	1962	51	2013	<i>Transvestite, T-Girl, Genderfluid, Transgénero</i>
Sandy	1966			
Samuel	1967			
Lou	1972			
Lake	1975			
Jim	1976			
Ash	1982			
Domingas	1982			
Micha	1986			
Alex	1987			
Denis	1989			
Dinis	1988			
António	1989			
Selma	1992			
Lé	1993			
Ana	1997			

como vimos nos episódios e no conjunto das 19 trajetórias, tanto resistência como algum tipo de conformação. Foram as várias descobertas, identificações e revelações que conduziram as/os/les participantes a posições de género não binárias. Estas *chegadas* (sempre em devir) resultam de confrontos entre o «*horizonte das expectativas*» e o do «*espaço da experiência*» (McNay 1999b). De novas configurações que permitiram atualizar as narrativas disponíveis. Um processo de reconfiguração que implicou simultaneamente recuperar as experiências de distanciamento e as de identificação com o género.

Os horizontes das/os/es participantes transformam-se quando as diversas inadequações de género¹⁰ passam a fazer sentido. Quando estas assumem uma unidade narrativa que impõe ordem a um conjunto heterogéneo de acontecimentos. A alternativa à dicotomia categórica nas 19 narrativas advém sobretudo dos significados positivos da inadequação, que são pontos de referência para a compreensão de si. À exceção de Noa, as/os/les outras/os/es 18 participantes deste estudo narram a alteridade genderizada no sentido da *autenticidade*. Só que nestas narrativas, «autêntico» não tem o significado essencialista de «correspondência» a uma natureza verdadeira do género masculino *ou* feminino.¹¹ Os sentidos de autenticidade advêm da celebração de uma diversidade genderizada, de um *self* que permanece coerente no seu devir, no seu distanciamento face ao binário antagónico. De uma integração coesa das partes que compõem o todo, sempre múltiplo e inerentemente fragmentado. Uma vez aceite e compreendida a diferença de género, as narrativas baseiam-se numa

¹⁰ A diferença subjetiva nas relações de género, de se ser diferente de masculino *ou* feminino, etc. Como referimos antes, focamo-nos agora na afirmação da diferença presente nas narrativas. O enquadramento da diferença face ao posicionamento de género a que se chegou (e não do processo de exclusão com base na inadequação, já abordado).

¹¹ Segundo Sayers (1999), esta é uma das duas interpretações filosóficas do conceito de autenticidade – a de *self unidimensional* sujeito aos desejos ou às escolhas de forma instantânea, que necessita de ser reprimido e controlado socialmente. Estes significados estão presentes na teoria dos instintos e no existencialismo sartriano. Para Sayers, a segunda vertente filosófica da autenticidade – como «integração» ou inclusão social é mais rica e mais complexa, porque coloca o *self* na relação intersubjetiva com a ordem social. Porque se centra nos modos como a sociedade moderna cria condições (morais) para a conflitualidade e a contradição, orienta para os aspetos que desgastam as bases comunitárias que fundam o viver em sociedade. Nesta segunda aceção a autenticidade está mais relacionada com os sentidos de (não) pertença intersubjetiva e suas possibilidades de inclusão.

afirmação autêntica de não corresponder ao binário. De uma não pertença válida que, apesar do sofrimento e das limitações vividas, é compensadora. A coerência de se ser outra/o/e que não exclusivamente masculino ou feminino (logo, binário) é estruturada narrativamente a partir da diferença (negativa) convertida em positividade.

Algumas destas narrativas combinam a demanda pela coerência autêntica com a capacidade de se ser fluido/a no género. Nos relatos de Dinis, Ana, Ash e Micha¹² a fluidez é uma destreza ou habilidade para navegar «entre», para desempenhar o género de um modo que «desoculta» (ou redefine) a falácia binária. I/Estes/as quatro participantes legitimam a fluidez a partir da coerência na ambiguidade. Remetem para uma propensão em demonstrar a incerteza, de pertencas de género que contêm mais do que um sentido. Já no caso de Grace, Xuxa, Domingas, Selma e Nelle, a narrativa da autenticidade conjuga-se com a da vocação para expressar o género de uma forma particular. Ou seja, para expressar o género de modo ambivalente, contrariamente ao género «exclusivo». A capacidade para se ser «ambas/os» e de forma alternada caracteriza estas cinco narrativas das alteridades genderizadas. É essa a diferença positiva que lhes permite manterem um sentido *coerente* do *self*.

E nos casos de Domingas, Selma e Nelle, juntamente com Alex, Noa e Lou, as narrativas da diferença subjetiva (autêntica e coerente) também se estruturam pela referência à universalidade da pessoa (humana). Quer dizer, a partir de uma conceção de «pessoa» (no sentido de *personhood*) que supera o antagonismo binário. As suas pertencas de género não binárias são mais do que uma diferença. A alteridade é afirmada pela revelação do que é comum no humano, de uma capacidade de se ser «igual» ou «semelhante», independentemente das variações reprodutivas. No caso de Noa, a diferença de género é relatada unicamente nesta vertente – a partir da propensão para ser humano. Na sua narrativa não encontramos uma alusão à coerência autêntica do não binário mas sim ao sentido de pessoalidade. A sua afirmação como pessoa supera as diferenças de género e sobretudo a conceção antagonica («sexista») baseada em duas categorias que se autoexcluem. Como diz, «*acredita na interação humana*». As suas identificações variam consoante os contextos, mas

¹² Micha recorre ao termo género «híbrido» no mesmo sentido que Dinis, Ana e Ash usam fluido.

o que organiza a afirmação positiva da sua alteridade genderizada é ser uma *pessoa trans*:

Eu interpreto-me como uma pessoa trans, não um homem, não uma mulher. Com a minha história pessoal eu me interpreto como «puto» socialmente porque tenho uma história... eu conheço pessoalmente o que é homofobia e na minha rede de ativistas, amigos, toda a gente sabe que sou trans. Agora para os vizinhos, as pessoas nas lojas, eu sou um homem. E eu acho que sou interpretado como «puto» também. Porque eu não tenho o comportamento especificamente do homem machista, sabes? Heteronormativo e blá-blá-blá [Noa, 1957, PT].¹³

Noa interpreta a sua diferença intersubjetiva a partir da semelhança. E justifica as suas identificações pela validação (auto)hétero-regulada de que é alvo. Porque a sua história de ser interpretado é constantemente reiterada como não sendo binária. Mesmo nas interações quotidianas, a legitimidade de fazer o gênero de modo exclusivo é reconfigurada, validada como outra – diferente do «homem machista». O sentido que dá ao termo «trans» estrutura-se em torno da uma representação alternativa (à heteronormatividade e ao machismo) que contém e inclui o feminino na sua forma de (des) fazer a masculinidade. Noa reapropria o insulto com que é interpretado («puto») e redefine a alternativa ao binário como *pessoa trans*. Para si, uma forma de fazer o gênero «*totalmente independente do sexo*».

Muitas das narrativas deste estudo estão organizadas e explicitam a alternativa à dicotomia categórica através do (des) fazer o gênero a meio caminho, no meio-termo («*in-between*»). No caso das/os cinco participantes que enfatizam a coerência ambivalente, essa alternativa está estruturada a partir da alternância entre ambos (masculino e feminino). No caso das/os/es quatro participantes que referem a coerência ambígua é a fluidez que organiza a alternativa ao binário. Uma pertença de gênero em devir que refaz as suas fronteiras rumo à pluralidade, à multiplicidade. No conjunto das 19 narrativas, os sentidos de distância face à pertença exclusiva são convertidos em

¹³ Tradução própria do original em espanhol. O termo «puto» no contexto da América Latina tem um significado próximo do de homem afeminado (ou informalmente «maricas»).

diferenças positivas que a redefinem. Jim, por exemplo, considera que a «paisagem» transgénero já se começa a traçar mais fortemente a partir dessas linhas:

Historicamente, as pessoas têm pensado sobre transexualismo enquanto masculino para feminino e feminino para masculino e isso simplesmente não é mais a paisagem [*landscape*] trans. Existe esta diversidade que estamos tentando oferecer, esta ideia de que há um espectro e que as pessoas se podem descrever de muitas maneiras diferentes [Jim, 1976, UK].

A infinidade contida na conceção do género como espectro implica para Jim a definição de um «descritivo» categórico que não contém discretamente os sentidos de masculino e feminino. Nesta aceção, contudo, *trans* passa a representar uma categoria tão abrangente que se esvazia, na medida em que a diversidade de género corresponde às particularidades de cada um/a/e. Além disso, nem todas/os/es as/os/les participantes se apoiam neste «chapéu de chuva» para definir a alternativa.

Apesar de uma grande maioria narrar a alternativa à dicotomia categórica como *in-between*, nem todas/os/es se identificam de forma plena (ou pelo menos pacífica) como transgénero. Distanciam-se precisamente porque consideram que este termo tem vindo a tornar-se dispensável – porque não passa de um adjetivo ou de um termo meramente análogo.¹⁴ Face à multiplicação de novas terminologias e categorias identitárias passíveis de tornar mais inteligível a experiência da «diferença» de um modo coerente, a identificação como transgénero tem assumido um carácter mais complementar. Neste âmbito, Lou, Micha, Dinis e Grace relatam a importância das palavras para as descobertas e posicionamentos que foram assumindo nas suas trajetórias de género. As novas possibilidades de se identificarem com outras categorias (que não exclusivamente masculino ou feminino) são uma via para desconstruir o binário, mais liberta das

¹⁴ Ou seja, um termo que se aplica a várias coisas apenas por semelhança. Por exemplo «pé» é um termo análogo porque diz respeito tanto a uma parte do corpo humano, como de uma planta ou de uma mesa. Sem o correlato «género» *trans* pode inclusive significar um prefixo dissociado, como vimos na vertente separatista do *wiki* não binário. Estes diferentes posicionamentos face ao binário remetem também para as lutas e tensões existentes na reconstrução das fronteiras de género.

prescrições contidas nas «velhas» descrições. Para Lou, o descritivo «não binário» veio precisamente colidir com a história transgênero e com a narrativa instituída que perpetuava a visão dicotômica:

No entanto, com as pessoas não binárias não há um modelo [*template*] preexistente ou algo para ajudar. E também toda a narrativa em torno do gênero é binária em termos de como novas leis, novos direitos... O reconhecimento do preconceito e da discriminação é perfeito [*great*]... Isso não ajuda as pessoas não binárias nem um pouco [*one iota*] na verdade. Se faz alguma coisa é tornar-nos mais propensos/as [*make us more likely*] a ficar no armário, porque é um pouco como «se eu me revelar como não binário, por favor, não tentem entender» e, portanto, o modelo [*template*] existente ou a coisa relevante é transgênero, o que não é útil. Então as pessoas acham que você vai fazer uma escolha. Então eles pensam «bem, talvez seja como bissexualidade», e dizem «bem, você é ambos então? Um homem e uma mulher?» «Você gosta de homens e mulheres? – bissexual». Então, a ideia da sociedade é dar a volta [*getting their head around*] à ideia que esta pessoa pensa que não é homem nem mulher. Isso colide com a ideia da história da consciência [*awareness*] transgênero em torno da ideia «eu sou um homem que nasceu fêmea [*female*]» e vice-versa [Lou, 1972, UK].

A narrativa de Lou enfatiza a irredutibilidade de viver com um estigma (Goffman 1988 [1963]). Remete para a rigidez das normas que concebem e interpretam o gênero a partir e somente através de duas categorias discretas. No máximo pode-se ser ambos. Não se pode ser nenhum, nem outro gênero. A única possibilidade interpretativa é a combinação do que existe. Os modelos existentes também não servem para si porque continuam a basear-se numa visão migratória. O que Lou contesta particularmente é a pressão para se identificar com um gênero que se aproxime ou assemelhe aos referenciais binários. Como vimos antes, esta posição é uma das vertentes existentes no arquivo digital e baseia-se na negação do gênero. Numa posição abolicionista do binário de gênero que luta pela universalização do humano. De forma menos intensa do que Lou e mais próximas das vertentes cumulativas e separatistas, a ênfase na universalidade por parte de Alex, Selma, Nelle, Noa e Domingas remete para outra agenda. Para uma posição distanciada e/ou complementar ao binário, que passa a conceber mais possibilidades de pertença de gênero.

Como podemos ver, as 19 narrativas têm modos (mais abertos ou mais fechados) de afirmar a diferença subjetiva de gênero. Contrariando em parte uma visão de descomprometimento com a *narrativa de si* nos percursos «transcendentes» (Ekins e King 2006, 184), os relatos singulares e específicos de cada participante nesta investigação convergem na *transgressão* da narrativa «clássica» do fenômeno transgênero. Isto é, não relatam a transposição da pertença de gênero com base na «migração» para uma categoria «oposta». Salientando a ambivalência, a ambiguidade, o que nos constitui como humanas/os/es e semelhantes ou enfatizando as múltiplas formas de se ser genderizado e de (não) pertença, estas narrativas contêm visões de transformação e reconfiguração do gênero.¹⁵

São narrativas que ilustram também como é que as não pertencas são geridas face aos arranjos institucionais e às expectativas de exclusividade masculina *ou* feminina. Os desempenhos de gênero relatados reenviam-nos sobretudo para a problemática do estigma e dos processos de encobrimento e de acobertamento (Goffman 1988 [1963]). Mais do que uma «máscara» ou um «trunfo» – figuras tão presentes nas metáforas do mundo social como um teatro ou como um jogo (Goffman 1956) –, estes 19 relatos reportam-se sobretudo à dimensão pragmática das identificações e sua maior ou menor correspondência ao não binário. Dependem, entre outras coisas, dos contextos, do modo como se posicionam em relação aos outros, da maior ou menor responsabilização pela transgressão, da capacidade de negociação de expectativas, etc.

A gestão ou manipulação (no sentido de manusear) das pertencas e identificações (na prática) não binária são um elemento central nas 19 vidas contadas. O maior ou menor reconhecimento legítimo das identificações, práticas e pertencas, estrutura-se a partir das esferas que designam como «privada», «pessoal», «pública» ou «coletiva». Precisamente porque os graus de visibilidade de um estigma dependem da capacidade de descodificação da audiência, a transgressão de gênero pode nem ser codificada ou reconhecida como tal. Os diferentes modos como as/os/les participantes manipulam as suas pertencas de gênero mostram como a interpretação estigmatizada não se baseia numa matriz hermenêutica única ou fechada.

¹⁵ Abordamos no final deste capítulo os instrumentos de mudança considerados nas narrativas.

Isso significa que mesmo o sentido lúdico da interação pode não servir como modelo interpretativo das transgressões de género e da sua codificação porque as regras do jogo não são especificadas no mesmo sentido, a partir da mesma matriz ou código. Logo, os processos implicados no desempenho do género e a visibilidade das suas transgressões baseiam-se em diferentes reconhecimentos e expectativas.

Os diversos relatos dos «encontros» e da «negociação» da diferença (ou da «manipulação», do manuseamento das impressões) convergem na ausência ou na dificuldade de entendimento. No relato da inexistência de uma grelha interpretativa que torne decifrável a experiência de género não binária. Assim, apesar de recorrerem às estratégias identificadas por Goffman (1988, 51 [1963]) para quem interage como *desacreditável*, o reconhecimento não binário tem de ser visto em particular como excedendo a esfera da codificação. Ou seja, porque o reconhecimento se baseia sobretudo na identificação de uma ausência – a da exclusividade – do que não é conhecido ou legível. A estrutura do estigma na interação com pessoas não binárias implica frequentemente a falta de um foco de perceção comum. Uma impossibilidade de reconhecimento que é percebida pelo e a partir do limite binário, no desempenho mal sucedido. Nesse sentido, no modelo dramático as testemunhas não (re)conhecem a transgressão em si mas sim os seus efeitos, a revelação dos limites antagónicos. As múltiplas camadas contidas numa performance – os seus significados, movimentos e temporalidades – não só complexificam a ideia de representação unívoca de um modo de (des) fazer o género como a sua capacidade performativa (ou efetivamente transformadora).

Os processos de gestão intencional (mas não controlada) de expressões e pertenças de género não binário partem de diferentes motivações e interpretações sobre a «intrusabilidade» nos contextos de interação (Goffman 1988, 58 [1963]). O que separa um contexto de outro pode ser, entre outras coisas, o facto de ser percebido como «transfóbico», «público», «trivial», «desinformado», «formal», «politicizado», «informal», «seguro», «familiar», etc. Há também quem, como Alex, não distinga explicitamente os espaços ou contextos para desempenhar o género. A referência a um contexto único de interação e a conseqüente perceção dos outros em geral reenviam-nos para uma gestão identitária mais centrada nas projeções de si

(discretas ou não) do que na potencial vulnerabilidade que um contexto particular pode representar. São diferenças na interpretação dos contextos quanto à sua intrusabilidade, quanto às expectativas para corresponder mais ou menos a uma performance de género normativa ou transgressiva. Traduzem-se numa tendência geral para (des)fazer o género em função da aceitação percebida (e dos graus de reconhecimento).

A transgressão do género para estas 19 pessoas não binárias é enfatizada narrativamente através de dois modos principais de gestão (identitária) das performances. Por um lado, encontramos uma manipulação das performances pela via da *versatilidade*. A flexibilidade para corresponder mais ou menos aos horizontes de expectativa do género binário ajusta-se às perceções contextuais e atribuições de género. Em 11 narrativas (Samuel, Jim, Ash, Noa, Nelle, Ana, Lé, Lou, Micha, Dinis e Lake) encontramos uma preocupação em (des)fazer o género de forma adaptativa. O «terrorismo de género» tem o seu momento e o seu espaço e, acima de tudo, acarreta consequências (positivas e negativas).¹⁶ Apesar da intencionalidade, um dos efeitos destas micro-resistências é a invisibilidade e a deslegitimação para fazer o género, a sua invalidação. As tensões emergentes entre a capacidade para (des)fazer o género e a legitimidade da performance desempenhada traduzem-se, portanto, numa modalidade versátil consoante a tolerância percebida (patente também noutros estudos – Corwin 2017; Yeadon-Lee 2009). Por outro lado, encontramos um modo *reconciliador* na gestão e manipulação das performances de género. Em 8 narrativas, a maior ou menor concordância com os modos de (des)fazer o género centra-se sobretudo na capacidade (e responsabilização) pessoal de desempenhar o género de uma forma coerente ou legível. Para Grace, Alex, Selma, António, Denis, Sandy, Domingas e Xuxa, o que está em causa é a exposição e o reconhecimento das suas performances de género. As suas capacidades para encobrir ou reagir adequadamente à divergência percebida ou potencialmente sancionada no decorrer de uma interação social.

¹⁶ *Terrorismo de género* remete para a capacidade de gerar dúvida no reconhecimento binário de género através do desempenho. Para as expressões ambíguas, ambivalentes e fluidas que – como ilustram os episódios de discriminação – não só se tornam alvos frequentes de punição como colocam obstáculos a quem não se identifica de modo exclusivo com o feminino *ou* masculino.

As formas como cada participante se posiciona face à possibilidade de «*misgendering*» (atribuição de género equivocada), permitem-nos compreender melhor as razões e os dois modos de manipular o desempenho do género (binário ou não). A maior ou menor intensidade que o reconhecimento expectável de género tem nos desempenhos, a par da expectativa de cumprir ou não o binário, são formas de justificação para a diferenciação contextual. Por exemplo, Xuxa, Domingas e Nelle narram o processo de atribuição coletivo (hétero-regulado) das suas performances de género a partir de uma eventual (e provável) interpretação antagónica. De um horizonte binário da masculinidade hegemónica e da feminilidade enfatizada. A desconstrução que fazem da exclusividade e a identificação com a ambivalência de género entram apenas indiretamente nos horizontes de expectativa. A atribuição dos outros é interpretada em função do grau de aprendizagem e assimilação dos modos normativos para fazer o género. O facto de aceitarem *a priori* que não «encaixam» no padrão permite-lhes antecipar as atribuições e simultaneamente fazerem cedências para manterem maior «reputação» e «aceitação» social. Por um lado, esta preocupação com o respeito perpetua uma ordenação das relações de género conforme os parâmetros dominantes de interpretação. Por outro lado, quando a ambivalência da performance é evidenciada (alvo de reconhecimento e regulação) a despretensão de corresponder «adequadamente» desvenda aos outros possibilidades alternativas para (des) fazer o género.

Também Grace parte do pressuposto de que a sua performance da feminilidade poderá ser questionada. Contudo não a interpreta nos mesmos moldes que Xuxa, Nelle e Domingas. Para si, a atribuição de género de que é alvo não se baseia nos parâmetros normativos antagónicos porque o seu desempenho ambivalente do género está sempre latente. Por considerar que nunca correspondeu ao padrão de masculinidade hegemónica ao longo da vida, a sua preocupação com a «reputação» emerge sobretudo de uma capacidade de desempenhar «discretamente» o género feminino. No fundo, a partir do momento que Grace aceita e afirma para si própria a ambivalência de género, as heteroatribuições latentes são relativizadas.

O mesmo não se passa com Ash, Selma, Micha e Noa. Em diferentes momentos das suas trajetórias de género e posicionamentos assumidos, o ponto de partida para interpretarem a heteroatribuição

foi a discriminação. As percepções implícitas (para Ash e Selma) e explícitas (para Micha e Noa) das suas performances de género são vividas como estigmas, (micro)opressões que constroem as interpretações alternativas. O *encobrimento* ou o *acobertamento* das suas pertenças não binárias são fundamentadamente justificados pela segurança e pela exposição pública. Neste âmbito, Micha, juntamente com Ana e Lou, referem também a intrusão (ou interferência no fluxo da interação) da revelação da pertença não binária. Ou seja, a «*necessidade de explicar*» constantemente. É o facto de terem de explicitar as suas performances e identificações que torna problemático o processo de atribuição do género. Por terem de reiterar e aprofundar a quem as/os/les questiona que existem outras possibilidades alternativas para (des)fazer o género, por terem de construir e legitimar uma grelha interpretativa ausente nos horizontes de expectativa. São questionamentos explícitos, que por vezes se traduzem em momentos de visibilidade, de interpretações alternativas das suas performances de género. Seja através da contradição dos marcadores antagónicos na expressão de género (por exemplo, usar barba e batom vermelho), seja através de uma redefinição discursiva daquilo que estrutura a interpretação (por exemplo, revelando a independência entre a identificação e a corporalidade), Ana, Micha e Lou tentam contrapor as suas grelhas interpretativas da transgressão perante uma atribuição de género baseada na diferença antagónica e exclusiva. Mas esta tarefa é encarada como muito «*cansativa*» e frequentemente pouco viável (como diz Micha uma «*conversa de 20 minutos*»). Passam por isso a reservar gradualmente o reconhecimento das suas pertenças não binárias para os espaços seguros, conhecedores ou mais tolerantes.

Alex também narra reflexivamente sobre as dificuldades de aceitação e reconhecimento de uma alternativa além da antagónica. Contudo não chega a assumir uma posição clara quanto à atribuição de género equivocada. A sua narrativa é sobretudo pautada pela sua maior ou menor capacidade de corresponder coerentemente às expectativas. Por sua vez, António foca-se no evitamento do *misgendering* porque precisa de ser aceite em primeiro lugar. E, como vemos, todas/os/es as/os/les participantes do nosso estudo referem o tema da aceitação. Mas no caso de António esse é o principal motivo para desempenhar o género de forma legível. A sua percepção de uma atribuição explícita segundo as regras antagónicas

é enquadrada pela via reconciliadora da manipulação das performances de género, traduz-se no escamoteamento das potenciais incongruências entre sexo e género.

Encontramos, por último, um grupo de 7 participantes que justificam a correspondência às grelhas interpretativas e expectativas binárias pela rejeição clara da atribuição à nascença. Jim, Samuel, Denis, Dinis, Lé, Sandy e Lake optam pelo tratamento e pelo reconhecimento «oposto» porque a outra categoria legível está equivocada. No caso de Denis, Dinis e Lé, a atribuição de género no feminino é claramente inviável e insuportável. Face à ausência das grelhas interpretativas não binárias preferem ser interpretados no masculino. O posicionamento de Lé, neste âmbito, é o mais particular. Rejeita veementemente a heteroatribuição da feminilidade «exclusiva». Para si, o feminino é importante como elemento de desconstrução da masculinidade hegemónica mas na medida em que a masculinidade é (des)feita. Na sua perspetiva trans/feminista, a desconstrução da oposição implica tanto a masculinidade como a feminilidade desde que sejam conjugadas. Uma complementaridade que é útil para alcançar a simetria no género, para desfazer o horizonte binário assimétrico a partir do lugar transposto de *aproximação* à masculinidade.¹⁷

De um modo global, as expectativas de reconhecimento da diferença de género não binária são parametrizadas e constrangidas pelo referente de oposição entre masculino e feminino que interfere constantemente nos fluxos da interação. A intrusão não binária também ocorre, frequentemente com custos elevados, através de diferentes episódios de resistências e emancipações pessoais. A potencial transformação das grelhas interpretativas da expectativa de género é ilustrada por Micha quando se depara com uma *realidade incompleta*.

¹⁷ Como veremos adiante, independentemente da reação à atribuição de género e especialmente nas trajetórias de *aproximação*, a «masculinidade feminina» é encarrada como uma forma de desconstrução da masculinidade hegemónica.

A realidade incompleta

Quanto mais eu falo sobre a minha identidade de género, mais as pessoas dizem «Sim, eu também». É por isso que eu acho que género é treta [*bullshit*], é uma construção social [*sorri*] é melhor do que dizer «é treta», mas é o mesmo.

Micha surpreende-se com a reação positiva e solidária que tem tido por parte de muitas pessoas quando revela a sua pertença de género não binária. Descrevendo exemplos de conversas que teve com ex-namoradas e outras pessoas significantes na sua vida, o consenso face ao paradigma não binário – depois de finalmente compreendido – contribui para a sua emancipação e crescente confiança nos posicionamentos adotados. Para si, isso é mais uma prova de que o género não passa de uma «construção social»:

É como um mapa, sabes? Descreve as rotas, descreve os monumentos, mas isso não é a realidade e não está tudo nesse mapa, há algo que se escolheu mostrar nesse mapa. Então, o género para mim é isso, nós mostramos homem e mulher, mas isso não é realidade, é apenas uma forma de mostrar a realidade e é incompleta. Então, quanto mais eu falo, quanto mais eu digo «eu realmente não me identifico como mulher, eu sinto-me no meio, eu não me relaciono com os estereótipos» e as pessoas dizem «Ya [*Yeab*], eu também eu nunca me senti assim» e tu ficas «A sério? Tu também? Então porque é que não fazes nada sobre isso? Por que é que fazes de conta [*pretend*] que estás nesse binário?» Eu gostaria que todos/as eles/as [*all of them*] dissessem «Isso é tudo mentira! Nós somos tantos/as [*so many*]!» [*risos*].

Micha surpreende-se com o facto de haver muitas outras pessoas que concordam com a expectativa de género além do binário (antagónico) masculino/feminino. Esta tomada de consciência fá-lo inquietar-se com o «fazer de conta», com a passividade perante os estereótipos e a representação dicotómica, mesmo por quem confirma a sua mundivisão

e reconhece a sua pertença de gênero. Por outro lado, esta legitimação é muito importante para si e fá-lo sentir-se orgulhoso por ser um dos «corajosos»:

Isso faz-me sentir corajoso [*brave*] também porque, finalmente, depois de todos esses anos em que pensei que estava sozinho [*alone*] porque todos/as [*everybody*] pareciam ser ou uma mulher ou um homem, havia pessoas como eu e eu sou um dos poucos [*one of the few*] que são corajosos [*brave*] o suficiente para fazer alguma coisa a esse respeito. Então estou muito orgulhoso [*pretty proud*] disso.

Para Micha, aquilo que está sobretudo em causa é a ausência de visibilidade e reconhecimento do paradigma não binário. De uma amplitude nos horizontes de expectativa, de parâmetros interpretativos estruturados de modo a incluir as alternativas. Em que as perceções e as atribuições de gênero que definem previamente as situações são reconfiguradas e recodificadas.

Encorpar o(s) gênero(s)

A corporalidade, como vimos no arquivo digital, é entendida pela comunidade sobretudo como um meio, «se necessário», de transformação da posição de gênero reconhecida. Uma perspetiva compartilhada por grande parte das pessoas que participaram neste estudo, mas com contornos bastante diferentes. Para as/os/les participantes o corpo assume-se como condição e possibilidade de agência, de transposição da pertença (e reconhecimento) do gênero. A sua relevância – contrariamente aos enunciados do *wiki* – remete para processos de *intensificação*, da inter-relação entre as experiências de gênero vividas e as expectativas de afirmação da (não) pertença. Para o diálogo entre o gênero *para si* e o gênero *em si*.

Nas 19 trajetórias, este «encorpar» de uma pertença alternativa passou por um conjunto de questionamentos da descoberta e de

procuras de afirmação materializadas em performances e estilizações exploratórias do *self*. Referidas na ótica de «laboratórios de género», as experiências e a efetiva experimentação intersubjetiva da pertença conferem ao corpo uma maior centralidade. Requerida pelas próprias pessoas ou exigida por quem as rodeia, a interligação da pertença de género com a sua materialidade (expressiva ou corporal, tangível) está implícita nos processos de reconhecimento. A sua importância é ilustrada no confronto relatado por Lou, num episódio de julgamento da incongruência nome-corpo-identidade por parte de quem menos esperava.

A alternativa inválida

A certa altura, eu fui e sentei-me à beira do grupo [*at the edge of the group*] e assim, mas todos eles prosseguiram e ninguém moveu o corpo deles para me incluir. A linguagem corporal deles não mudou e não houve reconhecimento [*acknowledgement*]. Ninguém foi abertamente ou verbalmente rude, mas em todas as outras formas eu senti-me excluído/a.

Lou, face ao questionamento da sua performance de género ambígua, opta por distanciar-se do grupo supostamente mais preparado para integrá-lo/a. Já tinha participado em algumas iniciativas e celebrações transgénero antes. Nestas começou gradualmente a aprofundar o seu processo de identificação, a intensificar a sua transição para um género não exclusivo. Neste encontro em particular com um grupo de apoio transmasculino a recusa (implícita) da sua corporalidade («biologicamente feminina») fez com que se desidentificasse de vez com a transmasculinidade. Não era a primeira vez que sentia um questionamento da sua presença por não ter as características «adequadas» para fazer uma performance transmasculina. Mas nesse dia, para Lou o facto de não ter despido a camisola (tal como os outros) para falar sobre a aceitação corporal foi um sinal muito claro de que não pertencia ao grupo:

[...] eu não sei se eu tivesse tirado as minhas roupas a minha presença teria sido mais bem-vinda, mas aquele grupo em particular foi muito... Quase um «somos homens agora» portanto quase rebaixar o outro lado [*letting the side down*]. Sim, portanto a questão não binária eu não acho que seja respeitada, porque se tu és não binário/a mas tens um corpo adulto que é o que é biologicamente, eu não acho que seja genuinamente aceite e acho que há uma necessidade de te provares a ti próprio/a.

É esta «necessidade de prova» que faz com que Lou se afaste do grupo e de uma identificação transmasculina. Não seguir a trajetória «esperada» de maior aproximação à masculinidade (que implicaria neste caso realizar pelo menos uma mastectomia, que não deseja) vem reforçar a sua narrativa de autenticidade, da coerência na não pertença ao binário. Mas simultaneamente reforça o seu isolamento. Para Lou estes processos de hierarquização dos significados sobre o que é «ser transgénero» resultam numa imposição de práticas estereotipadas que, além de escamotear modos alternativos de (des) fazer o género, enfatizam as lógicas dominantes do género binário. Para si o «template» transgénero precisa de ser questionado quanto à sua capacidade de transgredir realmente os preconceitos:

Talvez deva haver mais honestidade no mundo trans sobre o que significa ser homem? Qual é o seu ideal – o que é um homem? Precisa de haver mais honestidade. É quase como se não falas sobre o que significa ser um homem, então nós não podemos evitar começar [*we can't help but start*] a adotar pequenos disparates e estereótipos. [...] Há toda uma narrativa, mas na verdade existem vetos efetivos [*real negatives*] em ambos os lados. Bem, tu sabes que não deverias estar tão orgulhoso/a de ti mesmo/a [*proud of yourself*], porque «então e as mulheres trans que não podem ter hormonas ou que ainda se apresentam bastante masculinas?» e essas coisas. É como: deveríamos estar a criticar uma mulher ou uma mulher trans por se parecer assim? As dificuldades não são culpa dela. O outro lado disto é que todas as mulheres trans devem aspirar a

se parecer com a Barbie, e isso é simplesmente terrível. Temos que ter essas conversas e reconhecer que ainda não sabemos qual é a resposta. A conversa não tem que ser sobre ser classificado/a [being sorted] e que nós conseguimos. É apenas difícil. Eu acho que os homens trans precisam de ser honestos.

Para Lou o «mundo ideal» seria repleto de pessoas *gender-queer*. De expectativas mais inclusivas de todas as possibilidades e modalidades de (des)fazer o género. Essa compreensão advém parcialmente do facto de ter sido excluído/a pelas pessoas «transmasculinas». A exclusão do grupo foi uma confirmação da sua pertença, faz com que se identifique ainda mais com o género não binário e que mantenha as práticas alternativas para (des)fazer o género. Mas a ausência de apoio e de reforço (ou incentivo) do seu posicionamento também se traduz numa micro-resistência de alcance reduzido face aos outros. Na ordenação das relações de género desse grupo em particular, o que prevaleceu foi a validação da transmasculinidade que exclui Lou ao ponto de sentir que não pertence ao «género» em geral.

As dificuldades sentidas por Lou espelham as experiências vividas no limbo não binário. Foi mais provável a mudança individual, a sua adaptação e discrição, do que a transformação de expectativas da maioria relativamente aos processos de *atribuição*, *interpretação* e *apropriação* do género. Este episódio ilustra igualmente a centralidade do corpo como condição e possibilidade de agência, de transposição das pertenças, como uma via de reconhecimento.

Os discursos e as experiências corporais são coconstitutivos dos modos como os sentidos de género se formam e formatam o *self*. Mais do que um instrumento ao qual se pode recorrer, o corpo – através dos gestos, movimentos e reações, dos símbolos e significantes – circunscreve limites específicos dos modos como nos relacionamos com os outros e connosco mesmas/os/es. Mediada pelo posicionamento social, a demarcação corporal assenta portanto não só nas estruturas linguísticas que lhe conferem significado,

como também nas deslocações e variações na expressão da experiência vivida. Dependendo da posição social de maior ou menor privilégio, os limites da experiência podem ser ampliados ou reduzidos face aos horizontes de expectativa disponíveis. Nesse sentido, as lógicas de dominação e de privilégio entrecruzam-se com as formas como as experiências corporais concorrem para uma (não) pertença de gênero alternativa, tanto na vida vivida como na vida contada.

O corpo ao longo da vida

Como vimos no domínio da aceitação, a transformação da pertença não binária ao longo da vida nas 19 trajetórias abarcou um conjunto de constrangimentos que interditaram e obstaculizaram as afirmações de gênero. São percursos transgressivos que estão, aliás, repletos de relatos de «falhas» no cumprimento da visão dicotômica dominante.¹⁸ Experiências de discriminação vividas pelas/os/iles 19 participantes e que assumem maior importância neste domínio da intensificação. Para além de ilustrarem a «liberdade regulada» da transformação alternativa do corpo face à expectativa binária (Merlini 2018), estes episódios demonstram os diversos graus de tolerância da transformação corporal ao longo da vida. A par de outros constrangimentos vividos, as discriminações são entendidas pelas 19 pessoas deste estudo como «travagens» efetivas à experiência «laboratorial» do corpo, porque implicaram questionamentos profundos e intensos sobre as pertenças e os posicionamentos de gênero. Experiências ilustrativas da maior ou menor amplitude das estruturas de gênero vividas no quotidiano.

Tanto as microagressões como os episódios explícitos de violência tiveram consequências na vivência e manifestação do gênero ao longo da vida em 10 trajetórias.¹⁹ Precisamente porque as experiências de gênero implicam um diálogo com os outros, as situações de discriminação vividas intensificaram os questionamentos sobre o

¹⁸ Incumprimentos cujo potencial de mudança será abordado adiante.

¹⁹ A ausência de episódios de discriminação nas outras trajetórias poderá estar relacionada com um conjunto de circunstâncias. Nomeadamente, a gestão dos desempenhos de gênero face aos arranjos institucionais e às expectativas de exclusividade (antecipando situações de risco), a existência de redes de apoio e maior abertura à diversidade de gênero, a privatização das pertenças alternativas, etc.

corpo e sobre as identificações e expressões desempenhadas. Foram casos em que a experimentação alternativa de um género na *esfera pública* correu mal, e que dividimos em dois grandes tipos de marginalizações.

Enquadrando os episódios de discriminação²⁰ nos *Crimes contra pessoas* (Título I, do Livro II), estes referem-se especificamente a atos contra a *integridade física* (cap. III), contra a *liberdade pessoal* (IV), contra a *honra* (VI) e contra a reserva da *vida privada* (VII). Aqui se percebe imediatamente a importância do corpo, da moralidade e do pessoal/privado nos episódios de discriminação. O alvo das discriminações relatadas não foi a *identidade/cultura*²¹ mas sim a *pessoa/privado* que é difamada, coagida, ameaçada, perseguida, assediada, intimidada, se nos detivermos apenas nas situações mais graves. Estas situações de violência refletem, portanto, uma lógica individualizada de discriminação cuja principal consequência foi a interrupção ou a restrição da exploração/desempenho explícita e pública da alternativa de género. Um dos efeitos da rigidez das convenções sociais é que torna a penalização e a sanção mais imputáveis para quem, ao transgredir um limite, emerge como alvo de uma discriminação (um ato contra si). Os episódios aqui considerados surgem, aliás, como «distantes» porque são isolados e purificados pelas estruturas que configuram as expectativas do género binário. Senão vejamos.

No conjunto de episódios em que ocorreram *atos contra a honra e contra a vida privada*, encontramos várias situações que levaram à maior discricção nas trajetórias de género transgressivas. Para Micha, o resultado de ter sido humilhado por uma amiga que quebrou o seu segredo identitário (ser híbrido, 8/1994) foi desmentir e reprimi-lo para si durante mais 8 anos. Lé, aos 21 anos (2014), foi assediado e

²⁰ Seguimos a nomenclatura do Código Penal Português (Lei n.º 94/2017) para situar o tipo de crimes e ofensas vividas pelas/os/es participantes. Enquanto Estados-membro da União Europeia (e das Nações Unidas), Portugal e o Reino Unido dispõem de um quadro penal que, apesar de próprio, obedece às disposições do direito comunitário. Optámos por aprofundar os episódios de discriminação a partir do código português pela maior familiaridade com estas leis.

²¹ É nos *crimes contra a identidade cultural* – em particular no artigo 240.º sobre a «discriminação e incitamento ao ódio e à violência» (Título III, Livro II) – que estão previstas penas de prisão (de 6 meses a 5 anos) para quem exclui por causa da identidade de género (entre outras vulnerabilidades suscetíveis ao ódio e à violência).

solicitado a prestar contas da sua masculinidade no local de trabalho por um colega. Ficou com medo e estava numa situação em que não podia abdicar da única fonte de sustento. Acabou por corresponder parcialmente à expectativa de aproximação de masculinidade. Como conclui, o problema não estava na sua pertença, mas na cobrança de que foi alvo:

[...] a negociação não é entre o masculino e o feminino, eu acho que o masculino e o feminino são categorias. Acho que a minha negociação é entre o que as pessoas veem e o que eu quero que as pessoas vejam [Lé, 1993, PT].

Ao refletir sobre este episódio, Lé reenvia-nos para o plano simbólico, das comunicações e interpretações possíveis. Não está indeciso com a pertença mas sim com o que dessa pertença se pode compreender, o que «quer» que as pessoas identifiquem. É precisamente por causa dessa intersubjetividade que os questionamentos se intensificam. Como vimos no episódio da alternativa inválida, relatado por Lou, foi mesmo a exclusão por parte de um grupo da comunidade transmasculina que levou a que se identificasse menos como transgénero e mais como não binária/o ou sem género. Este primeiro conjunto de episódios acarretou mudanças nas trajetórias de género principalmente por causa das «ausências». Foi a ausência de uma determinada corporalidade no caso de Lou; a ausência de uma masculinidade hegemónica no caso do Lé; e a ausência de uma pertença exclusiva (moral) no caso de Micha que resultaram na transgressão da divisão que limita o género a duas categorias opostas. São processos de prestação de contas e de imposição de uma dada atribuição e interpretação que exigem uma gestão difícil, embora negociada, das performances e expectativas de género.

Por sua vez, no conjunto em que consideramos os *atos contra a integridade física e contra a liberdade pessoal*, foram as ameaças inesperadas que desencadearam um confronto e uma necessidade de manter à margem o que é «marginal». Este foi (novamente) o caso de Lé, quando aos 17 anos (2010) foi coagido a sair de uma casa de banho pública masculina por ter um aspeto andrógino. A expressão de género alternativa foi a razão para ser ameaçado e a consequência disso, além do pânico experienciado e da fobia prolongada aos

espaços públicos, foi uma tentativa (falhada) de redirecionamento da sua trajetória para uma expressão mais feminina. Nesta situação, tal como nas outras, houve uma imputabilidade da transgressão ao próprio alvo, a quem transgride o género e não a quem atua contra a integridade física e a liberdade pessoal.

Estes episódios do *corpo perseguido* – de confronto com as expectativas coletivas de desempenhos binários – são, aliás, reportados como travando as potencialidades da experiência alternativa de pertença ao género. A experiência do género *em si* é coletivamente nomeada como transgressiva, é invalidada. Não fosse isso, Dinis não seria apedrejado aos 18 anos (2006) por ter uma apresentação como «maria rapaz». Ou mais tarde, aos 24 anos (2012) ameaçado de morte por frequentar espaços públicos com a sua namorada e ter uma performance masculina. A explicitação pública de uma performance ou expressão que reúne as duas componentes «exclusivas» do género numa mesma pessoa (andrógina) tende a convertê-la num alvo mais evidente de discriminação. A transgressão é nomeada através da percepção de uma incompatibilidade.

Também Noa, aos 52 anos (2009), foi perseguido e ameaçado por 10 adolescentes. Nesse mesmo ano viu ainda a sua casa vandalizada por não corresponder ao ideal de masculinidade hegemónica. Estes foram episódios inesperados que marcaram profundamente as trajetórias de género aqui consideradas. E o resultado manteve-se: inimputabilidade de quem perpetrou o *ato contra*, tentativa (falhada) de conformidade e/ou maior discrição de uma expressão e uma identificação explícitas com um género alternativo. A resistência para estas pessoas passa a restringir-se aos espaços coletivos (mais seguros, heterotópicos) e aos ativismos existentes. Só quando não se sentem isoladas é que se permitem expressar e revelar as pertenças de género alternativas. Nas palavras de Noa (1957, PT): *Eu pessoalmente, ativista sim, martírio não.*

Como temos vindo a salientar, foi efetivamente através do *corpo vivido*, da *ação implicada nas coisas* (Khan *et al.* 1997), que estas 19 pessoas procuraram percecionar-se a si e aos outros e fazer sentido das suas (não) pertenças à estruturação binária do género. Nas 19 trajetórias de género o corpo constitui um *locus* de descoberta e questionamento dos sentidos intersubjetivos na experiência de género. Um dispositivo que experimenta e em que é experimentado o género. Como refere Ana:

[...] eu durante muito tempo usei o meu corpo como se fosse, sei lá, chamemos-lhe um laboratório para desconstruir o género e para pensar o género e a presença do corpo no género ou a presença do género no corpo... [Ana, 1997, PT].

Questionamentos e reflexões que emergem do confronto com a naturalização e a justificação das convenções binárias. Com as regras de que *o sexo precede o género*, de que *só existem dois géneros/sexos* e de que *só se pode ser de um ou de outro*. E, ainda que a (des)construção dos sentidos intersubjetivos do género seja particular a cada biografia, existem períodos marcantes a nível da corporalidade que são partilhados. A nível dos afetos e da (auto/hetero) compreensão de si, os questionamentos e descobertas da materialidade corporal implicaram diferentes temporalidades e processos de transformação.

Precisamente por ser um período de desenvolvimento dos marcadores reprodutivos secundários, a puberdade constitui para muitas destas pessoas um momento difícil e de sofrimento. O começo da puberdade foi necessariamente variável. No caso de Dinis ocorreu numa fase mais tardia (17anos/2005). Mas o facto de, independentemente da idade, o mal-estar e os problemas corporais emergirem tendencialmente com o início da puberdade é muito relevante. Esta tendência está relacionada com a mudança do corpo mas também com a intensificação dos relacionamentos amorosos que ocorre tipicamente neste período. A exploração da intimidade, a sós ou partilhada, põe em perspetiva a corporalidade e o sentido intersubjetivo em que o género é incorporado (e encorpado). Segundo os dados de que dispomos, estas experiências não dependem tanto de uma determinada época, nacionalidade ou pertença de género. Ainda que a idade de início da puberdade constitua tendencialmente um momento de mal-estar corporal – tipicamente associado às trajetórias transgénero em geral – a *resposta* encontrada para transformar o corpo e alcançar bem-estar é mais específica destas trajetórias transgressivas. Ou seja, o que é efetivamente distintivo refere-se mais à resposta do que ao surgimento do problema com o corpo.

No longo processo de desconstrução e transformação da corporalidade, as 19 pessoas que participaram neste estudo optaram por duas vias principais. Considerando os vários momentos de mudança em relação ao corpo e os questionamentos e descobertas da materialidade corporal, encontramos por um lado uma resposta pela via das

transformações complementares e, por outro lado, uma resposta pela via de *transformações médicas*.²² A eleição do tipo de resposta para transformar o corpo relaciona-se com os domínios da aceitação e do reconhecimento ao longo da vida. Ou seja, com a desconstrução e a experiência particular de incorporação de género vivida em cada trajetória: a maior ou menor inadequação no (des) fazer do género, a maior ou menor necessidade de dispor de uma corporalidade expectável, etc.

Para os (15) casos em que foi possível reconstituir o nexos entre *transformações-problemas-melhorias*, vemos uma separação pelo tipo de via seguida.²³ Por um lado, as «viragens» nas biografias corporais tendem a ocorrer a partir do período pubertário. Por outro lado, o bem-estar e a satisfação corporal têm diferentes temporalidades face à via seguida de transformação do corpo. Como podemos ver no quadro 3.4.

O que ressalta dos dados sobre as viragens na biografia corporal destas 19 trajetórias de género é a maior celeridade no alcance de bem-estar ou satisfação com o corpo nos casos em que a resposta foi a via médica. Foi nas trajetórias de Jim e Ash que se verificam os períodos mais curtos entre o mal-estar, a transformação médica e o bem-estar corporal. Em ambas as situações o desconforto corporal vivido começou mais tardiamente. Por sua vez, em quase metade dos casos (Sandy, Samuel, Lake, Dinis, Denis, António e Lé) verificou-se alguma demora entre o início do mal-estar corporal e o início das transformações médicas, mas maior eficácia dessa resposta para alcançar uma corporalidade satisfatória. Tanto na trajetória do Micha como da/o Domingas, que seguiram a via da transformação complementar, verificou-se uma demora entre o início do mal-estar com o corpo e o início das transformações, mas estas contribuíram substantivamente para uma maior satisfação. Já na trajetória de

²² A resposta *médica* incluiu, variavelmente, os tratamentos com hormonas e/ou intervenções cirúrgicas; e a resposta *complementar* abarcou o recurso a diferentes técnicas e artefactos para a transformação do corpo (recorrendo por exemplo a ancas postiças, enchimentos, maquilhagem, etc., para implicar, eliminar, ocultar ou redefinir a corporalidade). As particularidades destes processos serão abordadas adiante.

²³ Nos casos de Lou, Noa, Nelle e Xana não dispomos de informação suficiente em relação aos problemas com o corpo e à superação dos mesmos ao longo da vida. Lou, Nelle e Xana seguiram a via das transformações complementares e Noa a via das transformações médicas.

Quadro 3.4. Viragens na biografia corporal por ano de nascimento

Participantes	Ano de Nascimento	Idades de viragem na biografia corporal			
		Mal-estar	Transformação		Bem-estar
			Tipo	Idade	
Grace	1962	13	Complementar	13	30
Sandy	1966	37	Médica	46	46
Samuel	1967	12	Médica	31	31
Lake	1975	19	Médica	40	39
Jim	1976	25	Médica	26	26
Domingas	1982	19	Complementar	24	24
Ash	1982	29	Médica	31	31
Micha	1986	13	Complementar	27	27
Alex	1987	14	Complementar	20	27
Dinis	1988	18	Médica	24	24
Denis	1989	20	Médica	24	24
António	1989	19	Médica	24	24
Selma	1992	16	Complementar	14	n.a.
Lé	1993	14	Médica	19	19
Ana	1997	13	Complementar	16	n.a.

Grace, o início do mal-estar e da transformação complementar do corpo sobrepõem-se mas levou mais tempo a sentir-se bem. Alex demorou nos três pontos de viragem. Selma e Ana continuavam até ao momento da entrevista a experienciar negativamente a corporalidade, e o recurso às transformações complementares não atenuou na íntegra essa vivência, caracterizada pelo «mal-estar» e pela «abstração».

As transformações complementares como meio para atenuar a relação de desconforto/evasão e/ou dano ao corpo incluem todos os casos de quem se esperava o masculino à nascença. Para quem se esperava o feminino foi mais frequente o recurso à resposta médica, sendo esta necessariamente variável e particular de cada trajetória. No caso da Ana e da Alex, a via médica é encarada como uma possibilidade futura, mas o questionamento das experiências intersubjetivas da corporalidade é igualmente acompanhado pela necessidade de resistir, *i. e.*, pela «capacidade» em «aguentar» uma vivência corporal

distanciada do *modelo biomédico dual*. Para Micha, a via médica é vista como violenta e pesada, enquadrando a recusa a esta resposta como uma luta e um desafio: ainda não está «pronto para desistir para a sociedade» [*I'm not ready to give up to society yet*].

Com efeito, o bem-estar corporal e, mais do que isso, a vivência corporal de acordo com o género a que se pertence torna-se menos imediata (ou mais mediada) quanto mais distante se está da oposição binária dominante. Uma das principais tensões entre as pessoas que se identificam com um género além do binário (ou não exclusivo) advém precisamente da recusa num enquadramento biomédico e da ideia «clássica» disseminada acerca do fenómeno transgénero: «*estar preso no corpo errado*». As 19 pessoas que participam neste estudo convergem, aliás, no maior distanciamento e/ou crítica da visão biomédica dominante. Como veremos no próximo subponto, há elementos de consenso nas visões alternativas à narrativa do «corpo errado».

Na perspetiva do corpo vivido importa destacar que as respostas de transformação corporal se relacionam com os posicionamentos e a relevância que essa narrativa foi assumindo ao longo da vida. Para quem seguiu a via da transformação complementar verifica-se uma rejeição completa da conceção biomédica. Este distanciamento provém sobretudo dos processos de desconstrução e experimentação do género a partir de uma idealização corporal andrógina e da «redefinição» do corpo genderizado (que aprofundaremos em seguida). Já para quem recorreu às transformações corporais com apoio médico encontramos duas linhas de argumentação crítica. Por um lado, encontramos relatos de uma tensão entre os conhecimentos médicos e ativistas: confiança (q. b.) nos médicos para realizar as transformações corporais e, simultaneamente, distanciamento face às conceções de género veiculadas pela medicina. Por outro lado, quando é assumida uma rejeição corporal, o que se verifica é uma inversão/reconstrução dos argumentos na relação mente-corpo: não é o *self*/mente que está dissociado do corpo mas sim a sociedade em geral que não reconhece essa possibilidade. Estes argumentos concorrem para a substituição da primeira dicotomia por uma outra, a do indivíduo/interior – sociedade/exterior, como veremos adiante.

Por agora, importa questionar o predomínio (e a força) do *modelo dual* sobre as incorporações do género ao longo da vida. Ou seja, até que ponto a visão biomédica ainda prevalece como a visão

dominante mesmo nos casos que se distanciam e/ou a criticam? Isto porque, apesar das críticas e dos distanciamentos, a hormonoterapia e/ou cirurgia permanecem como as vias privilegiadas para o alívio e satisfação com o corpo nas trajetórias de transformação corporal via médico. Mesmo sendo contestado, o saber médico e o seu *template* (apoiado no modelo *dual* e migratório) continuam a estruturar a fronteira que se desenha entre o biológico (sexual) e o cultural (género) nas práticas para (des)fazer o género. A par do peso da percepção social, este modelo antagonico continua a interferir bastante nas possibilidades de incorporação do género não binário. Questões que nos reenviam para as práticas na transformação do corpo. Para o corpo *reconfigurado* ao longo da vida e, particularmente, para os efeitos da *intensificação* em devir, resultantes de todo o processo de transformação da pertença de género.

Na medida em que as transformações contínuas de si se baseiam numa procura ativa de autenticidade, no sentido abordado anteriormente, os questionamentos e as vivências corporais são aprofundados especialmente a partir de práticas que permitem alterar (de forma permanente ou provisória) os significados do corpo e os seus significantes. Processos baseados numa concretização prática e pragmática que vai sendo definida e redefinida ao longo da vida. Tendo por base a tipologia de Ekins e King (1999, 2006) podemos enquadrar as práticas do corpo reconfigurado ao longo destas 19 trajetórias a partir dos cinco subprocessos identificados pelos autores para a concretização do género. Os *subprocessos* de «substituição», «eliminação», «ocultação», «implicação» e «redefinição» do género vão sendo intensificados pelas/os/es participantes deste estudo de modo particular, relacionando-se em grande medida com as viragens e (re) direcionamentos das pertenças e experiências de género vividas. No caso das pessoas que seguiram a via de transformação complementar não houve recurso às técnicas de *substituição* dos elementos corporais reprodutivos para o alívio e melhoria do sofrimento na relação corporal. Nelle, Xuxa, Grace, Domingas, Micha, Alex, Selma, Ana e Lou investem num conjunto de práticas de *redefinição*, *eliminação*, *ocultação* ou *implicação* do(s) género(s) para «enfraquecer» o peso dos marcadores sexuais distintivos no corpo. Nestes nove casos verifica-se o predomínio destas técnicas para expressar mais «autenticamente» o género a que pertencem, com diferentes intensidades e lógicas. Tendo em conta o vasto leque de alternativas encontradas,

apresentamos brevemente alguns exemplos ilustrativos dessas técnicas.²⁴

A redefinição do corpo

Encontramos por exemplo técnicas de *redefinição* em Ana quando define a sua barba como «pelo facial» e, apesar desejar «pelos mais finos» para ser mais versátil, investe numa expressão feminina com pelo facial. Este processo de redefinição não equivale a uma necessidade de transformação corporal efetiva. Já para Lou ser uma pessoa não binária implica um distanciamento da «necessidade» de ser «fisicamente» um género. Ou seja, os seus marcadores físicos biológicos (marcadamente) femininos não definem a sua autoimagem corporal («positiva») enquanto pessoa com um género indeterminado. De forma complexa (e pouco reconhecível/aceite), Lou procura redefinir a sua corporalidade na possibilidade (e capacidade) de ser o género que quiser pela desconexão entre o biológico e o representável:

Para mim, pessoalmente, não se sente como pressão porque eu sei como obter o corpo da forma que eu quero que se pareça. Eu não sou... Eu não tenho um sentido negativo do meu corpo neste momento no tempo [*at this moment in time*], mas se eu quiser mudá-lo eu sei o que fazer, fazer isso. Então as pessoas que são bastante felizes, independentemente do seu tamanho e que acabam por ser visualmente bastante femininas ou masculinas, então para que elas se pareçam não binárias imagino que elas tenham que levar com um monte de merda [*get a hell of a lot of shit*]. Provavelmente estão muito mais no armário [*closeted*] do que o pessoal trans, para ser honesta/o [*honest*] [Lou, 1972, UK].

Porque o seu corpo não representa um «fardo» nem tem um «sentido negativo» é indiferente o facto de lhe ser atribuído alternativamente o género feminino ou masculino. O que Lou lamenta realmente é não existir um «*template*» à semelhança do que existe para as pessoas transgénero com trajetórias *migratórias* – ou seja, uma visão dominante de travessia de género de um polo para o outro.

²⁴ Optamos por uma apresentação por casos para facilitar a ilustração. Contudo, esta possibilidade heurística é uma entre muitas outras, visto que podemos encontrar até quatro subprocessos na mesma trajetória.

E as implicações desse posicionamento foram visíveis no episódio relatado no início deste ponto.

Com efeito, apesar de atualmente podermos encontrar mais literatura e histórias que preconizam as questões transgênero como transcendência, o seu prisma «desconstrutivo» e o privilégio da «diversidade» não têm contribuído para uma narrativa homogênea ou consensual. Como vimos na análise do arquivo digital, os efeitos desta tendência *queer* traduzem-se em parâmetros de multiplicação das perspectivas (em tensão), ao invés de uma padronização ou modelização singular de um posicionamento de gênero não exclusivo.

As técnicas de *redefinição* assumem, portanto, sentidos distintos que não têm necessariamente de convergir numa conceção uniforme. Por exemplo, Domingas redefine a sua genitália como uma «cauda» que «nasceu no sítio errado» quando desempenha o gênero feminino. Diferentemente dos significados subjacentes na narrativa do «corpo errado», Domingas recorre à redefinição intersubjetiva do seu corpo apenas na performance feminina. Juntamente com Ana e Lou, Domingas constrói uma corporalidade enquadrada nos questionamentos e nas tensões vividas relativamente ao *modelo dual*, que pressiona para a conformação corporal ao binário. Foi, aliás, em função do maior ou menor distanciamento e da desconstrução da materialidade corporal e da incorporação do gênero que, em cada trajetória, encontrámos o recurso a este subprocesso ou a outros.

A eliminação no corpo

As técnicas de *eliminação* estão por exemplo patentes nos casos de Micha e Selma quando recorrem a roupas unissexo ou «agénero» e idealizam o corpo através de uma conceção andrógina. Ambas/os privilegiam uma autoimagem corporal composta tanto pelas características físicas masculinas como pelas femininas. Micha tem-se esforçado para alcançar o seu corpo ideal «híbrido», constituído por uma genitália indefinida e uma mistura entre aquilo que designa por características masculinas («músculos, barba, sobrancelhas grossas, peitorais, queixo definido») e por características femininas («olhos e feições delicadas, figura esguia»). Analogamente, Selma idealiza um corpo com ambas as características que lhe permita uma maior possibilidade de fluir entre os géneros. A sua ausência de líbido, as úlceras deixadas por uma doença autoimune e um passado como vítima de

abuso sexual prolongado estão entre os vários fatores que salienta como um desinteresse pelo ato sexual em si e por uma abstração da sua genitália. Tanto no caso de Selma como no caso de Micha, a fundamentação de uma corporalidade andrógina deriva precisamente da recomposição das características que dividem os gêneros em duas categorias. Recomposição essa que implica uma vivência da corporalidade através de práticas que eliminam os significantes distintivos para dar à luz uma «nova» corporalidade genderizada. Por sua vez, o recurso a expressões de gênero mais «neutras» ao longo da vida também emerge como uma forma de *eliminação* porque através das roupas é possível apagar (e uniformizar) aquilo que é distintivo da dicotomia entre masculino e feminino. Estão igualmente presentes nestes dois casos técnicas de *ocultação* (nomeadamente através do *binding* – *i. e.*, enfaixamento do peito) para alcançar uma maior neutralidade da expressão de gênero.

A ocultação e/ou a implicação do corpo

A *ocultação* também tem sido praticada por Xuxa através do recurso a várias técnicas para esconder os aspetos tipicamente masculinos. Encontramos um exemplo claro dessas práticas de ocultação no período em que realizava uma performance feminina e mantinha o seu bigode (oculto):

Eu durante 25 anos eu tinha um bigode enorme, grande! [...] Transformava-me. Demorava 3 horas a transformar-me, por causa do bigode, e convivia com as amigas mas não na rua, em privado. [...] porque os meus filhos nunca quiseram que eu cortasse o bigode. [...] Muitas bases de maquilhagem diferentes... Primeiro líquidas, depois sólidas, depois pastas... colas de pelos... [Xuxa, 1956, PT].

Durante 25 anos, Xuxa punha em prática transformações complementares que lhe permitiam ocultar um marcador distintivo da sua masculinidade – o bigode – sem ter de prescindir do mesmo. Para *implicar* a feminilidade, Xuxa, tal como Grace, Nelle ou Alex recorrem a maquilhagem, acessórios e peças de vestuário tipicamente femininos. Estas quatro trajetórias têm em comum o recurso aos referentes associados à feminilidade através de uma transformação complementar que se traduz numa corporalidade flexível. Isto

porque, apesar de as suas performances da feminilidade variarem muito em cada caso (e também ao longo das suas vidas), assemelham-se a nível pragmático em termos dos meios de construção de uma corporalidade que implica o feminino.

Xuxa inventou uma técnica para transformar o corpo: aspiração (diária) com ventosas para aumentar o volume dos seios, que vai regulando consoante as necessidades de ter um peito maior ou de voltar ao «perfil do tronco normal». Grace usa uma peruca da mesma cor do seu cabelo, ancas postizas, objetos de silicone para formar peito e nádegas, entre muitas outras coisas. As transformações complementares (ou provisórias) em que vão investindo estas/es quatro participantes dependem da maior ou menor saliência dos marcadores biológicos característicos. Verifica-se por exemplo um maior investimento no subprocesso de *implicação* dos atributos de género ou de certas partes corporais genderizadas nos casos em que os marcadores biológicos são tipicamente masculinos. Nestes casos, tanto a *ocultação* como a *implicação* concorrem para eclipsar os traços, para deduzir o género feminino a partir da dissolução de marcadores masculinos específicos. Ao ocultar o bigode, Xuxa encobre um aspeto característico e marcante da sua masculinidade biológica. Este (des) fazer do género permitiu-lhe investir nas marcas da feminilidade que desejava implicar. Um nexa que está igualmente presente nos outros casos. A remoção dos pelos, o uso de maquilhagem ou de vestidos, etc., são práticas que permitem demarcar o feminino – concebido e construído a partir do masculino, o neutro e universal. Os marcadores do *modelo dual* que fundamentam a dicotomia entre macho e fêmea parecem facilitar (ou tornar menos complexa) a transformação complementar nos casos de *aproximação* ao masculino. Foi também nessas trajetórias de género que encontramos um maior recurso às técnicas de substituição.

A substituição no corpo

O subprocesso de substituição do corpo genderizado compreende todos os casos em que a transformação da corporalidade seguiu a via médica. Apesar de parcial, a *substituição* surge como prática necessária ao bem-estar corporal para Lé, António, Jim, Lake, Samuel, Dinis, Noa, Denis, Ash e Sandy. Recorrendo também aos subprocessos acima descritos para a expressão de uma pertença alter-

nativa de género, seguiram a via médica para transformar os marcadores biológicos distintivos. E tiveram uma melhoria corporal significativa a partir do momento em que começaram em hormonoterapia (Lé 19/2012, Dinis 24/2012 e António 24/2013) ou realizaram alguma cirurgia (Samuel 31/1998, Jim 26/2002, Sandy 46/2012, Denis 24/2013, Ash 31/2013, Lake 40/2015). Idealizando predominantemente uma imagem corporal mais próxima da masculinidade, justificam o recurso à transformação médica pelos sentimentos pessoais de rejeição corporal e/ou o peso do «*misgendering*» (atribuição equivocada de género) nas interações sociais. Como diz Lé:

[...] eu iria ficar reduzido a um número de três amigos que realmente me vissem como homem ou como não mulher. É muito complicado este conceito para a generalidade das pessoas com quem eu tenho de me dar no resto da vida. E isso cria um mal-estar tão grande... Ou seja, não é um bocado tipo: «Ah yah, eu estou a fazer isto só para me adaptar à sociedade...» Isto deixa-me mal comigo a um ponto que é insuportável. Ou seja, a minha relação com o meu corpo eu consigo perceber racionalmente: eu ter a mastectomia ou não; ou eu ter um pénis ou não, não faz de mim menos homem. Mas na verdade no dia a dia não funciona assim! E isso percebe-se com as microagressões que se vão sofrendo. Ou seja, é tudo muito bonito na teoria, mas depois na prática é um mal-estar tão grande de nunca ser visto como eu, que: «Ok. Façam o que quiserem!» [Lé, 1993, PT].

Estes exemplos de práticas de construção da corporalidade apontam para o peso que a oposição entre masculino e feminino continua a ter na incorporação do género. Mesmo pertencendo a um género não exclusivo, a substituição (parcial) de elementos corporais reprodutivos foi necessária em metade dos casos para atenuar e melhorar a satisfação corporal. Foi também através da implicação e ocultação dos mesmos marcadores que se (des)fez o género de modo complementar. Até as técnicas de eliminação corporal do género incluíram o recurso (simultâneo) a esses mesmos marcadores. Excetuando a redefinição – em que efetivamente se procura um descentramento da visão dicotómica e antagónica dominante – os restantes subprocessos baseiam-se de algum modo nessa separação entre o que é corporalmente feminino e masculino. Um eventual resultado de ter o corpo «certo» na sociedade errada?

«Nasci na sociedade errada»

Contrariamente à visão «clássica» de migração de gênero, para as 19 pessoas deste estudo o gênero é definido na vertente construtivista (e não na essencialista). Ou seja, gênero não significa o mesmo que sexo e é uma construção social. Não existe nenhuma «essência» genderizada, o gênero é categórico, uma modalidade de regulação que é variável no tempo e nos espaços. Apesar de o gênero ser (des)feito em primeiro lugar a partir da esfera pessoal, os relatos convergem na responsabilização da sociedade. Mesmo considerando o «social» em sentido alargado ou estrito, reportando-se à dimensão da performance ou da expectativa, as variantes narrativas destas/es/istes participantes são unânimes numa conceção do gênero que tem por referência o domínio *social*. Ao contrário do que vimos no arquivo digital, em que a identidade e a esfera pessoal prevaleciam sobre as outras definições. Assim, independentemente das variantes na vida contada, a alternativa narrativa a ter «*nascido no corpo errado*» é para todas/os/es a de ter «*nascido na sociedade errada*». O equívoco é o da construção social, da convenção que não permite ver que:

- não existem só dois sexos/gêneros; e
- nem todas as pessoas têm de ser exclusivamente masculinas ou femininas;

A distinção entre sexo (macho/fêmea) e gênero (masculinidade/feminilidade) também surge em alguns relatos narrativos. Mas mesmo nesses casos, o gênero é abordado a partir do domínio «social» e dos seus aspetos normativos e interpretativos. Como vimos antes, o corpo assume-se principalmente como um objeto de exploração «laboratorial» do gênero. Essas experiências são alvo de uma prestação de contas e de processos de (auto/hetero) regulação e legitimação que interferem na relação com o corpo e nas trajetórias de gênero. Em geral, estas narrativas concorrem para refutar as normas socialmente construídas que naturalizam o binário de gênero. Isso é evidente na narrativa de Lé, quando diz:

Ou seja, eu nunca me senti homem necessariamente para o resto da minha vida, não é uma coisa que eu sinta! Ou seja, se eu tiver que definir forçosamente eu não sinto nem uma coisa nem a outra, não...

Estou-me nas tintas! Não quero saber. O problema é: como é que se gere isso com a sociedade, com as pessoas lá fora [Lé, 1993, PT].

Como já tínhamos visto, Lé aponta para a relevância da negociação com os «outros». Com o outro generalizado que impõe «forçosamente» uma escolha entre dois, que obriga a manipular a sua pertença, a esconder-se ou a ser discreto. A necessidade de se conformar ao binário para não ser irreconhecível. O «sentir-se» não é o problema mas sim o ser «sentido» do mesmo modo que experimenta o género (de forma não exclusiva ou não antagónica). O que precisa constantemente de ser gerido, negociado, manipulado, reconfigurado para Lé é a possibilidade de não se sentir «homem» (ou «mulher», que também não o define).

Este *outro* (generalizado, fantasmagórico ou particular) que exige, ou com quem se negocia uma expectativa de «encaixe» nas chaves interpretativas existentes, tem um grande peso nas narrativas de transgressão não binária. Como diz Jim, a «perceção» dos outros tem importância, especialmente nos significados atribuídos ao corpo:

Estar preso no corpo errado sinaliza [*signals*] que há algo muito interno, tudo isso está a acontecer [*going on*] e o mundo não tem nada a ver com isso [...] Em segundo lugar, também o que acontece [*happens*] com «estar preso no corpo errado» é que emprega [*uses*] a ideia de que pessoas transodeiam seus corpos e se desprezam a si mesmas e aos seus corpos e, obviamente, as pessoas trans têm uma relação complexa com seus corpos, mas eu diria que é o que o corpo significa para a sociedade que é o problema. Portanto se as pessoas por exemplo odeiam os seus seios, é por causa do que os seios significam para o mundo e obviamente que isso torna-se internalizado e passas a odiar o teu corpo, mas não precisamos perder de vista [*lose sight*] esse aspeto social do género e as perceções das pessoas sobre ti importam [*matter*]. Algumas pessoas não odeiam os seus corpos, algumas pessoas estão bem com o que elas têm, elas só querem que o mundo as trate de uma maneira diferente em relação ao que estão a experimentar [*experiencing*] e têm todo o direito de pedir por isso [Jim, 1976, UK].

Para Jim, o significado do corpo para a sociedade (incluindo a sua internalização) implica não só uma responsabilização individual da

experiência transgênero como a reiteração das normas binárias. Ou seja, é *suposto* odiar-se por não se corresponder ao corpo desejável; é *suposto* que esse corpo seja sexuado segundo a oposição reprodutiva (macho ou fêmea). O problema está, portanto, na percepção e no reforço dos corpos através das possibilidades interpretativas (um *ou* outro), baseadas no *modelo dual* da biomedicina. Mesmo admitindo a complexidade da relação corporal por parte das pessoas transgênero, para Jim é a experiência «social» que tem de ser problematizada. Questionada no sentido da interpretação *possível* do corpo e das consequências para a sua leitura.

Os efeitos de previsibilidade da narrativa *nasci no corpo errado* – que prescrevem a experiência transgênero segundo as normas convencionadas – perdem-se contudo na alternativa *nasci na sociedade errada*. Isto porque a possibilidade de interpretar o corpo de outra forma é tanto mais periférica quanto «contrária» à percepção comum de que existem ou podem existir outras corporalidades e significados atribuídos ao corpo.²⁵ Como refere Jim, a experiência transgênero e não binária vai muito além de uma relação disfórica ou de rejeição com os seus corpos: boa parte destas pessoas «estão bem com o que têm». Para si são essa percepção dos outros e a necessidade de um tratamento diferenciado face ao problema com que estão a lidar que caracterizam o processo. O que *revela* a não correspondência à interpretação (prescrita e naturalizada)²⁶ do corpo é a insuficiência dessa grelha para representar a realidade. Jim defende que é essa convenção social que necessita de ser transformada para incluir outras possibilidades reconhecíveis – um tratamento ao qual «têm direito».

²⁵ Como vimos anteriormente, a «redefinição» parcial dos termos é uma das estratégias interpretativas para a reconfiguração de corporalidades além da visão antagónica e reprodutiva. Por exemplo «pouco peitado» (*very small breasted*) é um termo usado por Sandy para se expressar relativamente ao seu corpo, transformando os sentidos através do recurso a peito como adjetivo e não como substantivo.

²⁶ Ou seja, na sua conceção anatómica e reprodutiva. Apesar de a variabilidade dos corpos não depender somente das características sexuais (primárias e secundárias) com que se nasce, as suas representações e possibilidades interpretativas tendem a basear-se na separação *dimórfica*. Ou seja, mesmo que encontremos «mulheres» com 1,90 cm ou «homens» com peitoral volumoso, a variabilidade é «purificada» de modo a manter a separação, alvo de interpretação (naturalizada) (R. W. Connell 1987). E, apesar dos avanços e da eventual mudança de paradigma rumo à complexidade da biologia sexuada, nas grelhas interpretativas do corpo e do sexo relatadas pelas/os/iles participantes ainda prevalece o *modelo dual*.

Estas conceções do corpo são tão ubíquas que várias das pessoas que procuraram tratamento médico (ou que começaram a descoberta por esta via) admitem ter usado a narrativa *nasci no corpo errado* numa fase inicial. Não dispondo de outras grelhas interpretativas para questionar a norma, principalmente para quem começou o processo de descoberta através do acompanhamento médico, essa foi a primeira explicação encontrada. Como nos diz Sandy:

A frase «preso no corpo errado» não é uma frase que eu use. Certamente agora não. Eu terei usado num determinado ponto e certamente quando era criança... Eu não tinha nenhum outro modo [*any other frame*] de pensar sobre isso. Eu estou no corpo certo porque sou eu [*I'm me*] [Sandy, 1966, UK].

O distanciamento de Sandy face à narrativa clássica resulta de um longo processo de aceitação de si próprio. No caso deste participante, as transformações médicas que realizou melhoraram a sua autoimagem e a sua relação corporal. Não obstante, a corporalidade resultante (e desejada) continuou a não corresponder à conceção naturalizada. Além disso, o que Sandy nos diz é que era essa narrativa que não se adequava ao seu sentido de *self*. «*Eu estou no corpo certo porque sou eu*» e não por causa da visão dominante sobre o que é o *corpo certo*. No fundo, para Sandy relaciona-se com a autenticidade (manter-se diferente) e com os diálogos entre si e os imaginários sociais do género incorporado. Eventualmente por causa do confronto com a modalidade explicativa do corpo errado, as variantes narrativas *nasci na sociedade errada* são mais explícitas nos relatos de quem foi acompanhado pelos serviços médicos. Mais implicitamente, também têm eco junto das/os/es restantes participantes, nomeadamente Domingas:

Daqui a 200 anos é possível que a sociedade esteja preparada para... eu... ir às compras, tanto de saltos altos e de vestido, como de ténis e... calças de ganga. [...] Portanto eu acredito que isso venha a ser possível, e nessa altura fazia sentido eu ser uma pessoa legalmente bigénero. Mas até lá não... portanto não... [...] Ou seja, até porque há um limbo muito, um nicho muito pequenino de pessoas que de facto são respeitadoras [Domingas, 1982, PT].

Tal como vimos nos outros relatos, também Domingas refere a necessidade de respeito e de tratamento a partir de outras possibilidades de perceção e interpretação. Vislumbra contudo esse reconhecimento tolerante num horizonte longínquo («*daqui a 200 anos*») e inalcançável face à sociedade que conhece e que não permite «fazer sentido» de pessoas bi-género.

A possibilidade de ser dois ou de não ser exclusivamente feminino *ou* masculino é outro dos elementos comuns nas 19 narrativas em análise. O que as/os/les participantes contestam é, precisamente, a visão de exclusividade presente nas conceções essencialistas e antagónicas da dicotomia homem/mulher ou masculino/feminino. Ao desconstruírem a exclusividade como princípio, concebem outras possibilidades de pertença ao género além da feminilidade (ênfatisada) e da masculinidade (hegemónica). Nomeadamente, refutar as regras que vinculam o nexó sexo-género-sexualidade num significado único e em que se baseia a oposição. E um dos processos de redirecionamento, como vimos, baseia-se na ênfatisação narrativa da autenticidade. Para Jim, a entrada numa comunidade transgénero significou o acesso a outras possibilidades de se ser masculino. Caracteriza esse momento como «iluminado» (*lightbulb*):

Foi sobre ver um grupo muito muito diverso de pessoas transmasculinas e perceber: se eles podem fazer isso, então eu posso fazer isso e também eu não tenho que fazer isso dessa maneira, eu posso fazer da maneira que mais me convier [*suits me*] [Jim, 1976, UK].

A perceção de outras práticas de género representa para Jim uma descoberta que o faz questionar sobre a sua própria masculinidade. A alternativa à visão antagónica é construída para ele, tal como para as/os/les outras/os/es, a partir de uma narrativa de adaptação ao *self*, de um sentido «autêntico» de expressar o género. Uma demanda da autenticidade que remete para a esfera pessoal do género e frequentemente para os níveis simbólico/discursivo e performativo nestas 19 vidas contadas. O mesmo participante refere, nomeadamente, que a «autorização» para ser quem é ocorreu sobretudo após a conclusão das transformações corporais. Numa lógica narrativa em que o plano material precede o simbólico e o performativo. Jim precisou de alcançar uma posição de género reconhecida para depois a poder refazer:

Eu acho que agora tenho permissão para mais feminilidade e que isso é razoavelmente comum com os gajos [*guys*] trans. A testosterona é uma hormona bastante poderosa de várias maneiras e porque significa masculinidade para o mundo, você depois tem permissão para desmasculinizar [*de-masculinise*] aspetos das suas performances de género [Jim, 1976, UK].

A possibilidade de se poder expressar de forma mais «incongruente», de poder ir além de uma masculinidade – tal como ela «significa» «para o mundo» – tem portanto um *timing* para Jim. Estas práticas estão incluídas numa tradição normativa que, como diz, é comum entre os seus pares. Aproximar-se de um género mas manter-se a uma distância relativa das expectativas de reconhecimento. Uma distância que é contada a partir da singularidade de cada um/a/e. Também para Lé esse consentimento para desfazer a masculinidade só ocorre depois de uma masculinização hormonal:

Eu percebi que mesmo que eu, nos dias em que eu me sentia homem dizia «sinto-me homem», a transfobia era tal por parte das outras pessoas, elas não me tratavam como «ele»... [...] Depois decidi tomar testosterona numa de: «Agora vão ver-me como gajo! Ah!!» E depois de «Ok, agora vou ser mais feminino e vou experimentando ser o mais feminino e ver também as ambiguidades de género parecendo... Tipo, tendo barba ou assim, como é que posso...» [Lé, 1993, PT].

Como referem Lé e Jim, a possibilidade de expressarem e revelarem a ambiguidade existente na oposição binária requer um investimento inicial noutros marcadores da diferença. Particularmente no caso de quem passou pelo processo de reconhecimento legal do género, foi apenas quando essa «fase» acabou que se sentiram autorizados/as/es a romper com as conceções mais antagónicas do género.

Por sua vez, para Samuel a autenticidade é um permanente *becoming* que se vai coconstruindo na comunidade à medida que os significados sobre o género e sobre ser transgénero se redefinem:

Eu estou consciente [*mindful*] da linguagem que eu uso, mas eu não sou excessivamente rigoroso [*overly precious*] com a linguagem que é usada para comigo, desde que seja respeitosa. É algo que eu continuo sempre a rever, pois está a mudar tão rápido neste momento. Então,

há dez anos atrás eu posso ter-me descrito como algo completamente diferente ao que eu me descrevo agora e eu provavelmente vou estar a usar algo completamente diferente daqui a 10 anos [Samuel, 1967, UK].

Para Samuel, a crescente visibilidade e a partilha das narrativas e experiências transgênero e não binárias não teve apenas um efeito de constante mudança. Essa transformação tem sido evolutiva. Porque não se posiciona exclusivamente como «homem», a sua experiência de autenticidade apresenta-se como um ponto de partida para a mudança social necessária, seja no interior da comunidade ou fora. Para si, é uma conceção diferenciada do género que poderá capacitar a mudança das grelhas existentes. A sua pertença não exclusiva dá-lhe ferramentas, como diz:

Se eu estou dentro da comunidade trans, eu provavelmente não direi homem, porque mais uma vez há justamente aquele pequeno elemento de reconhecimento enquanto um homem trans. Eu estou numa posição de começar a mudar o que o homem significa na sociedade e eu sinto que é algo que precisa mudar um pouco, desafiar alguns desses estereótipos e coisas desse tipo. Também parte da bagagem patriarcal que vem com isso [Samuel, 1967, UK].

A «posição» a que se refere Samuel é um lugar a partir do qual pode exercer influência na transformação das conceções da masculinidade. Analogamente às outras pessoas deste estudo, a sua narrativa associa-se à «bagagem patriarcal». A par da contestação da exclusividade, todas/os/es relatam os efeitos do antagonismo de género, designadamente a perpetuação das opressões e privilégios embutidos no par masculinidade dominante/feminilidade submissa. Nas 19 narrativas encontramos uma conceção da masculinidade como «tóxica», «opressora» e «neutra» e da feminilidade como «subordinada» ou «demarcada», cujo valor deriva particularmente das distinções estéticas e expressivas. Entre outras coisas, a feminilidade assume importância pela incapacidade de se fazer ouvir, pela ausência de liberdade, de confiança e dos privilégios comumente atribuídos à masculinidade hegemónica (R. W. Connell e Messerschmidt 2005).

Apesar de as/os/es participantes partirem de uma visão relativamente comum sobre as questões da dominação, as explicações

que dão relacionam-se mais com a atribuição de género conferida à nascença. Por parte de quem se esperava o feminino encontramos maioritariamente a referência à feminilidade como uma arma (feminista) para combater essas opressões e/ou como uma expressão necessária para (des)fazer o género. Excetuando Lou, cuja narrativa se posiciona «fora» destas questões da dominação de género – um problema alheio – as restantes 12 pessoas que vivenciaram expectativas de conformação à feminilidade posicionam-se deste modo. Mesmo quando a feminilidade é rejeitada corporalmente e/ou quando é sinónimo de desidentificação, referem-na como importante pela possibilidade de desconstrução da masculinidade hegemónica, como um parâmetro alternativo do género. No fundo relaciona-se com aquilo que Lé e Jim referiam, o processo de (des) fazer a masculinidade através de uma «masculinidade feminina». Uma capacitação da feminilidade como instrumento de desconstrução da visão antagónica do género. Encontrámos, aliás, frequentemente nestas 19 narrativas a alusão à importância expressiva e estética que a feminilidade representa através de menções às curvas, à necessidade de maquilhagem ou ao uso de roupa que transmitem «exclusivamente» o feminino. Mas de quem se esperava o feminino esta dimensão (total ou parcialmente rejeitada) coexiste com a visão da feminilidade como instrumento político.

Já no caso de quem se esperava o masculino, a feminilidade é descrita somente a partir do seu significado estético ou expressivo. Para Ana, Grace, Alex, Nelle, Domingas e Xuxa, a componente estética e expressiva da feminilidade foi a porta de entrada para um posicionamento de género transgressivo mas representou simultaneamente a interdição a uma performance da masculinidade hegemónica. Nestas narrativas o que é evidenciado é o facto de a performance de género ter sido constantemente encarada como alternativa, como não exclusiva. No caso de Xuxa, Grace e Domingas, encontramos uma desconstrução *paralela* da ideia de exclusividade: a masculinidade é vivida quotidianamente, ao passo que a feminilidade é vivida contextual e esporadicamente. Para estas/estes três participantes, a assunção dos privilégios masculinos não é questionada. Os seus géneros são desconstruídos a partir da preferência por uma estética tipicamente feminina. O «gosto» pela performance do feminino é relegado para um segundo plano – não menos importante – que não só implica um planeamento prévio dos espaços da experiência como reitera em

grande medida uma feminilidade enfatizada. Apesar das pertencas alternativas, (des)fazer o género mantém-se em grande medida balizado pela oposição. Ou seja, mesmo dispondo de um género não exclusivo, as performances de Xuxa, Grace e Domingas baseiam-se sobretudo nas práticas hegemónicas. Esta coexistência entre a masculinidade e a feminilidade está sobretudo relacionada com o desempenho do género na modalidade oscilante, pela via do *cross-dressing*:

Nós somos, nós, nós mulheres, somos em tudo muito mais exigentes e... e exageradas, do que vocês mulheres [cisgénero]. Em tudo, acredita. Por um motivo simples, é que nós não somos mulheres [cisgénero]. E sabemos que não somos. Queremos ser. [...] quando chegamos a este ponto, a *cross-dresser* está no seu processo de amadurecimento. E com a necessidade de se sentir mais feminina, ou com uma *toilette*, ou com uma maquilhagem, ou com uma imagem, uma expressão, qualquer coisa [...] no modo feminino, se és um modo feminino, assumimos o papel inteiramente feminino. Sempre, só. [...] de modo masculino, aí assumimos o papel masculino [Xuxa, 1956, PT].

Para Xuxa, tal como para Grace e Domingas, mais do que a questão da indumentária tipicamente feminina, é sobretudo o «prazer» de a usar e da preferência pelo uso de artefactos associados ao feminino. Nestes casos a oscilação entre as duas pertencas legíveis requer um maior investimento nas grelhas interpretativas, traduzindo-se indirectamente pelo reforço das práticas de género dominantes.

Por sua vez, para Ana, Alex e Nelle, a desconstrução do género implica uma constante negociação das performances alternativas que desempenham porque é vivida quotidianamente. Uma desconstrução *negociada* da ideia de exclusividade que está interdita à partida. Como diz Ana:

Eu desde pequenina que sempre adorei, adorei, adorei bijuterias. E roupa de mulher em geral porque, admitamos, é extraordinariamente mais bonita! [risos] [...] a minha relação comigo era uma certa desconstrução do género em que reiterava comigo mesma que só por ser um «rapaz» não havia nada que me impedisse de aceder a certas coisas que eram de «mulher». Era esse o discurso que eu utilizava comigo mesma. E foi assim que comecei a desconstruir o género! [risos] Sem querer [Ana, 1997, PT].

A narrativa de Ana mostra como parte da desconstrução do género é feita a partir de uma noção de semelhança. Ser «rapaz» não podia ser impeditivo do acesso às coisas de «mulher». A oposição é negociada a partir da complementaridade. Contudo, isso equivaleu nas vidas de Ana, Alex e Nelle a uma interdição *a priori* dos privilégios da exclusividade. Tal como Xuxa, Grace e Domingas, a matriz para (des)fazer o género também parte da preferência pela feminilidade, mas nestes três casos traduz-se numa explicitação partilhada e mediada da masculinidade que é vista como marginal porque não alcançada ou completamente desempenhada.

Para quem se esperava o masculino, a perceção do desempenho de uma masculinidade marginal é encarada negativamente por todas/os/es porque também sofreram, a sós ou pelo reforço das expectativas de exclusividade, a feminilidade com um fardo – o peso da subordinação simbólica do feminino.

Já para quem se esperava a feminilidade, vemos precisamente a defesa de uma masculinidade feminina como o meio para desconstruir o género na maioria dos casos (11 em 13). Em vez de constituir uma incapacidade em corresponder ao género atribuído à nascença, a feminização da masculinidade é vista como caminho para desfazer o género e revelar a ambiguidade latente nas conceções antagónicas. Neste âmbito, Almeida (2015) refere precisamente que o futuro da igualdade passa pela afirmação das masculinidades feministas – independentemente da sexualidade – porque não há condições para defender uma identidade de género (a masculina) baseada nuclearmente na assimetria de poder. Ou seja, na exclusão e na desvalorização do feminino (contaminado, vigiado e controlado). Nesse sentido, para a maioria das/os/les participantes de quem se esperava o feminino e que chegam a uma pertença não binária – especialmente nas trajetórias de *aproximação* –, a masculinidade feminina é um modo de alterar os parâmetros e a relação assimétrica.²⁷ Neste grupo também encontramos dois posicionamentos face aos privilégios da masculinidade hegemónica. Excetuando Selma, Lake e Lou, as/os/les restantes participantes abordam claramente

²⁷ Uma perspetiva do poder que se associa em parte a conceções feministas de emancipação, *i. e.*, com o poder-por-entre (*power-within*), ou seja, uma capacidade de transformação interdependente (a si e a outros) em detrimento de modalidades de poder «masculinistas», hierárquicas e controladoras, patentes nas conceções do poder-para e poder-sobre (Allen 2016).

o confronto com a estrutura hierárquica fundada pela oposição binária.²⁸ Nas narrativas de Dinis, António, Samuel, Jim e Denis o que prepondera é o reconhecimento desconfortável dos privilégios da masculinidade. A partir do momento em que as suas performances se aproximam do masculino, passam a ser mais «respeitados» e as interações assumem outro tipo de expectativas. Para Dinis, por exemplo, a assunção de privilégios foi muito clara quando alterou o nome e o género no *LinkedIn*® e recebeu no espaço de um mês duas ofertas de emprego. Tal como as/os/les outras/os/es, Dinis sente desconforto com o acesso diferenciado. Um privilégio que só se torna visível quando dele passa a ser esperada a masculinidade:

Eu antes era interpretado como uma mulher e agora a maior parte das vezes sou interpretado como rapaz e noto que tenho algum privilégio nisso. Porque vivemos numa sociedade muito sexista e há muitos pormenorzinhos que fazem a diferença toda [Dinis, 1989, PT].

Como refere Dinis, este «sexismo» implícito está inscrito nos modos como se é interpretado e tratado segundo um dos dois géneros reconhecidos. É no momento em que este se aproxima do «outro» polo, que a norma social que antagoniza e hierarquiza a masculinidade sobre a feminilidade é explicitamente revelada, que se apercebe dos privilégios adquiridos.

Por sua vez, Noa, Micha, Lé, Ash e Sandy também reconhecem privilégios. Contudo, referem-se ao acesso a privilégios como uma oportunidade para (des)fazer o género. Enquanto no primeiro grupo vemos um reconhecimento desconfortável, neste segundo grupo o privilégio masculino é encarado como uma ocasião propícia para a ação. Estas seis narrativas falam-nos de uma masculinidade «superada» que também inclui o feminino e que se serve do privilégio para desconstruir as conceções antagónicas. Sandy, por exemplo, contesta a existência de um «verdadeiro eu» essencialmente masculino mas não a sua coerência ou capacidade de ser ele próprio de modo harmonioso. Narra o seu modo de desfazer o género através das perceções

²⁸ Selma e Lake referem-se à masculinidade no plano das expectativas e daquilo que caracteriza a «expressão masculina» sem contudo aprofundarem explicitamente a questão dos privilégios. Já Lou, como referimos, abstém-se desse assunto por considerar que o género não é um «problema seu».

dos outros e daquilo que pode fazer a partir da sua posição como transmasculino:

Eu não tenho essa ideia de que há um mim nuclear real e verdadeiro [*one real authentic core me*], sabe? Eu tenho muitos aspetos para mim e enquanto alguns deles podem ser percebidos, ou muitos deles podem ser percebidos como sendo tradicionalmente masculinos, há também muitos outros aspetos de mim que não são; que são mais estereotipicamente femininos. Que a minha capacidade de empatia e comunicação e tipo coisas interpessoais... Eu acho que habitualmente seriam percebidas como qualidades mais femininas, mas... Eu suponho que aquilo que eu me vejo e que vejo os outros homens trans a fazer efetivamente [*actually*] muitas vezes é também redefinir o que a masculinidade realmente [*actually*] significa [Sandy, 1966, UK].

A experiência transgénero legítima na aceção de Sandy não implica vê-la como incontestável ou como fundamentada numa essência masculina. Tal como para a maioria das/os/es participantes deste estudo, é precisamente a capacidade de pôr a descoberto as contradições e naturalizações da oposição antagónica que é enfatizada por este participante. E a redefinição e a reconfiguração das narrativas como alternativas para contar a transgressão de género estão presentes em todos os relatos. Para além das diferenças existentes nas matrizes e grelhas de leitura das quais se parte para interpretar e (des)fazer o género, estas narrativas têm em comum a perceção de uma alteridade (incluídos/excluídos; universal/particular). São relatos da experiência que se baseiam em pertenças de género não dicotómicas ou exclusivas. São uma forma de contar a vida diferente da narrativa clássica do «corpo errado».

Independentemente das expectativas e dos posicionamentos inerentes ao género atribuído à nascença, o que «conta» como transgressivo em todas as narrativas baseia-se no desvendar de uma incongruência no nexa *sexo-género*. A sugestão de dúvida, de ambiguidade ou de androginia é relatada por Ana, Lé, Lou, Micha, Dinis, Domingas, Lake e Nelle, como a principal transgressão da conceção antagónica (naturalizada) do género. Lé e Micha, juntamente com Selma, também relatam a desconexão entre a pertença de género e a sua expressão. A face «visível» dos seus posicionamentos, que pode encobrir ou revelar a não exclusividade.

Outra transgressão de género que muitas/os/es participantes contabilizam como importante, é a referida percepção de uma «masculinidade feminina». Ou seja, a desconstrução da masculinidade através de performances que combinam preferências e atitudes estereotipicamente associadas ao masculino e ao feminino. Para Lé, Lake, Samuel, Jim, Ash, Noa, Sandy, Denis e António este tipo de transgressão concorre para maior tolerância e abertura de outras possibilidades para (des)fazer o género. Uma expectativa de «simetria» nas relações e experiências de género que anula a subordinação do feminino pela complementaridade e multiplicidade, de um (des)fazer do género que contém ambos. Ainda que parta de um referente antagónico – os estereótipos e as expectativas que promovem a oposição –, a coincidência destes padrões é vista como uma forma de ampliar as convenções e os modos de interpretar o género.

Já para Alex, Grace e Nelle aquilo que designam como a percepção de «homem feminino» não possui a mesma capacidade desconstrutiva porque é socialmente interpretado na perspetiva de «personificação» do feminino. Estas performances são vistas e percebidas pelos outros como transgressivas no sentido em que evidenciam uma incongruência do nexos *sexo-género-sexualidade*. A interpretação relatada assume o significado de «homem “vestido de mulher”». É percebida como uma performance que põe sobretudo em causa a relação entre a orientação sexual e a expressão de género. Associações e significados socialmente atribuídos à transgressão que não têm equivalente nas narrativas da masculinidade feminina. Por exemplo, Ash quando se reporta a um passado em que era interpretado como «*rapariga que se apresenta como rapaz*» fá-lo a partir de um posicionamento assumido de «*lésbica butch*». Ou seja, compatibilizando aquilo que é separado na estrutura narrativa anterior. Ash considera «possível» transgredir o nexos *sexo-género* independentemente da orientação sexual porque lhe é permitida ou autorizada a performance da masculinidade. As convenções da expressão de género «toleram» – ou de certa forma neutralizam – aquilo que poderia ser entendido como uma incongruência entre *sexo-género-sexualidade* heteronormativa.

Já no caso de Alex, Grace, Nelle (e também de Xuxa, indiretamente) a transgressão da norma reside no facto de não ser legítimo um «homem» usar indumentária feminina. É precisamente isso

que sugere uma orientação sexual distintiva (que negam veementemente). Como nos dizem, as esferas (da expressão e da orientação) «têm» de ser separadas na performance de gênero porque as heteroatribuições sociais não validam a transgressão do nexosexo-gênero. São goradas as expectativas de reconhecimento social da transgressão efetiva – dessa incongruência do nexosexo-gênero. A interpretação de que são alvo remete invariavelmente para a transgressão do nexosexo-gênero-sexualidade. Este «equivoco» recorrente é demonstrativo da estruturação assimétrica do binário de gênero. Do horizonte que se baseia na naturalização da diferença e na especificação do feminino. Uma masculinidade feminina não é equivalente a uma feminilidade masculina. E as possibilidades de reconhecimento e de reconfiguração social da assimetria parametrizada e codificada só adquirem uma capacidade interpretativa a partir da mudança no neutro universal. Na performance de uma masculinidade fragmentada e plural, complementada pelo feminino. Por sua vez, o desempenho da feminilidade, mesmo que acompanhada do masculino, está protegido e controlado. Uma expressão que requer especificação, discricção e separação da sexualidade para tornar legível a incongruência efetiva.

Estes 19 relatos da transgressão de gênero são demonstrativos das auto/hétero-regulações sobre as práticas e do que é (qualificado como) transgressivo. Também ilustram as margens de manobra e as expectativas de mudança. Apesar de indiretas – porque na perspectiva de quem foi alvo de uma prestação de contas –, as negociações da diferença podem ser estruturadas segundo o potencial «performativo» (no sentido de Butler) que tiveram para as/os/les próprias/os/es. Ou seja, pela capacidade efetiva de certos episódios da transgressão para transformar as expectativas interpretativas. Para reconfigurar horizontes nas convenções e normas de gênero e incluir outras matrizes da experiência genderizada. Assim, como contraponto ao episódio de Lou sobre a alternativa inválida, temos o exemplo de micro-resistência de Denis na sua demanda de um acompanhamento médico adequado às suas necessidades.

Absolver a alternativa

[...] foi terrível, absolutamente terrível, tive que fazer oito consultas com ela. Você deve ter apenas uma ou duas, apenas para verificar se há algum problema de saúde mental subjacente no qual possa precisar de assistência. Ela simplesmente não conseguia entender o facto de eu não querer fazer nenhuma cirurgia genital [*bottom surgery*].

Denis, antes de ser encaminhado para os serviços médicos da especialidade, recebeu um acompanhamento psicológico no hospital que se prolongou por muito mais tempo do que seria suposto. A psicóloga de sexologia continuou a marcar consultas e a questioná-lo pelo facto de não querer realizar uma cirurgia de transformação da sua genitália. Esta pressão para seguir com a trajetória biomédica «esperada» de migração de género bloqueou o seu acesso ao tratamento hormonal e à eventual mastectomia que viriam a aliviar o seu sofrimento. Fazendo-se acompanhar de outra pessoa, Denis finalmente ganha coragem para enfrentar a Psicóloga e fazer queixa da situação:

Não é uma decisão dela, então eu tive que levar alguém lá para dizer «você sabe o que está a fazer, você não está a dar continuidade ao processo [*getting the ball rolling*], você está a ser basicamente uma *gatekeeper*». Foi quando eu finalmente consegui a consulta na Clínica de Identidade de Género [GIC], mas se eu não me tivesse levantado e fosse lá dizer «olhe, isto não está certo», as pessoas estariam bloqueadas [*stuck*].

Ao resistir às expectativas da médica no gabinete, Denis considera que conseguiu abrir caminho para si e para outras pessoas acederem a trajetórias alternativas de acompanhamento e tratamento clínico. Ao invés de reforçar os horizontes esperados do que é «ser transgénero» no contexto médico, impôs confiantemente outras possibilidades de diagnóstico. Para Denis, o consequente encaminhamento direto para a

clínica especializada foi um sinal de que a médica acabou por aceitar a sua trajetória e a de outras pessoas. Mesmo que os serviços de acompanhamento médico de pessoas transgênero no Reino Unido continuem em parte a exigir ou pressionar para trajetórias «migratórias», este episódio indicia alguma abertura em curso. Tal como outras pessoas do nosso estudo (em ambos os países), Denis conseguiu através de um confronto aberto aceder aos serviços médicos para realizar as transformações corporais de que necessitava (e não as que eram «expectáveis»). A sua narrativa relata a «confiança» gradual que, tendo sido indispensável nesse dia em particular com a médica, contribuiu em muito para «chegar» ao reconhecimento de género que desejava e afirmar a sua pertença.

Como ilustra o episódio de Denis, é precisamente no intervalo entre as expectativas de transformação corporal e as alternativas de afirmação da (não) pertença que se tem vindo a forjar o diálogo entre o género *para si* e o género *em si*. A importância da corporalidade na transposição da pertença – de uma intensificação «encorpada» do género – interliga-se com a afirmação da não exclusividade, mas também com o reconhecimento (recodificado) da mesma. Ou seja, com a validação da identificação (com a não pertença) que consiste simultaneamente numa necessidade e num direito, que tem sido amplamente negligenciado/negado.

Reconhecimento

Resumidamente, as possibilidades de reconhecimento da pertença de género não binária têm como primeiro obstáculo uma «incapacidade» de compreensão. Não há intrusão da expectativa na maior parte dos contextos porque as grelhas interpretativas se baseiam maioritariamente na divisão essencial e antagónica entre duas categorias e respetivas correspondências (masculino-homem-macho *ou* feminino-mulher-fêmea). Nesse sentido, as interpretações reportadas remetem frequentemente para a componente discursiva da

interação, para a nomeação. Mesmo com as pessoas que investiram ativamente na androginia verificaram-se constrangimentos interpretativos. Nos casos em que solicitaram o tratamento por nomes próprios e pronomes neutros, impuseram-se obstáculos, forçando a aproximação a um dos polos da dicotomia. São impossibilidades que demonstram bem como os significantes culturais em que se apoia a atribuição e a interpretação de gênero operam para naturalizar a visão binária. A ausência deste reconhecimento constitui, portanto, uma invalidação da pertença.

Para todas as pessoas deste estudo, as interpretações dos outros e sobre si próprias foram uma fonte de validação e/ou rejeição acerca da pertença assumida. Posicionar-se de forma não exclusiva nas categorias discretas e opostas de mulher ou homem implicou, de diferentes maneiras, um reconhecimento transformado nos modos como são vistas e procuram ser vistas. Como vimos antes, envolveu processos de aceitação e de intensificação das suas pertenças de gênero à medida que lidavam com pontos de vista dominantes e particulares que reforçaram as diferenças entre feminilidade e masculinidade. O confronto com os elementos socialmente construídos em que se apoia a divisão antagônica e naturalizada foi vivido como uma transformação reflexiva pelas 19 pessoas deste estudo. Está patente na diferença de tratamento percebida por se desempenhar mais do que um gênero ou por se situar além de uma posição de exclusividade. Uma mudança que tem sobretudo consequências no modo como os posicionamentos são expressos e dados a conhecer, constituindo-se portanto como transformadora. Como refere Grace:

[...] eu vou sair muitas vezes, eu vou sair muitas vezes durante o fim, durante o fim de semana, durante o dia vou às compras, e vou-lhe dizer que... a esmagadora maioria das pessoas não repara que, que é um travesti²⁹ que está ali. Não repara mas também porque não olham suficientemente, porque se parassem para olhar, ao fim de alguns segundos reparavam. Mas isso também tem que ver com o facto de eu me vestir discretamente para essas ocasiões [Grace, 1962, UK].

²⁹ *Travesti* é um termo usado por esta/e participante no sentido britânico, de *transvestite* – transvestir.

Este relato de reconhecimento da pertença é demonstrativo de horizontes de expectativa mais baseados nas potencialidades de desempenho do género do que nos aspetos corporais. Ultrapassam a perspetiva de que é no corpo e nos seus marcadores sexuais que reside a possibilidade transformadora e de validação. O (auto/hetero) reconhecimento da mudança está sobretudo dependente das formas de expressão e nomeação que proporcionam novos modos de tratamento e interpretação de (outra) pertença de género. É no intercâmbio com os outros que o reconhecimento é mutuamente validado ou rejeitado, refletindo um processo de transformação negociado segundo um conjunto de parâmetros passíveis de permitir a interpretação. A mudança de pertença ao género reside, portanto, na capacidade de ser-se interpretada/o/e de uma outra forma, de uma outra codificação.

A interdependência social (e inevitabilidade) dos modos de identificação (Lawler 2014, 180; Bourdieu 2001) reenvia-nos para a conceção alargada de «transição» que abrange mais do que as mudanças corporais evidenciadas anteriormente e a definição estabelecida pelo poder-saber biomédico. Para as/os/les participantes, transitar é ser reconhecido socialmente, resulta na minimização dos elementos corporais e numa maior ênfase no reconhecimento interpretativo. Uma interpretação distintiva que é ilustrada pela negativa neste episódio de António e o seu dilema com as *ambivalências*.

Ambivalências à parte

Eu identifico-me sempre como masculino. [...] Se houvesse algo a meio, acho que havia muito mais gente a pensar nisso. [...] E o que eu acho é que há uma necessidade extrema e um pouco ridícula das pessoas de terem que escolher, porque eu tenho um lado feminino que abraço e gosto do meu lado feminino e nunca vou deixar de me sentir ou de me identificar com o género masculino por ter um lado feminino. Assim como há muitas mulheres que gostam de ser mulheres mas têm um lado muito masculino e por terem um lado muito masculino não deixam de se identificar como mulheres, não é? E eu acho que passa muito por aí. Eu apesar de ter um lado muito feminino identifico-me com o género masculino.

António, ao centrar-se numa modalidade *reconciliadora* de gestão das suas identificações e performances de género procura explicitamente aproximar-se da masculinidade. Traçando um comparativo com outras sociedades de língua inglesa, vê a língua portuguesa como um obstáculo ao tratamento «neutro» e à possibilidade de (des)fazer o género além do binário. Para António na sociedade portuguesa só se pode tratar as pessoas por «ele» ou «ela» e as pessoas têm de ser tratadas por um ou por outro caso contrário «não se entendiam». A linguagem portuguesa neutra é ilegível. A necessidade de aceitação reconhecida é o que fundamenta a «escolha». Os seus questionamentos e identificações de género são secundarizados face à necessidade de ser reconhecido como pertencendo ao masculino. Tal como ocorre noutras vidas deste estudo, António precisa de ser aceite e reconhecido como «membro» legível e legítimo. Apesar de a sua pertença pessoal do género abarcar uma ambivalência, prevalece a rejeição de uma expressão ambígua (duvidosa) que possa pôr em causa a sua performance da masculinidade. A tensão emerge face ao que «escolhe ser» e ao que «precisa» de ser escolhido:

Eu vivo muito a minha vida e acho que as pessoas não têm que... Que me forçar a ter que escolher alguma coisa! Porque acho que tem de partir de mim, não é? Tem de partir de dentro a minha necessidade de ter que escolher alguma coisa ou não. E eu na altura – quando estava a passar por este processo de transição – senti muito que as pessoas precisavam que eu assumisse uma escolha. Elas precisavam que eu dissesse que eu agora era homem, para elas se adaptarem, não é? E eu, obviamente, em certos aspetos da minha vida vi-me muitas vezes forçado a ter de dizer: «Sim, ok!»; «Tenho que escolher, tenho que dizer, tenho que afirmar. Tenho que fazer isto desta forma para que as pessoas percebam.» Haa... Mas a verdade é que não partiu de mim em algumas situações.

O seu investimento «forçado» em práticas que perpetuam a dominação e o privilégio masculino é, no fundo, uma forma de transgressão mais aceitável. No seu processo de transposição

do género acaba por internalizar a necessidade «externa» de se masculinizar, relegando as evidências da sua identificação transgressiva para a esfera pessoal e da vida privada. O que resulta desta prestação de contas a uma performance potencialmente «alternativa» é o constrangimento (e ocultação) das pertenças e posicionamentos de género não binário.

Como temos vindo a assinalar e se torna claro no relato de António, o problema do reconhecimento da pertença de género advém precisamente do dilema entre a necessidade de validação e a reivindicação de uma forma de identificação distintiva. Um obstáculo muito saliente tanto nos momentos de revelação como nos de resistência.

Revelar e reivindicar a pertença ao longo da vida

Analogamente às discriminações de género, as revelações ou *outings* (a designada «saída do armário») foram eventos-chave no desenvolvimento e (re)direcionamento das 19 trajetórias de género alternativas. Momentos de transgressão percebida, neste caso nomeados pelas próprias pessoas. A uma dada altura dos seus cursos de vida, todas as pessoas deste estudo tiveram necessidade de contar, expor, fazer sentido das suas (não) pertenças de género junto dos seus próximos (significantes). Para elas, foi muito importante verem reconhecidas as suas identificações e expressões alternativas de género, especialmente numa fase inicial. Mais tarde, em geral após diversos redirecionamentos e redescobertas (ligados às transformações nos domínios da aceitação e da intensificação), a revelação passa a estar no plano da necessidade (dispensável) – «*a need to know basis*».

À semelhança dos eventos de descoberta e diferença, na reconstituição biográfica não encontramos uma idade típica para revelar a pertença a um género não binário mas sim um momento histórico. Mesmo considerando a variação das 19 trajetórias e apesar de não estar subordinada às descobertas e identificações, o padrão de antecipação mantém-se.³⁰ Estes dados apontam para duas pistas.

³⁰ Importa referir que a reconstrução das biografias num calendário de vida comparativo permitiu testar várias hipóteses em termos da linearidade e das fases

Em primeiro lugar, para a hipótese de um maior grau de tolerância e acesso à informação relativamente ao fenómeno. Apesar das fobias e discriminações, dos «corpos perseguidos», as revelações mais precoces parecem assinalar uma possibilidade de diálogo e abertura que estava vedada nas trajetórias de género iniciadas há mais tempo. Em segundo lugar, para a inevitabilidade de partilhar e conferir sentido conjuntamente sobre as alternativas de género.

Em grande medida tributário das dificuldades interpretativas e/ou problemas de rejeição, o balanço ou vaivém constante na revelação das pertenças alternativas não implicou necessariamente que estas se mantivessem apenas na esfera privativa. Além disso, nos casos de maior coincidência entre os momentos da descoberta-identificação-revelação, o que sobressai é uma importância intersubjetiva do género e o peso da alteridade. Mais do que uma coerência linear efetiva dos cursos de vida, encontramos variações entre estes momentos nas 19 trajetórias de género.

Considerando os episódios que coocorreram e que antecederam o momento da revelação identificámos configurações distintas nestes percursos não binários. Nos sete casos em que houve mais do que uma revelação verificou-se um processo gradual entre os diferentes momentos. As/os/les participantes relatam diferentes razões e consequências dessas revelações. Lou (aos 21/1993), Micha (aos 21/2007) e Lé (aos 16/2009), traçam uma ligação entre a revelação da orientação sexual e a revelação da pertença de género. Apesar de anteceder os momentos de descoberta e de identificação com o género não binário, esta associação é vista pelas/os/es três como se a primeira (a da sexualidade alternativa) tivesse preparado a experiência de revelar outro posicionamento de género. Para Lou isso traduziu-se numa revelação mais facilitada da pertença ao género não binário:

Eu acho que ter uma identidade não binária para mim está realmente calmo e resolvido. Não é algo que eu preciso de ir a um dicionário e procurar bem o que isso significa: «sou eu?». Totalmente diferente da

«esperadas» do curso de vida, bastante documentadas na literatura sobre o tema. Longe de serem lineares ou definitivas, as trajetórias complexas de género revelaram muito acerca dos posicionamentos e dos tempos possíveis para se (des) fazer o género. Aliás, foram mesmo goradas as nossas tentativas de compreensão dos dados a partir de fases, com as vidas vividas a ziguezaguearem por entre os diversos indicadores que definimos. Para mais consultar Merlini (2019).

minha viagem [*journey*] para perceber, quando tinha 21 anos, que era bissexual, isso foi uma viagem! Eu conversei com as pessoas sobre isso. Quando revelei, fiquei um pouco assustado/a [*scared*], sabe? Com as coisas que muitas pessoas experimentam em relação à sexualidade. Mas gênero – trauma absolutamente zero e assim [Lou, 1972, UK].

Já no caso de Lé, com uma trajetória pautada por diversos momentos de revelação, a consequência de contar à família sobre a sua identificação alternativa de gênero resultou na expulsão de casa. Para Grace resultou em divórcio. Apontando para outra tendência, Grace, Xuxa, Jim e Ash relatam um processo de revelação gradual em que a partilha começou primeiro no círculo privado e depois passou para a esfera pública. Jim levou 2 anos e Ash levou 5 anos para assumirem publicamente as suas pertencas de gênero. Xuxa e Grace levaram muitos mais. Esta demora explica-se em parte porque ambas faziam *cross-dressing* em privado e de forma paralela aos seus quotidianos masculinos. A época em que ambas nasceram também teve importância. Mesmo com a maior abertura nos contextos britânico e português, a descoberta e a identificação destas práticas ainda era um assunto pouco conhecido e até um tabu em 1986 (Xuxa, 30) e 1992 (Grace, 30). Xuxa decidiu revelar à família, da qual teve aceitação. Manteve a sua pertença de gênero em segredo durante 20 anos, mais ou menos quando o quarto filho atingiu a maioridade, em 2006. Grace, por sua vez, passou 10 anos a conversar de madrugada com *cross-dressers online*. Quando ganhou coragem para contar à sua esposa em 2002, o seu casamento acabou. Refeita do divórcio, só 6 anos depois e através da participação em espaços LGBTQI é que Grace decidiu sair publicamente e revelar a sua identidade. Em ambos os casos as práticas de *cross-dressing* viabilizaram uma vivência mais privada (ou particular) de um gênero não binário; na modalidade complementar ou de oscilação.

À exceção das trajetórias de Xuxa e Grace, as restantes revelações só ocorreram depois da viragem para o século XXI. Apesar das variações nas formas de identificação e expressão de gênero identificadas nestas trajetórias, a maioria (n=13) revelou a sua pertença apenas uma vez. O cruzamento entre o ano da primeira revelação e o ano de nascimento confirma o padrão de antecipação da visibilidade transgênero e não binária e permite perceber afirmações igualmente mais precoces:

Quadro 3.5. Primeira revelação da pertença de género não binária por ano de nascimento

Participantes	Ano Nascimento	Primeira Revelação	
		Idade	Ano
Nelle	1943	61	2004
Xuxa	1956	30	1986
Noa	1957	44	2002
Grace	1962	30	1992
Sandy	1966	44	2010
Samuel	1967	39	2006
Lou	1972	40	2012
Lake	1975	31	2006
Jim	1976	26	2002
Ash	1982	29	2011
Domingas	1982	21	2003
Micha	1986	21	2007
Alex	1987	27	2014
Dinis	1988	23	2011
Denis	1989	21	2010
António	1989	20	2009
Selma	1992	21	2015
Lé	1993	17	2010
Ana	1997	17	2014

Para quem nasceu até meados dos anos 1970, a primeira revelação ocorreu a partir dos 30 anos de idade. Enquanto a pessoa mais velha na nossa subamostra revelou a identidade de género à família e ao público aos 61 anos (2004) a mais nova revelou-a aos amigos aos 17 anos (2014). Os episódios de revelação implicaram diferentes alvos de partilha e ocorreram uma ou mais vezes. Esta distribuição remete para a diferença de expectativas e de discrição na revelação da pertença ao género não binário. O momento em que se revela e a quem se diz envolve uma validação da trajetória de género e é movido pelo reconhecimento. Contar a Amigos, Familiares ou à «Sociedade» em geral para estas pessoas foi um momento que definiu a passagem entre uma compreensão isolada do *self* e a expectativa (negociada) de reconhecimento por parte dos outros.

Nos casos em que se aplica, a mudança de nome/gênero nos documentos de identificação também foi um evento relevante de reconhecimento e afirmação da pertença de gênero. Do total de 17 casos que mencionam esta prática, 6 mudaram legalmente o nome e/ou gênero nos documentos de identificação, 3 aguardavam o diagnóstico médico para poderem fazê-lo, 2 tinham dúvidas e 6 não o queriam fazer. A renúncia à mudança legal relaciona-se com a contestação dos modos de reconhecimento formais (binários). Dispondo apenas de duas opções para a identificação legal, várias/os/es participantes recusam e/ou questionam o real significado da mudança de nome e de gênero. Como nos diz Micha:

E eu quero mudar o meu BI, apenas para adicionar o nome [«Micha»]. Eu não mudarei o «F» porque a outra opção seria um «M» e isso significa uma série de problemas administrativos para nada [risos] porque estaria errado... Mas eu gostaria de acrescentar o meu nome [Micha, 1986, PT].

Tal como Micha, muitas destas pessoas consideram inclusive que o *disclosing* de gênero nos documentos legais é um critério arbitrário e irrelevante. Entre as que têm dúvidas ou optaram por não mudar os seus nomes, algumas pessoas também não o fizeram porque preferem manter em privado as suas identificações alternativas de gênero. Nomeadamente Xuxa, Grace, Selma, Ana, Domingas, Micha, Lou e Nelle. Este grupo significativo contém mais pessoas de quem se esperava o masculino à nascença e caracteriza-se por uma maior preponderância de posicionamentos de oscilação face ao binário de gênero. À exceção de Sandy – que só alterou o nome aos 34/2000, mesmo antes de uma identificação com um gênero alternativo³¹ –, as/os/les restantes participantes necessitaram do diagnóstico médico para realizar a mudança legal de nome e de gênero.³² Samuel (38/2005), Dinis (25/2013), Ash (32/2014) e Denis (26/2015) alteraram o nome e o gênero nos documentos de identificação depois

³¹ Como nos diz em entrevista, nesse período começava a afirmar o seu gênero de forma ambivalente e encurtou o seu nome mas isso foi «bem antes de uma decisão consciente de transição» [Sandy, 1966, UK].

³² Relembramos que o período de recolha das entrevistas (2015-2017) é anterior à lei portuguesa mais recente do reconhecimento da identidade de gênero, aprovada em agosto de 2018 (Lei 38/2018), que dispensa o diagnóstico médico para o reconhecimento legal.

da aprovação das (modernas) leis de reconhecimento dos respetivos países de origem (Portugal – 2011; Reino Unido – 2004). No caso português encontramos uma sincronia nessas trajetórias de género entre o momento do diagnóstico médico e o momento da mudança legal. No caso britânico verificámos um intervalo de tempo maior, presumivelmente por não existir um sistema integrado de documentação e serem necessárias mais diligências para mudar os documentos de cidadania. Já Noa (52/2009), por ser de origem francófona, conseguiu contornar as regras restritivas dos serviços médicos do seu país de proveniência através do recurso ao diagnóstico português. Só depois de ter realizado as transformações médicas é que procedeu ao reconhecimento legal no seu país de origem.

Para quem mudou ou estava em processo de mudança legal do nome, a escolha foi frequentemente uma inflexão de género do nome próprio de nascimento (como João/Joana, etc.). O recurso a nomes próprios mais neutros (como Alex ou Lou, etc.) é um mecanismo usado por alguns/mas/mes para contrariar o binário de género. Mas existem diversos obstáculos na validação de nomes próprios neutros impostos pelos sistemas nacionais de registo civil. No caso dos pronomes pessoais neutros (como «*they*» ou «*zie*» em língua inglesa ou «*ile*» em língua portuguesa) multiplicam-se ainda mais as barreiras intersubjetivas. De facto, quem tentou usar pronomes neutros como forma de tratamento ao longo da vida acabou por desistir e optar por um dos dois ou, consoante as situações, pelos dois pronomes (ela/ele) reconhecidos.³³ Complicações associadas às práticas de nomeação que demonstram claramente o peso da alteridade nestas 19 trajetórias de género transgressivas.

A nomeação e os sentidos intersubjetivos do género não binário dificilmente se percecionaram como legítimos ao longo das vidas das/os/es participantes. Para quem «testemunha» e reconhece a transgressão, as possibilidades interpretativas de *atribuição* e de *apropriação* do género estão formatadas num horizonte binário. Nesse

³³ Como vimos no capítulo II, a linguagem inclusiva neutra é muito importante para a causa não binária. As possibilidades práticas da sua utilização parecem, contudo, ter maior viabilidade no contexto do ciberespaço em que se assiste a uma multiplicação descritiva (e por vezes dissociada) dos modos de tratamento e de identificação de género. No caso britânico (e anglófono) o recurso ao *singular they* e a formas neutras de tratamento, apesar de também suscitar polémicas, começa a ser mais comum.

sentido, o potencial das transgressões não binárias para transformar os repertórios interpretativos diminui substantivamente.

As tramas do discurso dominante que estrutura o género numa oposição antagónica ultrapassam os contextos microsociais de interação. Podemos ver as linhas orientadoras e divisórias do que é formalmente reconhecido e determinado como a norma, nos direitos e garantias de cidadania asseguradas pelos Estados e nos arranjos institucionais para fazer o género. O *apparatus* em que se organiza o género em Portugal e no Reino Unido ainda não concebe outras possibilidades além da dicotómica. Os «(c)istemas» português e britânico estão estruturados e mantêm a cidadania de género numa lógica antagónica que não inclui sequer a possibilidade de outras categorias alternativas de género. Posicionar-se de modo não exclusivo permanece à margem e/ou com muitas dificuldades de se tornar inteligível.³⁴ Se o (c)istema é «cego» às alternativas e não as contempla, então como é possível resistir-lhe? Até que ponto estas estruturas constroem e «normalizam» aquelas/eles/iles que não inclui? Mantidas/os/es à margem, como podem participar no (c)istema?

É no plano da reivindicação comunitária ou politizada da pertença ao género não binário encontrámos algumas sementes da resposta organizada. E nem todas as pessoas que participaram neste estudo adotaram um posicionamento mais crítico ou (até) combativo. Ao contrário do que encontraram Ekins e King (2006), a combinação entre o pessoal e o político não foi intrínseca nestas 19 trajetórias de género não binárias. De facto, nos casos em que houve uma identificação explícita com o género não binário e a adoção de práticas *divergentes* pela vertente negativa ou separatista (retratada no arquivo digital), encontramos maiores distanciamento e reflexividade em relação ao (c)istema. Mas o pessoal e o político nem sempre se sobrepuseram ao longo da vida, mesmo considerando as diferentes modalidades práticas.

(Des) fazer o género de forma alternativa pela complementaridade, pela multiplicidade ou pela indeterminação não foi equivalente a adotar uma posição política e/ou de resistência a tempo inteiro. Para quem nega/transcende e para quem se aproxima ao binário de

³⁴ Ainda que, como vimos, essa realidade possa mudar futuramente se Portugal e/ou o Reino Unido adotarem o paradigma legal de reconhecimento indeterminado de género a nível dos marcadores de registo.

gênero, o investimento em formas de resistência variou consoante os contextos de interação. Para quem oscila de gênero, o posicionamento é frequentemente mais focado no apoio «para dentro». Como estas pessoas mantêm uma separação clara entre as suas diferentes pertenças de gênero, tendem a expor-se menos publicamente e, em simultâneo, a participarem mais como membros/es das suas comunidades de pertença.

São diversos, aliás, os tipos de comunidade³⁵ que proporcionam os encontros com pessoas com pertenças de gênero similares. As comunidades são fontes de informação, de partilha, de apoio e (por isso) também frequentemente de resistência. Mas esta «resistência» varia em tipo e em sentido para as pessoas deste estudo, reenviando-nos para os campos específicos em que se (re)produzem as pertenças ao gênero não binário e aos seus sentidos (com)partilhados.³⁶ Considerámos o conjunto de eventos biográficos relativos ao conhecimento e/ou frequência de comunidades transgênero e não binárias (a), envolvimento no ativismo (b) e posicionamento político (c).

a) Na esfera das relações comunitárias, a «entrada» numa comunidade transgênero ou não binária teve três vias principais: através da participação em iniciativas; através da participação em grupos de apoio; através de semelhantes (outras pessoas transgênero e/ou não binárias). Face ao padrão anteriormente identificado de descoberta, identificação e revelação mais «precoce» para quem nasceu após os anos 1980, esperávamos encontrar a mesma tendência na experiência de participação e envolvimento nas diversas comunidades transgênero

³⁵ Nomeadamente: as comunidades (*online/offline*), direcionadas para a diversidade ou especificamente para uma prática, uma identidade, um tipo de apoio, etc. Entendemos aqui por comunidade, em sentido lato, os encontros coletivos mais ou menos estruturados para a realização de várias atividades que podem estar centradas ou não nas questões *Trans* e cujos graus de politização e ativismo são variáveis.

³⁶ Interessou-nos aprofundar as imersões comunitárias e em coletivos ativistas ao longo do curso de vida das/os/es 19 participantes. Mas, porque os ativismos são minoritários e simultaneamente muito específicos, isolar as trajetórias de gênero deste estudo quanto aos posicionamentos ativistas corresponderia em parte a uma identificação explícita de quem procura intervir na mudança. Em vez de nos determos nos elementos específicos de cada trajetória, procurámos identificar globalmente as várias modalidades de posicionamento e de como estas concorreram para o «lugar» de gênero a que se chegou num determinado momento da vida. Mais do que tipificar trajetórias politizadas, interessou-nos sobretudo compreender como é que estes eventos se interligaram com os posicionamentos assumidos e a sua relação com o contexto e o tempo vivido.

e não binárias. A leitura dos dados em função da idade mostrou efetivamente que nas trajetórias mais jovens o envolvimento ocorreu entre os 20 e os 30 anos, enquanto para quem nasceu antes dos anos 1980 foi mais a partir dos 40 anos. As pessoas mais novas entraram para as comunidades tendencialmente através de semelhantes ou da participação em grupos de apoio. As pessoas mais velhas entraram para as comunidades sobretudo através de organizações específicas.

Como vimos antes, a emergência e a multiplicação de comunidades transgênero no contexto anglófono expandiu-se a partir dos anos 1990 (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Com efeito, excetuando um caso específico, a maioria das/os/es participantes deste estudo começou a participar e/ou a envolver-se mais ativamente nas comunidades no século XXI. Independentemente da via, e apesar de se verificar um padrão etário, não encontramos uma relação clara entre o ano de nascimento e o momento de entrada. Os dados sugerem que, mais do que a época em que se nasceu, o que parece ter feito a diferença no envolvimento comunitário foi a época em que estas comunidades se estabeleceram. E, tendo em conta as particularidades dos ativismos LGBTQI português e britânico, não encontramos diferenças substantivas nestas 19 trajetórias relativamente aos momentos de entrada e no estabelecimento de relações comunitárias. Exceção feita para uma maior preponderância de participantes a residir no Reino Unido que entraram na comunidade pela via das organizações. Uma tendência que estará, eventualmente, relacionada com maior acesso e disponibilidade destes coletivos no contexto britânico.

b) Já na esfera do ativismo especificamente transgênero e não binário identificámos dois tipos de envolvimento em 15 trajetórias: i) a participação (frequente/motivada) em iniciativas ativistas e/ou ii) a filiação a organizações LGBTQI. Em ambos os contextos foi frequente o envolvimento no ativismo através da participação em iniciativas. Mas enquanto nas trajetórias de género britânicas se verifica uma filiação exclusiva a uma organização ou movimento político específicos, nas trajetórias portuguesas foi mais frequente um envolvimento através de múltiplas filiações a organizações LGBTQI. Isso corrobora os estudos sobre o movimento LGBTQI português e a sua particularidade «sincrética» (Hines e Santos 2017; A. C. Santos 2013; Almeida 2010; Cascais 2006). Também nestes casos se verificam presenças simultâneas em organizações favoráveis ao ativismo institucional e em movimentos que favorecem a mudança radical.

O carácter mais recente e reduzido do ativismo português especificamente transgénero e não binário favorece uma coexistência em diferentes frentes (rivais) de ativismo. O conjunto de associações e movimentos portugueses que se ocupam na defesa dos direitos de reconhecimento da identidade de género tem sido fundado e mantido por um grupo pequeno de pessoas que se conhecem pessoalmente e frequentam os mesmos contextos.

De facto, uma breve comparação das trajetórias quanto aos momentos de envolvimento no ativismo ilustra bem as diferenças entre ambos os contextos. Dos relatos de que dispomos, a primeira vez que alguém participa em iniciativas ativistas no Reino Unido remonta a 1997,³⁷ enquanto em Portugal as referências que temos começam a partir de 2011.³⁸ Este hiato de 14 anos não é uma coincidência. Como avançámos no capítulo II, as diferenças temporais no estabelecimento dos movimentos LGBTQI português e britânico tiveram repercussões nas possibilidades de participação e envolvimento no ativismo. E são reproduzidas nas trajetórias a nível da filiação a organizações ativistas portuguesas e britânicas. Com um hiato de 8 anos, a primeira filiação em organizações LGBT no Reino Unido de que temos relato é de 2002 e, em Portugal, de 2010. Estas filiações também se relacionam com uma existência mais tardia do ativismo especificamente transgénero e não binário no caso português.

c) Na esfera do posicionamento político encontrámos diferentes perfis de implicação na mudança que se relacionam com duas abordagens principais: i) a politização «para dentro», uma demanda (intragrupal) de transformação e organização interna da comunidade; e a politização «para fora», a defesa externa (exogrupal) dos direitos transgénero e não binários. No caso da abordagem «para dentro» verifica-se um maior investimento e esforços na criação e manutenção de relações de (não) pertença entre pares ao longo do curso de vida. Ou seja, um maior enfoque no sentido de coesão e organização interna da(s) comunidade(s). No caso da abordagem «para fora» vemos um maior compromisso com agendas de mudança externa, mais engajado na defesa e na conquista de direitos para as comunidades. Para além destes posicionamentos, em quatro

³⁷ Precisamente no ano em que a Marcha do Orgulho londrina assimila a sigla LGBT.

³⁸ Precisamente no ano em que a lei portuguesa, que desburocratizava o reconhecimento da Identidade de Género, foi aprovada.

trajetórias a participação pautou-se sobretudo pela pontualidade, a partir da presença menos comprometida em iniciativas específicas. Nesse sentido, tanto na abordagem interna como na externa verificam-se 15 trajetórias com posicionamentos políticos explícitos e praticados.

Os «lugares de protagonismo» ocupados são diversos, resultando num total de seis tipos de posicionamento adotados ao longo da vida. No contexto britânico são as figuras de «Fundador/a/ie ou Líder de Organização Transgénero» (ao todo 3) e de «Artista Transgénero e/ou Não Binária/o/e» (3) que preponderam. No contexto português são mais frequentes as figuras de «Membro/e de Movimento» (4)³⁹ e de «Disseminador/a/ie *Online*» (2). Em ambos os contextos encontram-se ainda as figuras de «Dinamizador/a/ie de Eventos e/ou Grupos de Apoio» (4) e de «Ativista Transgénero e/ou Não binária/o/e» (4). Em quatro trajetórias estes posicionamentos foram cumulativos e coerentes com a pertença ideológica assumida (nas suas vertentes comunitária, institucional ou radical).⁴⁰ A politização ao longo da vida foi contribuindo para uma inserção específica na comunidade, mais centrada em investimentos para dentro ou para fora. Neste âmbito, as figuras de «Ativista Transgénero e/ou Não Binária/o/e» e de «Disseminador/a/ie *Online*» estão mais associadas à abordagem externa, de luta pela visibilidade e reconhecimento dos direitos não binários.

Por fim, a par do envolvimento na comunidade e do posicionamento político (e «lugares» ocupados), procurámos identificar a relação entre a politização, os envolvimento no ativismo/comunidade e as mudanças de identificação ao longo do curso de vida. Como dissemos, a sobreposição entre as esferas pessoal e coletiva do sentido de pertença transgénero e não binário é frequentemente referida nos estudos sobre estes temas (Hines e Sanger 2010; Hines 2007; Ekins e King 2006). Contudo, a entrada numa comunidade

³⁹ Neste estudo, membro/e de movimento significa uma pertença assumida a um movimento ideológico particular de práticas e/ou defesa dos direitos sexuais e de género de que é exemplo a figura de «Terrorista de Género» ou de «Trans/feminista».

⁴⁰ Ou seja, a partir de posicionamentos: i) mais focados na construção interna da comunidade transgénero/não binária; ii) mais associados aos movimentos orgânicos institucionais que procuram reformar as políticas; ou iii) que investem na transformação radical e nos movimentos de crítica inorgânica ao (c)istema instituído. Ver o capítulo II para aprofundamento.

transgénero e/ou não binário não tem necessariamente de preceder o sentido de pertença e a autodefinição identitária.⁴¹

No caso das 19 trajetórias deste estudo encontrámos uma distribuição relativamente uniforme quanto aos momentos de autoidentificação com uma categoria alternativa de género e a entrada na comunidade. Se dividirmos as trajetórias entre os momentos de autoidentificação de género⁴² e os tipos de envolvimento comunitário, verifica-se o seguinte:

Quadro 3.6. Envolvimento na comunidade e posicionamento no género

	Fora	Abordagem de envolvimento na comunidade			Total
		Dentro	Pontual		
Autoidentificações de género	Antes	2	2	0	4
	Variável	3	1	1	5
	Depois	5	2	3	10
Total		10	5	4	19

Como podemos ver pelos dados do quadro, o posicionamento alternativo de género não se sobrepõe necessariamente ao envolvimento na comunidade, independentemente do tipo de abordagem. As pessoas com participações pontuais ou esporádicas tenderam a autoidentificar-se, mais depois do envolvimento. Há uma maior proporção de pessoas com autoidentificações posteriores à entrada na comunidade, o que corrobora em parte a justaposição identificada nos estudos. Encontramos menos posicionamentos exclusivamente anteriores à entrada na comunidade, mas estes distribuem-se da mesma forma quanto ao tipo de abordagem seguida. O investimento para «fora» ou para «dentro» a nível do envolvimento comu-

⁴¹ Ainda há, aliás, um longo caminho a percorrer para compreender efetivamente os processos de influência política ou comunitária sobre as variações nos sentidos de pertença de género bem como as atitudes face ao género (Lindqvist *et al.* 2018).

⁴² Considerámos o conjunto de autoidentificações de género por participante – que variaram entre uma a quatro vezes (ver o quadro 3.3.). Os casos em que as autoidentificações ocorreram antes e/ou em simultâneo e/ou depois do envolvimento na comunidade estão considerados como «variável».

nitário verifica-se, aliás, independentemente da temporalidade das autoidentificações (e da sua frequência). As variações encontradas não corroboram, portanto, a inevitável politização das possibilidades alternativas e/ou que a autodefinição corresponde invariavelmente a um tipo específico de ativismo.

As circunstâncias e as motivações da interligação entre o pessoal e o político podem assumir configurações muito diferentes. E mesmo as razões relacionadas com os processos de posicionamento político variam ao longo da vida e das trajetórias. Estes posicionamentos são motivados, nomeadamente, por um conjunto de crenças, por filiações radicais, pela ilegitimidade de uma corporalidade andrógina, pela incoerência nos documentos legais, pela impossibilidade de realizar mais cirurgias, pelo constante reconhecimento de não pertença, etc. Mais visível nuns casos, mais discreto noutros, todas/os/es participantes deste estudo referem a necessidade de mudança, de transformar os modos como o género organiza a vida social. Com graus variáveis de participação nos movimentos coletivos, vão defendendo (diferentemente) o reconhecimento de outras formas de (des)fazer o género. Narrativas que apontam para os meios necessários à mudança da «sociedade errada».

Como mudar a «sociedade errada»?

As dificuldades de representação (legítima) do movimento não binário e das pertenças alternativas de género têm diversas fontes: as tensões ativistas existentes (como vimos no arquivo), a ausência de arranjos e regimes de género inclusivos das pertenças não exclusivas, de estruturas simbólicas e linguísticas de género neutras – *i. e.*, que considerem mais do que a divisão exclusiva e dicotómica entre feminino e masculino – ou mesmo de expectativas que reconheçam as possibilidades de pertença além de ou/ou, etc. Ora, um dos aspetos mais salientados por quem faz ativismo pela visibilidade e pelo reconhecimento das causas transgénero e não binárias é precisamente a capacitação da sociedade. É consensual que o equívoco é «externo»: nasceram na «sociedade errada». O corolário deste consenso para muitas/os/es (senão todas/os/es) é que efetivamente a sociedade (em algumas áreas ou na íntegra) tem de mudar. Isso requer, por um lado, maior visibilidade informada das possibilidades alternativas. Moldar e estruturar as perceções genderizadas de maneira fundamental para

incluir outras possibilidades e experiências que permitam reconhecer positivamente quem vive e (des)faz o género além do binário. Por outro lado, a sua compreensão e a sua aceitação requerem limites «inteligíveis» (*i. e.*, perceptíveis, de forma mediada ou imediatamente). Desocultar estas experiências e torná-las visíveis acarreta várias consequências. Nomeadamente, o efeito «aditivo» dos termos chapéus de chuva ao conhecimento acumulado e experienciado do género (binário). Como nos diz Jim:

Eu acho que género é uma coisa dinâmica. Depende de quem está ao seu redor e do que entendem sobre as coisas que estão na sociedade ao teu redor e em torno do género. Então isso permite que tudo permaneça o mesmo e nós realmente precisamos de mudar o mundo, não necessariamente fazer de nós algum acrescento [*make ourselves have some addition*]. Eu perceciono isso fortemente [*feel quite strongly about that*] e que ainda temos um longo caminho a percorrer [Jim, 1976, UK].

Porque o género é essa «coisa dinâmica», muito variável consoante o contexto (temporal e espacial) que eleva ou sublima determinadas diferenças em detrimento de outras, as tais *percepções* ou o reconhecimento do que significa (des) fazer o género dependem sobretudo do *conhecimento*. Das grelhas interpretativas que ordenam e demarcam as práticas genderizadas a partir de parâmetros (no mínimo) ternários, em detrimento de considerar a diversidade como um tema à parte. E na narrativa de Jim, tal como para a maioria das/os participantes deste estudo, está implícito que as pessoas transgénero e/ou não binárias dispõem de uma visão particular e informada sobre estas questões. À semelhança do que encontramos no estudo do arquivo digital, assumem o protagonismo da mudança, da reconfiguração das grelhas interpretativas.

Neste âmbito, Noa, António, Xuxa e Sandy consideram que o facto de representarem a não exclusividade é em si um instrumento de transformação. Ou seja, mesmo que nem sempre se identifiquem ou o expressem explicitamente como tal, os seus desempenhos e entendimentos podem alterar a percepção que as outras pessoas têm sobre o que é (des) fazer o género. As restantes narrativas enfatizam a linguagem como instrumento e estratégia de mudança. Como vimos antes, as formas de comunicação e articulação linguística são tanto a

causa como o objeto de questionamento (e constrangimento) para quem (des)faz o género não binário. A problemática da linguagem e do seu papel na mudança é relatada com diferentes intensidades por i/estes/as 15 participantes. O seu peso ou a sua força dependem dos posicionamentos mais ou menos radicais que assumem face às opressões, invalidações e desqualificações das pertenças de género não binárias. No quadro seguinte apresentamos uma sistematização dos instrumentos de transformação do binário que foram enfatizados nas 19 narrativas:

Quadro 3.7. Sistematização dos instrumentos de mudança do binário nas narrativas

Instrumentos de mudança	Perspetiva	Participantes
<i>Representação legítima da alternativa</i>	A semente da mudança está no facto de não se ser exclusiva/o/e (assumindo-o explicitamente ou não). Na demonstração da alternativa	Noa, António, Xuxa e Sandy
	As palavras podem ser instrumentos de mudança	Alex, Domingas, Selma e Nelle
<i>Linguagem alternativa</i>	As palavras capacitam e provocam mudanças	Lé, Samuel, Jim, Denis, Ana, Micha, Ash, Lou, Dinis e Grace
	A redefinição da linguagem é um meio para a mudança	Ash, Lake, Micha, Ana e Lou
<i>Deslocamento dos sentidos</i>	A mudança ocorrerá com a abolição dos significados do género	Lou e Dinis

As principais fontes de mudança sobrepõem-se em algumas das narrativas porque a reconfiguração do género tem de ser feita a vários níveis. Não são estratégias incompatíveis, porque, como referem Dinis, Ana e Lou, a grelha interpretativa dos significados das práticas de género requer muitas mudanças. Transformações que passem a considerar as possibilidades de complementaridade, multiplicidade e indeterminação. Ou seja, o reconhecimento efetivo da alternativa não binária, não exclusiva nas práticas e conceções de género. As abordagens variam, portanto, entre a representação legítima da alternativa, a comunicação da alternativa, a redefinição do que se entende

por alternativa ou, noutro extremo, a anulação do que é passível de ser (ou não ser) representável.

A abolição dos significados do gênero, mesmo para quem a defende (Lou e Dinis) é narrada no sentido utópico (e não distópico) de uma sociedade ideal em que o «gênero» não é um parâmetro interpretativo, em que o gênero é evitável. Dinis, por exemplo, reconhece a importância do gênero mais pela necessidade de mudança (global) do que propriamente pelas «percepções» e interpretações de que foi e continua a ser alvo. Situando o «gênero» como uma «característica» socialmente atribuída e percebida, circunscreve a mudança interpretativa ao seu posicionamento ativista. Para si o gênero tem mais a ver com visibilidade e «utilidade» do seu ativismo «*queer*» do que com as percepções quotidianas de si (ou os seus significados):

Eu podia até dizer que [o gênero] não tem assim muita [importância] porque, se tivesse assim tanto, a partir do momento em que eu me identificava de uma maneira diferente ou que eu mudava o meu aspeto as pessoas à minha volta iam ressentir-se muito. Eu acho que não se ressentiram nada. Foi um choque inicialmente mas depois não. Mas acho que acaba por se tornar uma coisa muito importante no sentido em que eu tento chamar à atenção e eu tento espalhar... Tento ser um bocadinho ativista. Acho que só por isso é que é importante, porque se não fosse... Se eu não tentasse ser ativista, se eu não tentasse falar sobre o assunto com outras pessoas acho que não... Que não era muito importante. Era só mais uma característica [Dinis, 1988, PT].

Para Dinis, a ausência de um «ressentimento» por parte das pessoas à sua volta é uma evidência de que o gênero *identificável* (ou atribuível) não tem assim tanta importância. A trajetória deste participante foi, aliás, pautada por uma maior liberdade para (des)fazer o gênero no contexto familiar. Até aos 18 anos (quando ocorre o primeiro episódio de violência) não tinha sido alvo de uma forte demarcação ou prestação de contas por não corresponder à exclusividade esperada. A par disso, a *aproximação* de Dinis à masculinidade e a manipulação diferenciada que faz da não correspondência no quotidiano contribuem igualmente para dilatar as possibilidades de uma interpretação alternativa. Ao reservar o reconhecimento a espaços específicos da sua experiência como ativista não binário, para quem

compreende a linguagem que usa e a sua alternativa de identificação, separa os momentos de contestação das expectativas que reiteram a interpretação binária do género.

Este movimento é frequentemente relatado pelas/os/es participantes. Uma reação ao lugar de estigma do qual não querem ser alvos por saberem que as suas transgressões do binário são potencialmente invalidadas, desacreditáveis, ilegítimas. A gestão entre as perceções dos outros e as pertenças não binárias é justificada maioritariamente pela «proteção» (de vulnerabilidades, desentendimentos ou agressões), pela aceitação de si pelos outros e/ou pela «privatização» das práticas para (des)fazer o género. Sendo alvos frequentes de transfobia e binarismo, investem numa negociação discreta, reservam-na para os espaços e os momentos em que encontram uma maior abertura de horizontes, para quando sentem que podem ser protagonistas válidas/os/es de uma reconfiguração das práticas de género.

Neste âmbito, a representação legítima é relatada como fundamental, independentemente dos posicionamentos quanto à mudança e do grau de envolvimento ativista. A maior parte das pessoas deste estudo sente-se responsável pela mudança, sente-se capacitada para «fazer a diferença». Nelle, por exemplo, com uma longa trajetória de vida (e de género), considera-se na obrigação de se esforçar para isso. O seu *poder para* emerge da analogia que traça com outras mudanças a que assistiu e que para si também são fontes de capacitação:

Trans é uma área em que eu posso fazer a diferença. [...] Trans passou a ser a figura do mês [*flavour of the month*] nos *media*. Agora de cada vez que ligas o rádio há uma pessoa trans em algum lugar [*on it somewhere*], o que é bom. Eu pude ver os paralelos entre onde estávamos e o que estávamos a tentar fazer e a comunidade *gay* cerca de 20 anos antes e as mudanças que aconteceram lá, então eu sei que a mudança pode acontecer se trabalhares nisso [Nelle, 1943, UK].

A narrativa de Nelle converge com as restantes na ênfase do *poder para*. Os instrumentos para *desconstruir* o género e/ou para *mudar* a sociedade são salientados pelas/os/íles participantes através de diferentes estratégias e do desvendar de outras maneiras de (des) fazer o género. Alternativas que são também alvos frequentes de

exotismo ou de sancionamento por parte de quem as desconhece ou de quem renuncia à possibilidade de fazer o gênero não binário. Precisamente por assumir diferentes contornos, ilustramos as micro-resistências na transformação do reconhecimento através de dois episódios distintos. No caso de Xuxa, a abertura dos horizontes às possibilidades de (des)fazer o gênero de forma complementar ocorreu inesperadamente.

A importância do estranhamento

[...] estava num bar a falar com uns casais, estávamos no balcão, deixei-os, e fui à casa de banho, fui-me destransformar. Fui tirar toda a caracterização e, meia hora depois, voltei com o saco, com a mala, e eu como estou agora e fui ter com eles outra vez. E encostei-me a eles no balcão, cheguei perto dele e continuei a falar. Eles olharam para mim... e afastaram-se.

Xuxa, ao ser desidentificada por admiradores de *cross-dressing* que a conheciam na sua performance feminina sente-se validada na sua capacidade de se transformar e ser «ambivalente». A participação de «casais de admiradores» é frequente nos encontros de *cross-dressing* que promove. Caracteriza a motivação dessas pessoas para participar pela contemplação da «arte» da transformação. Como é hábito, Xuxa transforma-se *in situ*, procurando manter a reputação da sua performance masculina e protegendo a sua ambivalência. Todavia, revela com entusiasmo esse episódio no bar. Do momento em que se preparava para sair na performance masculina e as mesmas pessoas com quem tinha acabado de estar não a reconheceram:

«Mas que raio?!» Olhei para [nome], a moça do bar que estava do lado do balcão, e ela riu, riu, que ela conhecia-me, e começou a rir, a rir, e eu não percebi. E eu voltei a chegar-me perto dos casais e eles afastaram-se outra vez. E nisto, um dos casais perguntou à rapariga, «olha, a [Xuxa], foi-se embora? Ela não se despediu!». Então é que eu percebi, comecei a rir e disse

«desculpem, não fujam, olhem lá bem para mim» [risos]. E não queriam acreditar que era eu, não queriam acreditar «ah, não pode ser, não pode ser!», «é verdade, sou eu! Eu só fui mudar a minha imagem e agora estava a continuar a conversa e vocês fugiram!» [risos].

Para Xuxa, este episódio marcou-a bastante quanto à sua «*maturidade*» para se transformar. Um sinal claro de que consegue ser bem-sucedida em ambas as performances. No «*meio*» do *cross-dressing* considera que não há mecanismos de exclusão quanto ao desempenho da feminilidade por parte de quem possa necessitar de um maior investimento. Tal como ela, «*há pessoas que têm de fazer um grande trabalho de transformação*» e isso implica uma grande aprendizagem e acesso a recursos. O desvendar da sua performance masculina e a experiência do «desencontro» com os conhecidos não deixa de reiterar as modalidades de regulação normativa do género binário. Modalidades que estão muito presentes noutras narrativas, especialmente das práticas de *cross-dressing*, que mantêm e autoimpõem regras muito rigorosas de separação entre a performance masculina e a feminina. No entanto, a revelação (parcialmente) pública de Xuxa a quem só a conhecia na performance feminina torna visível a ambivalência e a plasticidade do desempenho do género. Um momento de descoincidência das grelhas interpretativas, de estranhamento, do que se «esperava» no género e por parte de «quem» era esperado. Este evento narrado por Xuxa fala-nos por isso da abertura dos horizontes de expectativa a possibilidades alternativas de *atribuição* e *apropriação* do género nesse contexto específico de interação.

De forma contrastante, a transformação de que nos fala Ana remete para outro tipo de reconhecimento. Uma resistência que subverte a oposição binária através da exposição pública, cujos riscos de agressão são tão manifestos como latentes.

A revelação da falácia binária

Houve uma vez que eu estava com uns calções curtos e uns *collants* pretos e estava a descer as escadas do metro e havia um grupo de adolescentes aqui e estava ao telefone com uma amiga e... E oiço os rapazes a comentar: «Aíá “grandas pernas!”» E eu entretanto viro-me e eles baixam todos a cabeça muito envergonhados.

Ana relata vários episódios de assédio em espaços públicos quando é confundida com uma «mulher cisgénero» por estar de costas ou só terem visto a sua silhueta. Reporta-se a um tipo específico de prestação de contas por «aparentemente» estar a desempenhar a feminilidade. Quando as pessoas se apercebem de que ela não é o que parecia ser (exclusivamente feminina), percebeção um choque, uma vergonha.

É extremamente desconfortável, é extremamente desagradável. Eu... Não é que não sofra de outros assédios, porque sofro! Mas raramente... E mesmo assim às vezes têm... Mas raramente têm uma carga sexual, de violência sexual, em termos de... De uma certa cultura de violação, digamos assim. De... Achar que podem mexer-me ou achar que podem simplesmente mandar... Gritar-me coisas sobre mim...

Para Ana isso é equivalente à experiência de misoginia que muitas mulheres sentem, contudo no seu caso o que ocorre é uma subversão momentânea da oposição «esperada». A perceção de misoginia e o risco latente de agressão face à «descoberta» de uma outra possibilidade de (des) fazer o gênero são fontes de vulnerabilidade para si. A manutenção contraditória dos marcadores da feminilidade (cabelo comprido, maquilhagem, vestidos e outras roupas estereotipicamente femininas) e da masculinidade (presença de pelos corporais e faciais e outras características biológicas) fazem com que as suas performances sejam alvo de «ataque» nos espaços públicos. Ana revela que é precisamente a «feminilidade» que a coloca em perigo mesmo quando as suas performances são questionadas desde o início pela ambiguidade que gera. É o

facto de transportar consigo evidências marcadamente femininas que é alvo de demarcação e contestação. O não reconhecimento da sua pertença de género não binária (ambígua) é sentido através do insulto, da invalidação. Da ilegitimidade para (des)fazer o género dessa maneira. A atribuição de que é alvo baseia-se particularmente no seu modo de expressar o género:

E mesmo que não seja por ser percecionada como mulher cis. Ou seja, aquilo que me faz estar em maior perigo na rua, seja eu percecionada como mulher cis ou como pessoa trans é a feminilidade. O quanto mais feminina eu estou em maior perigo me sinto, maior ansiedade me provoca essencialmente pelo perigo.

Ana sente-se em perigo e procura não responder verbalmente às conversas que as pessoas tentam ter consigo por causa das suas performances ambíguas. A sua resposta é «olhar fixamente» para quem a «olha» com um «ar agressivo», «confuso» ou de «nojo». Este tipo de «confronto» tem sido suficiente para demover quem a ataca: *«normalmente baixam a cabeça»*. Apesar de constranger a sua ação e provocar ansiedade, a subversão momentânea que consegue fazer da oposição força os horizontes de expectativa. Ao contrário de Xuxa, no seu caso isso não é equivalente a uma potencial tolerância à transgressão de género por parte das pessoas com quem interage. Apesar dos riscos e das agressões, Ana resiste na sua visibilidade e exposição pública (mais generalizada). No episódio que escolheu contar coexistem processos de distanciamento e identificação do que não está legitimado. Ao mesmo tempo que é rejeitada, a sua performance revela a contradição inerente do antagonismo de género e a falácia binária.

Com a síntese de trajetórias, episódios e narrativas, apresentada neste capítulo, ilustramos os efeitos e os processos de estruturação das fundações do género. Estruturas que permanecem em grande

medida ancoradas num binário antagónico que naturaliza e justifica as possibilidades de reconhecimento nas duas categorias exclusivas e opostas. A nível material e simbólico, os horizontes de reconhecimento binários prevalecem na manutenção hegemónica da diferença (naturalizada e essencial) entre o masculino e o feminino. Dificultam a multiplicação na prática das (micro)mudanças de expectativa e de outros espaços de experiência do género. As «novas» reconfigurações do género são interdependentes dos significados e posicionamentos que emanam das conjunturas socio-históricas e que se inscrevem nos diversos campos do poder-saber e em formações discursivas. São processos de (re)construção e (des)legitimação do género que não se fazem a partir do zero e requerem alianças coletivas em torno de perceções comuns.

Importa portanto discutir até que ponto estaremos a exigir demasiado das pessoas que se posicionam de forma não exclusiva perante o binário de género. Mesmo quando estas se autorresponsabilizam pela mudança, são dificultadas pelo isolamento e pela necessidade de «corresponder» minimamente a hábitos internalizados (e coercivos) da dominação de género. As evidências demonstram que o género enquanto princípio organizador da realidade social é mais invisível do que aparenta ser. As suas possibilidades de mudança para incluir o paradigma «não binário» requerem não só o alcance de um «entendimento comum» que permita ler/reconhecer as pertenças alternativas, como a aceitação generalizada da sua complexidade. Uma vez que a sua «carga social» é indispensável, levantamos a hipótese de que o «equivoco» poderá estar na separação e na autonomização forçada das suas diferentes manifestações: a *identidade* de género, a *expressão* de género e a *linguagem* de género. Os resultados que fomos encontrando permitem-nos avançar para uma resposta global aos objetivos desta investigação, para um diálogo sobre os limites e as transgressões de género além da negação, fundamentado nas (im)possibilidades transgressivas do género binário.

Capítulo IV

Gênero e transgressão

Nesta investigação, as transgressões de gênero foram compreendidas a partir de uma abordagem relacional, inscrita no paradigma das práticas sociais. Entendemos o gênero como uma estrutura social – *i. e.*, um elemento constitutivo das relações sociais, uma fonte primária de poder – que se baseia nas interdependências predominantes entre as categorias homem/macho e mulher/fêmea e as categorias masculino e feminino. As diferenças forjam-se precisamente na autonomia relativa, por um lado, da assimetria existente entre as posições homem e mulher e, por outro lado, da assimetria entre a masculinidade e a feminilidade (Collin 2008, 38-39 [1989]). Os diversos níveis de proximidade e distância no (des)fazer do gênero formam uma heterogeneidade, enquadrada por uma matriz de interdependência relacional. É nas interfaces produzidas, nos intervalos que intersejam posições, categorias, performances, etc., que podemos perceber como se constroem, sustentam e transformam as diferenças genderizadas. As possibilidades alternativas de (des)fazer o gênero, de modo não exclusivamente masculino ou feminino, encontram-se portanto em tensão com (e são invisibilizadas por) modalidades predominantes que – inspiradas no *modelo biomédico dual* – reforçam a divisão antagônica. Consideramos que simplesmente documentar a multiplicidade de masculinidades, feminilidades ou androginismos com base nos eixos interligados de dominação mascara os processos subjacentes que reproduzem estruturalmente as desigualdades de gênero (S. N. Davis 2017). Mais do que descrever as variações, precisamos de testar as explicações de que dispomos (*ibid.*).

Como refere Sofia Aboim (2010), para pensarmos as diferenças de gênero não podemos recorrer mais a um pensamento dicotômico (binário) que está historicamente enraizado no pensamento ocidental desde Platão à sociologia funcionalista dos anos 1950. O tratamento monolítico das categorias (como «gênero», «mulher», «homem», «transgênero», etc.) impede-nos de as considerar como emergentes de relações sociais, relações de poder e de privilégio que hierarquizam e valorizam certas diferenças em detrimento de outras (Aboim 2010). As categorias têm de ser encaradas como estando reciprocamente intersetadas em geometrias variáveis, a partir de tensões históricas e sociais que se organizam de uma forma triádica: oposição recorrente entre todos, convivências e alianças (Bastos e Bastos 2010). Importa por isso olhar para as diferenças como mecanismos produtivos que vão além de uma relação dialética entre o *Self* e o *Outro*. O reconhecimento da pluralidade de gênero não basta. É preciso também uma identificação crítica das lógicas de dominação que hierarquizam essas diferenças; dos processos de demarcação e de ordenação das práticas de gênero. As fronteiras que construímos não dependem só de uma argumentação crítica, dependem igualmente de alternativas para transformar os hábitos (reflexivos ou não) e as interpretações sobre ela. Aprofundar as relações de gênero através do nexo limite/transgressão permitiu-nos indagar sobre a legitimidade e as alternativas. Mostrar os diferentes matizes em que as diferenças se interligam com o poder.

A investigação realizada e as pistas encontradas necessitam por isso de ser confrontadas com as teorias existentes. Importa agora refletir sobre os resultados à luz dos pressupostos teóricos mobilizados e das explicações disponíveis. Em particular, em que medida o não binário nos permite repensar a ordem de gênero, o jogo de forças sociais que legitima determinadas fronteiras de gênero numa dada época e contexto. A abordagem sociológica do conceito de transgressão (usado como ferramenta heurística e como objeto de estudo)¹ justificou-se por três razões principais. Em primeiro lugar, para

¹ Ver Merlini (2019) para uma revisão das origens e principais usos da transgressão, especialmente desde a filosofia às ciências sociais; a associação a outros conceitos em uso na teoria social em geral e na sociologia em particular; e a nossa proposta de aplicação sociológica da transgressão social. O argumento construído baseia-se principalmente na possibilidade de compreender as transgressões e os limites através da relação dialógica que estabelecem. Na ideia de que a vida em sociedade requer

compreender as alternativas na diferença de género e as suas inter-relações com as práticas dominantes. Em segundo, para aprofundar a ordenação e a demarcação nas relações de género e suas normas. E por último, para captar de forma mais nuançada os modos (i)legítimos de (des)fazer o género. Entendemos, assim, por transgressão de género *uma prática complementar aos interditos sociais que, num dado tempo e espaço, estabelecem e prescrevem os modos de reconhecimento das diferenças de género*. Para além de constituir a fonte e o fundamento do(s) interdito(s), dialoga com os mesmos através de processos de demarcação e ordenação. A transgressão de género pode representar a *revelação* da norma (método), o *resultado* da existência normativa (arma) ou uma alternativa (re)construída face à norma (projeto). Os interditos (normas, limites, convenções) não podem simplesmente desconectar-se das transgressões de género, por serem factos que compõem a previsibilidade das relações sociais, porque se perpetuam performativamente num intercâmbio (contingente e dialógico). É por isso que o aprofundamento das modalidades de auto/hétero-regulação inscritos nas relações de género implica outra abordagem. Ao comportar diferentes lógicas (dominação, cumplicidade, subordinação, emancipação, resistência, manutenção), a ordenação do género implica tanto reprodução e consenso como mudança e conflito. Como refere Bock (2008, 84 [1989]) precisamos de ultrapassar um «*modelo lógico de opostos contraditórios*» que nos permita considerar as múltiplas alternativas existentes em distinções, diferenças e contrários nas relações de género, que não se interligam numa estrutura antagónica. E existem duas correntes principais que, a partir do paradigma das práticas, têm contribuído para analisar o poder do género e as lógicas de regulação de uma forma mais plural, dialógica e multidimensional.²

Por um lado, nas *teses das rotinas* das práticas de género encontramos duas variantes. Estas convergem no carácter situacional,

previsibilidade, mas que os limites sociais se estabelecem a partir do que «não deve» ser feito. Ao contrário de um «desvio» ou de uma «pura» inovação, a transgressão de um dado limite complementa-o, podendo reforçá-lo ou transformá-lo. Está presente, por exemplo, no conhecido mantra «é proibido proibir» e que constitui em si mesmo uma proibição.

² Cingimo-nos ao lugar que os *interditos* assumem nas explicações teóricas e à sua relação com os estudos transgénero e/ou não binários. Para uma revisão da literatura mais substantiva sobre o conceito de género e suas correntes, ver Merlini 2019.

nos modos rotineiros e incorporados do fazer o gênero. A vertente macroanalítica, especialmente influenciada por Raewyn Connell, enquadra as práticas de gênero num conjunto variável e inter-relacionado de relações de poder que constituem uma ordem. Esta ordem tem graus relativos de estabilidade e a sua manutenção depende da legitimação ou da hegemonia das diversas relações de poder ou de privilégios justapostos (R. W. Connell 1987; Hearn 2012). A vertente microanalítica, representada por West e Zimmerman, e Goffman, considera a ordem a partir das interações quotidianas, das práticas situacionais do gênero. Em ambas as vertentes, as normas de gênero são compreendidas no plano cultural. Ou seja, nas práticas de interpretação, comunicação e significação, que podem tomar a forma de regras diferenciais de conduta, definições de relações por grupos específicos, regras que orientam as interações sociais e que se manifestam através do referido «aparente» consenso normativo. As normas de gênero são, portanto, uma dimensão específica, propriedades ou aspetos da vida coletiva que podem incluir desde «valores, crenças, atitudes, preferências, convenções, suposições, ideologias, tradições, costumes, cultura, leis, regras ou mesmo direitos» (Pearse e Connell 2016, 34). Para West e Zimmerman (2009) a prestação de contas (ou *accountability*) é simultaneamente a fonte e o resultado do gênero, permitindo tanto a sua manutenção como a transformação das normas «culturais». ³ Se estes autores (1987), tal como Goffman (1977), colocam as diretrizes (universais) do fazer do gênero no domínio social em geral, Pearse e Connell (2016) vão mais longe. Reconhecendo diferentes tradições normativas entrelaçadas na formação das relações de gênero, consideram que as normas prescrevem não apenas os costumes provenientes do passado mas também o que devem ser no futuro, especificando os «vetores de mudança histórica» nas práticas de gênero. Segundo estas autoras, as normas têm um efeito de restrição, escolha e capacidade de ação que reflete a eficácia e o funcionamento do poder e a conquista da hegemonia. A aparência de

³ Para estes autores, a concretização permanente e contextual do gênero a partir das interações sociais – do conjunto de performances sociais organizadas e testemunhadas – implicam uma prestação de contas ou responsabilização (*accountability*) que entendem como *inevitável*. Argumentando que a força do gênero é mais do que a diferença dicotômica e que «desfazer» significaria abandono, West e Zimmerman (2009, 117) salientam que é precisamente essa prestação de contas que importa no gênero, a razão pela qual este é opressivo.

conformidade normativa é um sinal do controlo hegemónico. Nesse sentido, as normas de género são definidas como declarações prescritivas de práticas que, embora negociáveis e mutáveis, estão institucionalizadas tanto nas atitudes/comportamentos pessoais quanto nos contextos institucionais.

Por outro lado, nas *teses da performatividade*, a linha de argumentação sobre o poder e as práticas é diferente, porque considera de outra forma o carácter negociado da ação, a prestação de contas, a construção social dos interesses e a noção de *performance* nas práticas de género. Neste âmbito as propostas de Butler destacam-se, porque apesar de tributárias de propostas anteriores que iam no mesmo sentido,⁴ são de facto as suas teses que têm sido mais aclamadas, refutadas e/ou debatidas (Heyes 2016; Lloyd 2015; Hansen 2014; Lennon 2014). Numa abordagem desconstrutiva, esta filósofa defende a possibilidade de «desfazer» o género, vai além de uma perspetiva de regulação simbólica na definição das normas de género, insistindo que a mudança é possível através de uma *citação* deslocada da norma (Butler 2008 [1986]; 2009 [1988]; 1999 [1990]; 2004). Vê as normas genderizadas como *formas de ação* que produzem um campo de aplicação e se produzem na produção desse campo. Uma norma só se constitui como norma porque é ativamente reiterada na produção da realidade. A transgressão está sempre contida na própria norma porque ocorre por referência a essa norma e é essencial na sua eficácia e no seu reforço (Jenks 2003). Ou seja, por causa da natureza performativa da norma é possível transgredi-la. As suas invocação e citação predispõem continuamente as possibilidades alternativas de deslocamento e subversão. É na criatividade situada que podemos reconstituir as normas estabelecidas; produzir um deslocamento dos significados de modo a afetar as formações discursivas futuras. Podemos ver aqui a influência da conceção de transgressão de Foucault na proposta de Butler: são as formações discursivas que restringem as formas possíveis de subjetividade, um sistema representativo coercivo e restritivo, cujo estatuto ontológico depende em primeiro

⁴ Ao abordar os conceitos de performance e performatividade na teoria feminista, Lloyd (2015) advoga que Butler não foi a única a apoiar-se nestas conceptualizações, traçando paralelos com as perspetivas de Goffman, e de West e Zimmerman. Como salienta a autora, a exploração de ambos os conceitos (com usos e vertentes distintas) tem vindo a transformar significativamente a compreensão do género pela teoria feminista.

lugar da estrutura epistemológica (Hansen 2014). Consequentemente, para Butler o gênero é uma modalidade de regulação das identidades (disponíveis e socialmente impostas) cujas internalização e incorporação conferem substância às normas de gênero e estão diretamente relacionadas com os discursos que constroem os indivíduos no interior das relações de poder (Miskolci e Pelúcio 2007). Tal como vários outros autores, especialmente na sociologia, Butler vem demonstrar que as identidades não são objeto da escolha voluntária: emergem a partir das categorizações disponíveis num dado contexto socio-histórico; são mecanismos sociais que estabelecem imposições não voluntárias da identidade e que podem ser desafiadas.

Considerando a nossa revisão, as normas de gênero podem ser vistas na vertente: i) simbólica – formas múltiplas de governar práticas (passadas/ futuras); ou ii) formal – um constrangimento das possibilidades alternativas de (des)fazer. Para Pearse e Connell (2016), o poder normativo deriva da estrutura simbólica (hermenêutica) e relacional na qual o gênero é socialmente construído. Para Butler, a performatividade da norma vai além da mera expressão das relações de poder existentes e estruturantes. As performances só são transformadoras quando os sistemas de significado são questionados, silenciados e/ou produzem um deslocamento efetivo. Ambas as teses convergem na conceção dos interditos a partir das lógicas de dominação que marcam e classificam as relações de gênero face a um centro hegemônico que privilegia e mantém um conjunto de diferenças. Tanto Butler (2004) quanto Connell (2009a) concordam, aliás, em que o poder hegemônico só pode ser contestado através de políticas de aliança que alterem os parâmetros pelos quais o gênero é ordenado e regulado. Ou seja, as condições para a responsabilização do gênero, a sua prestação de contas (*accountability*). Importa por isso considerar estas explicações sobre a (re)produção normativa do gênero – enquadrada na interdependência entre limites e transgressões – à luz dos resultados encontrados por esta investigação. Organizámos a nossa exposição em torno das três dicotomias produzidas socialmente e emergentes no diálogo entre limites e transgressões de gênero.

Dominantes/dominados

O diálogo entre dominantes e dominados remete para duas discussões centrais no âmbito das relações de gênero e que se relacionam, direta ou indiretamente, com os dados aprofundados nesta investigação. Particularmente no plano simbólico ou discursivo, o intercâmbio de poder permanece imbuído de lógicas reguladoras que, como dissemos antes, são produtivas e privilegiam um conjunto de diferenças de gênero em detrimentos de outras. Como referia Bourdieu (2002, 4 [1998]), é nas relações de gênero que podemos ver frequentemente a *«lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado»*. As propriedades distintivas analisadas pelo sociólogo francês centram-se no problema da superioridade masculina. Com efeito, os interditos e as transgressões de gênero no domínio simbólico, no diálogo dominantes/dominados, implicam primeiramente uma discussão sobre o binário de gênero.

Particularmente no estudo das vidas, vimos como o intercâmbio simbólico existente privilegia a masculinidade e/ou desvaloriza a feminilidade. Não é, aliás, um dado novo nos estudos de gênero. Os dados que encontrámos reforçam o facto de estas propriedades prevalecerem mesmo em condições potencialmente favoráveis à mudança. Nomeadamente, na referência à «masculinidade feminina» como forma de resistência ou instrumento para transformar as convenções sociais e as estruturas em que se fundamenta o gênero. Ou na impossibilidade de a feminilidade masculina surtir o mesmo efeito e a sua interpretação «automática» como transgressora da sexualidade – ao invés do nexos sexo-gênero. A referência constante da exclusividade feminina a partir dos seus significados estéticos e expressivos, do nomeado que requer proteção. Mesmo no arquivo, as dificuldades de transmissão e comunicação de uma pertença de gênero «neutra» forçam o diálogo com essa divisão, esse tipo específico de intercâmbio, que hierarquiza as diferenças. Estas evidências corroboram a tese da dominação masculina, ou seja, a da produção de diferenças simbólicas e discursivas de gênero através de uma divisão entre dominantes (masculino, neutro, objetivo) e dominados (feminino, parcial, subjetivo).

O problema da superioridade masculina – e da dificuldade de os «dominados» também passarem a «dominantes» ou neutralizarem as

lógicas de dominação – não foi, contudo, o único obstáculo de reconhecimento e compreensão das pessoas que (des)fazem o gênero de forma não exclusiva. Como vimos, no plano discursivo e simbólico as possibilidades de interpretar o gênero de modo alternativo às posições de homem/masculino *ou* mulher/feminino passam precisamente pela ausência de grelhas interpretativas. De uma linguagem inclusiva, de símbolos e formas de representação que não reforcem a oposição antagonica e binária nem, tão-pouco, a correspondência. Precisamos por isso de considerar a produção social de uma fronteira entre dominantes e dominados nas relações de gênero também a partir da divisão entre binário e não binário. De lógicas de dominação que sugerem estruturas ainda mais enraizadas das diferenças de gênero. Repensar a ordem de gênero implicaria, face aos dados encontrados, considerar as diferenças no mínimo em compasso ternário. Ou seja, em matrizes de reconhecimento que incluam também a possibilidade de não correspondência.

As evidências desta investigação permitiram-nos compreender que os horizontes de expectativa, ainda que dinâmicos e contextualmente variáveis, tendem a prevenir as alternativas não binárias. Como vimos no estudo do arquivo digital, as tensões intragrupoais – *i. e.*, a luta pela definição da experiência alternativa à exclusividade de gênero – concorrem para uma ausência de entendimento comum e alianças que efetivamente transformem as possibilidades de reconhecimento não binário. A contestação à exclusividade é uma agenda comum, mas a multiplicação simbólica e categorial (quase infinita); a aposta na autodeterminação e/ou na indeterminação, e a ênfase no autogênero como único princípio de organização social podem potencialmente reforçar os limites binários. Mesmo com as conquistas a nível jurídico-legal, as condições de mudança e inclusão não estão garantidas e são desfavorecidas pela fragmentação das resistências. A reconstrução do gênero a partir da transgressão não binária poderá, como dissemos, manter-se no plano utópico ou fomentar oposições ainda mais conservadoras. Particularmente pelo seu caráter marginal face à ideologia dominante e às convenções socialmente enraizadas nos contextos português e britânico. Porque o diálogo com essas convenções implica precisamente considerá-las e, intencionalmente ou não, reconhecer-lhes a sua dominação.

Como procurámos demonstrar nos diversos episódios vividos e ilustrados pelas 19 pessoas não binárias, os compromissos e as

cedências em relação à afirmação da pertença de gênero passaram em grande medida por uma questão moral e de aceitação de si pelos outros. Essa problematização foi, aliás, uma constante nos dados, característica inerente no estabelecimento de relações de gênero de forma alternativa. Tanto as práticas como as concepções da experiência genderizada acarretam um conjunto de pressupostos morais e reputacionais. Os diversos interditos – desde as expulsões de casa, fins de relações conjugais, aos corpos perseguidos – são reveladores de projetos morais (e moralizadores) dos costumes e das possibilidades legítimas de *se ser/tornar genderizado*. Projectos que, no caso do arquivo digital, se assumem inclusive como um *ethos* de resistência. Uma estratégia de ação sob a forma de recomendações e prescrições quanto ao reconhecimento do gênero nas interações quotidianas e seu potencial pedagógico. Nessa formação discursiva procuram-se transformar os parâmetros e as lógicas de dominação, invertendo o lugar de fala e nomeando o dominante como transgressor.

As tensões existentes nas fronteiras entre o binário e o não binário, especialmente na sua dimensão discursiva e simbólica, parecem assim estar a produzir outra divisão social de dominantes/dominados. Um diálogo que, apesar de recente e subsumido, tem produzido efeitos de multiplicação e absorção que não se restringem às transformações (paradigmáticas) sobre os modos como pensamos o gênero, o sexo e a sexualidade. Só dispondo de hipóteses quanto ao seu impacto efetivo, podemos ver os efeitos de mudança indiretamente pela crescente visibilidade que têm granjeado. Pelo eco mediático (frequentemente acompanhado de pânico morais) das transformações na ordem jurídica e na ordem institucional em Portugal e no Reino Unido. Ou pelo maior número de movimentos artísticos e culturais que investem na reconfiguração do gênero e que apostam em representações mais fluidas e múltiplas das experiências de gênero. Mesmo na moda, a tendência em voga tem sido *gender-neutral*.

Os dados mostram também a dificuldade de transformação e reconfiguração das definições prévias da situação; a presença enraizada da naturalização da oposição binária; a responsabilização de quem não cumpre e o seu reconhecimento a partir de ausências. A ausência dos parâmetros dominantes e valorizados. Uma transgressão reconhecida pela negativa – como ausência do expectável. Importa por isso reforçar que, apesar de o incumprimento normativo ser frequente e parte ativa da produção de limites, há consequências

distintas para quem transpõe a pertença de gênero. O incumprimento normativo foi, aliás, transversal e comum ao longo do tempo biográfico e socio-histórico analisado. Contudo, para quem se posiciona de uma forma não exclusiva, mesmo que numa modalidade privatizada, estão em jogo obstáculos muito relevantes e potencialmente estigmatizantes. Não cumprir a expectativa de gênero (como por exemplo seguir uma carreira que é predominantemente «masculina» ou «feminina») é muito diferente de *transpor* o lugar de gênero ocupado (afirmando-se como transgênero, não binário e/ou realizando transformações legais, corporais, etc.). Estas consequências são particularmente reveladoras das fundações estruturais em que se apoiam as configurações de gênero e que penalizam estes posicionamentos e trajetórias.

O problema da produção social de dominantes/dominados – seja na superioridade masculina, seja na superioridade binária – tem de ser por isso analisado como um diálogo interdependente e dinâmico que, consoante as interseções com outras formas de privilégio (de classe, raça, nacionalidade, etc.), requer o reconhecimento plural e o respeito por todas as diferenças. Implicar o não binário neste diálogo aponta para a necessidade de outras expectativas de reconhecimento que, apesar da matriz predominante, abram caminho a uma menor punição ou (no mínimo) uma possibilidade de identificação distanciada da correspondência. Do nexo enraizado simbolicamente no reconhecimento entre macho/homem=masculino *vs.* fêmea/mulher=feminilidade e dos processos e lógicas que frequentemente excluem através de quem faz e do que significa a diferença.

Incluídos/excluídos

Os desafios colocados pela inclusão não binária no reconhecimento e na institucionalização do gênero são inúmeros. A produção social da fronteira inclusão/exclusão nas relações de gênero implica um diálogo com as diferentes tradições normativas e formas de citação patentes nas práticas de gênero. Ou seja, com os significados, valores e alternativas pelos quais os modos de (des) fazer o gênero se distribuem. Especialmente na dimensão distributiva ou relacional das posições de gênero, encontramos lógicas e processos

de demarcação que legitimam e subordinam as alternativas, especialmente a partir da naturalização, purificação e justificação da oposição binária. Nesse sentido, ver os limites do gênero a partir das suas transgressões devolve fundamentalmente processos de demarcação. O reconhecimento dos parâmetros pelos quais o gênero é ordenado e regulado, pelos quais se define o que é expurgado e o que é incluído na naturalização e justificação das divisões.

Como referem Pearse e Connell (2016), os aparentes consenso ou conformidade das normas de gênero advêm dessa naturalização hegemônica e cumulativa das diferenças de gênero. De uma *doxa* (ou senso comum) que toma como evidente a relação assimétrica, exclusivamente dicotômica, entre a masculinidade hegemônica (universal) e a feminilidade enfatizada (subordinada). As transgressões de gênero – parte e parcela das normas – contribuem frequentemente para a reprodução do que é cristalizado como «normal» (Jenks 2003, 3). E o determinismo categórico (biológico ou social) conduz invariavelmente ao reforço das perspectivas da diferença ou da semelhança entre homens e mulheres. Uma invariabilidade no diálogo ou intercâmbio entre limites e transgressões que deve ser tomada nos termos da sua constituição social. Ou seja, como «fachada» da produção do gênero nas relações sociais. Assumir por defeito a diferença ou a semelhança binárias como constantes analíticas (ou epistemológicas) seria, portanto, um movimento quase de dispensa do esforço empírico, por conhecermos os resultados mesmo antes de começar. Nesse sentido, não será por acaso que boa parte das explicações encontradas em ambas as teses (apresentadas no início) enfatize as práticas de gênero *divergentes* (R. W. Connell 1987)⁵ e as performances e identidades de gênero demarcadas como «excluídas». Ver os limites a partir das transgressões e perceber o significado de uma coisa a partir do que ela não é foram algumas das heranças deixadas pela crítica foucaultiana. Mas, mais do que virar a objetiva para os «excluídos» ou responsabilizar as pessoas transgênero e outras pela mudança necessária às ordenações genderizadas, precisamos de compreender quais são as consequências de demarcar o gênero e em que moldes plurais o podemos fazer.

⁵ Raewyn Connell (1987, 141) define prática como momento, distinguido-a como *cíclica* quando persiste – os efeitos de organização ou de estruturação nas práticas subsequentes – e *divergente* quando rompe com a reprodução de uma dada prática.

O tal «rompimento» das normas que frequentemente se atribui aos «excluídos» relaciona-se com a ambiguidade gerada e com a demonstração de que a «diferença antagónica» é *pouco justificável*. Nomeadamente, que o nexos nome-corpo-identidade (Pilcher 2016) se fundamenta na *oposição* entre masculino e feminino. É na descoidência entre as características atribuíveis que reconhecem o sexo, o género, o corpo e o nome próprio que são destabilizadas as imagens particulares da feminilidade e da masculinidade. Quando a expressão do género mistura ou apaga os estereótipos e as naturalizações em que se fundamenta o antagonismo é qualificada como reinvenção.⁶ Por exemplo, ter barba e usar batom vermelho ou usar roupas neutras. Mas, como nos diz Raewyn Connell (2009b), mesmo no interior de um simbolismo dicotómico de género existem muitas maneiras de violar as suas fronteiras. As vidas transgénero dramatizam o processo de reconhecimento do género nas interações quotidianas, ilustram sobretudo a força das contradições que emergem na produção das fronteiras genderizadas (*ibid.*). E neste âmbito, os contributos efetivos dos estudos transgénero não podem ser descurados.

Em geral, a comunidade e as pessoas transgénero foram tratadas mais como objetos do que como sujeitos da pesquisa; fontes de epifanias que não cessaram de emergir. Não tardou, porém, que o próprio campo de estudos transgénero começasse a construir-se a partir de uma *voz própria* que (na sua multiplicidade) identifica, problematiza e contesta boa parte das propostas avançadas em seu nome. Precisamente por serem nomeadas como excluídas, por lhes ser atribuído o ónus da contradição de género, as pessoas transgénero foram e continuam a ser consideradas como informantes privilegiadas de muita pesquisa científica.⁷ Tanto a ciência especificamente

⁶ Catherine Connell (2010) chega a sugerir que se substitua o «fazer o género» pelo «fazer transgénero» no caso das pessoas *trans*, de modo a dar conta da especificidade das experiências particulares no contexto laboral. Consideramos, contudo, que esta proposta não só replica a oposição (incluídos/excluídos) como parte da ideia de que cabe ao fenómeno e às pessoas transgénero a responsabilidade pela mudança. A relação entre corresponder a um género reconhecível (ainda binário) e corresponder a uma norma ou convenção social não pode ser tratada monoliticamente, nem numa lógica causa-efeito. A desconstrução das relações assimétricas de poder em que se posicionam as pessoas – do sistema de privilégios, convivência e marginalidade – tem de ir além de uma visão essencialista e/ou categórica.

⁷ Como referimos, a própria narrativa biomédica da transexualidade foi construída a partir dos relatos dos primeiros casos acompanhados por Harry Benjamin e

focada nas questões sexuais e de gênero como a teoria em geral têm beneficiado dos contributos destas vozes e imaginários (tidos como) «subalternos» (Singer 2013). E, reconhecendo o seu comprometimento parcial com o conhecimento existente, este campo de estudos apresenta-se como uma forma de resistência que expressa a heterogeneidade da subjetividade transgênero e procura explicar as opressões objetivas (e não as pessoas em si) que discriminam e limitam as possibilidades alternativas do gênero (Kunzel 2014; Bryant 2009).

Retomando o diálogo existente na fronteira entre incluídos e excluídos, as evidências desta investigação permitem confirmar em parte as teses enunciadas. Nomeadamente que as comunidades de pertença não binária (no ciberespaço ou nas interações quotidianas) constituem fontes relevantes para o estabelecimento e a manutenção de *tradições normativas* alternativas que prescrevem e orientam simbolicamente as possibilidades de regulação do gênero. Em linha com Pearse e Connell, podemos ver como os diferentes valores, significados e convenções de gênero encontrados – tanto no arquivo digital, como nas vidas – representam formas coexistentes de articulação e comunicação do gênero. Mas estas múltiplas formas de governar o gênero não são automaticamente compreendidas nem reconhecidas. Os obstáculos na intrusabilidade não binária relatados pelas/os/íles participantes remetem precisamente para uma discrepância interpretativa, que as/os/les incita tendencialmente a relegar os seus posicionamentos para a esfera privada e/ou a viverem estigmatizadas/os/es. A maior visibilidade do movimento não binário na esfera pública não corresponde, portanto, a uma compreensão efetiva dos parâmetros pelos quais se regem os diferentes significados, valores e normas.

São também estes processos de demarcação que constroem as alternativas normativas existentes. Verificámos, em linha com Butler, que as comunidades de pertença não binária são contextos de subversão e luta que procuram ampliar as possibilidades coletivas de reconhecimento. E as conquistas jurídico-legais e a maior visibilidade das

a sua equipa (Stryker 2008; Ekins e King 2006). O enviesamento em torno de uma visão estereotipada do que se entende por ser a masculinidade adequada e a feminilidade adequada é frequentemente um ponto da discussão que continua a distribuir acusações ao conhecimento médico e à visão «normativa» sobre as questões transgênero (Spade 2000). E o fantasma do «*evil deceiver and make believer*» continua a assombrar boa parte dos modos como as representações sobre o fenómeno e a problemática do corpo são colocadas (Bettcher 2013).

alternativas têm, como vimos, contribuído para uma maior legitimidade (externa). A mudança dos parâmetros não depende somente da existência de um vasto repertório de identidades de gênero (e suas prescrições), nem de práticas divergentes isoladas, cuja exposição revela a não pertença mas também as torna alvos fáceis de discriminação. Será igualmente necessário, como defendem Connell e Butler, o compromisso coletivo e um reconhecimento de que essa transformação das possibilidades genderizadas é relevante.

Face aos resultados, a demarcação das diferenças de gênero e dos posicionamentos incluídos/excluídos apontam para uma outra problematização. Se, como defende Butler, o gênero é uma modalidade de regulação que depende da sua estrutura epistemológica, que efeitos tem o não binário na sua transformação? Como se mudam os parâmetros? Se, retomando Pearse e Connell, as tradições normativas legitimam simbolicamente práticas de gênero em conflito, como pode o reconhecimento incluir as alternativas democraticamente? Parte da resposta poderá estar nos processos de ordenação e valoração do gênero; nos critérios que governam a sua legitimidade. Ou seja, no modo como o diálogo entre limites e transgressões de gênero produz socialmente a dicotomia entre universal e particular.

Universal/particular

A produção social de uma fronteira universal/particular nas relações de gênero reenvia-nos sobretudo para a dimensão performativa e de articulação das diferenças valorizadas como legítimas e ilegítimas. Qualquer *ordem*, disposição ou arranjo acarreta consigo critérios, lógicas de classificação e princípios pelos quais se estabelece e legitima algo. Mesmo que pensemos o gênero de forma democrática não podemos prescindir dos mecanismos subjacentes à sua construção, avaliação e valorização. As relações de gênero são dinâmicas e têm de ser vistas para lá de uma abordagem de cima-para-baixo (*top-down*) ou de uma abordagem de baixo-para-cima (*bottom-up*), como se fossem um organigrama corporativo. Em contrapartida, esta ordenação das relações de gênero também não é arbitrária, inorgânica ou anárquica.

As posições relativas ocupadas nas relações de gênero têm pelo menos três mecanismos de legitimação que lhes conferem substância e fundamentam a sua valorização. O primeiro, já referido, é o da

«prestação de contas»: os modos de avaliação dinâmicos, as inferências «situadas» sobre as diferenças de gênero e as suas consequências (West e Zimmerman 2009). O segundo relaciona-se com o recurso à *identidade* como medida para tornar inteligível a experiência genderizada e para hierarquizar as diferenças. E o terceiro remete para a inevitabilidade do gênero como parâmetro de estruturação das relações sociais. Por detrás desta tríade de legitimação estão as condições e definições do que é dominante e do que é marginal. Os critérios de fixação valorativa do que é contabilizado para fazer o gênero de forma a este ser reconhecível e interpretável. Determinações dos «excessos» e das «ameaças» que permitem prevenir e simultaneamente sustentam as diferenças dominantes.

As posições «obedecem» à lógica hierárquica precisamente porque essa é a via estabelecida pelos critérios em que se baseia a legitimidade para fazer o gênero. Ou seja, porque outras lógicas alternativas implicariam avaliar o gênero de uma outra forma, alterariam a sua substância e a sua valorização, bem como os graus de autoridade em que se baseiam. De facto, o que é contabilizado como gênero e os critérios pelos quais a prestação de contas vai sendo efetivada quotidianamente são variáveis no tempo e no espaço. Mas esta variabilidade não equivale a liberdade, como referem West e Zimmerman (2009, 117); independentemente da variação, o gênero continua a contar como diferença, continua a ter força enquanto categoria social. Nesse sentido, devemos distinguir o recurso à «prestação de contas» como categoria da prática (ou descritor) e como categoria analítica.⁸

Enquanto conceito teórico que liga as interações quotidianas e os contextos socio-históricos, a «prestação de contas» é sobretudo uma ferramenta heurística que nos permite compreender o que é contabilizado ou não no gênero. Porém, não podemos descuidar precisamente os parâmetros em que situamos as próprias práticas de *atribuição*, *interpretação* e *apropriação* do gênero. Enquanto mecanismo que concorre na (des)legitimação das diferenças genderizadas, a «prestação de contas» beneficiaria em ser concebida numa lógica menos mercantilista ou individualizante. Entender a prestação de contas como uma forma negociada de atribuição e apropriação do gênero pressupõe que haja um consenso quanto aos modos como devem ser interpretadas as práticas de gênero. Pressupõe não só que

⁸ Recorrendo novamente à distinção de Brubaker e Cooper (2000).

o gênero esteja sempre «em jogo» nas relações sociais, como que as posições relativas ocupadas correspondam a identidades reconhecíveis segundo a ordenação hierárquica privilegiada e dominante. O dinamismo nos modos como o gênero é contabilizado (ou no que é que conta como transgressivo no gênero) não corresponde nem a um monopólio do gênero nas relações sociais nem que as «orientações» se rejam pelas mesmas linhas interpretativas. Permanecendo com um vocabulário economicista, podemos dizer que as próprias *transações* genderezadas contêm diferentes *concorrências* normativas.

As possibilidades de (des)fazer o gênero de modo alternativo contadas e vividas pelas/os/iles participantes foram frequentemente constrangidas pela demarcação da diferença binária – masculino *ou* feminino. Articular o gênero de modo não binário foi um processo relatado como demorado e de difícil compreensão. Assim, mais do que intencionalmente negociadas, as diferenças de gênero (e a sua relevância) foram-se transformando e foram-se mantendo através do seu confronto e da sua contraposição. Como refere Tadeu da Silva (2000, 76), por serem a norma, as identidades hegemônicas não requerem uma definição concreta, são «*permanentemente assombrada[s] pelo seu Outro, sem o qual a sua existência não faria sentido*». E disso é exemplo a identidade «cisgênero», que só necessitou de nomeação depois da emergência da identidade «transgênero» e cujo recurso se resume a uma atribuição (quando oportuna) face àquele *outro* que precisa de explicação. É o outro que especifica como se faz o gênero por entre e de encontro à norma.⁹

Em termos formais, as identidades de gênero representam mecanismos de legitimação e hierarquização das diferenças legitimadas no gênero. Diferenças sociais que são simultaneamente fonte de tensões e o fundamento ontológico em que se baseia a diversidade (Lawler 2014; Miskolci 2005; Bourdieu 2001). Uma nomeação do gênero dependente da elevação das diferenças (e da supressão das semelhanças) que organizam e hierarquizam as identidades em função das lógicas de dominação, conivência e subalternidade. As modalidades nas práticas de gênero (binárias ou não binárias; exclusivas, múltiplas, indeterminadas, complementares, etc.) representam diferenças

⁹ Como refere Enke (2012, 11), a categoria *cisgênero* não só reflete e reforça a capacidade regulatória do gênero através de um novo binário (trans/cis) como insiste numa visão identitária que elimina a diferença e a variabilidade das práticas de gênero.

que, hierarquicamente ou não, são compostas por critérios de avaliação distintos. Pensar nas consequências desses critérios significa, portanto, refletir sobre a sua legitimidade.

Os três mecanismos que referimos – a prestação de contas, a identidade e a inevitabilidade do gênero – revelam condições da inter-relação entre o que é universal e o que é particular nas práticas de gênero. Um cruzamento muito evidente na centralidade que o conceito de «identidade de gênero» tem assumido na explicação do fenômeno transgênero; na defesa dos direitos de gênero; ou mesmo nas narrativas da experiência genderizada – por «*insiders*», «*outsiders*», aliados, ativistas, etc. Inclusive quando uma identidade é encarada como fluida, volátil ou ambígua, em que frequentemente há um posicionamento face aos modos expectáveis e normativos inscritos (e prescritos) num modo de ser fixo, estático (situado antagonicamente no masculino ou no feminino).¹⁰ Assim, apesar de a diversidade (das práticas) de gênero estar interligada por uma série de posições (relativas, múltiplas e não opostas ou separadas), potencialmente conflituais e dificilmente costuradas (McNay 1999a), é através das «identidades» que tem vindo a ser articulada.

Os dados desta investigação apontam para a centralidade da identidade como categoria da prática tanto a nível dos discursos como das vidas. É um recurso de legitimação e valorização do gênero, com diferentes usos e hierarquizações. É também um ponto de *chegada* dinâmico e fluido que se consubstancia através de processos de aceitação, intensificação e reconhecimento de um posicionamento distintivo. As mudanças de identificação ao longo da vida, em parte um resultado das lutas coletivas pelo reconhecimento da identidade e da diversidade de gênero, refletem igualmente uma demanda pela afirmação autêntica do gênero (para si e para os outros). A multiplicação de categorias – e as tentativas da comunidade digital de ordenar e classificar as diversas identidades de gênero – ilustra não só um movimento rumo à diversidade de gênero como também a sua centralidade na definição da experiência. Mesmo se concebermos

¹⁰ Como refere Lawler (2014, 181) *as questões da ordem social tornam-se questões de identidade* nas sociedades contemporâneas. A herança iluminista da visão essencialista e normativa de *self* liberal e humanista acarreta uma demanda sobre o que *deve ser* a identidade, sobre os valores sociais que ditam como *devemos querer ser*. Um ideal que rejeita a inautenticidade, a dependência e a passividade, o desconhecimento sobre si próprio ou a indefinição identitária.

esta mudança num sentido separatista ou negativo – *i. e.*, como instrumento para sacudir ou anular os sentidos do gênero – a sua experiência não se torna irrelevante porque dialoga com o *gênero em si*. Ou seja, a importância do gênero no processo de formação identitária advém precisamente das suas consequências. Como no caso de Lou em que a afirmação de indiferença se concilia com a experiência circunscrita do não binário. O gênero como resultado é mais bem captado pela capacidade de restringir os espaços e a expectativas da experiência vivida.

Nos debates públicos sobre a identidade de gênero, vemos frequentemente o paradoxo da defesa simultânea da diversidade de gênero (um fenômeno global) e da particularidade transgênero e/ou não binária (Cloud 2018). Os dados desta investigação replicam parcialmente esta distinção, revelando muito das condições em que se define o que é excluído e incluído no fazer do gênero, entre universal e particular. Como tentámos demonstrar, as experiências genderizadas são singulares e individuais, beneficiando mais de uma visão que tome essa riqueza e essa pluralidade como um todo do que persistir numa divisão hierárquica que legitima e prescreve o que é correto no gênero, numa representação incessante e mensurável do *bom*, do *mau* e do *terrível*. Reconhecendo obviamente a importância de afirmar as opressões e a particularidade das experiências genderizadas face às posições em que se encontram, importa continuar a questionar e aprofundar exatamente o que entendemos como sendo coletivo e «universal» nesses diversos modos como (des)fazemos o gênero. É a diferenciação a partir de uma divisão? É a forma criativa em que a multiplicamos, expressamos e reconhecemos? É nos constrangimentos e naturalizações que ocultam as alternativas existentes? Como podemos incluir as tradições normativas no todo? É possível encontrar uma linguagem comum, menos demarcada pelas fronteiras definidas nos binários M/F ou Trans/Cis? Estes são alguns dos questionamentos levantados por esta investigação.

Com efeito, a importância que o gênero tem assumido para traçar divisórias, para ser medido por descrições identitárias quanto ao seu peso e à sua percepção intuitiva (ou *inata*) ilustram bem a sua *significância* – *i. e.*, as qualidades que conferem significado ao gênero (seja ele binário ou não). A relevância (pessoal e coletiva) e as maneiras como o gênero é ordenado não esgotam os modos como este se manifesta nos processos de formação identitária. Permitem, con-

tudo, compreender melhor as malhas em que se tecem e estruturam os sentidos e as lógicas de dominação, conivência, subalternidade, resistência e emancipação presentes nas práticas de género. E permitem aprofundar as condições em que se (re)produz um diálogo entre universal e particular nas transgressões e nos limites de género. Se quisermos compreender as transgressões a partir dos limites, teremos de perguntar também o que queremos prevenir e o que consideramos ameaça? Não prescindindo das lentes do género como parâmetro de análise da realidade social, o que é que temos de (re)considerar nos modos como vemos a sua ordenação e a sua inevitabilidade? Mais do que um ideal progressista unívoco, a progressão continuada entre o que contabilizamos como transgressivo/limitativo no género precisa de explicitar melhor (e reivindicar) os critérios e as (des)valorizações que (i)legitimam as práticas genderizadas. Qual a consequência de ver a desigualdade como uma transgressão e não como um limite? Podemos valorizar a semelhança em vez da diferença genderizada? Ou isso implicaria prescindir das identidades, da riqueza e da pluralidade do género? Podemos substituir o mecanismo identitário por outros menos prescritivos, mais coletivos? Que mecanismos de avaliação e valorização seriam mais justos ou democráticos? Muitas questões que continuam a dividir e a demarcar como repensamos as transformações contemporâneas das práticas de género.

Ainda não dispomos de informação suficiente quanto aos efeitos de articulação das diferenças valorizadas como legítimas e ilegítimas. As evidências apontam para uma expansão. Mesmo pressupondo o desfazer do género e uma *citação* deslocada da norma de Butler – a sua produção ativa da realidade –, os discursos e as vidas não binárias (em devir) tendem a desdobrar as modalidades normativas e a produzir mais fronteiras. Esta propensão levanta a hipótese de a multiplicação tornar a contestação do binário ineficaz pela sua menor capacidade de produzir uma alternativa consistente que resista às lógicas binárias dominantes. O excesso de alternativas (subjetivas) traduz-se em maior privatização e individualização da experiência de género. Um «problema» da citação normativa que está presente nos diversos episódios das vidas vividas. Principalmente quando as normas de género dominantes – nos contextos portugueses e britânicos reportados – estão ordenadas por critérios de exclusividade que não só se autorreforçam como tendem a responsabilizar quem não cumpre, quem desempenha o género «inadequadamente» (face

aos parâmetros, variáveis, em que se prescreve o que é exclusivo no feminino *ou* no masculino).

Tanto o *ethos* da comunidade digital para as relações de género como as discriminações vividas pelas pessoas que participaram no nosso estudo evidenciam uma problemática mais relacionada com as lógicas do estigma (Goffman 1988 [1963]). Não podemos, porém, enquadrar as práticas alternativas puramente na esfera simbólica porque as transgressões são identificadas como ausências e não como «intrusos» nos contextos de interação. Porque o reconhecimento não binário «excede» a esfera da codificação, evidenciando sobretudo processos de *encobrimento* e *acobertamento* nos desempenhos de género reportados. Além disso, identificam-se fronteiras de legitimação de difícil integração na construção normativa de significados, valores e interditos do arquivo digital.

A multiplicidade das normas de género, embora coexistente e não se movendo num único contínuo como defendem Pearse e Connell (2016), ultrapassa uma abordagem simples de consenso/conflito. A transgressão de género também produz regras e para ser aceite requer regulação, legitimação. As modalidades identificadas constroem-se como mutuamente exclusivas e o sistema (de classificação e de práticas) binário contém um dualismo que é incompatível com a possibilidade de integração ou nivelção de sistemas múltiplos de expectativas de género. Ou seja, as práticas autoimpedem-se de (re) produzir, colocando a hipótese de que a «conversão» de uma prática de género *divergente* em *cíclica* tenderá a eliminar gradualmente ou tornará obsoleta as práticas sob as quais se constrói em oposição. Mesmo admitindo, por definição, que em democracia podem coexistir diferentes sistemas e modalidades, o problema está na possibilidade efetiva de integrar a um mesmo nível expectativas e horizontes de experiência que se constroem por confronto e incompatibilidade. Sobretudo se tivermos em conta que a hierarquia de valores e significados enraizados tradicionalmente se baseia na prevenção das alternativas.

Nesse sentido, retomando a definição das transgressões de género – como práticas complementares aos interditos sociais que, num dado tempo e espaço, estabelecem e prescrevem os modos de reconhecimento (passados, presentes e futuros) das diferenças de género –, precisamos de rever horizontes teóricos estabelecidos. Nomeadamente, o facto de desfazer o género se traduzir potencialmente

numa diversidade de refazer. E no facto de estes refazer, para além de produzirem diálogos com os fazeres existentes, poderem criar condições de disputa e tensão irreduzíveis e potencialmente mais disruptivas da experiência de género. Se, por um lado, a universalidade da diversidade de género permanece uma constante no tempo histórico e biográfico, por outro lado, tomar a particularidade como universal tende a erguer fronteiras de legitimidade de difícil gestão na vida em sociedade. Ou seja, a inclusão não binária e o seu devido reconhecimento beneficiaria em ser acompanhada precisamente de critérios plurais e democráticos que permitam respeitar as diferenças e as diversas modalidades normativas. Não dispondo de uma coletânea de dados suficiente para compreender completamente os seus efeitos e permanecendo provavelmente num cenário utópico potencial (porvir), observámos contudo que as atuais configurações dos interditos estão carregadas de lógicas de poder que se mantêm através de hierarquias excludentes. Uma ordenação do género baseada num sistema menos hierarquizante e mais representativo das corporalidades, expressões e possibilidades de (des) fazer o género além da divisão antagónica, eventualmente contribuiria para atenuar coletivamente as dificuldades disfóricas que (auto)responsabilizam quem não cumpre e não corresponde. Implica também que se considere a esfera social como passível de transformar o binário e de absorver mais amplamente as convenções e as normas alternativas existentes. Quando soubermos reconhecer o género pela sua diversidade humana, complementar, múltipla (ou exclusiva) os limites não serão certamente tão pesados como têm sido para as pessoas não binárias. Poderemos aceitar melhor também a inevitabilidade da falha e do incumprimento. Os erros são tão necessários como as certezas, num mundo em que o género se vive e pelo qual se faz o que somos em sociedade.

Conclusão

Na dança clássica, o *pas-de-deux* está sujeito a regras muito específicas, com indicações quanto ao ritmo e à ordem de entrada de bailarinos. Inclui um solo inicial de cada elemento e depois uma dança em conjunto. Na dança contemporânea, os duetos não têm prescrições tão restritivas. No entanto a sua *figuração*, como diria Norbert Elias, permanece. Muda a música, mas continua a haver necessidade de ritmo. Mudam as regras, mas continuam a ser duas pessoas a dançar e há uma coreografia que estabelece como se dança. Há um movimento entre duas pessoas. Há também um local e eventualmente uma audiência. É nesse testemunho que encontramos diferentes horizontes de compreensão do que está a ser dançado. A dança poderá tratar de expor, no seu processo, uma história ou um conceito. O que dela se compreende será sem dúvida distinto em cada olhar que a testemunha. Haverá quem se esqueça do que viu, quem retenha parte, quem queira ver outra vez, eventualmente quem exponha o que viu (favorável ou criticamente). Em todo o caso a dança permanece ritmada, com narrativa e com uma determinada ordenação. Esta interdependência e esta estrutura não desaparecem quando se «opta» por não ter regras. Mesmo quando «é proibido proibir», proibimos. Precisamente porque o reconhecimento do que fazemos se forja em interdependência, numa estruturação que ordena e demarca o que podemos ver, ouvir, sentir, falar, não podemos responsabilizar a novidade, a visibilidade ou só um fenómeno pela mudança. Há processos e reconhecimentos, visibilidades e ocultações. E no que se refere ao género podemos dizer que (esticando a metáfora ao seu limite) as divisões restritivas entre masculino e feminino se têm vindo a diluir num movimento mais fluido e dissipado, multiplicado.

A coexistência de alternativas de pertença com limites mais restritivos e punitivos sinaliza, aliás, não só que a transgressão foi sempre possível como também que se pode *dançar* de outra forma. O reconhecimento da diversidade de género como direito inalienável pelas Comissões de Direitos Humanos (Grinspan *et al.* 2017; Amnesty International 2014; CE 2011), a promoção da autodeterminação, a mudança de paradigma nos modos como concebemos o género (o sexo e a sexualidade) vão nesse sentido. Uma leitura ingénuas destas transformações poderia pressupor algo como um imperativo na substituição das danças clássicas pelas danças modernas ou pelas danças contemporâneas. No entanto, a realidade é mais intrincada. Em última instância, a analogia serve apenas para salientar que o género é um parâmetro inevitável da vida em sociedade e que as suas normas se fazem em grande medida a partir do diálogo com as transgressões. No fundo, que o principal desafio passa por compreender não só como as diferenças são conservadas ou transformadas, mas também reconhecer a partir de quais transgressões se podem construir normas mais abrangentes e plurais, mais democratizantes e menos punitivas. O respeito pelas diferentes formas de dançar e pela possibilidade de mudança de expectativas face ao que *pode ser* uma dança, seja ela um *pas-de-deux*, seja uma dança a solo, a pares ou grupal. Não é, portanto, a alternativa que define como se deve dançar, mas sim o conjunto de diferentes formas de movimento, que poderá ser compreendido como tradições, configurações ou culturas de dança. Nesta aceção, a discussão da relação dialógica entre transgressão e limite implicará sempre uma análise complexa e multidimensional (Morin 2005). Uma sociologia centrada no desvendar da coerência presente na contradição e no paradoxo, que considera as múltiplas alternativas coexistentes sem pressupor a sua exclusão *a priori*.

O contributo deste trabalho foi nesse sentido. Não esquecendo a opacidade da comunicação e as diversas camadas abarcadas pelo diálogo (Dosse 1997, 451), procurámos efetivamente discutir a relação entre transgressão e limite para lá de um horizonte antagónico. Ao privilegiarmos os processos e as dinâmicas relacionais sobre as entidades e variáveis categóricas, aproximámo-nos do paradigma relacional – muito embora reconheçamos o inevitável cruzamento com outras perspetivas teóricas (Emirbayer 1997). Optámos por uma teorização nivelada das diferenças nos modos como nos relacionamos no mundo, que não toma a variação nem como essencial nem

como relativa. Precisamente porque o universal reifica tanto quanto o particular (Fuchs 2014; Lemert 2003), consideramos que o género necessita de ser compreendido através das suas especificidades contínuas e contingentes (H. F. Davis 2017; Preda 2001). O desafio colocado – de compreender as dinâmicas de permanência e mudança das transgressões de género – baseou-se na «*conquista, construção e confirmação do facto científico*» (como diria Bourdieu 1992), que não toma os dados de modo automático ou imediato.

A problemática não binária encerra diferentes ideais e ainda está distante do conhecimento generalizado. A sensibilização mediática dos seus temas tem enfatizado sobretudo a proliferação desmedida dos descritivos identitários, apresentando-os como modas juvenis. Sabemos contudo que, independentemente da sua pluralidade, as pertenças ao não binário não precisam de ser exotizadas e catalogadas para existir e (des)fazer o género. Consideramos que a sua difusão beneficiaria mais com uma pluralização dos parâmetros em que podemos reconhecer o género e as relações genderizadas. Advertimos por isso para o risco de tomar uma problemática tão complexa de forma automática ou imediata. E sobretudo, para o problema frequente da culpabilização e responsabilização que emerge como consequência nos debates sobre estes temas. Mais do que encontrar responsáveis ou assumir imediatamente um posicionamento crítico – tão visível nas discussões da «ideologia de género» e outras *gender wars* – importa relembrar que o próprio conceito de género é complicado e que as suas conceções têm mudado. Terminamos assim com duas notas conclusivas sobre as pistas que esta investigação desatapou.

i) Os complexos de género e a sua complexidade

Quando nos referimos ao *género* podemos estar a falar de coisas tão diferentes como as categorias legais de cidadania, os traços reprodutivos, a expressão cultural de uma diferença, a autodefinição ou sentido de pertença pessoal, os modos de organização coletiva dos espaços (por exemplo, as casas de banho ou os balneários), etc. (Lindqvist *et al.* 2018). Referimo-nos portanto a um conceito complexo cujas conceções têm mudado. Como procurámos ilustrar com a controvérsia nos jornais sobre a linguagem neutra inclusiva,

os debates sobre o gênero na esfera pública tendem a polarizar-se e a manifestar as grandes dificuldades de entendimento. Tratar-se-á de «complexos de gênero»?

As diferentes camadas que este conceito abarca apresentam-se frequentemente enquadradas por pânicos morais e tensões substantivas. Tanto na esfera pública em geral como no ciberespaço em particular, as «guerras culturais» contemporâneas sobre o gênero têm sido intensas e são ilustrativas dos pressupostos morais e reputacionais contidos nas práticas e nas concepções da experiência genderizada. A atual conjuntura favorece a dúvida e a crítica permanente dos fatos e das descobertas resultando em margens de manobra dinâmicas e lutas pela legitimidade. Como referia Anália Torres em entrevista à *Capazes* (Rodrigues, 2016): «*A misoginia vende porque nunca se falou tanto de igualdade como agora*». A par dos pânicos morais gerados e das tentativas de controlo de identidades e costumes socialmente enraizados, a transformação nos modos como o gênero tem vindo a ser interpretado, apropriado e atribuído (à nascença ou ao longo da vida) tem contribuído para desestabilizar e renovar os significados. Mudanças que nos reenviam para os processos associados à construção do que é legítimo, das fronteiras nas quais se investem esforços para prevenir, do que é designado como transgressivo. As tensões existentes nos diálogos nós/outros, incluídos/excluídos, universal/particular delimitam projetos morais (e moralizadores) dos costumes e das possibilidades legítimas de se *ser/tornar genderizado*.

Como têm demonstrado os Estudos Transgênero, há múltiplas formas de experienciar o gênero. As identidades de gênero não possuem uma «natureza» inerentemente *conservadora* (reificante dos estereótipos e essencializadora do binário de gênero), *transcendente* (a salvação «*queer*» para abolir o gênero), *desafiadora* da heteronormatividade (a luz contra o labirinto do patriarcado), *oportunista* (dos privilégios masculinos hegemónicos) e/ou sempre intrincada com a sexualidade (começando pela descoberta da orientação sexual) (Bryant 2009). Neste âmbito, a tensão entre as teorias *queer* e os estudos transgênero sobre o «excepcionalismo transgressivo» (Halberstam 2005: 20; Singer 2013) das pessoas transgênero (e incitado em grande medida pela perspectiva butleriana) continua a alimentar muito dos debates, traduzindo-se em (nova) hierarquização e apreciação do que se entende por transgressivo e normativo (Singer 2013).

Também nos Estudos de Gênero encontramos um conjunto de tensões. Inicialmente centrados nos estudos sobre as mulheres, o recurso a este conceito (em detrimento do termo «sexo») tinha como objetivo enfatizar as causas culturais, políticas e histórico-sociais que ditavam a subordinação feminina (Bock 2008, 85 [1989]). Centrava-se na demonstração do gênero como uma «estrutura básica da sociedade» que se relaciona com todos os aspetos da vida e objetos de análise social (e não apenas com as questões reprodutivas e da sexualidade). Contudo, além de o seu uso não ter sido pacífico, a «dicotomia entre o “biológico” e o “social” não só não resolve como ainda reforça a velha questão da natureza versus cultura» (*ibid.*). Parte dos radicalismos e determinismos associados a este debate continuam a ser discutidos no espaço público, gerando mais controvérsias e polémicas do que consensos. Com efeito, o conceito de gênero e o que as suas lentes permitem ver tem estimulado uma discussão que vai muito além de uma definição simples, cujas premissas e cujos vetores continuam em disputa. Como nos diz Bock (2008, 95 [1989]) precisamos de «um trabalho continuado de desmontagem, historicização e desconstrução dos significados aparentemente atribuídos às várias categorias». A multiplicidade de significados e o uso ambivalente do conceito de gênero a par da radicalização dos debates dificultam este trabalho desconstrutivo.¹¹

De facto, mesmo a introdução do conceito de gênero no contexto académico não tem sido pacífica e continuam a coexistir diferentes posicionamentos e definições (Pereira 2017). Mas também assistimos a um reconhecimento geral da importância e da utilidade do gênero para a teoria social, que tem granjeado progressivamente mais adeptos. Considerar o gênero como uma ferramenta de análise permite-nos aprofundar a ordenação e a estruturação da vida social. As tentativas de definir e analisar este conceito resultaram num conjunto irreconciliável e paradoxal de abordagens. Apesar das divergências, a maioria concorda que o gênero é um princípio organizador da vida social. O gênero é estrutural e estruturante, o que torna as suas lentes indispensáveis para compreender os «*andaimos interativos*

¹¹ Para um resumo dos quatro paradigmas que têm vindo a predominar nos Estudos de Gênero desde a sua fundação, ver Merlini (2019) em linha com Connell (1987, 2009b). Para uma visão contemporânea do transfeminismo, ver Enke (2012). Importa referir que muitos destes debates têm ocorrido em paralelo, salientado aspetos distintos mas interligados sobre as consequências que o gênero tem.

da estrutura social e dos processos de controlo social que os mantêm» (R. W. Connell 2009a, 110). Ou como diria Goffman (1977) no seu artigo sobre as fundações da ordenação social do género, «*os arranjos entre os sexos*». Nesse sentido, é importante relembrar que dependendo da igualdade de género implícita (entre homens e mulheres, entre géneros, entre pessoas, etc.) e dos diversos «progressismos», esta determina os modos como pensamos as transgressões e os limites do género (e o que realmente está a ser contabilizado). Assim, mais do que a discussão ontológica sobre o género, consideramos que a definição epistemológica é um passo fundamental para compreender os limites nos modos como pensamos as relações sociais neste domínio.

ii) As diferentes leituras da alternativa

A análise social e sociológica do género que empreendemos, através da relação entre limite e transgressão, permitiu-nos compreender melhor os diferentes lugares de coerência e (in)visibilidade que concorrem normativamente para estabilizar as pertenças binárias e não binárias. Esta foi uma perspetiva entre as possíveis sobre o fenómeno não binário. E, como sabemos, existem diferentes formas de olhar para a mesma realidade e nunca se lê o mesmo livro da mesma maneira.

No caso do género, atualmente no centro do debate público e das reformas políticas, os seus múltiplos significados são mobilizados de diferentes formas e sujeitos a diversos tipos de legitimação. Nesse sentido, ainda estamos longe de compreender efetivamente a mudança de perspetiva que contribui para uma emancipação auto/indeterminada do género nas relações sociais. Os impactos das mudanças jurídico-legais em curso, da separação entre esse campo e o campo biomédico, os graus de tolerância normativa existentes, etc. A nossa pesquisa permitiu retratar algumas destas dinâmicas, avançar hipóteses, mas muito fica por saber. Apesar de a não exclusividade ter um passado histórico mais longo, o termo «não binário» remonta à década de 2010. Trata-se portanto de um movimento de reivindicação, de uma categoria de nomeação ou conjunto de descritivos identitários que é recente. Os reconhecimentos das pertenças auto/indeterminadas ainda estão na sua infância. A estes problemas

acresce também a ausência de dados específicos sobre este tema – que só agora começaram a ser recolhidos e ainda com dificuldade (Titman 2014) – aliada à «população escondida» que se posiciona e (des)faz o género de forma alternativa à oposição.

É por isso importante lembrar os perigos associados a uma leitura imediatista ou superficial da presente investigação. Em particular, o risco de tomar o não binário como inovação pura ou como causa de vanguarda. Isto porque, como vimos na análise, o peso da responsabilização da mudança nas relações de género está incorporado e é uma expectativa frequente das pessoas que transgridem a oposição binária. Consideramos, neste âmbito, mais relevante abarcar o conjunto das configurações normativas existentes, as várias modalidades de apropriação e atribuição de género. Debater as possibilidades plurais de viver e conceber o género de modo a transformar também a interpretação punitiva da transgressão. Os problemas identificados no reconhecimento não binário e na democratização das diferentes modalidades apontam para a necessidade de outros critérios de ordenação. A inclusão não binária – seja a nível das interações sociais, dos códigos institucionais ou dos arranjos organizacionais – questiona profundamente as hierarquias socialmente enraizadas em que nos apoiamos para reconhecer o género. As pertenças, por mais fluidas e dinâmicas que sejam, apoiam-se em lógicas de demarcação que se constroem de modo interdependente e mutuamente exclusivo. A transformação nas práticas de género tem dependido em grande medida do *poder para* (da capacidade) de que as pessoas que transgridem o género dispõem para deslocar os sentidos da experiência. Uma experiência do género (em si e para si) que permanece enredada por estruturas hierarquizantes (o *poder sobre*). Estruturas objetivas e subjetivas que continuam a justificar e a naturalizar as diferenças essenciais entre masculino e feminino e cuja mudança requer uma ação coletiva efetiva.

Somente quando compreendermos a necessidade de formas alternativas de classificar e ordenar o género, poderemos eventualmente «prevenir» os seus danos. Porque a importância do género advém das suas consequências, da capacidade que este tem de restringir a vida vivida, há também um imperativo numa construção crítica e coerente dos limites que devemos conservar. Se rejeitarmos, como algumas correntes feministas, o *poder sobre* como uma lente – porque apenas nos permite ver as relações a partir de lógicas de

controlo e dominação – e optarmos pelo *poder com* ou *poder por entre* (*power with/in*), o que muda (Allen 2016)? As possibilidades emancipadoras nos modos como vivemos o género – de transformação para si e para outros – implicam uma conceção de transgressão e limites distinta. O recurso ao poder através de uma lógica produtiva, abundante. Uma forma de olhar para os limites não como constrangimentos em si, mas como modos possíveis de democratizar o género e garantir as liberdades. Uma demanda pelas alternativas que emancipam do modo mais plural possível.

Regemo-nos humanamente por convenções sociais que determinam as diferenças, e é através de diferenças que nos reconhecemos e damos a conhecer. Em termos globais, esta investigação demonstrou que o género não tem importância somente pela função reprodutiva (ou de manutenção da espécie humana). O género tem importância pelos significados que acarreta à pertença e à desejabilidade de ser aceite, reconhecível, reputado. Diferente não tem de ser desigual. Incluirmos o não binário na equação, na especificação das diversas regras em jogo, na possibilidade de intrusabilidade do encontro, é afirmar que o género não precisa de ser (apenas) oposto, assimétrico e dicotómico. Encontrámos grande variabilidade e complexidade de formas de se fazer o género. O género foi desfeito na mesma medida em que se refez, em que construiu outras fronteiras que, permanecendo em tensão e com diferentes graus de distanciamento, continuam a estruturar o que se é e como se pertence socialmente. Talvez *Searyl Atli*, a primeira criança canadiana que em 2017 não viu o seu género atribuído à nascença em documentos oficiais, possa viver e experienciar o género de uma forma mais maleável e matizada. Com formas mais nuançadas de atribuição no género, as interpretações e definições prévias das situações e dos encontros poderão vir a reconhecer mais do que a divisão antagónica. Poderão basear-se nas suas diferentes apropriações e possibilidades de pertença, tão variáveis ao longo das vidas e dos tempos.

Anexo

Quadro ANEXO. Participantes do estudo

Período sócio-histórico	Ano de nascimento	Idade à data de entrevista	Participante (pseudónimo)	Posicionamentos face ao binário de género	Residência	Escolaridade	Condição perante o trabalho
Nascidas /os/es até 1976	1943	73	Nelle	Oscilação	Reino Unido	E. Técnico	Reformada/o
	1956	59	Xuxa	Oscilação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1957	58	Noa	Negação/transcendência	Portugal	E. Secundário	Desempregado
	1962	54	Grace	Oscilação	Reino Unido	E. Superior	Empregada/o
	1966	50	Sandy	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
Nascidas /os/es depois de 1982	1967	49	Samuel	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1972	44	Lou	Negação/transcendência	Reino Unido	E. Superior	Desempregada/o
	1975	40	Lake	Negação/transcendência	Reino Unido	E. Superior	Estudante
	1976	40	Jim	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1982	34	Ash	Negação/transcendência	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1982	34	Domingas	Oscilação	Portugal	E. Técnico	Empregada/o
	1986	29	Micha	Negação/transcendência	Portugal	E. Superior	Desempregado
	1987	28	Alex	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1988	26	Dimis	Aproximação	Portugal	E. Técnico	Estudante
	1989	27	Denis	Aproximação	Reino Unido	E. Técnico	Empregado
	1989	25	António	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregado
	1992	24	Selma	Oscilação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1993	22	Lé	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregado
1997	18	Ana	Negação/transcendência	Portugal	E. Superior	Estudante	

Bibliografia

- Aboim, Sofia. 2010. *Plural Masculinities: The Remaking of the Self in Private Life*. Farnham: Ashgate.
- Aboim, Sofia. 2013. *A Sexualidade dos Portugueses*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Aboim, Sofia. 2020. «Gender is dead. Long live gender! The dilemmas of trans recognition». *Discovery Society*. <https://discoversociety.org/2020/02/05/gender-is-dead-long-live-gender-the-dilemmas-of-trans-recognition/>.
- Allen, Amy. 2016. «Feminist perspectives on power». *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. ed. Edward N. Zalta, Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/>.
- Almeida, Miguel Vale de. 2009. «Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico», n.º 1. *Working Paper Cria*. Lisboa.
- Almeida, Miguel Vale de. 2010. «O contexto LGBT em Portugal». In *Estudo sobre a Discriminação em Função da Orientação Sexual e da Identidade de Género*, eds. Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira. Lisboa e Porto: CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 45-90.
- Almeida, Miguel Vale de. 2015. «E que fazer com a masculinidade?» *Capazes*, Dezembro 17. Disponível em <<https://capazes.pt/cronicas/e-que-fazer-com-a-masculinidade/>>.
- American Psychiatric Association. 1952. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 1.^a ed. [DSM-I]. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. 1980. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 3.^a ed. [DSM-III]. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. 2000. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 4.^a ed. e revisão de texto [DSM-IV-TR]. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. 2013. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 5.^a ed. [DSM-V]. Washington, DC: American Psychiatric Association.

- Amnesty International. 2014. *The State Decides Who I Am. Lack of Legal Gender Recognition for Transgender People in Europe*. Londres.
- Araújo Pereira, Ricardo. 2018. «Quem fala assim não é gago nem gaga». *Revista Visão*. <http://visao.sapo.pt/opiniaio/ricardo-araujo-pereira/2018-02-22-Quem-fala-assim-nao-e-gago-nem-gaga>.
- Badgett, M. V. Lee, e Randall L. Sell. 2018. *A Set of proposed indicators for the LGBTI Inclusion Index*. Nova Iorque.
- Bastos, José, e Susana Bastos. 2010. «What we are talking about when we talk about identities?» In *Identity Processes and Dynamics in Multiethnic Europe*, eds. Charles Westin, José Bastos, Janine Dahinden e Pedro Góis, IMISCOE AU. Amsterdão: Amsterdam University Press, 313-358.
- Bettcher, Talia Mae. 2013. «Evil deceivers and make-believers: on transphobic violence and the politics of illusion». In *Transgender Studies Reader, vol. 2*, eds. Susan Stryker e Aren Z. Aizura. Nova Iorque: Routledge, 278-290.
- Bock, Gisela. 2008. «Questionando dicotomias: perspectivas sobre a História das Mulheres». In *Variações sobre Sexo e Género*, eds. Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim. Lisboa: Livros Horizonte, 78-101.
- Boellstorff, T., M. Cabral, M. Cardenas, T. Cotten, E. A. Stanley, K. Young, e A. Z. Aizura. 2014. «Decolonizing Transgender: a roundtable discussion». *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1, n.º 3: 419-39. doi: 10.1215/23289252-2685669.
- Bornstein, Kate. 1994. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. Nova Iorque: Routledge.
- Bourdieu, Pierre. 1992. «Thinking about limits». *Theory, Culture & Society*, 9, n.º 1: 37-49. doi: <https://doi.org/10.1177/026327692009001003>.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*. 2.ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre. 2002. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. doi: 10.4324/9780203881842.
- Brubaker, Rogers, e Frederick Cooper. 2000. «Beyond “identity”». *Theory and Society* n.º 29: 1-47.
- Bryant, Karl. 2009. «Transgender Studies». *Encyclopedia of Gender and Society, vols. 1 & 2*. Sage Publications.
- Bryman, Alan. 2012. *Social Research Methods*. 4.ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- Burawoy, Michael. 2000. «Introduction: reaching for the global». In *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World*, eds. Michael Burawoy, Joseph A. Blum, Sheba George, Millie Thayer, Zsuzsa Gille, Sean Riain, Steve H. Lopez, Teresa Gowan, Lynne Haney e Maren Klawiter. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1-40.
- Butler, Judith. 1999. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. 2.ª ed. Londres e Nova Iorque: Routledge. doi: 10.1057/fr.1991.33.
- Butler, Judith. 2004. *Undoing Gender*. Nova Iorque: Routledge.

- Butler, Judith. 2008. «Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault.» In *Variações sobre Sexo e Gênero*, eds. Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim. Lisboa: Livros Horizonte, 154-172.
- Butler, Judith. 2009. «Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory.» *Theatre Journal*, 40, n.º 4: 519-31. <http://www.jstor.org/stable/3207893>.
- Butler, Judith. 2017. «Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil». *Folha de São Paulo*. <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>.
- Callahan, Gerald N. 2009. *Between XX and XY: Intersexuality and the Myth of Two Sexes*. Chicago: Chicago Review Press. doi: 10.1111/dme.12556.
- Capuzza, Jamie Colette. 2016. «Improvements still needed for transgender coverage». *Newspaper Research Journal*, 37, n.º 1: 82-94. doi: 10.1177/0739532916634642.
- Cascais, António Fernando. 2006. «Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76: 109-126.
- CE, Council of Europe. 2011. *Combating Discrimination on grounds of sexual orientation or gender identity. Council of Europe standards*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. doi: 10.1007/s11920-014-0463-y.
- Chiam, Zhan, Sandra Duffy, e Matilda González Gil. 2017. *Trans Legal Mapping Report 2017: Recognition before the law*. Genebra.
- Cloud, Doug. 2018. «Toward a richer rhetoric of agency: shaping the identity category transgender in public discourse». *Argumentation and Advocacy*, 8533: 1-18. Taylor & Francis. doi: 10.1080/00028533.2018.1442976.
- Cohen, Bruce M. Z. 2016. *Psychiatric Hegemony: A Marxist Theory of Mental Illness*. Londres: Palgrave Macmillan UK. doi: 10.1057/978-1-137-46051-6.
- Cohler, Bertram J., e Andrew Hostetler. 2003. «Linking life course and life story: social change and the narrative study of lives over time». In *Handbook of the Life Course*, eds. Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan. Nova Iorque: Kluwer Academic Publishers, 555-576.
- Coleman, Eli, e AAVV. 2012. «Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero». Illinois: WPATH. <https://www.wpath.org/publications/soc>.
- Collin, Françoise. 2008. «Estes estudos que “não são tudo”. Fecundidade e limites dos Estudos Feministas». In *Variações sobre Sexo e Gênero*, eds. Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim. Lisboa: Livros Horizonte, 35-48.
- Connell, Catherine. 2010. «Doing, undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of transpeople». *Gender and Society*, 24, n.º 1: 31-55. doi: 10.1177/0891243209356429.
- Connell, Raewyn W. 1987. *Gender and Power: Society, The Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.

- Connell, Raewyn W. 2009a. «Accountable conduct: “Doing gender” in transsexual and political retrospect». *Gender and Society*, 23, n.º 1: 104-11. doi: 10.1177/0891243208327175.
- Connell, Raewyn W. 2009b. *Gender In World Perspective*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Raewyn W., e James W. Messerschmidt. 2005. «Hegemonic Masculinity: rethinking the concept». *Gender & Society*, 19, n.º 6: 829-59. doi: 10.1177/0891243205278639.
- Corrêa, Sonia Onufer, e Vitit Muntarbhorn. 2006. *Princípios de Yogyakarta*. Yogyakarta.
- Corwin, Anna I. 2017. «Emerging genders: semiotic agency and the performance of gender among genderqueer individuals». *Gender and Language*, 11, n.º 2: 255-277.
- Davis, Heath Fogg. 2017. «Let’s delete sex-identity from birth certificates». *Aeon*. <https://aeon.co/ideas/lets-delete-sex-identity-from-birth-certificates>.
- Davis, Shannon N. 2017. «Sociology, theory, and the feminist sociological canon: questioning the use of “doing gender” as a sociological theory». *SAGE Open*, 7, n.º 1: 1-5. doi: 10.1177/2158244017697157.
- Dosse, François. 1997. «For a Dialogic». In *History of Structuralism, vol. 2 The Sign Sets, 1967-Present*, ed. François Dosse. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 445-451.
- Ekins, Richard, e Dave King. 1999. «Towards a sociology of transgendered bodies». *The Sociological Review*, 47, n.º 3: 580-602. doi: 10.1111/1467-954X.ep2178766.
- Ekins, Richard, e Dave King. 2006. *The Transgender Phenomenon*. Londres: SAGE Publications Ltd. doi: 10.4135/9781446220917.
- Ekins, Richard, e Dave King. 2010. «The emergence of new transgendering identities in the age of the internet». In *Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, eds. Sally Hines e Tam Sanger. Londres e Nova Iorque: Routledge, 25-42. doi: 10.4324/9780203856147.
- Emirbayer, Mustafa. 1997. «Manifesto for a relational sociology». *American Journal of Sociology*, 103, n.º 2: 281-317.
- Enke, Anne F. 2012. «Introduction: Transfeminist perspectives». In *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*, ed. Anne F. Enke. Filadélfia: Temple University Press, 1-15.
- Ennis, Dawn. 2016. «Human Rights campaign sets sights on Johns Hopkins after controversial Trans Report». *NBC News, Out Health and Wellness*. <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/hrc-sets-sights-johns-hopkins-after-controversial-sexuality-gender-report-n641501>.
- Espineira, Karine, e Marie-Hélène/Sam Bourcier. 2016. «Transfeminism. Something else, somewhere else». *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 3, n.º 1-2: 84-94. doi: 10.1093/jhered/esw016.
- Fausto-Sterling, Anne. 2000. *Sexing the Body. Gender Politics and the Construction of Sexuality*. Nova Iorque: Basic Books. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.
- Feinberg, Leslie. 1992. *Transgender liberation: a movement whose time has come*. Nova Iorque: World View Forum Pub.

- Flores, Andrew R., Jody L. Herman, Gary J. Gates, e Taylor N. T. Brown. 2016. «How many adults identify as Transgender in the United States?» *The Williams Institute*. Los Angeles. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/How-Many-Adults-Identify-as-Transgender-in-the-United-States.pdf>.
- Foster, Steven L. 2018. «The King is dead; long live the dead King!» *Critical Sociology*, 44, n.º 6: 983-90. doi: 10.1177/0896920518778761.
- Foucault, Michel. 1981. «The order of discourse». In *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*, ed. Robert Young. Boston, Londres e Henley: Routledge & Kegan Paul Ltd, 48-78.
- Foucault, Michel. 1999. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. doi: 10.4135/9781446218808.
- Foucault, Michel. 2009. «Outros Espaços». In *Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, ed. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 411-22. doi: 10.1007/s13398-014-0173-7.2.
- Foust, Christina R. 2010. *Transgression as a mode of resistance: rethinking social movement in an era of corporate globalization*. Plymouth: Lexington Books.
- Fuchs, Stephan. 2014. «How not to do (field) theory». *Contemporary Sociology*, 43, n.º 3: 312-314.
- Gardner, Catherine V. 2006. «Introduction». *Historical Dictionary of Feminist Philosophy*. Maryland, Toronto e Londres: Scarecrow Press.
- Garfinkel, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- GEO, Government Equalities Office. 2018. «Trans people in the UK». Londres: Government Equalities Office.
- Goffman, Erving. 1956. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Edimburgo: University of Edinburgh.
- Goffman, Erving. 1977. «The arrangement between the sexes». *Theory and Society*, 4, n.º 3: 301-31. http://www.jstor.org/stable/656722?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents.
- Goffman, Erving. 1988. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Grupo Editorial Nacional.
- Green, Adam Isaiah. 2007. «Queer Theory and Sociology: locating the subject and the self in Sexuality Studies». *Sociological Theory*, 25, n.º 1: 26-45. doi: 10.1111/j.1467-9558.2007.00296.x.
- Grinspan, Mauro Cabral, Morgan Carpenter, Julia Ehrst, Sheherezade Kara, Arvind Narrain, Pooja Patel, Chris Sitodi, e Monica Tabengwa. 2017. *The Yogyakarta Principles plus 10*. Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics to complement the Yogyakarta. Genebra.
- Halberstam, Judith. 2005. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. Nova Iorque e Londres: New York University Press.
- Hall, Stuart. 2006. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora. doi: 10.1590/S0104-07072006000100021.

- Hansen, Jennifer. 2014. «Continental Feminism». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, ed. Edward N. Zalta, Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=femapproach-continental>.
- Hearn, Jeff. 2012. «Male bodies, masculine bodies, men's bodies: the need for a concept of Gex». In *Routledge Handbook of Body Studies*, ed. Brian S. Turner. Londres e Nova Iorque: Routledge, 307-20. www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Body-Studies/Turner/p/book/9780415593557.
- Heyes, Cressida. 2016. «Identity Politics». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. ed. Edward N. Zalta, Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=identity-politics>.
- Hines, Sally. 2007. *TransForming gender: Transgender Practices of Identity, Intimacy, and Care*. Bristol: Policy Press.
- Hines, Sally. 2010. «Introduction». In *Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, eds. Sally Hines e Tam Sanger, 1-22. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hines, Sally, e Tam Sanger. 2010. *Transgender identities. Towards a social analysis of gender diversity*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hines, Sally, e Ana Cristina Santos. 2017. «Trans* policy, politics and research: the UK and Portugal». *Critical Social Policy*, 38, n.º 1: 35-56. doi: 10.1177/0261018317732880.
- Horvath, Aleksandra. 2009. «Gender Transgressions». *Encyclopedia of Gender and Society, vols. 1 & 2*. Sage Publications.
- ILGA-Europe. 2018. «Rainbow Europe». *ILGA-Europe*. <https://rainbow-europe.org/>.
- Jenks, Chris. 2003. *Transgression*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Kessler, Suzanne J., e Wendy Mckenna. 1978. *Gender: An Ethnomethodological Approach*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Khan, Pierre, Élisabeth Clément, Chantal Demonque, e Laurence Hansen-Love. 1997. *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Terramar.
- Kunzel, R. 2014. «The flourishing of Transgender Studies». *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1, n.º 1-2: 285-97. doi: 10.1215/23289252-2399461.
- Lane, Riki. 2010. «Trans as bodily becoming: rethinking the biological as diversity, not dichotomy». *Hypatia*, 24, n.º 3: 136-57. doi: 10.1111/j.1527-2001.2009.01049.x.
- Lawler, Steph. 2014. *Identity: Sociological Perspectives*. 2.^a ed. Cambridge: Polity Press. <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9781107415324A009>.
- Lemert, Charles. 2003. «Agains capital-S sociology». *Sociological Theory*, 21, n.º 1: 74-83.
- Lennon, Kathleen. 2014. «Feminist Perspectives on the Body». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. ed. Edward N. Zalta, Metaphysics Research Lab., Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/feminist-body/>.
- Lindqvist, Anna, Emma A Bäck, Hanna Bäck, e Marie Gustafsson Sendén. 2018. «Measuring gender in surveys social psychological perspectives».

- Lloyd, Moya. 2015. «Performativity and Performance». In *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, eds. Lisa Disch e Mary Hawkesworth. Oxford: Oxford University Press, 572-92. doi: 10.1093/oxfordhb/9780199328581.013.30.
- Lodge, Cassian Lotte. 2018. «Gender Census». *Gender Census*. <http://gendercens.us.com/>.
- Magliozzi, Devon, Aliya Saperstein, e Laurel Westbrook. 2016. «Scaling up : representing gender diversity in survey research». *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 2: 1-11. doi: 10.1177/2378023116664352.
- Maia, Bruno, João Carlos Louçã, e Sérgio Vitorino. 2007. «O movimento LGBTI em Portugal: datas e factos». *esquerda.net*, Junho. <https://www.esquerda.net/dossier/o-movimento-lgbti-em-portugal-datas-e-factos/41315>.
- Mann, Richard G. 2015. «United Kingdom II: 1900 to the Present.» *GLBTQ Social Sciences*. GLBTQ, Inc. <http://proxy.lib.umich.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=qth&AN=110523489&site=ehost-live&scope=site>.
- Marciano, Avi. 2014. «Living the VirtuReal: negotiating Transgender identity in cyberspace». *Journal of Computer-Mediated Communication* 19: 824-838.
- May, Vanessa. 2011. «Self, belonging and social change». *Sociology*, 45, n.º 3: 363-378. doi: 10.1177/0038038511399624.
- May, Vanessa. 2016. «When recognition fails: Mass Observation Project accounts of not belonging». *Sociology*, 50, n.º 4: 748-63. doi: 10.1177/0038038515578991.
- McCall, Leslie. 1992. «Does gender fit? Bourdieu, feminism, and conceptions of social order». *Theory and Society*, 21, n.º 6: 837-67. doi: 10.1007/BF00992814.
- McHugh, Paul R., e Lawrence S. Meyer. 2016. «Sexuality and Gender. Findings from the Biological, Psychological, and Social Sciences». *The New Atlantis*. <https://www.thenewatlantis.com/publications/preface-sexuality-and-gender>.
- McLaren, Angus. 1993. «Review of Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud by Thomas Laqueur». *The American Historical Review*, 98, n.º 3: 832-833. doi: <https://doi.org/10.1086/ahr/98.3.832>.
- McLennan, Gregor. 2011. *Story of Sociology. A First Companion to Social Theory*. Londres: Bloomsbury Academic.
- McNay, Lois. 1999a. «Gender, habitus and the field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity». *Theory, Culture & Society*, 16, n.º 1: 95-117.
- McNay, Lois. 1999b. «Gender and narrative identity». *Journal of Political Ideologies*, 4, n.º 3: 315-36. doi: 10.1080/13569319908420801.
- Merlini, Sara. 2016. «Género sem fronteiras: a transnacionalidade transgénero como condição e possibilidade». 10. TL Network - Transnational Lives, Mobility and Gender. Lisboa. <http://www.tlnetwork.ics.ul.pt>.
- Merlini, Sara. 2018. «Other genders: (un)doing gender norms in Portugal at a microsocial level». *Portuguese Journal of Social Science*, 17, n.º 3. doi: 10.1386/pjss.17.3.349_1.
- Merlini, Sara. 2019. *Género e Transgressão: (des)fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido*, Dissertação de doutoramento, Sociologia,

- ICS – Universidade de Lisboa. Disponível em <URL:<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39741>>.
- Miskolci, Richard. 2005. «Do desvio às diferenças». *Teoria & Pesquisa*, 47: 9-41.
- Miskolci, Richard, e Larissa Pelúcio. 2007. «Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis». *Revista Gênero*, 7, n.º 2: 255-267.
- Montañez, Amanda. 2017. «Beyond XX and XY: the extraordinary complexity of Sex determination». *Scientific American*. <https://www.scientificamerican.com/article/beyond-xx-and-xy-the-extraordinary-complexity-of-sex-determination/>.
- Morin, Edgar. 2005. *O Método VI – A Ética*. Sulina: Europa América.
- Narrow, William E., e Peggy Cohen-Kettenis. 2010. «The revision of Gender Identity disorder: DSM-5 principles and progress». *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 14, n.º 2: 123-29. doi: 10.1080/19359701003600954.
- Nonbinary Wiki Contributors*. 2018. «Nonbinary Wiki». *Nonbinary Wiki*. https://nonbinary.miraheze.org/wiki/Main_Page.
- Offen, Karen. 2008. «“Erupções e fluxos”: reflexões sobre a escrita de uma História Comparada dos Feminismos Europeus, 1700-1950». In *História Comparada das Mulheres. Novas Abordagens*. Lisboa: Livros Horizonte, 29-45.
- ONS, Office for National Statistics. 2016. *ONS Census Transformation Programme. The 2021 Census Assessment of initial user requirements on content for England and Wales. Gender identity topic report*. Londres. [internal-pdf://80.83.192.36/ONS%20gender%20identity%20report.pdf](https://www.ons.gov.uk/file?uri=/census/censustransformationprogramme/consultations/the2021censusinitialviewon-contentforenglandandwales/topicreport03genderidentity.pdf)<https://www.ons.gov.uk/file?uri=/census/censustransformationprogramme/consultations/the2021censusinitialviewon-contentforenglandandwales/topicreport03genderidentity.pdf>.
- PE, Parlamento Europeu. 2011. *Resolução do Parlamento Europeu sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas*. Estrasburgo: Parlamento Europeu.
- PE, Parlamento Europeu. 2014. *Resolução do Parlamento Europeu sobre o Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género*. Strasbourg: Parlamento Europeu.
- PE, Parlamento Europeu. 2015. *Resolução do Parlamento Europeu sobre a discriminação contra as pessoas transgénero na Europa*. Strasbourg: Parlamento Europeu. <http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-EN.asp?fileid=21736&lang=en>.
- Pearce, Ruth, Deborah Lynn Steinberg, e Igi Moon. 2018. «Introduction: The emergence of “trans”». *Sexualities*, s. n.: 1-10. doi: 10.1177/1363460717740261.
- Pearse, Rebecca, e Raewyn W. Connell. 2016. «Gender norms and the Economy: insights from Social Research». *Feminist Economics*, 22, n.º 1: 30-53. doi: 10.1080/13545701.2015.1078485.
- Pereira, Maria do Mar. 2017. *Power, Knowledge and Feminist Scholarship, an ethnography of academia*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Pereira, Ricardo Araújo. 2018. «Quem fala assim não é gago nem gaga». *Revista Visão*. Disponível em <<http://visao.sapo.pt/opiniao/ricardo-araujo-pereira/2018-02-22-Quem-fala-assim-nao-e-gago-nem-gaga>>.

- Pilcher, Jane. 2016. «Names, bodies and identities». *Sociology*, 50, n.º 4: 764-779. doi: 10.1177/0038038515582157.
- Preda, A. 2001. «Postmodernism in Sociology». *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Amsterdam: Elsevier.
- Reed, Terry. 2018. *The Gender Recognition Act Discussion (GIRES)*. Londres: GIRES, Gender Identity Research and Education Society. <https://www.gires.org.uk/the-gender-recognition-act-discussion-november-2017/>.
- Richards, Christina, Walter Pierre Bouman, Leighton Seal, Meg John Barker, Timo O. Nieder, e Guy Tsjoen. 2016. «Non-binary or genderqueer genders». *International Review of Psychiatry*, 28, n.º 1: 95-102. doi: 10.3109/09540261.2015.1106446.
- Riley, Denise. 1995. «Does a sex have a History?» In *Am I That Name? Feminism and the category of "Women" in History*, ed. Denise Riley, 3.^a ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1-17.
- Rodrigues, Rita Ferro. 2016. «Entrevista a Anália Torres». *Capazes*, maio 12. <https://capazes.pt/destaques/entrevista-analia-torres/>.
- Saleiro, Sandra. 2013. «Trans Géneros: uma abordagem sociológica da diversidade de género». Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7848>.
- Santos, Ana Cristina. 2004. «Dos direitos humanos aos direitos das minorias sexuais: regulação ou emancipação?» In *Atas dos ateliers do V.º Congresso Português de Sociologia*, ed. Associação Portuguesa de Sociologia. Braga: APS.
- Santos, Ana Cristina. 2013. *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Londres: Palgrave Macmillan UK. doi: 10.1057/9781137296405.
- Santos, Ana Cristina. 2018. «Isto não é um cachimbo». *Jornal Público*, Março 2. <https://www.publico.pt/2018/03/02/sociedade/opiniao/isto-nao-e-um-cachimbo-1804798>.
- Santos, Pedro Miguel. 2018. «Linn da Quebrada: “A mulheridade no Brasil, hoje, significa resistência, significa força”». *É Apenas Fumaça*, Outubro 18. <https://fumaca.pt/linn-da-quebrada-mulheridade-brasil-hoje-resistencia-forca/>.
- Sayers, Sean. 1999. «The concept of authenticity». *Philpapers*. The PhilPapers Foundation. doi: 10.1002/9780470996508.ch15.
- Scott, Joan Wallach. 2008. «Género: uma categoria útil de análise histórica». In *Variações sobre Sexo e Género*, eds. Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim. Lisboa: Livros Horizonte, 49-77.
- Shapiro, Eve. 2004. «“Trans” cending barriers». *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 16, n.º 3-4: 165-179. doi: 10.1300/J041v16n03_11.
- Shapiro, Eve. 2015. *Gender Circuits*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Shotwell, Alexis, e Trevor Sangrey. 2009. «Resisting definition: gendering through interaction and relational selfhood». *Hypatia*, 24, n.º 3: 56-76. doi: 10.1111/j.1527-2001.2009.01045.x.
- Silva, Tomaz Tadeu da. 2000. «A produção social da identidade e da diferença». In *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*, ed. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 73-102.

- Singer, Benjamin. 2013. «What is transgender studies for the twenty-first century?» In *Transgender Studies Reader*, vol. 2, eds. Susan Stryker e Aren Z. Aizura. Nova Iorque: Routledge.
- Smith, Linda T. 2005. «On tricky ground: researching the Native in the Age of Uncertainty». In *The Sage Handbook of Qualitative Research*, eds. Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, 3.^a ed. Londres: Sage Publications, 85-107.
- Spade, Dean. 2000. «Mutilating Gender». In *Transgender Studies Reader*, eds. Susan Stryker e Stephen Whittle. Nova Iorque: Routledge, 315-332.
- Stanley, Eric A. 2014. «Gender self-determination, keywords». *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 1, n.º 1-2: 89-91.
- Stone, Sandy. 1991 [1987]. «The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto». Em *Body guards: The cultural politics of gender ambiguity*, eds. Julia Epstein e Kristina Straub. Nova Iorque: Routledge, 280-304.
- Stryker, Susan. 1994. «My words to Victor Frankenstein about the Village of Chamonix Performing Trans-gender Rage». *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 1 (3): 227-254.
- Stryker, Susan. 2008. *Transgender History*. Berkeley: Seal Press.
- Stryker, Susan, e Aren Z. Aizura. 2013. «Introduction: Transgender Studies 2.0». In *The Transgender Studies Reader 2*, eds. Susan Stryker e Aren Z. Aizura. Nova Iorque: Routledge, 1-12.
- Stryker, Susan, e Stephen Whittle. 2006. *The Transgender Studies Reader*. Nova Iorque: Routledge.
- TGEU, Transgender Europe. 2018. «Trans Respect versus Transphobia Worldwide». *TvT*. <https://transrespect.org/en/>.
- Titman. 2014. «How many people in the UK are non-binary?» *Practical Androgyny*. <https://practicalandrogyny.com/2014/12/16/how-many-people-in-the-uk-are-nonbinary/>.
- UNDP, United Nations Development Program. 2018. *Human Development Report 2018*. United Nations. <http://hdr.undp.org/en>.
- Venâncio, Gonçalo. 2018. «Da Igreja Universal da Neutralidade de Género». *Jornal Sol*, fevereiro 23. sol.sapo.pt/artigo/601757/da-igreja-universal-da-neutralidade-de-genero.
- Warner, Michael. 1993. *Fear Of A Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wengraf, Tom. 2000. «Uncovering the general from within the particular: From contingencies to typologies in the understanding of cases.» In *The Turn to Biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, eds. Prue Chamberlayne, Joanna Bornat e Tom Wengraf. Londres e Nova Iorque: Routledge, 140-164.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 1987. «Doing Gender». *Gender & Society*, 1, n.º 2: 125-51. <http://www.jstor.org/stable/189945>.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 2009. «Accounting for Doing Gender». *Gender & Society*, 23, n.º 1: 112-22. doi: 10.1177/0891243208326529.
- Whittle, Stephen. 2002. *Respect and Equality. Transsexual and Transgender Rights*. Londres, Sidney, Portland: Cavendish Publishing.

- Wilchins, Riki Anne. 1997. *Read My Lips: Sexual Subversion and the End of Gender*. Ithaca, NY: Firebrand Books.
- Xie, Jasmine. 2015. «Deconstructing and developing gender: the nonbinary search for identity». *Dietrich College Honors Theses*. doi: 10.1184/R1/6684089.v1.
- Yeadon-Lee, Tracey. 2009. «Doing extra-ordinariness: Trans-men's accomplishment of "authenticity" in the research interview». *Qualitative Research*, 9, n.º 3: 243-261. doi: 10.1177/1468794109105033.
- Žižek, Slavoj. 2016. «The sexual is political». *The Philosophical Salon*. <http://thephilosophicalsalon.com/the-sexual-is-political/>.

Índice remissivo

A

Aboim, Sofia, 12, 19, 32, 37, 55, 208
Aizura, Aren Z., 62
Almeida, Miguel Vale de, 56, 69, 175, 193

B

Bourdieu, Pierre, 33, 183, 213, 222, 231
Butler, Judith, 73, 179, 211, 219, 225

C

Campo de Estudos
 Género, 213, 233
 Queer, 60
 Transgénero, 35, 61, 209, 218
Cascais, António Fernando, 59, 193
Connell, Raewyn, 23, 44, 58, 70, 168, 172, 212, 217, 233

E

Ekins, Richard e King, Dave, 29, 36, 56, 61, 116, 133, 160, 191, 219
Elias, Norbert, 229

F

Feminismo, 54, 55, 58, 93, 175, 211, 235
Feminismo excludente, 41, 67
Foucault, Michel, 37, 70, 77, 211, 217

G

Género
 alteridade, 131
 em si e para si, 79, 110
 ideologia de, 67, 70, 73, 195, 231
 transposição, 216
Goffman, Erving, 55, 106, 107, 163, 164, 178, 185

H

Hétero-regulação, 27, 28
Hines, Sally, 27, 30, 38, 55, 58, 61, 72, 195

I

Ideologia, 70
Incumprimento normativo, 169

K

Kessler, Suzanne, 31, 36, 61

M

McKenna, Wendy, 31, 36, 61
McNay, Lois, 136, 223

N

Normas de género
 teses, 209

Gênero e Transgressão: Des/fazendo o masculino e o feminino

P

- Pearse, Rebecca, 210, 217, 220, 226
Práticas de apropriação de gênero, 23, 85, 107, 119, 151, 190, 203, 221, 235
Práticas de atribuição de gênero, 23, 30, 35, 85, 95, 101, 104, 121, 144, 151, 154, 177, 182, 190, 203, 221, 235
Práticas de interpretação de gênero, 23, 98, 101, 114, 141, 145, 151, 168, 182, 210, 221

S

- Saleiro, Sandra, 30, 38, 40, 57, 60, 62, 78
Santos, Ana Cristina, 30, 46, 53, 58, 60, 71, 193
Stryker, Susan, 31, 36, 56, 78, 124, 193, 219

T

- Torres, Anália, 232
Transfeminismo, 33, 115, 146, 233
Transgênero
 comunidades, 31, 34, 43, 58, 133, 192
 movimento, 32, 43, 58
Transgressão
 definição, 209, 226

W

- West, Candace, 31, 85, 210, 221
Whittle, Stephen, 31, 46, 61

Z

- Zimmerman, Don, 31, 85, 210, 221